



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Lívia Assumpção Vairo dos Santos

**Vozes para além da alcova: discurso feminista no jornal *A Família*,  
de Josephina Álvares de Azevedo**

Rio de Janeiro

2022

Lívia Assumpção Vairo dos Santos

**Vozes para além da alcova: discurso feminista no jornal *A Família*,  
de Josephina Álvares de Azevedo**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S237 Santos, Livia Assumpção Vairo dos.  
Voices para além da alcova: discurso feminista no jornal *A Família*, de Josephina Álvares de Azevedo / Livia Assumpção Vairo dos Santos. – 2022.  
274 f.

Orientadora: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mulheres – História – Teses. 2. Direitos das mulheres – Teses. 3. Periódicos – História – Teses. I. Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das, 1952-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 396(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Lívia Assumpção Vairo dos Santos

**Vozes para além da alcova: discurso feminista no jornal *A Família*,  
de Josephina Álvares de Azevedo**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 23 de junho de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Constância Lima Duarte  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Joana Maria Pedro  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Almeida Gonçalves  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Carolina Galante Delmas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres que me ajudaram a trilhar meus passos,  
tanto na vida, quanto na História.  
Especialmente à Iara, Ivette, Heloise (*in memoriam*) e Giovana.

## AGRADECIMENTOS

O doutorado foi um processo longo e solitário de amadurecimento de pesquisa, de ideias e de escrita. Frequentemente me lembrava das palavras de Guimarães Rosa: “O sertão é dentro da gente. E esse sertão não é feito apenas de aridez e provocação, mas também de veredas, de estações de alívio e de beleza em meio à solidão”. Assim foi meu caminhar durante esses quatro anos, alternando momentos de surpresa com as fontes e paixão pelo tema, com cansaço e a solidão do trabalho acadêmico, agravados por uma pandemia avassaladora que ceifou mais de 640 mil vidas, dentre as quais, a da minha querida tia Heloíse. Essa tese é dedicada a sua memória e a todas as mulheres fortes e maravilhosas que seguem sendo meus exemplos.

Agradeço imensamente a todas e todos que, de alguma forma, tornaram meus dias mais suaves. Aos meus pais, Iara e Antônio, meu irmão Vítor, minha avó Ivette, Lucas e Giovana, que atravessaram essa jornada ao meu lado, sem nunca deixar que eu desanimasse, o meu mais sincero agradecimento. Ao Jorge, Naná e Pierre, meus amores e companheiros de todas as horas, que não deixaram que eu esquecesse de olhar o céu. À segunda e amada família, especialmente à Andrea, João, Elsa que me acolhem com tanto carinho. Um *muito obrigada* também a todos os amigos e amigas que, mesmo com a distância pandêmica, sempre tentaram estar presentes em minha vida.

À minha orientadora, Lúcia Bastos, que vem me acompanhando desde a graduação, apontando minhas falhas com respeito, orientando com dedicação, acolhendo pacientemente, dando conselhos e alguns puxões de orelha. À banca que tão generosamente aceitou nosso convite e, desde a qualificação, vem contribuindo para o andamento da pesquisa. Agradeço ainda à UERJ, minha segunda casa, aos seus professores e funcionários que, em sua luta diária, fazem com que continue uma universidade pública de qualidade. Um agradecimento especial ao Denílson, por tanta ajuda, conversa e apoio.

Minha eterna gratidão a todos vocês que, de alguma forma, tornaram meus dias solitários de escrita menos cansativos e que me fizeram acreditar no potencial dessa pesquisa.

Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.

*Simone de Beauvoir*

## RESUMO

SANTOS, Livia Assumpção Vairo dos. *Vozes para além da alcova: discurso feminista no jornal A Família* de Josephina Álvares de Azevedo. 2022. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese visa compreender a complexidade acerca da dominação masculina e do processo de emancipação feminina, jogando luz sobre os embates discursivos que se enunciavam desde o século XVIII na Europa e que chegaram ao Brasil durante os Oitocentos. Para tal, trago como fonte principal o jornal feminista *A Família*, de Josephina Álvares de Azevedo e, para dar profundidade ao debate, faço a comparação deste periódico com outros de vertentes moderada e conservadora, mas também com jornais emancipacionistas que demonstram a multiplicidade de olhares e opiniões sobre este tema. Considerando os avanços da imprensa feminina e, especialmente emancipacionista no final do século XIX, tenho como objetivo destacar a importância da atuação política da mulher, não no sentido de cidadã legalizada, mas sim como voz dissensual, capaz de trazer à luz suas angústias e demandas, a fim de modificar sua realidade.

Palavras-chave: Mulher. Inferioridade. Emancipação.



## ABSTRACT

SANTOS, Livia Assumpção Vairo dos. *Voices beyond the alcove: feminist speech in the newspaper A Família* de Josephina Álvares de Azevedo. 2022. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis aims to understand the complexity of male domination and the process of female emancipation, highlighting the discussions that have been taking place since the 18th century in Europe and that arrived in Brazil during the 19th century. To this, I bring as my main source the feminist newspaper *A Família*, by Josephina Álvares de Azevedo and, to give depth to the discussions, I compare this periodical with others of moderate and conservative strands, but also with emancipationist newspapers that demonstrate the multiplicity of views and opinions on this theme. Considering the advances of the women's press, especially the emancipationist press at the end of the 19th century, I aim to highlight the importance of women's political action, not in the sense of a legalized citizen, but as a dissenting voice, capable of bringing their anxieties and demands to the public, in order to change its reality.

Keywords: Woman. Inferiority. Emancipation.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1</b>	<b>O DISCURSO COMO PODER: A LEGITIMAÇÃO DA INFERIORIDADE FEMININA.....</b>	<b>26</b>
1.1	<b>A mulher a partir do Cristianismo.....</b>	<b>28</b>
1.1.1	<u>De Eva à Maria: entre o pecado original e a redenção.....</u>	<b>29</b>
1.1.2	<u>Os múltiplos caminhos da fé: a contestação da inferioridade feminina....</u>	<b>35</b>
1.2	<b>A questão filosófica.....</b>	<b>41</b>
1.2.1	<u>Sofia: o retrato da mulher moderna.....</u>	<b>42</b>
1.2.2	<u>A mulher em Diderot.....</u>	<b>47</b>
1.2.3	<u>A mulher segundo Voltaire.....</u>	<b>51</b>
1.2.4	<u>A mulher na <i>Enciclopédia</i>.....</u>	<b>53</b>
1.2.5	<u>A <i>polêmica das mulheres</i> e as faces da resistência.....</u>	<b>60</b>
1.3	<b>A questão científica.....</b>	<b>74</b>
1.3.1	<u>O corpo revelado.....</u>	<b>74</b>
1.3.2	<u>Do darwinismo social à seleção natural.....</u>	<b>77</b>
1.3.3	<u>Ginecologia e Obstetrícia: a medicina da mulher.....</u>	<b>88</b>
<b>2</b>	<b>O PROCESSO CIVILIZATÓRIO BRASILEIRO E O ALVORECER DA EMANCIPAÇÃO FEMININA.....</b>	<b>94</b>
2.1	<b>Civilizar é preciso.....</b>	<b>95</b>
2.1.1	<u>A herança colonial e a condição feminina.....</u>	<b>96</b>
2.1.2	<u>Civilizar é esquecer: o abandono da herança colonial.....</u>	<b>107</b>
2.2	<b>Escritos emancipacionistas no Brasil.....</b>	<b>118</b>
2.2.1	<u>Nísia Floresta.....</u>	<b>119</b>
2.3	<b>Ciência à brasileira.....</b>	<b>135</b>
2.3.1	<u>A medicina social no Brasil.....</u>	<b>135</b>
2.3.2	<u>Os Ecos da ciência: evolucionismo e darwinismo.....</u>	<b>144</b>
2.3.3	<u>A mulher e o Positivismo.....</u>	<b>148</b>
<b>3</b>	<b>AS MÚLTIPLAS FACES DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER.....</b>	<b>155</b>
3.1	<b>A mulher <i>útil</i>: instrução e trabalho.....</b>	<b>156</b>
3.1.1	<u>Direito à instrução.....</u>	<b>161</b>
3.1.2	<u>Direito ao trabalho.....</u>	<b>175</b>

3.2	<b>Emancipação: para além da utilidade.....</b>	190
3.2.1	<u>Direitos civis.....</u>	191
3.2.2	<u>Direitos políticos.....</u>	197
4	<b>SER MULHER EMANCIPADA : DA MONARQUIA À REPÚBLICA.....</b>	205
4.1	<b>Ser mulher emancipada: a nova velha identidade.....</b>	206
4.1.1	<u>A mulher republicana e virtuosa d’A Pátria Mineira.....</u>	208
4.1.2	<u>A Palavra: emancipacionismo contido.....</u>	216
4.1.3	<u>Francisca Senhorinha: entre Monarquia e República.....</u>	225
4.2	<b>A Mulher emancipada e a opinião pública.....</b>	238
4.2.1	<u>A Família: “Como nos tratam”.....</u>	239
4.2.2	<u>O Sexo Feminino: “Noticiário”.....</u>	251
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	257
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	266

## INTRODUÇÃO

Existem duas formas principais de definir o termo *história*. A primeira delas é a sequência de acontecimentos, de fatos ocorridos; já a segunda, está no ato de narrar e registrar estes acontecimentos que, a partir do século XIX, ganhou status de conhecimento científico – História. Como aponta Fernando Catroga, todo trabalho historiográfico tem como fim um *texto*, “[...] o que levou a transformar-se num lugar-comum caracterizá-lo como uma escrita: a escrita da História”<sup>1</sup>. Porém, esta escrita não é um instrumento neutro, tendo em vista que também é um elemento histórico, fruto das questões e das disputas de seu tempo. Por tal motivo, a própria historiografia vem tentando repensar suas abordagens e temáticas, voltando-se para aqueles que Michelle Perrot nomeou de “excluídos da História”, a exemplo de minorias representativas como mulheres, a fim de preencher antigas lacunas e evitar novos silenciamentos.

No que tange à presença das mulheres na História, sabemos que elas “[...] ficaram muito tempo fora desse relato, como se destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio do mar abissal.”<sup>2</sup> As primeiras tentativas de romper esse silenciamento estão diretamente relacionadas à ascensão da *mulher* enquanto objeto de estudo das Ciências Humanas – e da História, em particular – a partir da década de 1960, em especial na Grã-Bretanha e nos EUA. A crise de sistemas de pensamento como o Marxismo e o Estruturalismo, além de uma aproximação entre História e Antropologia, que favoreceu a redescoberta do âmbito privado, também permitiram a aparição da mulher enquanto *sujeito histórico*.

Ademais, o movimento feminista – sobretudo nos EUA – contribuiu significativamente para o avanço das pesquisas em relação à História das Mulheres. Michelle Perrot coloca que a princípio buscava-se ancestralidade e legitimidade, tendo início “[...] um trabalho de memória que continua a desenvolver-se desde então no seio da sociedade e em seu conjunto”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> CATROGA, F. “O valor epistemológico da História da História”. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. (Org.) *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 37.

<sup>2</sup> PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 16.

<sup>3</sup> PERROT, *Ibidem*, p. 20.

Fora dado o primeiro passo para a quebra da invisibilidade e do silenciamento feminino<sup>4</sup>, jogando luz nas escolhas políticas para a criação de memórias coletivas a partir da escrita da História. De certo modo, pode-se afirmar que a atuação destes primeiros grupos para dar voz e forma a uma História das Mulheres aproxima-se do que Fernando Catroga denomina de *representificação*<sup>5</sup>, isto é, dar ao passado um lugar no presente, produzindo novos sentidos e combatendo o esquecimento.

Não obstante tenha ocorrido este avanço inicial, seja no que concerne ao reconhecimento da intencionalidade discursiva – com silenciamentos e apagamentos propositais –, seja quanto à tentativa de resgate de memória, observamos o aparecimento de dois problemas principais nos escritos da época. Por um lado, houve um processo de “heroicização” de mulheres pelo movimento feminista que acabava deslocando-as da relação com o universo masculino e, portanto, não abordando as tensões e jogos de poder entre os sexos. Em contrapartida, muitos foram os trabalhos que buscaram ressaltar a dominação masculina, seja no campo social, econômico, político e, até mesmo, psicológico, colocando a mulher numa posição de submissão quase absoluta. Portanto, poucos eram os estudos voltados para a relação entre os sexos, suas tensões e disputas de *poder*, principalmente se este poder fosse político.

Para Joan Scott, é urgente o desenvolvimento de estudos históricos que contestem “[...] a pertinência das oposições binárias entre homens e mulheres, no passado e no presente, e mostrar a real natureza política de uma história escrita nestes termos”<sup>6</sup>. Segundo a autora, a escrita da História feminista não deve ser a narrativa das “proezas” realizadas pelas mulheres, mas sim a “[...] exposição do frequentemente silencioso e oculto funcionamento de gênero, constituinte, apesar disso, das forças que estão presentes na maior parte das sociedades e que contribuem para definir sua organização”<sup>7</sup>. O que nos leva a outra armadilha: como falar destas relações quando há dificuldade de acesso a fontes produzidas por mulheres e suas representações foram majoritariamente produzidas por homens?

---

<sup>4</sup> Ressalto que ao longo da tese aparecem termos como “sexo feminino”, “silenciamento feminino”, “condição feminina” e tantos outros, dando a entender que se trata de um sinônimo de “mulhe(es)”. Embora isso tenha sido feito para retomar a linguagem do período abordado nesta pesquisa, sabemos que a construção dos marcadores de feminilidade e de masculinidade são culturais, e não ligados ao sexo biológico, como se acreditou durante muitos séculos.

<sup>5</sup> CATROGA, F. A representificação do ausente. In: *Os passos do homem como restolho do tempo; Memória e fim do fim da história; Almedina*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

<sup>6</sup> SCOTT, Joan. "Women's History". In: *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1999, pp. 26-27.

<sup>7</sup> *Idem*.

Em “O silêncio das fontes”, Michelle Perrot<sup>8</sup> nos indica uma série de problemas enfrentados por todos os pesquisadores que tentam enveredar pelos caminhos da História das Mulheres. Primeiramente, a pouca quantidade de fontes escritas em comparação com o vasto tempo de História do Ocidente atualmente pesquisado, muito em virtude do acesso tardio à alfabetização feminina. Além disso, as produções domésticas – como diários e cartas, por exemplo – quase sempre eram negligenciadas, sendo consumidas pelo próprio tempo ou então muito dispersas para representarem uma fonte de pesquisa mais sólida.

Perrot também chama atenção para outro fator, não menos importante, que é a questão do pudor e da honra femininos. Segundo Perrot<sup>9</sup>, era bastante recorrente que as próprias não escrevessem suas memórias por medo de macular sua honra ou, tantas outras vezes, achassem seus escritos desinteressantes ou pessoais demais para não destruí-los no fim da vida. Outra grande dificuldade está em como reconstituir uma genealogia feminina, pois as mulheres sempre perdiam seu sobrenome ao casar, ou ainda, como dar conta de estatísticas que, quase sempre, não faziam separações por sexo, contribuindo para o apagamento de vestígios. A própria língua que, em alguns casos, tende a usar os termos do plural sempre no masculino, pode ajudar a mascarar a presença feminina em vários acontecimentos históricos.

As fontes criadas diretamente por mulheres só passaram a ser mais amplamente produzidas a partir do século XIX, impulsionadas pelo acesso ao letramento e à imprensa, fazendo com suas obras ficassem mais preservadas se comparadas às de origem privada. Mas se por um lado a memória das próprias mulheres estava majoritariamente fadada ao esquecimento e as fontes não eram muitas; por outro, existe uma abundância de representações e discursos sobre a mulher a partir da visão masculina. Para Perrot, isto se deve ao fato de existir uma hierarquia sexual no que diz respeito a pensar e representar a mulher que retoma a Filosofia Clássica, desde Aristóteles, bem como o Cristianismo, e isto foi justamente o ponto inicial para esta tese de doutorado.

Ao me questionar sobre a condição de subordinação feminina e, particularmente, sobre as origens da primeira onda feminista na Europa, busquei tentar compreender contra o quê se lutava: havia realmente uma ideia de inferioridade feminina, isto é, um estado natural de inferioridade da mulher ou se tratava do ato proposital de inferiorizá-la? Quais eram os discursos que legitimavam essa inferiorização? Quais eram os impeditivos legais e sociais para a emancipação da mulher? Seria possível tratar a luta por emancipação como uma?

---

<sup>8</sup> PERROT, *Op. Cit.*, 2017, p.17.

<sup>9</sup> PERROT, *Ibidem*, 2017, pp. 21-22.

Estes questionamentos foram o ponto de partida para a criação de meu projeto de tese. Em seguida, dei início à busca por fontes que respondessem a estas perguntas, aspirando encontrar um possível objeto de pesquisa, o qual deveria mostrar toda a complexidade e nuances do conceito “emancipação”. Pesquisando sobre os jornais oitocentistas brasileiros voltados para mulheres, me deparei com *A Família: jornal literário dedicado a educação da mãe de família* (1888-1897), da professora e redatora-chefe Josephina Álvares de Azevedo. Ao contrário de outros periódicos que consultei, este continha opiniões divergentes sobre a ideia de emancipação feminina, transformando-se num palco de debates acerca deste assunto, o que me fez escolhê-lo como fonte. De início, o jornal *A Família* seria a única fonte primária a ser trabalhada, entretanto, conforme a pesquisa avançou e me deparei com a multiplicidade de pautas e opiniões, percebi que era necessária a comparação com outros impressos, a fim de averiguar em profundidade minha hipótese.

A hipótese aqui levantada é que, embora a ideia iluminista de instrução feminina fosse utilizada para reforçar funções e hierarquias dentro da sociedade patriarcal, ela também deu às mulheres um estiramento de mundo. Ao ter a possibilidade de se instruir, a mulher também ganhou a chance de emancipar-se, pois lhe era dada a capacidade de contestação. Ao ter acesso à leitura e, mais ainda, à escrita na grande imprensa, foi possível que elas se organizassem em torno de suas próprias necessidades, rompendo com estruturas de poder há muito definidas e encontrando novos rumos para sua própria realidade, efetivando seu papel de agente da história.

Considerando esta hipótese, parti do mapeamento dos discursos de inferioridade para, então, contrapô-los aos discursos emancipacionistas presentes principalmente em jornais, respeitando a multiplicidade de opiniões que, tantas vezes, mesclavam perspectivas mais progressistas com conservadoras.

Escritos como *Os Excluídos da História* e *Minha História das Mulheres*, de Michelle Perrot, ou ainda, *Virtuosas e Perigosas*, de Tânia Morin, possibilitaram os primeiros direcionamentos do meu projeto de pesquisa quanto a esses discursos que fortaleciam a perspectiva de inferioridade. Num primeiro momento, julguei que seria repetitivo abordar um viés religioso dessa inferioridade, tendo em vista o número de trabalhos que tratam o tema em profundidade, especialmente aqueles dedicados ao Medievo. Deste modo, selecionei o discurso filosófico e o médico-biológico – tão em voga nos Oitocentos – como pontos de partida. Posteriormente, reconheci que esses discursos eram atravessados por uma visão cristã de mundo e que, apesar de muitas vezes negarem esse viés religioso, não deixavam de se aproximar dele.

Devido a isto, agrupei os discursos de inferioridade da mulher em três grandes blocos, sendo eles: o discurso religioso, o filosófico Iluminista e o médico-biológico; que deram origem ao primeiro capítulo da tese, intitulado *O Discurso como Poder: a legitimação da inferioridade feminina*. O objetivo era mapear o imaginário social europeu acerca das mulheres e, particularmente, encontrar seus limitadores históricos em relação à conquista de direitos civis e políticos, especialmente a partir da virada do século XVIII para o XIX, quando também eclodiram os discursos pró-emancipação da mulher devido à Revolução Francesa.

De forma geral, o discurso cristão apresentava a mulher como fruto do pecado original, herdeira de Eva e que, por isso, precisava estar constantemente sob vigilância. Ela é a origem do mal e da desordem, oposta ao homem, representado pela ordem e pela razão. Contudo, uma vida de devoção, castidade, abnegação e obediência poderiam levá-la à redenção, seguindo os passos da Virgem Maria.

Esta perspectiva negativa sobre a mulher e a oposição de sua essência em relação ao homem também são encontradas nos escritos de alguns filósofos das Luzes, que foram responsáveis por atrelar uma inferioridade moral à natureza feminina, colaborando para difundir a ideia de que a mulher estaria ligada a aspectos como a dissimulação, vaidade e futilidade, sendo vistas como um ser que pendia a vícios e malícia, além de ter uma frequente inclinação para o luxo, intrigas e trapaças. Neste cenário, Rousseau desponta como principal autor, mas ainda é acompanhado por nomes ilustres como Voltaire e Diderot, bem como outros colaboradores da *Enciclopédia*.

Em paralelo a esta visão negativa, também emergia um modelo ideal em torno da figura feminina, que vinha se somar à perspectiva religiosa. Esta idealização esteve particularmente atrelada à obra *Emílio ou da educação* (1762), na qual Rousseau propunha que a educação feminina fosse voltada exclusivamente para o casamento, maternidade e domesticidade. Modelo este que foi largamente adotado na Europa, principalmente na virada do século XVIII para XIX, consolidando a imagem de uma mulher educada e instruída, mãe dedicada, esposa subserviente e recatada, acompanhando o modelo de civilidade nascente, sem romper com as projeções de “mulher cristã”.

No decorrer do século XIX, ainda se consolidou a crença na inferioridade biológica feminina, legitimada pelo discurso científico que afirmava ter provas empíricas do fato. A fragilidade emocional e física, a mediocridade de raciocínio, a tendência ao desgoverno sexual, estudos que eram motivo de debates na esfera pública, sendo amplamente difundidos, fortalecendo ainda mais a ideia de impossibilidade de autotutela e, conseqüentemente, sua



incapacidade de participar dos assuntos públicos. Desta forma, o discurso científico se uniu ao religioso e ao filosófico, ratificando o controle e delimitando a esfera de ação feminina.

Isto não significava, porém, que esta esfera fosse nula, tampouco, que as mulheres não reivindicassem direitos civis e políticos. Na contramão de um imaginário de total dominação, como tantas vezes a própria historiografia difundiu, trouxe obras de mulheres e homens que tentavam refletir sobre a questão feminina e defender emancipação da mulher. Figuras como Marie de Gournay, Poullain de la Barre, Chordelos de Laclos, Condorcet, Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft serão centrais nessa reflexão. Neste primeiro capítulo, então, exponho estes embates discursivos a fim de refletir sobre a *polêmica das mulheres*, temática que passa a aparecer gradualmente no Brasil no decorrer do século XIX.

No segundo capítulo, nomeado *O processo civilizatório brasileiro e o alvorecer da emancipação feminina*, visei contextualizar a situação da mulher no caso brasileiro, partindo de sua herança colonial, a fim de abordar as funções sociais femininas, seus espaços de atuação, os aspectos da sua vida privada e como isto variava de acordo com fatores como: as camadas sociais, situação de escravidão ou liberdade e, até mesmo, se habitava o interior ou uma capital de província.

Tratei, então, das mudanças estruturais ocorridas após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil (em 1808) e particularmente no pós-independência, período no qual as elites tentaram substituir a imagem de “atraso” da antiga colônia pela de *civilização e progresso* da nação emergente, conceitos estes que permearam não só as pretensões políticas, mas também o novo imaginário social. Neste sentido, tracei um panorama de algumas transformações materiais, comportamentais e de mentalidade, apontando rupturas e continuidades com a herança patriarcal, permeada por preconceitos sociais e de raça.

O objetivo central deste segundo capítulo era compreender como as novas ideias europeias no que se refere à mulher adentraram o território brasileiro – particularmente aquelas ligadas às Luzes e ao desenvolvimento científico –, trazendo novas perspectivas quanto à inferioridade feminina, mas também quanto à necessidade de sua adequação a um modelo ideal de mulher moderna, principalmente no que concerne à instrução formal e função social, entrando em choque com a realidade local. Ou seja, apesar das Luzes e da ciência trazerem para o Brasil novas formas negativas de encarar a mulher, também trouxeram um discurso civilizador que abria novas possibilidades para as mulheres abastadas, anteriormente exclusivamente restritas à esfera privada, sem acesso à educação, ao entretenimento, ao trabalho remunerado e ao debate público.

Este fluxo de ideias que chegava ao Brasil – tanto ligadas à inferioridade da mulher, quanto visando sua emancipação – não representava uma mera reprodução, mas sim novas apropriações, novos usos e, até mesmo, distorções que faziam com que esses discursos se adequassem à realidade local. Como consequência direta disto temos, por exemplo, a primeira onda de reivindicações em prol da emancipação feminina, encabeçada pelo ineditismo de Nísia Floresta e que teve continuidade ao longo da segunda metade do século XIX com outras mulheres, tendo como principal bandeira a educação.

A partir do terceiro capítulo, o foco passa a ser a imprensa feminina em si, no sentido dado por Dulcília Buitoni (2009), isto é, focada exclusivamente neste público. Este foi o meio que encontrei de ter acesso aos anseios, opiniões e denúncias das mulheres. Devo ressaltar que as mulheres tratadas no decorrer de toda a tese são de alta classe ou aburguesadas, configurando um recorte muito específico e restrito quando comparado à massa de mulheres livres pobres ou escravizadas. Por outro lado, o fato dessas mulheres se lançarem à imprensa, tanto como jornalistas quanto como leitoras-colaboradoras, além de representarem um público leitor de impressos feitos exclusivamente para elas, já demonstra as transformações que vinham ocorrendo e sua gradual inserção na esfera pública.

Não podemos negar que, embora de alcance limitado e com público privilegiado, esses impressos são uma fonte profícua para resgatar memórias, reavaliar antigos pontos de vista sobre a condição feminina e deixar que elas mesmas contem sobre suas realidades de vida. Esses vestígios de um passado no qual a ideia de dominação e a vontade de exercer um papel de subserviência coexistem, tem muito a colaborar com a História das Mulheres, ainda que as emancipacionistas estabeleçam um recorte social e racial de quem deveria usufruir da conquista de direitos civis e políticos. A própria utilização do termo *mulher* no singular tem como objetivo salientar essa pouca pluralidade, sendo proposital não só pelo fato de delimitar quem eram essas mulheres, mas também porque foi desta forma que me deparei com seu uso nos periódicos.

Dito isto, passamos ao segundo grande bloco desta tese, composto pelo terceiro e quarto capítulos, que tem o foco na imprensa feminina, mais especificamente, em jornais e revista que transitaram em períodos próximos ou concomitantemente ao jornal *A Família*, a fim de compará-los em relação às pautas e formas de abordagem.

Devo salientar que, apesar de utilizar o conceito cunhado por Buitoni (imprensa feminina), decidi não caracterizar os periódicos da mesma forma que a autora, ou seja, estritamente como “tradicionais” ou “progressistas”, com o intuito de reconhecer que embora existissem impressos de viés conservador voltados para o público feminino que

fossem contrários à emancipação da mulher e que tivessem uma postura muito coesa quanto ao tema; os impressos progressistas não mantêm uma postura una, isto é, podiam sofrer oscilações dependendo da pauta que era abordada, a exemplo de instrução, trabalho qualificado e direitos políticos.

Neste sentido, o terceiro capítulo – *As Múltiplas Faces da Emancipação da Mulher* – principia com o apontamento de alguns frutos desse processo de modernização brasileira, como o acesso feminino à instrução, o aparecimento e consolidação da *imprensa feminina*, demonstrando sua íntima relação com o alargamento da ideia de emancipação no Brasil. Para pensar essa imprensa e este público, foram selecionados três periódicos: *A Família: jornal literário dedicado a educação da mãe de família* (São Paulo/Rio de Janeiro, 1888-1897), *Echo das Damas* (Rio de Janeiro, 1879-1888), *O Jornal das Famílias* (Paris/Brasil, 1863-1878). O primeiro traz uma perspectiva mais progressista no que diz respeito à emancipação da mulher; o segundo, por sua vez, se coloca de forma mais moderada sobre o tema, variando para mais ou menos progressista conforme o assunto tratado; enquanto o terceiro é um impresso de viés mais conservador. Além disso, foram periódicos com boa capilaridade em território brasileiro, com uma vida longa e com um bom reconhecimento de público, fatores que favorecem a comparação.

Para realizá-la, optei em fazer uma divisão temática em dois grandes eixos: o primeiro é ligado ao sentido de *utilidade* da mulher; enquanto o segundo está relacionado a avanços que estão para além deste sentido. Quanto à utilidade, percebi que as pautas de instrução e trabalho eram centrais e se transpassam, afinal, quando as emancipacionistas reivindicavam o direito ao trabalho, falavam de trabalho qualificado, que depende de uma formação para ser exercido e deveria corresponder a um prestígio social, fazendo com que a mulher fosse vista como uma figura *útil* à sociedade e não só à família. No segundo tópico, abordo outros direitos que não relacionam as mulheres à ideia de utilidade, portanto, aparecem pautas como o casamento civil e o divórcio, bem como a garantia de direitos políticos.

No quarto e último capítulo, intitulado *Ser mulher emancipada: da Monarquia à República*, comparo impressos contemporâneos ao jornal *A Família*, que também trazem a pauta da emancipação da mulher e, mais do que isso, experimentam os impactos da mudança de regime político sobre a questão feminina.

Os periódicos escolhidos para a comparação foram: *A Pátria Mineira: órgão da ideia republicana* (São João Del-Rey, 1889-1894), *A Palavra: revista literária dedicada à instrução e recreio da mulher* (Pão de Açúcar, 1889-1898), *O Sexo Feminino: semanário*

*dedicado aos interesses da mulher* (Campanha, 1873-1889) e o *Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (Rio de Janeiro, 1889-1890).

Neste último capítulo trago alguns impactos na vida das mulheres no que diz respeito à garantia de direitos durante a transição da Monarquia para a República, demonstrando que republicanismo não era sinônimo de democracia, tampouco de emancipação feminina. Inicialmente, havia uma euforia esperançosa com o novo regime e a possibilidade de conquistar novos direitos, mas o que se viu na prática foi um discurso oficial de governo que incentivava o retorno das mulheres à esfera privada, inclusive, retrocedendo em alguns direitos assegurados desde os tempos imperiais, como o acesso ao ensino superior.

Como consequência, tem início um período de novos debates na imprensa feminina, em particular na de viés progressista-emancipacionista. Afinal, o que seria cabível à mulher dentro da República? Ela conquistaria sua emancipação? Como seria sua nova identidade? Encarnaria a figura de mãe zelosa e esposa recatada retornando ao âmbito doméstico ou aquele era o momento para lutar ainda mais por liberdade e igualdade? Essa igualdade também era extensível a mulheres negras e pobres no contexto pós-escravidão?

As inúmeras surgidas naquele momento colaboraram para que a imprensa feminina ganhasse contornos mais complexos, atuando como um espaço de partilha de visões políticas e de sensibilidades, no qual cada mulher, ao mesmo tempo em que tinha um ponto de vista muito específico acerca do mundo e de sua realidade, também se envolvia numa rede em que podia desfrutar de uma infinidade de opiniões que ressignificavam o que era ser mulher e pertencer àquela sociedade, dando um sentido de pertencimento àqueles pequenos grupos.

Deste modo, é possível demonstrar que apesar das limitações impostas ao belo sexo, dos poucos recursos que dispunha e de suas escassas oportunidades de atuação no mundo público, a imprensa foi um instrumento que contribuiu significativamente para que as mulheres rompessem a clausura da esfera privada e o silenciamento de suas vozes, passando a levar seus anseios, angústias e reivindicações a público, ou melhor, à opinião pública. Destarte, tentavam conferir visibilidade e reconhecimento às suas próprias demandas e criar uma rede de apoio e debate, onde as questões da vida feminina pública e privada se entrelaçavam.

Pensando na complexidade do tema, optei por um quadro teórico interdisciplinar, unindo História Política, Sociologia e Filosofia, a fim de tratar com a devida profundidade a questão da dominação e da emancipação feminina enquanto ação política e construtora de um novo imaginário e, para tal, utilizei alguns conceitos-chave que aparecem ao longo da tese.

O primeiro deles é o entendimento acerca do universo político cunhado pelo filósofo Jacques Rancière, destacando os conceitos de: *polícia*, *política* e *político*. O uso deste autor se justifica pelo fato de que não é preciso haver um quadro de direitos políticos instituído para que haja atuação política, pois ela representa o próprio embate discurso entre vozes que representam o *status quo* e vozes sem representatividade que são propositalmente silenciadas.

Neste sentido, é necessário salientar que os três conceitos cunhados por Rancière não condizem com os significados usuais desses termos, tomando novos contornos. A *polícia* diz respeito ao “conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”<sup>10</sup>. No entanto, esta força não atua somente através de instituições de Estado, podendo ser representadas por outras instâncias, a exemplo da família, igreja e educação formal. Ela é, assim, responsável pelo consenso, sendo representada por todas as formas de controle material e simbólico que garantam a manutenção das posições hierárquicas e suas funções sociais, assegurando a estabilidade do *status quo*.

A *política*, por sua vez, é o espaço do dissenso, confrontando e perturbando a ordem consensual. Nas palavras de Jacques Rancière, a política deve ser entendida enquanto um “jogo das práticas guiadas pela pressuposição de igualdade”<sup>11</sup>. Ou seja, um grupo ou categoria entende que está excluído de determinado direito que, supostamente, deveria ser garantido a todos. A tomada de consciência dessa situação faz com que esse mesmo grupo se una temporariamente num processo de desclassificação – tornando-se “um próprio impróprio”, como coloca o autor – já que os indivíduos estão juntos momentaneamente abrindo mão de particularidades por estarem numa situação de entre lugar a fim de requerer igualdade: “diversos nomes, estatutos ou identidades; entre humanidade e inumanidade, a cidadania e sua recusa (...)”<sup>12</sup>.

Este movimento dinâmico de confronto entre *polícia* e *política* forma o campo do *político*. Neste campo, a ação política se caracterizará, basicamente, pela possibilidade de voz de discurso que contesta e embaralha posições e funções sociais, enquanto a ação policial tenta abafá-la. Não há aqui o estabelecimento de uma relação causal – como ocorre no viés marxista – ao contrário, Rancière aponta a imprevisibilidade desses confrontos, já que

<sup>10</sup> RANCIÈRE, J. *O Desentendimento: Política e Filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 10

<sup>11</sup> RANCIÈRE, J. *Nas Margens do Político*. Lisboa: KKYM, 2014, p. 69.

<sup>12</sup> RANCIÈRE, *Ibidem*, 2014, p.72.

manifesta a pluralidade do mundo real e a reinvenção constante do discurso consensual visando garantir sua manutenção.

Em consonância com o pensamento cunhado pelo filósofo Jacques Rancière, utilizei o conceito de *dominação* de Max Weber para pensar a atuação policial. Deste modo, entende-se como dominação “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) de um determinado grupo de pessoas”<sup>13</sup>. Weber identifica três tipos de dominação pura<sup>14</sup>, das quais selecionei para o desenvolvimento desta pesquisa: dominação racional e dominação tradicional<sup>15</sup>.

A primeira baseia-se na crença de legitimidade da ordem instituída, bem como no direito de mando daqueles que estão nomeados a exercer tal dominação, sendo esta legalizada judicialmente. Ou seja, existe um pacto de ordem pelos membros de uma determinada associação (neste caso, a nação), no qual regras abstratas são instituídas juridicamente e vigoram em sociedade, devendo ser obedecidas por todos. Dito isto, podemos ligar dominação racional a todas as leis que controlavam o espaço de atuação civil e político feminino, colocando apenas homens em posições de poder na esfera pública.

O segundo tipo de dominação, por sua vez, fundamenta-se na obediência em virtude da dignidade pessoal de algum indivíduo, diretamente atribuída pelas tradições. Neste caso, voltei-me para a delimitação do patriarcalismo, o qual Weber define como sendo “a situação em que, dentro de uma associação (doméstica), muitas vezes primordialmente econômica e familiar, a dominação é exercida por um indivíduo determinado (normalmente) segundo regras fixas de sucessão”<sup>16</sup>. O autor ainda destaca que este tipo de dominação exerce-se materialmente e, por este motivo, é percebida, em parte, como interesse dos associados que a ela se submetem – muitas vezes, não sendo percebida como apropriação livre do direito de dominação por parte do senhor. Por não haver um quadro administrativo instituído, esta figura depende exclusivamente do reconhecimento de sua legitimidade e da vontade de obedecer de seus associados, reconhecidos por ele como companheiros.

Embora Weber perceba o patriarcalismo como algo exclusivo do âmbito doméstico, decidi estender seu conceito ao uso do adjetivo *patriarcal* – a exemplo de *sociedade patriarcal* –, abarcando os costumes e a moralidade, os quais estão em relação dialética com

<sup>13</sup> WEBER, Max. “Os tipos de dominação”. In: Economia e Sociedade. Brasília: Editora da UNB, 1999, p. 139. Disponível em: <[www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br)>. Acessado em: 20 de setembro de 2017.

<sup>14</sup> Os três tipos apresentados por Weber são: dominação racional, que seria referente à ordem institucionalizada; dominação tradicional, ligada aos costumes; dominação carismática, ligada à figura de um líder carismático. Para saber mais, consultar: *Idem*.

<sup>15</sup> WEBER, *Op. Cit.*, 1999, p. 141.

<sup>16</sup> WEBER, *op. Cit.*, 1999, p. 151.

a esfera pública. Ou seja, embora esta dominação se faça sentir mais fortemente na esfera privada, também há uma grande pressão social para que determinadas condutas sejam seguidas à risca na vida pública. No caso feminino, tal dominação se faz sentir ainda mais pela ideia de inferioridade e necessidade de tutela, contando com a vigilância social para que atue dentro dos limites estabelecidos pelos bons costumes.

É importante frisar que Weber considera a legitimidade da dominação apenas como uma probabilidade, em outras palavras, acredita que a obediência<sup>17</sup> de indivíduos e até de grupos inteiros pode estar ligada a uma série de fatores, sejam eles racionais e/ou legais, afetivos, econômicos ou de interesse material, bem como por hábito ou costume. O mesmo afirma que a obediência também pode ser dissimulada, tanto por algum tipo de interesse ou simples desamparo do(s) indivíduo(s) que a ela se submetem.

Considerando a questão da probabilidade da legitimidade levantada por Weber, bem como da possibilidade de voz de discurso dissensual (política) defendida por Rancière, fundamento a luta pela emancipação feminina como uma forma de atuação política, apesar das dificuldades e silenciamentos enfrentados pelas mulheres, fossem esses entraves institucionalizados ou não. A tentativa da ruptura com o modelo patriarcal demonstra não só a consciência deste estado de dominação, tal como a possibilidade de procurar deslegitimá-lo e buscar não se submeter ao mesmo.

Nesta pesquisa, a emancipação feminina será tratada a partir dos múltiplos entendimentos presentes nos jornais abordados, configurando um conceito complexo e não-acabado. Considero, então, a imprensa feminina como uma forma que aquelas mulheres encontraram para requerer voz de discurso e, assim, reivindicar direitos civis e políticos. A imprensa atuava, desta forma, como um espaço público de embates políticos, no qual a visão hegemônica entrava em choque com esta voz desestabilizadora, que rompia com as regras hierárquicas de quem possuía poder e de quem a ele se submetia.

Veículos de expressão e formadores de opinião, os jornais emancipacionistas aspiravam apoio à luta travada por estas mulheres através da mobilização da opinião pública, outro conceito a ser tratado nesta pesquisa. Aqui ele será abordado a partir da definição de Moraes Silva (1890), levantada por Lúcia Neves no *Léxico de conceitos políticos do Brasil*: “[...] o que o público pensa; o que se diz ou julga em geral a respeito de uma questão social,

---

<sup>17</sup> Obediência, na perspectiva weberiana, é entendida como um ato de submissão que pode ser motivado por inúmeros fatores, estejam eles associados ou não, indo desde o hábito inconsciente, a afetividade, até o interesse material e fatores legais. Em suma, a obediência faz parte de toda relação autêntica de dominação e está diretamente ligada à crença na legitimidade de quem exerce o poder. Para saber mais, consultar: WEBER, *Ibidem*, 1999, p.139.

política, econômica, patriótica ou de interesse nacional, ou sobre pontos de religião, de moralidade, de honra”<sup>18</sup>.

A percepção da imprensa como empresa educativa, com a capacidade de legitimar ideias e/ou identidades, difundindo discussões que rompiam o circuito escrito e difundiam-se através da oralidade – dada a baixíssima taxa de alfabetização nacional – demonstram a importância deste instrumento como divulgador de opiniões. Há ainda de se levar em consideração que o público alvo era de mulheres letradas das altas camadas sociais, o que facilitava ainda mais a difusão da ideia de emancipação, já que muitas explicitam se sentirem excluídas da atuação pública apesar do desenvolvimento de suas faculdades intelectuais, isto é, do acesso à instrução.

O termo *emancipação* é recorrente em quase todos os jornais trabalhados, mas somente é possível encontrar a palavra “feminismo” no jornal *A Família*, devido a sua linha editorial mais progressista e, principalmente, à forma pejorativa com que o termo “feminismo” era encarado, visto como uma inversão de papéis ou ainda, pretensão de dominação feminina. A fim de evitar anacronismos, *feminismo* será entendido tal qual no século XIX, a partir da definição de Charles Fourier, isto é, como “doutrina visando a extensão do papel da mulher”<sup>19</sup>. Tal ideia articula-se à de emancipação, que pretende ser uma ampliação da ação feminina tanto na esfera privada, quanto na pública, o que também implicaria o alargamento de direitos civis e políticos.

A articulação entre estas concepções se torna ainda mais evidente se recorrermos ao significado que o termo feminismo ganhou na virada para o século XX: “Movimento social que tem por objeto a emancipação da mulher, a extensão de seus direitos tendo em vista a igualdade de seu estatuto com o do homem, em particular no domínio jurídico, político, econômico; doutrina, ideologia correspondente”<sup>20</sup>. Apesar de esta última definição ser a mais se aproxima da perspectiva tratada pelo editorial do jornal *A Família*, há de se compreender que o termo não aparece de forma fechada, encerrado em si, e que a opinião das leitoras dos diversos periódicos sobre o assunto também é algo a ser explorado nesta pesquisa.

<sup>18</sup> MORAES SILVA *apud* NEVES. “Opinião pública”. In: FERES JR., João (Org). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, pp. 182-183.

<sup>19</sup> Ao buscar a etimologia do termo no Centre National de Ressources Textuelles e Lexicales, me deparei com a definição de Fourier (1837): “doctrine visant à l’extension du rôle des femmes”. Disponível em: <[www.cnrtl.fr](http://www.cnrtl.fr)>. Acessado em: 20 de setembro de 2017.

<sup>20</sup> Quando buscamos pelo termo “feminisme”, encontramos: Mouvement social qui a pour objet l’émancipation de la femme, l’extension de ses droits en vue d’égaliser son statut avec celui de l’homme, en particulier dans le domaine juridique, politique, économique; doctrine, idéologie correspondante”. Disponível em: <[www.cnrtl.fr](http://www.cnrtl.fr)>. Acessado em: 20 de setembro de 2017.



É igualmente importante ressaltar que não é objetivo central deste estudo um aprofundamento em questões de gênero, embora ela esteja presente quando lidamos com a questão da identidade feminina e com a perspectiva médica acerca da mulher. É sabido que até o século XVII considerava-se apenas um sexo, o masculino, e dois gêneros que eram definidos pelas posições e funções sociais assumidas por homens e mulheres. Durante o século XVIII, com o avanço da Medicina, foi criada a concepção de dois sexos naturais – homem e mulher, ou ainda, macho e fêmea – e mantiveram dois gêneros, que continuavam a ser definidos da mesma forma.

Dito isto, afirmo que o mais relevante não é a definição em torno do que era considerado sexo ou gênero, mas sim perceber que essas mulheres não pretendiam romper com funções sociais e identidades que eram atreladas ao seu gênero. A construção de noções de feminilidade diretamente conectadas ao decoro, recato, docilidade, refinamento, casamento e maternidade não estavam sendo colocados em xeque. O que se buscava com a luta emancipacionista era somente o alargamento de direitos e possibilidades de atuação na esfera pública, sem “abandonar” o que era visto como função social da mulher.

No que tange à *educação* e *instrução*, utilizarei estes dois conceitos a partir da perspectiva de Mônica Yumi Jizenji, na qual a *educação* significa majoritariamente um encaminhamento moral ao virtuosismo, que parte da imagem da boa filha e culmina na figura da esposa dedicada e mãe zelosa, formando no imaginário social a figura-modelo a ser seguida pelas mulheres. E, em acréscimo, a *instrução*, que era vista como a educação formal básica – entende-se aqui, educação primária e voltada para o lar – igualmente necessária para formar moças de bons dotes, isto é, agradáveis companheiras, administradoras da casa e boas educadoras da prole.

O caminho aberto pela instrução, no entanto, legou às mulheres a possibilidade de entrar em contato com ideias feministas vindas da Europa e interpretadas das mais diversas formas no território brasileiro. Figuras como Nísia Floresta, por exemplo, foram essenciais nessa difusão, traduzindo obras de escritoras europeias. A instrução tornava-se, então, o primeiro passo rumo à emancipação feminina e é uma das principais bandeiras defendidas pelos jornais emancipacionistas.

Desta forma, temos uma concepção de imaginário sobre como deveria ser a mulher, sendo legitimado pela ação policial, enquanto outros imaginários se formavam, sendo construídos pelas próprias mulheres, pautados em suas aspirações e subjetividades. Portanto, é necessário pensar em como esse conflito de discursos e imaginários se dá em âmbito real, mostrados através dos jornais.

O conceito de *imaginário social* foi tratado através da visão de Baczko, no qual signos se desdobram em sistemas simbólicos gerando inteligibilidade. A partir disto, visto estabelecer uma relação dialética na qual os símbolos foram “construídos a partir da experiência dos agentes sociais, dos seus desejos, aspirações e motivações”<sup>21</sup>, atuando como uma resposta aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais; ao mesmo tempo em que também atuaram como uma força reguladora e de coesão social, ajudando a definir identidades, papéis e hierarquias, construir crenças e costumes, estereótipos e sistemas de valores.

Além disso, outros conceitos são essenciais para a compreensão da emancipação que se pleiteava, sendo eles: *cidadania*, *direitos civis* e *direitos políticos*. Segundo José Murilo de Carvalho, a cidadania se desdobra em direitos civis, políticos e sociais. Como no final do século XIX ainda existia uma enorme distância para a conquista de direitos sociais e, ademais, a pesquisa está focada em mulheres da alta classe, voltei-me aos direitos civis e políticos das mulheres.

Carvalho afirma que direitos civis são aqueles considerados fundamentais em relação “à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”<sup>22</sup>, se baseando numa Justiça independente e eficiente, bem como tendo como pedra de toque a liberdade individual. O autor também destaca que é possível haver direitos civis sem direitos políticos, pois este último diz respeito à participação ativa do cidadão no governo da sociedade. Deste modo, a existência de alguns direitos civis – como acesso à educação, por exemplo – não garantiam às mulheres seus direitos políticos. Já no que concerne aos direitos políticos, “[...] seu exercício é limitado à parcela da população que consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado”<sup>23</sup> e, por isso, não pode estar desvinculado do direito civil.

Assim, é possível concluir que a cidadania plena seria a combinação de liberdade, participação e igualdade (esta última, garantida pelos direitos sociais). Todavia, este ideal desenvolvido no Ocidente é visto como utópico pelo autor, ainda que sirva de parâmetro de julgamento para a qualidade da cidadania exercida em dado momento e lugar.

No que se refere à cidadania brasileira no final do período Imperial e início do período Republicano, Carvalho aponta que foram poucas as mudanças de um regime político

---

<sup>21</sup> BACZKO, Bronislaw. “A Imaginação Social”. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 311.

<sup>22</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 9.

<sup>23</sup> *Idem*.

para o outro, sendo a mais relevante a adoção de um modelo federativo, tal qual os Estados Unidos da América, colaborando com uma descentralização de poder a partir da eleição de presidentes de estados e prefeitos. Em suma, o autor destaca que:

Pelo lado legal, a Constituição republicana de 1891 eliminou apenas a exigência de renda de 200 mil-réis que [...] não era muito alta. A principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. Continuavam também a não votar as mulheres, os mendigos, os soldados, os membros da ordem religiosa<sup>24</sup>.

No que concerne à realidade feminina, a proclamação da República não apresentou acesso a direitos políticos, ou seja, as mulheres continuaram a não serem consideradas cidadãs, já que não possuíam a capacidade de se autotutelar, estando sempre sob responsabilidade do pai ou do marido. Já no que se refere à conquista de direitos civis, as mulheres também experimentaram um retrocesso durante a Primeira República, se comparada ao período Imperial, especialmente em relação à educação formal e atuação fora do lar. Para abordar esses avanços e retrocessos dos direitos civis femininos, trouxe como fontes secundárias códigos civis, criminais, bem como alguns decretos.

Desta forma, viso entender toda a complexidade que envolve a emancipação feminina e como os diversos discursos que envolvem a mulher se entrecruzam, a saber: sua função social, o peso de seu sexo biológico, a maternidade e o casamento como missões divinas e sua busca por direitos civis e políticos. Neste sentido, desenvolvi um trabalho que visa confrontar os modelos de dominação masculina, apoiados em discursos legitimadores – religioso, filosófico e médico – e na idealização de um modelo feminino a ser seguido, mostrando que, apesar das limitações impostas, as mulheres foram capazes de se organizar em prol da possibilidade de subversão a tal dominação, atuando nas margens do político.

---

<sup>24</sup> CARVALHO, *Ibidem*, 2004, p. 40.

## 1 O DISCURSO COMO PODER: A LEGITIMAÇÃO DA INFERIORIDADE FEMININA

Quando pensamos sobre a História das Mulheres no Ocidente, em geral, alguns termos nos vêm à mente: dominação, submissão, controle e poder. A princípio, parece clara a relação de sujeição feminina, resultando numa dissimetria estrutural na relação de poder entre os sexos. No entanto, várias análises vêm produzindo críticas a esta perspectiva, considerando-a simplista e reducionista, incapaz de compreender que nenhuma dominação pode se dar de forma completa. É preciso, então, estar atento às nuances e brechas das relações de poder. Mas, afinal, que poder seria este?

“Dominar”, “dirigir”, “grupo no poder”, “aparelho de Estado”, etc., há nisso todo um jogo de noções que demandam ser analisadas. Da mesma forma, seria preciso saber até onde se exerce o poder, por quais relés e até quais instâncias, com frequências ínfimas, de hierarquia, de controle, de fiscalização, de interdições, de coações. Ninguém, para falar com propriedade, é seu titular; e, no entanto, ele se exerce sempre em uma certa direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o tem; mas se sabe quem não o tem.<sup>25</sup>

Podemos pensar esse poder como um conjunto de estratégias, sejam elas políticas, sociais, culturais e/ou jurídicas, que segundo a perspectiva foucaultiana são pensadas e articuladas para garantir o controle sobre determinados grupos. Além disso, sabemos que o poder também pode ser pensado na esfera do discurso. Um discurso que cria consenso, que organiza funções sociais, estruturas políticas, hierarquias e produz conhecimento autorizado.

Então, se as limitações impostas pelas estratégias de poder afetavam diretamente a vida prática feminina, limitando seus direitos políticos e civis, também precisamos reconhecer que os discursos produzidos acerca da mulher foram fatores determinantes para a legitimação de tais ações. Afinal, o poder de falar, de se expressar publicamente e ser “ouvido” foi, por muitos séculos, um privilégio masculino. A política, a filosofia, o direito, as ciências e a religião eram campos dominados pela perspectiva de *superioridade masculina*, que se fazia sentir tanto na esfera pública quanto na privada, embora isto não significasse uma dominação total, já que as relações de poder implicam necessariamente em relações de enfrentamentos. Nas palavras de Foucault: “Não há relações de poder que sejam complementemente triunfantes e cuja dominação seja incontornável.”<sup>26</sup> Indo ao encontro do pensamento de Jacques Rancière, que vê neste enfrentamento o próprio ato político. Sendo

<sup>25</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 75.

<sup>26</sup> FOUCAULT, M. “Poder e Saber”. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.) *Ditos e Escritos IV, Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 231-232.

assim, neste primeiro capítulo, apresentaremos os discursos consensuais que ajudaram a construir historicamente a perspectiva de inferioridade da mulher e a garantir seu afastamento da esfera pública, em outras palavras, do próprio campo discursivo.

Segundo Jacques Rancière, esse tipo de discurso consensual atua como força policial. Para ele, a *polícia* diz respeito ao “conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”<sup>27</sup>. Esta força não atua somente por meio de instituições de Estado, podendo ser representada por outras instâncias, a exemplo da família, da religião, da moral e da educação. Deste modo, ela é responsável pelo consenso, sendo representada por todas as formas de controle material, estético e simbólico que garantam a manutenção das posições hierárquicas e suas funções sociais, assegurando a estabilidade do *status quo*.

Esta ação policial não é estática, ao contrário, tem a capacidade de se reinventar conforme as necessidades. Ou seja, a cada novo enfrentamento com um discurso desestabilizador, o *discurso policial* é capaz de se reorganizar, criando novas justificativas para a sua manutenção ou ainda, novas funções sociais e hierarquias que garantam sua hegemonia e controle.

Representando o papel policial, traremos algumas vertentes que fundamentaram a perspectiva de inferioridade feminina, sendo elas: a religiosa, a filosófica e a científica. Estas vertentes apresentam ramificações como, por exemplo, os desdobramentos do pensamento de Rousseau e sua adoção nos tratados de educação, ou ainda, a teoria Darwinista, que influenciou a antropologia criminal e a medicina oitocentista.

Como já dito anteriormente, o enfrentamento entre discurso consensual e dissensual é parte integrante do jogo político, sendo exatamente essa desestabilização o que Rancière denomina de *político*. O discurso dissensual, chamado por ele de *política* deve ser entendido enquanto um “jogo das práticas guiadas pela pressuposição de igualdade”<sup>28</sup>.

Para ele, um grupo de pessoas ou categoria percebe que não tem acesso à mesma igualdade – seja de tratamento, reconhecimento ou direitos – de grande parcela da comunidade, fazendo com que se unam para requerê-la. Isto faz com que o grupo passe por um processo de desclassificação, tornando-se o que o autor chama de “um próprio impróprio”, já que os indivíduos estão juntos momentaneamente abrindo mão de particularidades/individualidades para aderirem a uma situação de *entre* lugar: “diversos

<sup>27</sup> RANCIÈRE, J. *O Desentendimento: Política e Filosofia*, 1996, p. 10.

<sup>28</sup> RANCIÈRE, J. *Nas Margens do Político*. Lisboa: KKYM, 2014, p. 69.

nomes, estatutos ou identidades; entre humanidade e inumanidade, a cidadania e sua recusa (...)”<sup>29</sup>. No caso da primeira onda do feminismo, agrupamos mulheres de diversos países do Ocidente, com situações sociais e culturais completamente diferentes sobre o mesmo signo – *mulher* – a fim de requerer um status de igualdade frente aos homens.

Apesar de isso gerar problemas como generalizações, que igualmente silenciavam outras mulheres que não se encaixassem no padrão de “mulher branca civilizada”, estes discursos desestabilizadores foram um ponto de partida para contestar a pressuposição da superioridade masculina, colocando em questão a falta de direitos das mulheres e a necessidade de emancipação feminina nos âmbitos político, jurídico e financeiro.

Desde os séculos XVII e XVIII, pensadoras e pensadores europeus nos mostram que a dita *polêmica das mulheres* já era debatida e demandava resolução urgente, especialmente após a Revolução Francesa, na qual os ideais de liberdade e igualdade passaram a ser considerados valores universais e inalienáveis ao *homem* que, ao mesmo tempo, representava a humanidade e excluía a parcela feminina da população.

As tentativas de silenciamento destas vozes que denunciavam a situação da mulher, seja durante o período revolucionário ou ao longo do século seguinte, demonstram como o discurso consensual é capaz de se reorganizar. A mulher aburguesada, civilizada aos moldes iluministas, instruída, boa mãe e esposa dedicada surge para conter o impulso emancipacionista, reformulando a função social feminina através da maternidade cívica, sem deixar de lado a perspectiva de inferioridade.

### 1.1 A mulher a partir do Cristianismo

O ponto de partida para pensarmos a questão da inferioridade e subordinação feminina será a questão religiosa, mais especificamente, a visão do Cristianismo em relação às mulheres. Esta escolha se dá por uma série de motivos, sendo o principal o fato de o Cristianismo ser a base do pensamento europeu ocidental, que influenciou diretamente as mentalidades dos colonos nas Américas.

Além disso, a perspectiva cristã não só antecede a filosofia Iluminista e a ciência moderna, como também não é abandonada ou esgotada quando estas surgem. Ou seja, esta visão religiosa continuou a vigorar fortemente no imaginário social, atuando como um

---

<sup>29</sup> RANCIÈRE, *Op. Cit.*, 2014, p. 69.

importante instrumento policial, uma vez que representava um dos pilares do discurso consensual acerca do feminino.

De Eva à Maria, muitas foram as representações femininas reforçadas pela Igreja Católica ao longo dos séculos, mostrando a tendência ao pecado e a possibilidade de redenção. Os discursos de culpabilização, o cerceamento das liberdades, o encaminhamento para uma vida “virtuosa” pautada no casamento e na maternidade, tudo isto envolvia a realidade das mulheres, fosse no âmbito familiar, fosse em comunidade, mas mesmo assim, isto não era garantia de um controle absoluto, tanto na ação, quanto no pensamento.

### 1.1.1. De Eva à Maria: entre o pecado original e a redenção

No livro Gênesis, nos deparamos com a passagem que versa sobre a criação do mundo e todas suas criaturas, incluindo o homem e sua companheira, a mulher. Segundo o Antigo Testamento, no sexto dia, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, dando-lhe também a chance de dominar “os peixes do mar, as aves do céu, os animais e toda a terra”<sup>30</sup>. O homem nascia moldado em barro pelo próprio Criador, que lhe deu o sopro da vida.

Em seguida Deus, disse:

– Não é bom que o homem esteja só. Façamos-lhe uma auxiliar semelhante a ele. Mandou então um sono profundo a Adão e, tirando uma das suas costelas, formou com ela uma mulher. Quando Adão acordou, Deus a apresentou. Assim que a viu, Adão exclamou:

–Eis o osso dos meus ossos e a carne da minha carne.

Adão chamou a mulher de "Eva", que significa *mãe de todos os viventes*.<sup>31</sup>

Jacques Le Goff<sup>32</sup> argumenta que a simbologia em torno da criação de Eva não possui características de hierarquia, mas sim de igualdade entre os sexos. A partir da reinterpretação de Tomás de Aquino, o historiador aponta que a primeira mulher não fora criada de um osso do pé, que poderia demonstrar inferioridade, tampouco um osso da cabeça, que remeteria à superioridade. O osso escolhido por Deus ficava na metade do corpo, o que era um possível indicativo de igualdade entre homem e mulher. Além disso, muitos teólogos apontam que o fato de serem feitos da “mesma carne” reforça esse sentido simbólico de igualdade.

Ao primeiro casal humano foi dada a oportunidade de habitar o paraíso na Terra – o *Jardim do Éden* –, em plena harmonia e inocência, representada pela nudez de ambos. A

<sup>30</sup> Conhecendo a Bíblia Sagrada. *As Origens*. Disponível no site: <<https://www.bibliacatolica.com.br>>. Acessada pela última vez em: 01 de novembro de 2019.

<sup>31</sup> *Idem*.

<sup>32</sup> LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

eles tudo era permitido, exceto provar do fruto da árvore que ficava ao centro do jardim, a *árvore da ciência do bem e do mal*, sob a ameaça de morte caso cometessem este delito.

No entanto, ao ouvir da serpente que a morte não ocorreria e que, assim como Deus, passaria a conhecer o bem e o mal, Eva ousou provar do fruto proibido e convenceu Adão a fazer o mesmo. Na leitura de Santo Agostinho, reinterpretada por Duby<sup>33</sup>, Eva comete o pecado por dois motivos: primeiramente, por cobiça de um poder autônomo e, em segundo lugar, por orgulho, pressupondo uma vontade de superioridade a todos, igualando-se ao próprio Criador.

Ao morder a maçã, o casal imediatamente se deu conta de que estava nu e se cobriu com folhas, evidenciando a perda de inocência que logo foi notada por Deus. Percebendo a transgressão, Deus os pune com a expulsão do Jardim do Éden e lhes decreta as respectivas sentenças pela falta cometida.

À mulher [Deus] disse:

– Terás grandes sofrimentos e muitos desgostos com teus filhos. Estarás sob o poder do marido e ele será o teu senhor.

A Adão [Deus] disse:

– A terra será maldita por tua causa. Por si só não produzirá além de espinhos e cardos. Comerás o pão com o suor do teu rosto até que voltes à terra de que foste tirado, porque tu és pó e ao pó irás retornar.<sup>34</sup>

Naquele momento, surgia a ideia de pecado original, com a figura feminina sendo considerada a responsável pelo mal e infelicidade de toda a humanidade, encarnada na imagem de Eva que se rendera à serpente e desencaminhara seu companheiro. Concomitantemente, se institui a noção de que nenhuma transgressão passaria despercebida aos olhos de Deus, que puniria com severidade todos aqueles que ousassem desafiar-lo.

Ao assumir a responsabilidade de conhecer o bem e o mal, o casal estava fadado a todos os males mundanos: miséria, doenças, dor e morte. No entanto, o reconhecimento da culpa recaía exclusivamente sobre Eva, que tinha *induzido* Adão ao pecado. Para Rose Muraro, nesta passagem da Bíblia ocorre uma transição da relação de *integração* para a de *dominação*: “[...] o homem tem que sofrer. O trabalho o escraviza. E por isso o homem escraviza a mulher [...]”<sup>35</sup>, afinal ela seria a principal culpada pelos pecados e pelo castigo de Deus. Para Duby, o duplo pecado de Eva não recai apenas sobre ela, mas determina o destino das mulheres cristãs como um todo:

<sup>33</sup> DUBY, Georges. *Eva e os padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 56.

<sup>34</sup> *Idem*.

<sup>35</sup> MURARO, Rose Marie. “Breve introdução histórica”. In: *O Martelo das Feiticeiras*, 17ª ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2004, p. 8.



É por isso que, depois da queda, a mulher não deve ocultar apenas seu sexo como o faz o homem, mas também sua cabeça, apregoando duplamente a vergonha dos ardores de seu ventre e de sua "temeridade imperiosa". Nesse comentário, a leitura dos versículos do Gênesis desemboca em uma peça de acusação contra os defeitos da natureza feminina, esses vícios cujas vítimas são os homens.<sup>36</sup>

Exatamente por isso não faltaram sermões, passagens bíblicas, provérbios edificantes, leis canônicas e tratados de demonologia para abordar a natureza perigosa da mulher, a maioria justificando que Eva fora seduzida devido a sua fraqueza moral. Um grande exemplo disto é o livro *Malleus maleficarum*<sup>37</sup> (1486), de Heirich Kramer e Jakob Sprenger, uma das obras mais famosas do período inquisitorial, que afirmava que a falta de *retidão moral* feminina derivava do fato de a mulher ter sido criada a partir de uma costela, ou seja, um osso curvo.

Não obstante, a Inquisição tornou-se um instrumento determinante para que a Igreja Católica esquematizasse comportamentos que poderiam ser considerados subversivos e, por isso, passíveis de sanção. O controle se dava especialmente em relação à sexualidade exercida para o prazer, contrariando a prescrição católica de sexo para a reprodução e estritamente dentro do casamento. Considerado um grande indicativo de heresia, o sexo era uma forma de o demônio apropriar-se do corpo e da alma de qualquer pessoa; todavia, no caso feminino, a gravidade poderia ser ainda maior, pois havia a possibilidade do delito de feitiçaria.

Ao contrário das demais heresias, o caso das feiticeiras não era de possessão, pois as próprias mulheres copulariam por livre vontade com o demônio, adquirindo poderes sobrenaturais. Com eles, elas seriam capazes de destruir plantações, causar infertilidade, abortos, problemas de ereção, mortes ou doenças. Em suma, tal qual Eva, elas não atentavam somente contra o homem, mas também contra Deus, o que justificava o fato deste crime ser imperdoável, só podendo “ser resgatado com a tortura e a morte”<sup>38</sup>.

Isto fazia com que o pensamento religioso fosse determinante não só no âmbito da moral e dos costumes, mas também no âmbito jurídico, especialmente nas penalidades voltadas para mulheres. Em *As Filhas de Eva*, Edlene Silva afirma que as Sagradas Escrituras eram fonte de conhecimento e consulta para os juristas, sendo carregadas de imagens pejorativas do feminino, mostrando delitos morais e religiosos em que a mulher era decisiva para os desvios, tornando-se a “verdadeira culpada”. Assim, crimes como concubinato,

<sup>36</sup> DUBY, *Op. Cit.*, 2001, p. 56

<sup>37</sup> “Deve-se notar que houve um defeito na fabricação da primeira mulher, pois ela foi formada por uma costela de peito de homem, que é torta. Devido a esse defeito, ela é um animal imperfeito que engana sempre.” (Malleus, Parte 1 Questão 6). MURARO, *Op.Cit.*, 2004, p. 32.

<sup>38</sup> MURARO, *Ibidem*, 2004, p. 14.

adultério e alcovitagem estavam ligados a “conceitos moralizantes característicos do discurso eclesial, como o de pecado e maldade”<sup>39</sup>, afastando-se de uma ideia de parcialidade da justiça.

Ao longo da Idade Moderna, prevaleceu a representação da mulher como um ser com tendência ao pecado, por outro lado, este período trouxe como novidade o fortalecimento da ideia de que esta poderia ser salva pela própria Igreja por meio da adequação de seu comportamento. Logo, a castidade, a reclusão e a submissão eram amplamente pregadas como posturas essenciais. E, mesmo após o casamento, a mulher nunca deveria deixar de ser lembrada que era herdeira da primeira pecadora, o que determinava uma tendência ao desvio moral e uma necessidade de controle por terceiros, como pode ser visto na *Carta de Paulo aos Efésios*:

Esposas, sejam submissas a seus próprios maridos, como se fosse ao Senhor. Pois o marido é o cabeça da esposa, assim como Cristo é o cabeça da Igreja. A Igreja é o corpo de Cristo, e Cristo é o Salvador do corpo. Assim como a Igreja está sujeita a Cristo, também as esposas sejam em tudo submissas a seus maridos. Maridos, amem as suas esposas, assim como Cristo também amou a Igreja e deu a sua vida por ela.<sup>40</sup>

A carta ainda vai além, afirmando que este amor do marido pode ser comparado ao amor que ele tem ao próprio corpo, sendo responsável em alimentar e cuidar da esposa como se cuidasse de si mesmo. O que nos sugere a ideia de uma atitude provedora, que reforça a visão de enlace matrimonial como acordo e o papel de cada uma das partes, como dever.

Para escapar do tão temido pecado, a mulher precisava levar uma vida de devoção: não só à própria fé cristã, mas ao marido e à família. Pois, se a Igreja afirmava que Eva representava o pecado, a mesma Igreja trazia a redenção deste fardo na imagem de Maria, a mãe virgem do Salvador. Como afirma Raquel Lima<sup>41</sup>, se Eva representava aquilo que as mulheres eram por *natureza*, Maria representava o que elas deveriam ser por *opção*.

Deste modo, o Cristianismo forjava um discurso com imagens “naturais” (pecado) e de “origem divina” (pureza), que dificilmente seriam contestadas como sendo histórica ou culturalmente construídas. Ou seja, a Igreja Católica construía a perspectiva de que a mulher, por si só, era um ser inclinado ao desvio e fadado à perdição; porém, com uma vida inspirada no exemplo de Maria poderia alcançar a redenção.

<sup>39</sup> SILVA, Edlene Oliveira. “As filhas de Eva: religião e relações de gênero na justiça medieval portuguesa”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011, p. 36.

<sup>40</sup> *Carta de Paulo aos Efésios*, 5:22-33. Disponível em: <<https://www.bible.com/pt/bible/200/EPH.5.22-33.VFL>>. Acessado pela última vez em: 01 de novembro de 2019.

<sup>41</sup> LIMA, Raquel dos Santos Sousa. “A Igreja Católica e o discurso sobre a mulher no século XIX: questões de gênero na santidade de Rita de Cássia”. In: *Anais do II Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões*, Recife, 2015. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/>>. Acessado em: 01 de novembro de 2019.

Maria é apresentada, geralmente, como advogada da humanidade, intercessora dos pecados junto a Seu Filho. Maria é um exemplo de abnegação, de aceitação da palavra divina sem impor restrições, sem hesitações. Deste modo, Maria demonstra ser uma figura essencial para a divulgação de virtudes que recebem cada vez uma maior atenção da Igreja, como a castidade e a obediência. Maria é o modelo de mãe que concebe imaculada, que sofre por seu Filho, que acompanha-o até o fim, mas de forma discreta, sem expor seu sofrimento. Maria contém em si os aspectos que devem guardar as mulheres: manterem-se castas, primar pela obediência e principalmente não questionar as ordens de seu superior.<sup>42</sup>

Para seguir o exemplo de Maria, o encaminhamento da vida feminina era voltado para o seu principal objetivo: o casamento. Era preciso conhecer as regras de galanteio, desenvolver comedimento nos gestos e olhares, o controle do corpo e da sexualidade, a decência no vestir e no agir; além disso, era necessário que a jovem aprendesse as prendas domésticas que seriam essenciais na vida de casada, como coser, fiar, bordar, gerir a casa e os criados, cuidar do marido e, principalmente, dos filhos.

A prescrição religiosa era de que a sexualidade feminina jamais fosse orientada para o prazer – reservado à *mulher pública*, isto é, à prostituta – mas sim, à procriação. Exatamente por isso, práticas como o “pecado de Onã” (coito interrompido) ou aborto eram condenados e proibidos pela Igreja. Num casamento arranjado, o sexo era visto como um “dever conjugal” e sendo tantas vezes violento, era comum que muitas mulheres o evitassem, criando a ideia de uma frigidez natural à “mulher honesta”. Caso houvesse um melhor entrosamento entre o casal, a Igreja recomendava cautela, uma vida sem excessos, sem erotismo. Segundo a prescrição de São Jerônimo: “Escandaloso também é o marido demasiado ardente com sua própria mulher, porque nada é mais imundo do que a amar a sua mulher como a uma amante”<sup>43</sup>.

Num universo social voltado para o matrimônio e vida familiar, o ápice da vida feminina era a gravidez, já que dar a luz e criar os filhos era visto como o papel fundamental de toda mulher. Mais uma vez associada à Eva, ela sofreria as dores do parto em nome da primeira pecadora para, então, redimir-se de seus pecados através da maternidade, seguindo os passos de Maria.

Apesar de todas as orientações por parte da Igreja, da família e da atuação de mecanismos informais de coerção – como a “má fama”, por exemplo –, os desvios de norma não eram tão incomuns, principalmente no que tange à sexualidade, o que muitas vezes

<sup>42</sup> FERREIRA, Letícia S. *Entre Eva e Maria: a construção do feminino e as representações do pecado e luxúria no Livro das Confissões de Martin Perez* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2012, pp. 67-68. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br>>. Acessado pela última vez em: 01 de novembro de 2019.

<sup>43</sup> ARAÚJO, Emanuel. “A Arte da Sedução na Colônia”. In: DEL PRIORE (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018, p. 52.

resultava em desonra da jovem e de sua família, fadando-a a uma vida solitária ou à prostituição.

No século XIX, a relação entre Igreja Católica e mulheres passa por algumas modificações, devido aos movimentos liberais que passaram a questionar e rejeitar a autoridade do poder papal e, conseqüentemente, o poder supranacional da Igreja. Raquel Lima aponta que o desejo de laicidade do Estado levou a ondas anticlericais e a um esvaziamento da Igreja por parte do público masculino europeu. Em virtude disto, houve uma aproximação da Igreja em relação às mulheres.

[...] a Igreja passou a repensar o caráter feminino, jogando para as mulheres a responsabilidade como progenitoras de uma nova época, de novos homens, cujas vidas deveriam ser preparadas no seio de uma família moderna. A família transformou-se, e com ela os papéis de seus membros. Pais e maridos continuavam sendo as figuras proeminentes. Mas a distância social entre os cônjuges e entre pais e filhos tinha se tornado menos nítida. O núcleo dessa nova vida familiar seria a casa, um lugar privado e protegido contra as influências do pensamento que vigorava fora de seus muros externos. O lar passou a ser exaltado como o melhor lugar de felicidade. Ali a mãe velava pelos seus filhos, pelo seu marido, sendo a guardiã moral do grupo familiar: "ser outro, para outro, através do outro". Esse mesmo lugar passaria a ser o espaço de autonomia da mulher, da nova mulher.<sup>44</sup>

Esta “nova mulher” teve suas antigas características ressignificadas pela própria Igreja; se anteriormente a fragilidade e o sentimentalismo feminino eram vistos de forma negativa, atrelados à frouxidão moral e ao descontrole emocional, no século XIX, eles passam a ser vistos como fruto da piedade, típica da devoção feminina, e relacionadas à sua “capacidade de aprender e transmitir as virtudes morais da religião cristã”<sup>45</sup>.

As prescrições religiosas, gradualmente, substituíam o tom de vigilância pelo de zelo, buscando encaminhar as jovens a seguir o exemplo de Maria, a fim de conservarem sua inocência e seguirem uma vida virtuosa.

Não foi por acaso que o século XIX foi o século da Mariologia. Em 1854 a Igreja, ou seja, o Papa Pio IX promulgou o dogma da Imaculada Conceição de Maria (Maria concebida sem pecado original no corpo de sua mãe). Hans Küng mostra que esta foi uma tentativa do Papa para aumentar a devoção tradicional, afirmando que Maria não só tinha dado à luz permanecendo virgem, como também fora concebida sem pecado. Mas Maria, além de virgem, também tinha sido mãe, o modelo de mãe. E para elas a Igreja intensificou o seu discurso. É o modelo de mulher - esposa e mãe - que sustentará a instituição que tinha falado tanto dela. O progresso do sentimentalismo religioso estaria em estreita relação com o sentimento familiar: o modelo feminino católico era exclusivamente o da esposa e da mãe. Os teóricos do catolicismo passaram a assinalar o imenso poder das mulheres como condutoras rumo ao bem, mas sempre no âmbito doméstico, onde alcançariam a sua realização com o casamento.<sup>46</sup>

<sup>44</sup> LIMA, *Op. Cit.*, 2015, s/p.

<sup>45</sup> LIMA, *Op. Cit.*, 2015, s/p.

<sup>46</sup> LIMA, *Op. Cit.*, 2015, s/p.

O reconhecimento da importância da mulher no âmbito privado jogou luz na condição feminina no interior do matrimônio. Isto fez com que a Igreja formulasse as prescrições acerca de sua educação e, mesmo, de sua submissão. Na nova perspectiva, o marido continuaria a ser a “cabeça da mulher”, tal qual recomendava a *Carta de Paulo aos Efésios*, no entanto, a mulher abandonava a qualidade de serva para ser encarada como uma companheira. Em outras palavras, reconhecia-se a autoridade marital e a necessidade de submissão feminina, mas esta não deveria ocorrer sem a garantia de decoro e dignidade da mulher.

Mas se esta era a recomendação dada aos homens, às mulheres convinha uma vida de oração e sacrifício. Uma vida de devoção à fé, à família, reiterando seu dever materno e também a sua salvação. A expiação não se limitava mais às dores do parto, estendendo-se por todo o sofrimento da vida como mãe. Esta mulher deveria ser o pilar de sustentação moral do lar, passando adiante os ensinamentos cristãos e a devoção à Igreja para que, um dia, encontrasse lugar na morada eterna.

#### 1.1.2. Os múltiplos caminhos da fé: a contestação da inferioridade feminina

Com a aproximação da Igreja em relação às mulheres, o aparato policial adequava-se às mudanças e pressões impostas pela sociedade, apesar de continuar atuando para orientar e coibir ações no âmbito privado, o que também acabava por refletir na vida pública daqueles indivíduos. Ao serem encaradas como capital simbólico<sup>47</sup> era essencial que as jovens tivessem sua reputação livre de qualquer mácula, a fim de garantir um bom arranjo matrimonial. A importância do casamento era tamanha que no Concílio de Trento (1546) havia um decreto dedicado somente à reforma deste sacramento, atuando como um controle judicial e espiritual para questões relacionadas ao cerimonial, adultério, virgindade, núpcias e poligamia.

Percebemos, então, que o controle do comportamento feminino, bem como a preparação da mulher para o exercício de sua função social como mãe e esposa, ganhou mais força a partir da Idade Moderna, sendo impulsionados pelo discurso religioso católico.

---

<sup>47</sup> O termo *capital simbólico* é empregado segundo a perspectiva de Bourdier, ultrapassando o conceito marxista de *capital*, referente ao acúmulo de bens e riquezas. Neste caso, empregamos com o intuito de demonstrar como o matrimônio com uma mulher reconhecidamente “honrada”, especialmente para as famílias de elite, podia agregar prestígio ao marido, sendo reconhecido por seus pares.

Embora muitas vezes reforçassem a ideia de inferioridade da mulher em relação ao homem, nem sempre os discursos católicos eram percebidos desta forma. Um exemplo disto é o livro *Igualdade entre homens e mulheres* (1622), no qual a autora Marie de Gournay<sup>48</sup> visava a combater o desprezo pelas mulheres por parte da maioria dos homens e, para isto, utilizava argumentos de pensadores clássicos, interpretações de teólogos, santos e passagens bíblicas, visando defender a igualdade entre os sexos.

Gournay inicia sua obra afirmando que para os homens, as mulheres não tinham dignidade, capacidade, temperamento, nem constituição física que pudesse se equiparar à masculina; quando muito, conseguiam se aproximar das características de um homem ordinário. Isto fazia com que pensadores como São Tomás de Aquino defendessem a “desigualdade natural dos sexos, pela inferioridade natural da mulher, que é uma deficiência da natureza e, por natureza, de menor valor e dignidade que o homem”<sup>49</sup>.

Para fazer a contestação, ela inicia seu argumento citando o conhecido papel de destaque dado às mulheres na *República* de Platão; ignorando o fato – talvez por desconhecimento – que se trata do mesmo filósofo que, na obra *Timeu*, inaugurou a ideia do útero como um “animal raivoso”<sup>50</sup>, fazendo com que a mulher necessitasse de um homem para apaziguar seu descontrole natural.

Gournay também passa por outros autores clássicos como Plutarco, que “defende que a virtude do homem e da mulher são iguais”, e por Sêneca que, segundo ela, afirmava que as mulheres foram dotadas de vigor e faculdades iguais às do homem. Cita ainda Erasmo de Roterdã, Poliziano e Agrippa, contudo, seus melhores argumentos apelam para a religiosidade. Neste sentido, ela fala sobre a criação do *animal humano*:

O homem foi criado macho e fêmea, diz a Escritura, contando esses dois como um só, e Jesus Cristo é chamado filho do homem, embora ele só o seja da mulher. Assim diz, depois, o grande São Basílio: a virtude do homem e da mulher são a mesma coisa, uma vez que Deus concedeu-lhes a mesma criação e a mesma honra: *masculum e foeminam fecit eos* [Ele os fez macho e fêmea]. Ora, naqueles em que a natureza é uma e a mesma, é preciso que as ações também o sejam, e que a estima e a subsequente recompensa sejam iguais, onde a obra é igual. [...]

<sup>48</sup> Marie de Gournay (1565-1645) foi filósofa e escritora, oriunda de uma modesta família de fidalgos. No mundo das letras, contou com a proteção de Montaigne, Justo Lipsio e chegou a ganhar uma pensão da rainha Margarida de Valois. Publicou inúmeros livros, entre eles: *Defesa dos padres jesuítas* (1610) e *Igualdade entre os homens e as mulheres* (1622). Escreveu ainda sobre educação infantil e fez eventuais composições destinadas à Corte francesa. Para saber mais, consultar: ROVERE, Maxime (org.). *Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas, séculos XVII-XVIII*. São Paulo: n-1 Edições, 2019, pp. 21-25.

<sup>49</sup> COLLING, Ana Maria. “A construção histórica do corpo feminino”. In: *Caderno Espaço Feminino*, v. 28, n. 2. Uberlândia: Jul./Dez. 2015, p. 189.

<sup>50</sup> COLLING, *Op. Cit.*, 2015, p. 184.

O próprio Deus repartiu, de maneira indiferente, os dons de profecia entre as mulheres e os homens, e também as constituiu como juízas, instrutoras e condutoras de seu povo fiel, em tempos de paz e de guerra.<sup>51</sup>

Ao longo do livro, algumas questões polêmicas aparecem, como a proibição do sacerdócio feminino por São Paulo, a qual Gournay não entende por desprezo, mas por receio de que as mulheres despertem as tentações masculinas através deste tipo de exibição pública, já que seriam mais belas e graciosas que os homens. Sobre esta questão, ela ainda cita o exemplo de Maria Madalena como sendo igual aos apóstolos<sup>52</sup>, tendo acompanhado os ensinamentos de Jesus e, ela mesma, pregado na gruta de Marselha por cerca de trinta anos, o que legitimava a ideia de que as mulheres possuem total capacidade de fazer o mesmo, ainda que o decoro atuasse como um impeditivo para tal. Mais à frente, isso se confirma ao citar São Jerônimo, destacando que estando a serviço de Deus, o que deve ser levado em consideração é o espírito e a doutrina, não o sexo.

Em inúmeros pontos de seu discurso, Gounay esbarra na dualidade de imagens entre a pecadora e a santa, caindo várias vezes em contradição – como, por exemplo, o receio de que as mulheres despertassem a tentação masculina caso exercessem o sacerdócio. Por outro lado, a mesma autora tenta várias vezes positivar a imagem feminina. Talvez, seu melhor exemplo seja o de Maria Madalena, “a única alma à qual o Redentor disse estas palavras e prometeu esta augusta graça: ‘em todos os lugares em que o Evangelho for pregado, falarão de ti’.”<sup>53</sup>.

Ao falar positivamente de Maria Madalena, Gournay subverte a lógica do pecado atrelada a esta figura feminina, substituindo o repúdio moral pela honra e o menosprezo pelo privilégio de estar tão próxima a Jesus. Ao mesmo tempo, a autora acaba reproduzindo o discurso de arrependimento e salvação feminina através da fé, endossando a perspectiva da Igreja Católica.

Ela ainda coloca o próprio sexo de Jesus como uma questão de decoro, apontando que caso se tratasse de uma mulher não poderia andar livremente pelas multidões pregando sua palavra sem causar o devido escândalo. Já sobre a possível masculinidade de Deus, declara que embora o nome remeta a uma entidade masculina, Deus não é homem nem mulher,

<sup>51</sup> A tradução do texto original de Gournay, “Igualdade entre os homens e as mulheres”, pode ser encontrado no compilado: *Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas, séculos XVII-XVIII*. [Maxime Rovere](#) (Org.). São Paulo: n-1 Edições, 2019, p. 38.

<sup>52</sup> Cabe ressaltar que o termo *sacerdote*, adotado pela Igreja, se distancia de *apóstolo*, pois este último refere-se àqueles que foram enviados para anunciar as boas novas, diferentemente dos estudiosos das Escrituras, que deveriam transmitir seu conhecimento ao povo.

<sup>53</sup> ROVERE, *Op. Cit.*, 2019, p. 42.

sendo desnecessária a escolha de um sexo, o que acaba subvertendo uma perspectiva hierárquica ligada ao sexo.

Por fim, Gournay retoma a famosa *Epístola aos Efésios* na passagem em que se coloca o marido como cabeça da mulher e reafirma a necessidade de igualdade entre os sexos.

Essa necessidade requereria talvez que uma das partes conjugais cedesse a outra, e a imponência das forças do homem só poderia admitir a submissão da outra parte. E que essa submissão tenha sido imposta à mulher como castigo do pecado de provar a maçã – ainda assim, isso está longe de ser motivo suficiente para concluir em favor da pretensa preferência pela dignidade do homem.<sup>54</sup>

Ou seja, embora ela reconheça e valide o argumento de que a mulher é a culpada pelo pecado original, desarticula a ideia de que as herdeiras de Eva devam pagar eternamente pelo seu erro, sendo consideradas como inferiores. Contrariando os ensinamentos da própria Igreja, ela questiona se a mulher seria “digna de ser feita à semelhança do Criador, usufruir da santa eucaristia, dos mistérios da redenção, do paraíso, e da visão, ou até da possessão de Deus, mas não das vantagens e dos privilégios de um homem”<sup>55</sup>.

Os argumentos de Gournay demonstram que, apesar da forte influência da religião católica na vida das mulheres, não necessariamente se aceitava a condição de inferioridade sem contestação. Ainda que elas fossem as principais responsáveis pela frequência das famílias em missas e festas religiosas, bem como as primeiras a ensinar aos filhos os rudimentos da fé cristã, isto não era garantia de um total controle sobre elas. Os próprios sermões e passagens bíblicas poderiam ser alvo de interpretações que negassem a inferioridade feminina, indo de encontro às intenções da Igreja.

Outra prova de contestação é o livro de François Poullain de la Barre, *Da igualdade entre os dois sexos: discurso físico e moral, onde vemos a importância de se desfazer dos preconceitos* (1679). O ex-padre, que se converteu ao protestantismo e era professor de Filosofia, traz nesta obra os principais estereótipos em relação à mulher. Adepto do método cartesiano, ele diz que é preciso renunciar totalmente a estes *preconceitos* para que se tenha acesso ao conhecimento claro, sendo o primeiro e o maior dos equívocos a desigualdade entre os sexos.

De acordo com Poullain de la Barre, homens comuns ou sábios e, até mesmo, muitas mulheres acreditavam na falta de capacidade, na mediocridade de raciocínio e na inferioridade feminina em todos os aspectos se comparada ao homem.

<sup>54</sup> ROVERE, *Ibidem*, 2019, p. 44.

<sup>55</sup> ROVERE, *Idem*.



Se perguntarmos a cada homem em particular o que ele pensa das mulheres em geral, e se ele quiser confessá-lo sinceramente, dirá, talvez, que elas são feitas apenas para nós, e que servem apenas para educar os filhos pequenos e tomar conta dos afazeres domésticos. Talvez os mais espirituosos acrescentem que há muitas mulheres inteligentes e ativas, mas que se examinarmos de perto aquelas que o são, sempre encontraremos algo característico do seu sexo: que elas não têm nem firmeza nem limite, nem a mesma profundidade de espírito que eles pensam reconhecer no deles; e é um efeito da providência divina e da sabedoria dos homens ter fechado para elas o acesso ao conhecimento, ao governo e aos empregos.<sup>56</sup>

O autor destaca que a ideia de inferioridade feminina nasceu do hábito e este gerou o preconceito. Para isto, formula uma teoria de que conforme as sociedades foram se estruturando, o poder passou a pertencer a quem tinha mais força física, o que incluía comportamentos cruéis, como dominar, matar e usurpar o que era de outrem. Como as mulheres eram “naturalmente mais fracas e virtuosas”, foram deixadas de lado nestes combates, cabendo a elas o cuidado com lar e as crianças. Assim, conforme se organizavam os governos, elas também acabaram sendo colocadas à margem de todas as decisões e posições de prestígio ou poder. Nas ciências, na política, nas academias, no sacerdócio, nenhum desses lugares deveria ser ocupado por mulheres.

Deste hábito de exclusão feminina nasceu o preconceito<sup>57</sup>. Para la Barre, a mulher passou a ser vista como naturalmente inferior, devendo ficar restrita à esfera do lar e da família. Suas ocupações seriam somente aquelas que os homens se recusassem a fazer por acharem indignas; além disso, não lhes foi dado acesso a nenhum conhecimento, impedindo o destaque pela inteligência, o que também contribuiu para afastá-las das leis que, sendo feitas exclusivamente por homens, eram um aparato decisivo na manutenção da dominação masculina.

A partir de então, Poullain de la Barre se dedica a explicar como isto poderia ser modificado. Ao visitar a Corte, diz ter ficado positivamente espantado como a inteligência e a desenvoltura feminina se elevavam conforme aumentava o grau de instrução a elas oferecido. Conta ter estado com mulheres que dominavam assuntos com História, Teologia, Direito e Medicina, o que tornava a *educação* o verdadeiro diferencial entre os sexos e, por isso, uma bandeira a ser defendida para o desenvolvimento das mulheres.

<sup>56</sup> A tradução do texto de François Poullain de la Barre, intitulado “Da Igualdade entre os dois sexos, discurso físico e mora, onde vemos a importância de se desfazer dos preconceitos”, pode ser encontrado no compilado: ROVERE, M. *Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas, séculos XVII-XVIII*. São Paulo: n-1 Edições, 2019, p. 61.

<sup>57</sup> Poullain de la Barre utiliza a ideia cartesiana de *preconceito* ao longo de todo o texto para se referir ao pré-julgamento criado em relação às mulheres. Para ele, primeiramente, a pessoa deveria descartar tudo o que aprendeu previamente para, então, tentar compreender em profundidade o objeto de análise, visando chegar à *verdade* dos fatos.

Conforme avança em suas observações, percebemos que a perspectiva cristã também aflora em seus comentários. Ele afirma:

[...] elas não são menos cristãs do que os homens. Elas praticam o Evangelho com submissão e com simplicidade. Seu respeito por tudo o que é relativo à religião sempre pareceu tão grande que elas passam, sem opinião contrária, como tendo mais devoção e mais piedade que nós<sup>58</sup>.

O autor ainda dá ênfase à castidade feminina, à caridade, à vida virtuosa, ao empenho no casamento e ao zelo com a família. Destaca a precoce maturidade feminina com frases como: “[...] são capazes de dirigir uma casa em uma idade em que os homens ainda precisam de um mestre [...]”<sup>59</sup>; ou ainda, “[...] o expediente mais comum para recolocar um jovem no bom caminho é o de lhe dar uma mulher, que o freia com seu exemplo [...]”<sup>60</sup>.

Mas se por um lado se mostra de acordo quanto à vocação feminina para a devoção, para o casamento e para a procriação, apresentando certa consonância perspectiva cristã; por outro, Poullain de la Barre surpreende ao tratar o espírito feminino. Para o filósofo, as diferenças entre homem e mulher se referem apenas ao corpo, porque o espírito não tem sexo. O corpo, por sua vez, possui uma constituição particular e complementar ao outro, fazendo com que a mulher não seja inferior ao homem, apenas diferente.

Ele ainda analisa os principais *defeitos* conferidos às mulheres: a timidez, o medo, a avareza, a credulidade, a superstição, a tagarelice, a curiosidade, a malícia e a inconstância; contudo, nega que essas características sejam de exclusividade das mulheres, sendo facilmente encontradas em homens. Por fim, Poullain de la Barre retoma autores clássicos, entre os quais aparecem Platão, Aristóteles e Sócrates, apontando-os como difusores da imagem negativa legada à mulher, afirmando que embora eles tivessem contribuído significativamente para o pensamento ocidental, se mostravam homens arrogantes e preconceituosos no que se refere a esta pauta.

Poullain de la Barre aponta que objetivo de sua obra era dissolver o senso comum em relação às mulheres e buscar um novo futuro com maior igualdade entre os sexos, fosse nas leis, no acesso ao conhecimento ou no direito de se expressar livremente. E, segundo ele, somente a educação seria capaz de tirá-las da ociosidade a que foram reduzidas e, principalmente, provar-lhes que são tão capazes intelectualmente quanto os homens.

O reconhecimento da situação da mulher como algo construído pelas leis e pelos costumes, que impedia seu desenvolvimento em pé de igualdade com o homem, bem como

<sup>58</sup> ROVERE, *Op. Cit.*, 2019, p. 85.

<sup>59</sup> ROVERE, *Ibidem*, 2019, p. 88.

<sup>60</sup> ROVERE, *Ibidem*, 2019, p. 89.

qualquer tipo de ação na esfera pública, dava ao escrito de la Barre um grande diferencial, pois descartando a ideia de que a mulher era *naturalmente inferior*, sua condição deixava de ser imutável. Ao contrário da maioria dos autores de sua época, la Barre expõe o caráter generalizante e preconceituoso das representações vigentes, além de limitadores construídos pelos homens em benefício próprio.

Este livro ainda foi seguido por mais dois do mesmo autor: *Sobre a educação das mulheres* (1674) e *Sobre a excelência dos homens* (1675). No entanto, o público leitor feminino ainda era muito reduzido e o público masculino fez com que os livros ficassem por muito tempo fora dos debates de salão, com o intuito de que a *polêmica das mulheres* não gerasse repercussão. Mesmo assim, a partir do final do século XVIII, com uma maior frequência feminina às Cortes de toda a Europa, além de um maior acesso à instrução e participação nos salões, tornava-se cada vez mais evidente a contestação desta posição de inferioridade, ao ponto de surgirem mais publicações acerca do assunto.

Gradualmente, o debate acerca da natureza da mulher passava por um processo de secularização, ou seja, ela deixava de ser vista apenas sob as representações de Eva ou futura Maria e começavam a surgir questionamentos e teorias sobre sua natureza biológica e moral, sua situação de submissão e, principalmente, sobre o seu papel social como mãe e esposa.

Neste contexto, os *philosophes* iluministas foram os principais responsáveis em traçar diretrizes para sua educação moral e instrução formal, a fim de civilizá-la, porém sem romper com a antiga ideia de mantê-la restrita à esfera privada. Todavia, isto não aconteceu sem contestações e críticas de autores e autoras que viam nas Luzes novos caminhos para a emancipação feminina.

## 1.2. A questão filosófica

Durante o Iluminismo, filósofos como Rousseau, Diderot, Voltaire e tantos outros foram essenciais para pensar a natureza da mulher, sua condição e, principalmente qual papel social deveria exercer em sociedade. Na obra *Emílio*, de Rousseau, nos deparamos com a mulher da Corte em oposição à Sofia, a mulher-modelo que tem como objetivo regenerar os costumes. Em Diderot, observamos teorias sobre a inferioridade natural feminina e, ao mesmo tempo, críticas sobre as condições que lhes eram impostas. Já em Voltaire, recorreremos ao *Dicionário Filosófico* para compreender a definição de mulher, educação, moral e igualdade. Enquanto, na *Enciclopédia*, buscamos a definição de *mulher*, tema que é abordado segundo as questões jurídica, antropológica e moral.

As muitas análises acerca da mulher e de como prepará-la para que exercesse a melhor influência possível na sociedade foi explorada não só em artigos de jornais, livros e debates de salão, mas também por materiais didáticos que circularam ao longo dos séculos XVIII-XIX, período no qual a palavra de ordem era *civilizar*. Por tal circulação e influência, estas teorias foram igualmente contestadas, mostrando que mesmo sem os direitos garantidos, com falta de credibilidade e pouco espaço para o discurso, as mulheres não eram meramente seres dominados e submissos. Ao contrário, mostraram-se agentes históricos valiosos para compreendermos as nuances das relações de poder.

### 1.2.1. Sofia: o retrato da mulher moderna

O autor mais comentado acerca do tema da condição e da educação feminina é Rousseau. Isto se deve pela grande repercussão de sua obra *Emílio, ou da educação* (1762). Neste livro, estruturado como um romance de formação, Rousseau descreve como atuaria caso fosse um preceptor, traçando um panorama das várias etapas de desenvolvimento de seu aluno, Emílio, desde a mais tenra infância – ainda no período da amamentação – até a vida adulta, por volta dos 25 anos, quando teoricamente findaria sua instrução.

Cabe ressaltar que embora o livro seja voltado para a vida e no desenvolvimento de Emílio, nosso enfoque se dará na análise das fases finais de sua educação, quando o jovem está na idade considerada ideal para o enlace matrimonial. Isto só acontece na virada do quarto para o quinto livro, quando temos a passagem da puberdade para a vida adulta.

Ao longo de toda a obra, encontramos prescrições de como educar, seja moralmente, seja de acordo com a natureza. Essa preocupação com a forma de como seu aluno irá se portar diante das questões e desafios da vida aumentam conforme a idade de Emílio avança e ele aprimora sua compreensão sobre o mundo e as coisas que o cercam. Ao alcançar a puberdade, a atenção do preceptor é redobrada para uma série de perigos: vícios (como a masturbação e o sexo fora do casamento), vaidade, orgulho, inveja, ganância. Para Rousseau, era necessário criar um jovem que conhecesse as paixões humanas e que, ao mesmo tempo, fosse calmo e consciente o bastante para negá-las. Para isso, era preciso criá-lo longe dos falsos encantos da Corte, na simplicidade do campo, sendo preparado para não se deslumbrar com o estilo de vida opulento e promíscuo das cidades.

Acompanhando o crescimento do jovem Emílio, via-se também o florescer de suas “necessidades” enquanto homem. Rousseau evitava o casamento precoce e mesmo a perda da virgindade, pois a falta de amadurecimento poderia levá-lo a um casamento com uma

jovem inadequada – capaz de desvirtuá-lo – ou ainda pior, a uma vida de promiscuidade. Ao invés de ceder às ditas necessidades masculinas, o professor devia vigiar ainda mais o aluno e preocupar-se em instruí-lo de como seria a melhor companheira possível, a fim de que a perda da virgindade marcasse não só a entrada definitiva na vida adulta, mas fosse acompanhada pelas responsabilidades do casamento. Para tal, Rousseau criou um modelo ideal de mulher, *Sofia*, visando orientar seu discípulo sobre que tipo de moça devia escolher.

No quinto e último livro, Emílio realiza uma viagem que tem como finalidade completar sua educação, buscando conhecer a Corte e suas armadilhas. No caminho, o preceptor e o jovem aprendiz se perdem e são acolhidos por um casal que possui uma filha exatamente como Rousseau havia descrito, inclusive com o mesmo nome. O contato entre os jovens enamorados é seguido por inúmeras prescrições de galanteio de acordo com as regras de decoro. A partir de então, o principal foco do quinto livro passa a ser Sofia, ou seja, a mulher: sua educação, função social e sua relação com o homem.

Para o filósofo, tudo que o homem e a mulher têm em comum resulta da *espécie* – humana – e tudo o que eles têm de diferente é fruto de seu *sexo*. Homem e mulher são, por natureza, diferentes e complementares. Sendo a principal diferença o fato de que a mulher tem sua vida regida pelos ciclos próprios ao seu sexo, enquanto o homem só estava em função do seu sexo biológico quando cedia ao impulso natural de procriação. Desta necessidade resultava a união dos sexos, a qual demonstrava a primeira assimetria *moral* entre homem e mulher.

Na união dos sexos, cada um concorre igualmente para o objetivo comum, mas não da mesma maneira. Dessa diversidade, nasce a primeira diferença notável entre as morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro, passivo e fraco; é necessário que um queira e possa; basta que o outro resista pouco.<sup>61</sup>

Ele aponta que, embora o homem possa ser mais forte na aparência e no agir, a mulher é capaz de controlá-lo a partir da excitação dos desejos. Por essa capacidade de sedução, faz inúmeras recomendações em relação à educação feminina, conduzindo à passividade, a fim de que ela tenha como principal objetivo agradar ao homem, ao invés de dominá-lo.

Ao contrário da Igreja que via a relação entre marido e mulher como um *dever conjugal*, Rousseau acreditava que a vida a dois não devia ser algo penoso, já que certamente resultava em desagrado das partes e possíveis traições; portanto, defendia o ideal de uma vida agradável e harmoniosa, a ser cultivada exclusivamente pela esposa.

---

<sup>61</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Edipro, 2017, p. 416.

Para isto, desde muito cedo, era necessário desenvolver virtudes essenciais à mulher que fariam toda a diferença na vida adulta: ela devia ser modesta, atenciosa, reservada, agradável, doce, zelosa e, na relação a dois, não bastava que tivesse honra, também era preciso ter boa reputação, ou seja, era imprescindível o reconhecimento de terceiros, pois a infidelidade era considerada por ele o mais grave delito conjugal.

Apesar de a infidelidade masculina ser apontada pelo filósofo de forma negativa, a infidelidade feminina é tida como algo muito mais grave, visto que não causava atrito somente entre o casal, mas também desconfiança quanto à paternidade dos filhos. Como a mulher é apontada como a responsável em criar os laços familiares entre pai e filhos, a ruptura desta confiança significava o fim da própria estrutura familiar. Neste sentido, a mulher representava o principal pilar moral da família e, mesmo que o marido cometesse algum tipo de “deslize”, ela precisava manter sua honra e reputação por um bem maior, devendo se esforçar ainda mais para reconduzi-lo ao seio familiar. Era preciso, então, que a mulher tivesse uma educação voltada para os homens. Nas palavras de Rousseau:

Agradar-lhes, ser-lhes úteis, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando adultos, aconselhá-los e consolá-los, tornar-lhes a vida agradável e doce: eis os deveres de todas as mulheres e que se deve ensinar-lhes desde sua infância<sup>62</sup>.

Para ele, as meninas precisavam ser constrangidas desde cedo, afinal este era um tipo de infortúnio inseparável de seu sexo. A finalidade era fazer com que não se entediasssem com suas ocupações, nem se entusiasmassem demais em seus divertimentos. Cabia à mãe fazer com que crescessem dóceis, laboriosas e, acima de tudo, vigilantes. Pois, segundo Rousseau, quando bem dirigido, o constrangimento fazia com que a própria jovem passasse a se vigiar, mantendo-a em segurança mesmo distante dos olhos maternos – principal responsável em garantir a retidão moral da moça em desenvolvimento.

Deste constrangimento nascia a doçura, considerada a primeira e mais importante característica feminina: “[...] feita para obedecer um ser tão imperfeito quanto o homem, frequentemente tão cheio de vícios e sempre tão repleto de defeitos, ela deve aprender desde cedo a sofrer até mesmo a injustiça e a suportar os erros de um marido sem se queixar”, pois a revolta só lhe traria mais sofrimento.

Mas, se por um lado a menina necessitava de uma educação voltada para a passividade, por outro, tinha como “talento natural” a astúcia e a beleza, que podiam ser-lhes úteis no trato com o marido, embora fosse necessário prevenir-lhe os abusos. A jovem

---

<sup>62</sup> ROUSSEAU, *Op. Cit.*, 2017, p. 419.

devia manter-se bela de forma natural; sempre arrumada, mas sem os luxos e exageros encontrados na Corte, pois era recomendado que a beleza fosse usada mais para agradecer do que para persuadir o marido, sendo também considerada uma boa arma contra a infidelidade. Para isto, era preciso fomentar-lhes a modéstia, a simplicidade, fazendo com que usassem com cautela a sedução própria de seu sexo.

Ainda que todo este discurso de recato e passividade se aproxime bastante da moral cristã vigente, Rousseau trouxe críticas ao Cristianismo, afirmando que esta doutrina acabou fadando os casamentos ao fracasso ao impor tantas obrigações e proibir as mulheres de algum tipo de divertimento. Defende, então, o desenvolvimento de talentos agradáveis como o canto e a dança, visando criar um ambiente de boa convivência com o futuro marido.

A própria religiosidade não é vista com maus olhos, desde que não haja uma relação de fanatismo – fator considerado por ele muito comum às mulheres. Ao contrário, a religião pode ser de grande utilidade para que a jovem desenvolva uma personalidade submissa, doce, modesta e casta, atuando como uma forma de autocoerção, pois o medo das punições divinas advindas do pecado a mantinham numa vida moralmente elevada.

Neste cenário, a personagem Sofia aparece como um modelo de mulher ideal, demonstrando como este comportamento se dava na prática. Criada por seus pais no campo, longe da agitação e luxo da Corte, Sofia é uma jovem recatada, obediente e inocente, por quem Emílio se encanta e promete casamento. Mesmo assim, ele parte para a Corte a fim de terminar sua jornada com o preceptor, pois faltava conhecer os vícios mundanos, rejeitá-los por si mesmo e ter vontade de retornar aos braços de sua amada. O livro se encerra com o casamento dos dois e com o nascimento de seu primogênito, começando uma nova fase: eles mesmos devem atuar como preceptores da criança.

Isto nos remete ao início do primeiro livro, quando Rousseau aponta para o enfraquecimento dos laços familiares e a para uma gradual degeneração moral que vinha ocorrendo na sociedade. Segundo ele, isto tinha início com o “costume insensato e desnaturado” que muitas mães adotaram de deixar seus filhos aos cuidados de amas<sup>63</sup>, quase sempre ligadas a vícios como o jogo, o alcoolismo e a libertinagem. Mesmo que a mãe desse algum tipo de atenção ao bebê, o simples fato de deixar que a amamentação fosse feita por uma ama de leite poderia desvirtuar a criança e contribuir para o agravamento de uma

---

<sup>63</sup> Segundo Rousseau, somente em caso de saúde debilitada uma mãe devia recorrer a uma ama, mesmo assim, era importante a escolha de uma mulher casta e, dependendo da situação, era preferível a utilização do leite de alguns animais a fim de não corromper a pureza da criança. Além do aleitamento, também estava em jogo o direito de mãe, ou seja, a ternura que a criança desenvolve com o contato materno.

sociedade degenerada. Somado a isto, havia a redução do número de filhos por casal, encarada como vaidade feminina e sendo apontada como um fator de risco, pois o autor acreditava que podia provocar uma futura crise de despovoamento.

No intuito de melhorar este quadro, era imprescindível que as mulheres casadas dessem à luz a um número considerável de crianças, as quais seriam cuidadas e amamentadas somente pela própria mãe, criando um forte vínculo de afeto. Sobre estes cuidados, Rousseau recomenda que não haja excessos para que as crianças cresçam suficientemente fortes para suportar as ameaças que a própria vida impõe, como a fome, doenças, cansaço e intempéries do clima.

A mãe também precisava atuar como sua primeira educadora, transmitindo principalmente os valores morais, enquanto ao pai cabia dar continuidade a uma educação<sup>64</sup> aprofundada, cuidando da formação do filho como homem e cidadão. Ou seja, enquanto à mãe competem às necessidades da tenra infância e os rudimentos da moral, o pai ficaria incumbido da educação dos homens, fazendo com que o filho adquirisse razão e opinião que, gradualmente, o adestrariam pelos costumes e pelas instituições, formando o cidadão. Caso se tratasse de uma menina, a orientação seria exclusivamente materna.

Apesar do reconhecimento da função paterna, a mãe continuava sendo um elemento crucial na teoria de Rousseau, pois é do comportamento dela que depende a sociedade como um todo, que tem na família a sua célula mínima:

[...] se as mães se dignarem a amamentar seus filhos, os costumes irão se reformar por si próprios, os sentimentos da natureza irão despertar em todos os corações, o Estado se repovoará; este primeiro ponto, este único ponto, irá reunir tudo. A atração da vida doméstica é o melhor antídoto para os maus costumes.<sup>65</sup>

A partir de então, passa a ser formulado um novo discurso acerca do papel social da mulher, no qual a solução para uma sociedade mergulhada em vícios – que teria começado com um esgarçamento da vida social das mulheres, principalmente na Corte e nos salões – era o retorno delas à esfera do lar e da família, pois somente assim era possível uma reforma moral na sociedade.

Durante a Revolução Francesa, tal pensamento difundiu-se com facilidade, especialmente para justificar a rejeição à participação feminina nos assuntos políticos, apesar

---

<sup>64</sup> Rousseau aponta três tipos de educação: da natureza, dos homens e das coisas. A primeira se dá com as primeiras sensações e impulsos do bebê que, aos poucos, se transformam em hábitos. A segunda refere-se à alteração desses hábitos naturais através do uso de nossa razão, isto é, uma espécie de adestramento pelos costumes e pelas instituições. Por fim, a educação das coisas é o conhecimento da nossa própria existência sobre os objetos que nos afetam.

<sup>65</sup> ROUSSEAU, *Op. Cit.*, 2017, p. 52.



de as mulheres estarem presentes ativamente na luta revolucionária. Conforme a Revolução ganhava contornos mais radicais, a imagem masculina se ligava à austeridade republicana, ao passo que a feminina era associada à ideia de luxo e degeneração da antiga monarquia. A construção do ideal republicano no campo simbólico mostrava homens livres de qualquer mácula, pois só assim poderiam exercer com seriedade e patriotismo suas funções; ao passo que estimulava as mulheres a romper com “a persistente imagem de egoísmo, vaidade, dissimulação e futilidade associadas ao sexo feminino para integrar-se à nova ordem social”<sup>66</sup>.

Assim, no final do século XVIII e início do XIX, o pensamento liberal buscou garantir a *igualdade entre os homens* a partir da razão e do fortalecimento do espaço público. Todavia, isto não contemplava o universo feminino que, pouco a pouco, foi envolto em uma nova onda de domesticidade e controle, não mais por explicações religiosas como outrora, mas sim pela sua nova função social de reformar os costumes de uma sociedade há muito corrompida.

Carla Passos aponta que, mesmo após a Revolução Francesa, o código napoleônico (1806) reafirmava a dominação feminina, entrando em contradição com o liberalismo e o avanço dos direitos políticos e civis dos cidadãos. Isto demonstra a importância da “manutenção das relações patriarcais que legitimou a inferioridade da mulher adulta pelo matrimônio e dificultou as transformações na esfera privada”<sup>67</sup>. Isto ficou ainda mais evidente no decorrer do século XIX, com a instalação de um estilo de vida burguês que ressaltava o lar como o ambiente ideal para as mulheres *civilizadas*.

### 1.2.2. A mulher em Diderot

Apesar da importância da obra de Rousseau, ele não foi o único filósofo iluminista a se ocupar do tema “mulher”. Ao nos debruçarmos sobre a obra de Diderot, observamos que inúmeros títulos abordam a natureza e a condição social feminina. Seu principal texto a tratar o assunto é *Sobre as Mulheres*, mas também podemos encontrar menções ao tema em obras que discutiam a teoria materialista como: *Sonho de d’Alembert* (1769), *Continuação do*

<sup>66</sup> MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 48.

<sup>67</sup> PASSOS, Carla Christina. *A Primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal*. In: *Fazendo Gênero: diáspora, diversidade e deslocamento (anais eletrônicos)*, vol. 9, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 3. Disponível em: <<<http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/>>> Acessado em: 22 de dezembro de 2019.

*Diálogo* (1774), *Isto não é um conto* (1772), *A Religiosa* (1780), *Colóquio com a Marechala* (1777) e *Suplemento à viagem de Bouganville* (1796).

Sua perspectiva materialista questionava a “dominação religiosa em diversas esferas do conhecimento, que influenciava os valores e as crenças do seu tempo”<sup>68</sup>, sendo apoiada por inúmeros pensadores que acreditavam que era necessário romper com o “obscurantismo” religioso no âmbito moral e no uso da ciência, a fim de criarem condições para uma vida mais feliz. No caso de Diderot, os questionamentos estavam voltados para a moral vigente, contudo, sem propor o estabelecimento “um novo código de conduta rígido e incontestável”<sup>69</sup>.

Para esta análise, partiremos de suas observações no artigo *Sobre as Mulheres* (1772), que era uma resposta ao texto *Ensaio sobre o caráter, os costumes e os espíritos das mulheres nos diferentes séculos* (1772), de Antoine Léonard Thomas. Em seu escrito, Diderot faz um elogio à capacidade intelectual do amigo, mas ressalta que a falta de experiência com mulheres faz com que Thomas não consiga alcançar a complexidade do comportamento feminino. Pois, para Diderot, não é necessário somente sabedoria para falar sobre elas, também é preciso conhecer de perto os contrastes de seus movimentos.

É sobretudo na paixão do amor, nos acessos de ciúmes, nos arrebatamentos da ternura maternal, nos instantes de superstição, na maneira como partilham das emoções epidêmicas e populares, que as mulheres espantam, belas como serafins de Klopstock, terríveis como o diabo de Milton”<sup>70</sup>.

No decorrer de sua explanação, o filósofo busca explicar a natureza feminina: a mulher é fisicamente mais frágil que o homem, com pouca capacidade intelectual, possui uma tendência à dissimulação, à vingança, ao fanatismo e ao descontrole emocional, é orgulhosa e tende a pensar apenas em suas próprias vontades. Além disso, há um grande contraste entre seus momentos de doçura e de histeria, isto porque é movida pelo órgão que determina seu sexo, o útero<sup>71</sup>.

A mulher traz dentro de si mesma um órgão suscetível a espasmos terríveis, que dispõe dela, e que suscita em sua imaginação fantasmas de toda espécie. [...]. É do órgão próprio ao seu sexo que partem dela todas as suas ideias extraordinárias. A

<sup>68</sup> TAMIZARI, Fabiana. *A mulher na concepção materialista de Diderot* (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014, p. 24. Disponível em: <<<https://teses.usp.br/>>>. Acessada em: 22 de dezembro de 2019.

<sup>69</sup> TAMIZARI, *Ibidem*, 2014, p. 25.

<sup>70</sup> DIDEROT, Denis. “Sobre as Mulheres”. In: *Revista USP*, dez./jan. 1990, p. 147. Disponível em: <<<http://www.revistas.usp.br/>>>. Acessada em: 22 de dezembro de 2019.

<sup>71</sup> Isto contradiz outro texto do mesmo autor, *Sonho de d’Alembert* (1770), no qual afirmava que o homem era regido pelo cérebro, enquanto a mulher era regida pelo diafragma, o que a deixava em grande desvantagem. Para saber mais sobre o assunto, consultar: TAMIZARI, *Op. Cit.*, 2014, p. 21.

mulher, histérica na mocidade, faz-se devota na idade avançada; a mulher a quem resta alguma energia na idade avançada era histérica na juventude. Sua cabeça fala ainda a linguagem de seus sentidos quando estes se acham mudos.<sup>72</sup>

Para o autor, a mulher seria condicionada a seu sexo não só no que diz respeito ao seu comportamento, mas também em seus ciclos de vida. Como fêmea, ela naturalmente nasceu para ser mãe, embora considere que a maioria não tenha prazer com o ato sexual – que é reservado aos homens – e cheguem até a evitá-lo, muitas vezes por horror ao marido que os pais escolheram. Mesmo assim, a maternidade acaba se tornando um impulso e o centro de sua vida, à custa dos perigos da gravidez e do parto, dos danos à saúde e da perda de sua beleza. Diderot chega a afirmar que, ao dar a luz, a mulher fica exposta a doenças incuráveis que, posteriormente, fazem com que não possa mais engravidar<sup>73</sup>.

Apesar de apontar para um quadro de inferioridade psicofisiológica, a posição do autor também ganha outros contornos quando se dedica a analisar os aspectos da vida social da mulher. Para ele, a vida em família configura-se como uma primeira tirania, da qual a jovem anseia libertar-se, mas que tende a piorar depois de casada, especialmente porque o pretendente normalmente era escolhido pelos pais. Na vida de casada, a mulher tem como trunfo a beleza, que se esvai com o passar dos anos, acarretando o desinteresse do marido e fadando-a a uma vida solitária.

De acordo com o enciclopedista, ao longo de toda sua vida, a mulher é privada de liberdade, de educação formal e reduzida ao silêncio, sendo induzida a cultivar hábitos fúteis e ociosos, sob os olhares atentos e tirânicos de figuras masculinas, como o pai e o marido. Ele afirma que, em quase todos os países, houve uma união da crueldade das leis civis e naturais contra a mulher, o que justificava que fossem tratadas como “crianças ou imbecis”, não havendo qualquer tipo de vexame que “o homem não possa exercer impunemente contra a mulher”<sup>74</sup>. O autor chega a declarar que se dependesse exclusivamente dele, elas teriam a tão sonhada liberdade, sem versar sobre o significado do conceito ou como isto se daria na prática.

Por outro lado, Diderot não se priva de fazer recomendações sobre a conduta moral feminina, aproximando-se bastante do pensamento de Rousseau e da moral cristã. Para ele, as mães seriam as responsáveis pela educação moral das filhas e, a elas, recomenda:

<sup>72</sup> DIDEROT, *Op. Cit.*, 1990, p. 150.

<sup>73</sup> O autor não chega a especificar que doenças seriam estas.

<sup>74</sup> DIDEROT, *Op. Cit.*, 1990, p. 151.

Minha filha, tomai cuidado com vossa folha de figueira; vossa folha de figueira vai bem, vossa folha de figueira vai mal. Em uma nação galante, a coisa menos sentida é o valor de uma declaração. O homem e a mulher veem ali apenas uma troca de gozos. Entretanto, o que significa a frase tão levemente pronunciada, tão frivolamente interpretada: *Eu vos amo!* Significa realmente: *Se quiserdes me sacrificar vossa inocência e vossos bons costumes; perder o respeito que dedicais a vós mesma, e que obtendes dos outros; andar com os olhos baixos na sociedade, ao menos até que, pelo hábito da libertinagem, tenhais adquirido o seu descaramento; renunciar a todo estado honesto; matar vossos pais de dor, e me conceder um momento de prazer, eu vos ficaria verdadeiramente agradecido.* Mães, lede essas linhas a vossas filhas: é, em resumo, o comentário de todos os discursos lisonjeadores que não de lhes ser dirigidos, e podeis preveni-las a este respeito.<sup>75</sup>

Notamos, assim, que ao discursar sobre a mulher Diderot concorda e legitima a ideia de inferioridade feminina, bem como faz prescrições morais, seguindo os passos de autores iluministas com perspectivas mais conservadores e mesmo do Catolicismo. Em paralelo, traz o diferencial de reconhecer a opressão, a falta de oportunidades e de direitos que a vida social impunha às mulheres, legando-as uma existência cercada de controle e reduzida à esfera privada.

Esta aparente visão contraditória, advém de uma interpretação equivocada de que o Iluminismo seria uma ruptura com discursos religiosos e/ou conservadores. Heloisa Villela nos atenta para o fato de que o Iluminismo não é um movimento revolucionário em si. “Ao contrário, em muitas situações mostrou-se bastante reacionário, reformista e até mesmo retrógrado”<sup>76</sup>, postura muitas vezes justificada pelo fato dos filósofos pertencerem a um seletto grupo ligado à aristocracia.

Os iluministas eram indivíduos que tiveram acesso à cultura letrada, que se comunicavam, participavam de sociedades científicas e literárias. Esses filósofos, como ficaram mais conhecidos, representavam um mundo à parte – cosmopolita – e por isso mesmo contraditório. Naqueles meios encontravam-se pessoas que por fortuna ou prestígio pessoal tinham seu ingresso admitido nos círculos seletos, onde não penetrava o povo inculto. Socialmente eram proprietários, banqueiros, clérigos, funcionários, escritores, publicistas, enfim, pertencentes ao meio letrado. Originavam-se da velha aristocracia feudal ou da burguesia ascendente e bem sucedida em termos econômicos. Nesse grupo incluíam-se também intelectuais de tipo um novo – homens que viviam de sua pena, *gens de lettres* como ficaram conhecidos, demarcando o início da profissionalização de indivíduos letrados [...].<sup>77</sup>

<sup>75</sup> DIDEROT, *Ibidem*, 1990, pp. 151-152.

<sup>76</sup> VILLELA, Heloisa. “As Contradições do Iluminismo Rousseauniano”. In: *Revista Encontros com a Filosofia*. Ano I, N. 2, Set. 2013, p. 2. Disponível em: <[www.periodicos.uff.br](http://www.periodicos.uff.br)>. Acessado em: 22 de dezembro de 2019.

<sup>77</sup> VILLELA, *Ibidem*, 2013, p. 3.

### 1.2.3. A mulher segundo Voltaire

Assim como Rousseau e Diderot, Voltaire também figura entre os filósofos iluministas que versou sobre a mulher sem abandonar as contradições de seu tempo. Na obra *Dicionário Filosófico*, é possível encontrar uma série de verbetes que nos auxiliam a compreender sua perspectiva em relação à natureza e à função social dos sexos.

Primeiramente, o fato de haver um verbete para “mulher”, mas não para “homem” nos traz uma ideia deste último como categoria universal de ser humano, completo em si mesmo e que, por isso, dispensa explicações. As principais notas que lhe fazem referência são “Adão” e “Gênesis”, trazendo a questão da criação do homem e, a partir dele, o surgimento da mulher; isto faz com que a definição de *mulher* seja dada não só na incompletude, mas também na relação de alteridade do que é masculino, ou seja, ela é uma parte do homem e é reconhecida por tudo o que lhe falta, o que pode ser comprovado nas longas comparações entre os sexos traçadas no verbete “mulher”:

[...] em geral é mais fraca do que o homem, menos capaz de longos trabalhos; seu sangue é mais aquoso, sua carne mais compacta, seus cabelos mais longos, seus membros mais arredondados, os braços menos musculosos, a boca menor, as nádegas mais salientes, as ancas mais afastadas, o ventre maior<sup>78</sup>.

No que se refere às características biológicas, Voltaire ainda destaca a longevidade feminina e os mistérios que cercam seu sexo: a menstruação, a gravidez e a menopausa; fatores que nem mesmo os médicos conseguiam explicar.

Para ele, a conhecida fraqueza física era acompanhada por uma fraqueza de temperamento, tendendo à submissão. As mulheres tendo o corpo mais fraco e sendo fadadas a uma vida mais sedentária, com trabalhos mais leves no interior da casa – especialmente, a lida com as crianças – possuem o caráter mais doce do que o masculino.

Não é espantoso que em todos os países o homem se tenha tornado senhor da mulher, pois tudo é fundamentado na força e normalmente ele apresenta uma superioridade muito grande tanto na força corporal como também na espiritual. Vimos mulheres muito sábias, como também guerreiras, mas nunca houve inventoras.

O espírito da sociedade e de recreação habitualmente é seu quinhão. Falando de modo geral, parece que foi feita para suavizar os costumes do homem.<sup>79</sup>

<sup>78</sup> VOLTAIRE. “Dicionário Filosófico”. In: *Os Pensadores: Voltaire e Diderot*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973, p. 259.

<sup>79</sup> VILLELA, *Op. Cit.*, 2013, p. 260.

A seu ver, a mulher era apenas um ser frágil e dócil, que suavizava a brutalidade masculina para o convívio social e, por este motivo, seu papel seria atuar nos costumes, enquanto aos homens convinha a genialidade, a invenção, os trabalhos braçais, o governo do Estado, a criação de leis, em suma, todos os campos em que era preciso a imposição da força, da inteligência e da criatividade.

Ele também enfatiza que o homem nasce com uma tendência para a violência e para a preguiça, o que o leva a ter uma disposição natural ao despotismo. Em suas palavras: “[...] qualquer homem gostaria de possuir dinheiro e mulheres ou as filhas dos outros, ser o amo deles, submetê-los a todos os caprichos seus e não fazer nada [...]”<sup>80</sup>. Em sua opinião, isto não se concretizava por receio da força de outro homem, mostrando que a ideia de *respeito* estava diretamente relacionada ao medo da força – não só física, mas também do poder – que outro homem pudesse ter.

Neste caminho, ao procurarmos pelo vocábulo “igualdade”, veremos que a tendência natural do homem é, na verdade, a *desigualdade*, pois sempre estará disposto a subjugar terceiros em benefício próprio. É importante ressaltar que Voltaire só reconhece a desigualdade entre pobres e ricos, não entre os sexos, pois esta é vista como algo natural e esperado devido à diferença de força física e capacidade mental. É imprescindível frisar que as garantias de direitos femininos no período eram praticamente nulas, o que reforça o uso da categoria *homem* para pensar a igualdade de direitos apenas entre aqueles teoricamente vistos como possíveis “iguais”.

Apesar dessa discrepância em direitos, Voltaire não enxerga com maus olhos o exercício do prazer de homens e mulheres. No verbete “amor”<sup>81</sup>, o pensador tem como ponto de partida o desejo, isto é, a busca do prazer através do sexo, contudo, reconhece que o ser humano vai aperfeiçoando essa relação e amalgamando sentimentos como amizade e estima, transformando o sentimento inicial em algo mais complexo.

Ao contrário da percepção religiosa que relaciona o sexo ao dever conjugal e à procriação, e que vê na realização do prazer a encarnação do pecado; ou ainda, a perspectiva de filósofos como Rousseau e Diderot que alertam para os perigos do sexo antes do casamento, causando um desvirtuamento moral; Voltaire enxerga o desejo e o prazer sexual de forma positiva, inclusive, compensando o que a natureza concedeu aos outros animais em força, beleza e agilidade. Ele o reconhece, então, como impulso natural e, por isso, não há motivos para considerá-lo errado ou pecaminoso. Deste modo, embora ainda esteja distante

<sup>80</sup> VILLELA, *Ibidem*, 2013, p. 223.

<sup>81</sup> VOLTAIRE, *Op. Cit.*, 1973, p. 100.

de reconhecer uma igualdade jurídica entre os sexos, é capaz de concebê-la em relação aos costumes, não vendo a liberdade sexual como um problema a ser combatido.

O autor também descreve o termo “amor socrático” ou “amor platônico”, como sendo um período em que jovens rapazes podem se sentir temporariamente atraídos por outros rapazes. Segundo o filósofo, isso decorria de um “engano da natureza”, pois a semelhança momentânea de um jovem com uma moça – “o frescor da pele, o garbo das cores, a meiguice do olhar” – poderia fazer desabrochar o desejo no outro, tornando-o “objeto natural de seu instinto”.

Esse *equivoco*, como chama Voltaire, era uma espécie de homenagem aos encantos do sexo feminino e findava conforme a idade legasse aos jovens características mais masculinas, como a barba. Em razão disto, diz que é um erro pensar que os gregos afirmavam que as mulheres não eram dignas de serem amadas. Ao contrário, o amor socrático é apenas uma fase, fruto do furor incontrolável da juventude masculina. Esta maleabilidade de Voltaire em relação aos costumes e à sexualidade o coloca numa posição muito distante de Rousseau e Diderot, bem como de outros filósofos iluministas.

#### 1.2.4. A mulher na *Enciclopédia*

Além do *Dicionário Filosófico* de Voltaire, também podemos encontrar o verbete *mulher* na famosa obra *Enciclopédia*<sup>82</sup>, organizada por Diderot e D’Alembert. Porém, antes de examinar a definição feminina, convém uma breve análise do vocábulo *homem*. Neste, encontramos a descrição introdutória feita por Diderot:

*Homem*. Um sentimento, refletindo, pensando ser, quem caminha livremente pela terra, que parece estar à frente de todos os outros animais que ele domina, quem vive em sociedade, quem inventou as ciências e as artes, quem tem sua bondade e maldade particulares, quem deu mestres a si mesmo, quem fez leis para si mesmo, etc.

Ele pode ser considerado de muitas maneiras; as principais se tornarão o assunto dos artigos a seguir.

O homem é composto de duas substâncias, uma conhecida como alma (ver Alma), a outra conhecida como corpo.

O corpo ou a parte material do homem tem sido muito estudado. Aqueles que se preocuparam com esse trabalho importante e difícil são chamados de anatomistas (ver Homem/Anatomia).

<sup>82</sup> Na versão original disponibilizada pela Biblioteca Nacional da França, encontramos o verbete *femme* no Vol. 6, publicado em 1756. Mas, atualmente, há um site ligado à biblioteca da Universidade de Michigan que disponibiliza uma versão com grafia atualizada em francês e inglês, facilitando a pesquisa. O verbete está disponível no site: <<<https://quod.lib.umich.edu/d/did/>>>. Acessado pela última vez em: 22 de dezembro de 2019.

Seguimos o homem desde o momento em que ele está formado e a vida começa, até a morte. Esta é a história natural do homem (ver Homem/História Natural). Nós o consideramos capaz de diferentes operações intelectuais que o tornam bom ou ruim, útil ou prejudicial, capaz de fazer o bem ou não (ver Homem/Ética).

A partir deste estado solitário passamos para o homem na sociedade e propusemos certos princípios gerais segundo os quais os poderes dominantes poderiam obter mais vantagens. (ver Homem/Ciência política).

Pode-se ter aumentado infinitamente os vislumbres que se tem do homem. Sua curiosidade, seu trabalho, suas necessidades o relacionam a todos os aspectos da natureza. Não há nada que não possa estar ligado a ele. Isso é comprovado pelos vários artigos deste trabalho onde se verá o homem tentando saber o que o cerca ou se esforçando para fazer uso de seu ambiente.<sup>83</sup>

Como podemos ver, o termo *homem* é abordado separadamente em vários aspectos, mas esta introdução já nos dá uma pequena noção do que será apresentado separadamente nos artigos: o homem é símbolo de racionalidade, inventividade, força e poder. Devido a isto, ele consegue compreender tudo ao seu redor e é capaz de dominar a natureza. Estas características não são obrigatoriamente positivas, podendo ser usadas também para fazer o mal a outrem, exatamente por isso, o próprio homem criou leis para o convívio em sociedade.

Em suma, para Diderot, o homem é o centro de um espectro político, ético, social e mesmo, da própria biologia. Convergem para o homem todas as forças e possibilidades de dominação da natureza e suas criaturas, pois ele se apresenta como sinônimo de humanidade, mas, principalmente, como seu espécime mais perfeito, detentor de racionalidade capaz de controlar tudo ao seu redor.

Embora o sexo masculino fosse considerado um fator determinante nesta racionalidade, o homem não aparece como sendo regido por sua biologia, ao contrário da mulher, que tem seu destino, sua função social, ciclos de vida e até seu temperamento regidos pelo seu sexo, mais especificamente, pelo seu útero.

Quando nos debruçamos sobre o vocábulo *mulher*, vemos que ele se encontra dividido em três partes: antropologia, jurisprudência e ética. A primeira parte foi escrita pelo médico e fisiologista Paul-Joseph Barthez; a segunda, pelo advogado e conselheiro do Conselho Supremo de Dombes (1753), Antoine-Gaspard Boucher d'Argis; enquanto a terceira parte foi redigida pelo dramaturgo Joseph-François-Édouard de Corsembleu de Desmahis. Há ainda uma quarta parte, na qual *mulher* não aparece como sinônimo de sexo biológico, mas sim como esposa, tratando de questões ligadas especificamente ao casamento.

---

<sup>83</sup> DIDEROT, Denis. "Homme". In: *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. 8, Paris, 1765. Disponível no site: <https://quod.lib.umich.edu/d/did/>. Acessado pela última vez em: 22 de dezembro de 2019.



Na parte antropológica, Barthez começa por determinar que a mulher é a *fêmea do homem*. A partir deste pensamento, o médico segue citando anatomistas como Daubenton e Ruysch, para concluir que a mulher é um homem falhado, aproximando sua perspectiva daquela defendida por filósofos platônicos.

Ele faz uso do pensamento do humanista florentino Marsílio Ficino, o qual afirmava que, apesar da força reprodutiva de todo animal estar voltada para produzir um macho – espécime mais perfeito de seu tipo – às vezes desejava uma fêmea para que pudesse ocorrer a procriação. Logo, o sentido da própria existência feminina encontrava-se estritamente conectado à sua capacidade reprodutiva.

Não obstante o autor defenda a ideia da inferioridade biológica feminina, afirma que os preconceitos e o desprezo em relação à mulher são fruto dos costumes dos povos antigos, não do Cristianismo. Para ele, o Cristianismo conseguiu preservar a superioridade do homem e, concomitantemente, conservar um sentimento de estima em relação às mulheres. Para fundamentar este argumento, ele cita o comportamento de Jesus Cristo, o qual sempre permitiu a proximidade e participação feminina, a exemplo da Virgem Maria e de Maria Madalena, deixando um legado de respeito em relação à mulher na religião católica.

Barthez ainda compara a postura dos cristãos com a de hebreus e muçulmanos, tentando demonstrar que em outras religiões o preconceito atuava de forma muito mais incisiva, levando a violências e restrições mais severas para a vida das mulheres. Afirma, por exemplo, que os rabinos não acreditavam que a mulher fosse criada à imagem de Deus, defendendo que ela era menos perfeita que o homem, pois havia sido criada apenas para ser sua *ajudante*.

O caso dos muçulmanos era ainda mais grave, pois, segundo Barthez, Maomé determinou que os homens eram considerados oficialmente superiores, estipulando que mulheres lhes deviam não só obediência, mas também submissão. Caso fossem indisciplinadas, seria permitido aplicar castigos como dormir em quartos separados ou, até mesmo, agressões físicas para corrigir a insubordinação.

Para o autor, o Cristianismo se diferenciava das religiões supracitadas por acreditar que a mulher, assim como o homem, era feita à imagem e semelhança de Deus e agir de forma benevolente para com ela, sem abusos ou castigos físicos, ainda que ela fosse uma espécie de homem incompleto e, portanto, imperfeito.

Quando consultamos o vocábulo *mulher* como sinônimo de esposa, vemos que a imperfeição feminina, seja no raciocínio ou na força, é o principal argumento utilizado para

justificar sua subordinação no âmbito doméstico, mesclando preceitos católicos – como os que encontramos na *Carta aos Efésios* – com leis e costumes, fossem novos ou antigos:

O Ser Supremo, julgando que não era bom para o homem ficar sozinho, concebeu o desejo de uni-lo em sociedade a uma companheira, e essa sociedade é feita através de um acordo voluntário entre as partes. Como essa sociedade tem como objetivo principal a procriação e a proteção dos filhos que produz, o pai e a mãe por necessidade dedicam todas as suas energias a nutrir e criar adequadamente os frutos de seu amor até o momento em que são capazes de cuidar e julgar por eles mesmos. Mas, embora o marido e a esposa tenham fundamentalmente os mesmos interesses em seu casamento, é essencial que a autoridade governante pertença a um ou outro: agora o direito afirmativo das nações civilizadas, as leis e os costumes da Europa conferem essa autoridade por unanimidade ao homem, sendo aquele que possui a maior força da mente e do corpo, contribuindo mais para o bem comum em questões de coisas sagradas e humanas; de modo que a mulher deve necessariamente estar subordinada ao marido e obedecer às ordens dele em todos os assuntos domésticos. Essa é a crença dos juristas antigos e modernos e a decisão formal dos legisladores.<sup>84</sup>

No artigo que se refere à jurisprudência, escrito por Antoine-Gaspard Boucher d'Argis, vemos que o termo *mulher* abarca todas as pessoas do sexo feminino, sejam meninas, mulheres solteiras, casadas ou viúvas; e que solteiras e casadas estavam ligadas ao termo *homem*, por dependerem de um responsável legal.

Ele inicia, então, uma lista de características de cada sexo que eram determinantes para a capacidade ou não de atuação em alguns cargos. Os homens, de acordo com as prerrogativas de seu sexo, eram considerados naturalmente fortes – em relação ao físico e ao temperamento – e capazes de exercer todo tipo de emprego ou atividade. As mulheres, por sua vez, devido à fragilidade e delicadeza, ficavam mais restritas a algumas atividades, consideradas convenientes ao seu sexo.

Por exemplo, “[...] no que diz respeito ao mundo religioso, as mulheres podem ser canoneiras, freiras, abadias de uma abadia de meninas”<sup>85</sup>, mas elas não podem assumir um bispado ou ingressar em ordens eclesiásticas, mesmo sendo maiores de idade. Além disso, em certos Estados monárquicos – como a França –, elas não poderiam estar à frente de um trono, fossem solteiras ou casadas; tampouco seriam admitidas no emprego militar.

Seguindo o Direito Romano, elas também não eram admitidas em audiências públicas, o que as excluía do Parlamento e de toda a esfera política. No campo jurídico, não podiam atuar como juízas, advogadas ou promotoras, embora o autor garanta que num período

<sup>84</sup> JAUCOURT, Louis, Chevalier de. "Femme" (marriage). In: *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. 6, Paris, 1756. Disponível em: <<<https://quod.lib.umich.edu/d/did/>>>. Acessado pela última vez em: 22 de dezembro de 2019.

<sup>85</sup> BOUCHER D'ARGIS, Antoine-Gaspard. "Femme" (jurisprudence). In: *Encyclopedie of Diderot and d'Alembert*. Disponível em: <<<https://quod.lib.umich.edu/d/did/>>>. Acessado pela última vez em: 22 de dezembro de 2019.

remoto (na França) as mulheres já tenham atuado como árbitras em suas terras, declarando e executando sentenças. Elas também não poderiam ser testemunhas em atos perante notários e, mesmo podendo prestar depoimentos em casos civis ou criminais, era aconselhado que o juiz tivesse prudência ao leva-los em consideração, pois as mulheres eram vistas como mais influenciáveis, com tendência à mentira. Por fim, como eram tuteladas ao longo da vida, mesmo em caso de viuvez, não podiam ter a guarda, tampouco nomear tutores ou guardiões de seus filhos e netos.

Após uma longa explanação sobre o que era vetado à mulher, o autor passa a explicar o que lhe era permitido. Segundo o enciclopedista, as mulheres podiam atuar em qualquer área do conhecimento *apropriada ao seu sexo*. Além das funções de canoneira, freira e abadia que já havia apontado, ele cita três casos, sem comentar que são grandes exceções à regra na educação feminina: Hélène-Lucrece Piscopia Cornara, que foi impedida de ser doutora em Teologia, mas conseguiu o título de doutora em Filosofia pela Universidade de Pádua; Laure Bassi, burguesa de Bolonha que conseguiu o título de doutora em Medicina (não cita a universidade); e Maria-Gaetana Agnese, que foi publicamente nomeada para o cargo de professora de matemática em Bolonha.

Mesmo citando estes três exemplos, não fica exatamente claro se ele concordava com o ingresso feminino nessas áreas, que eram quase sempre restritas aos homens; ao que parece, vê os casos mais como uma possibilidade de instrução, do que de atuação profissional. No entanto, chega a relatar que existiam casas religiosas, comunidades e hospitais (destinados apenas à mulheres) que eram administrados por mulheres casadas que buscavam atuar de forma filantrópica.

Ele ainda explica que:

Nenhuma mulher é recebida nas empresas e comunidades masculinas, como comunidades de comerciantes e artesãos, porque as mulheres que participam dos negócios e do comércio de seus maridos não são consideradas comerciantes públicos respeitáveis: mas em várias dessas comunidades, as filhas dos mestres têm o privilégio de transferir o domínio para aquele com quem se casam; e as viúvas dos senhores têm o direito de continuar os negócios e o comércio do marido, desde que continuem viúvas; ou se é uma arte que uma mulher não pode exercer, ela pode alugar seu privilégio, assim como as viúvas dos cirurgiões. Existem certos negócios e ofícios reservados para esposas e mulheres solteiras, que formam entre si corpos e comunidades próprios, como matronas ou parteiras, comerciantes de linho, esposas de peixe, comerciantes de grãos, costureiras, vendedores de flores, etc.<sup>86</sup>

Todos esses fatores operavam como limitadores legais da atuação feminina na esfera pública. Não tendo direito a participar da vida política, sem autonomia em relação às

---

<sup>86</sup> BOUCHER D'ARGIS, *Idem*.

decisões da própria vida, sem a guarda legal dos filhos ou propriedades e, ainda, com uma pequena gama de atividades que podiam exercer – quase sempre sendo mal remuneradas –, as mulheres eram legadas a uma dependência completa do pai ou do marido, com espaço raro para exceções.

Quando nos dirigimos ao último trecho do verbete *mulher*, encontramos as definições morais, escritas por Joseph-François-Édouard de Corsembleu de Desmahis. Com uma escrita mais poética, o autor descreve a mulher como um ser que toca a alma masculina, porém nem sempre de forma agradável. Ainda que tenha atributos admiráveis e distintos, como a “redondeza das formas, a delicadeza das linhas, o brilho da cor”<sup>87</sup>, é igualmente um ser que foi modificado pela educação:

As mulheres não diferem tanto dos homens no coração e na mente quanto no tamanho e forma; mas a educação modificou suas disposições naturais de muitas maneiras, a dissimulação que parece obrigatória para elas, tornou sua alma tão secreta, as exceções são tão numerosas, tão misturadas com generalidades que, quanto mais alguém olha, menos pode encontrar resultados.

Para o autor, a mulher é um mistério e um perigo iminente. Seu pensamento é rápido, embora com pouco foco; é dissimulada; sua fraqueza dá origem à timidez que, por sua vez, desemboca na delicadeza e, por último, gera a dissimulação, já que desde cedo são habituadas a mentir por decoro. É a delicadeza que torna a mente das mulheres mais animadas e menos capazes de concentração; elas também são indiscretas e curiosas, pois sabem muito pouco sobre o que as cerca, fazendo com que perguntem sobre tudo. Além disso, são vingativas, sendo capazes de exercer um ato de poder momentâneo frente a sua fraqueza natural, isto porque, segundo o autor, “o mais fraco e o mais tímido deve ser cruel: é a lei geral da natureza que todos os seres sensíveis respondem ao perigo com ressentimento”<sup>88</sup>.

Para Demahis, a juventude feminina é mais brilhante que a dos homens, mas sua velhice é mais longa e infeliz. A comparação entre os sexos é extensa, seguindo quase sempre o que Poulain de la Barre já havia apontado em sua obra – *Da Igualdade entre os dois sexos, discurso físico e moral* – como senso comum: o homem como bastião da força, racionalidade e coragem; a mulher como símbolo de beleza, delicadeza, emoção e dissimulação. Demahis vai além, afirmando que aquilo que é atrativo em um, é deformidade no outro. Ou seja, uma mulher que pretende ter a força, coragem ou o domínio da razão tal

<sup>87</sup> DESMAHIS, Joseph-François-Édouard de Corsembleu. “Femme” (ethics). In: *Encyclopedie of Diderot and d’Alembert*. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/d/did/>. Acessado pela última vez em: 22 de dezembro de 2019.

<sup>88</sup> DEMAHIS, *Idem*.

qual um homem é tão chocante e indesejado quanto um homem com características femininas, como a delicadeza e a emoção.

O que determina como cada um será moldado é a educação, o que é crucial no caso feminino: “[...] para as mulheres, a educação é tão ruim quanto geral e mais negligenciada do que útil. Deve-se surpreender que essas almas não cultivadas possam produzir tantas virtudes e que não promovam mais vícios”<sup>89</sup>. Ele critica também a condução das jovens ao altar – por mães que abdicaram do mundo antes mesmo de conhecê-lo –, para matrimônios arranjados com pretendentes desconhecidos que, provavelmente, acabarão em fracasso.

Em sua perspectiva, homens e mulheres parecem imersos numa disputa de poder sem fim, cada qual munido de sua própria arma. Mas, ao contrário da mulher, o homem não é um ser com tendência à dissimulação e malícia. Ele ainda afirma:

A natureza parece ter conferido aos homens o direito de governar. As mulheres recorreram à arte para se libertar. Os dois sexos abusaram reciprocamente de suas vantagens, de força e beleza, esses dois meios de produzir infelicidade. Os homens aumentaram seu poder natural através das leis que escreveram; as mulheres aumentaram o preço de suas posses pela dificuldade de obtê-las. Não é difícil dizer onde se encontra servidão hoje. Seja como for, a autoridade é o objetivo para o qual as mulheres tendem; o amor que elas dão as leva até lá; o amor que recebem as afasta; incumbidas de inspirar, forçando-se a não sentir, ou pelo menos a esconder o que sentem: essa é a fonte de toda a sua política e toda a sua moralidade.<sup>90</sup>

Como podemos observar, tal qual Barthez e Boucher d’Argis, Demahis encarnava as principais interpretações acerca da mulher no século XVIII. Obviamente, não podemos esquecer que a própria representação – iconográfica, histórica, filosófica, biológica e teológica – da mulher ao longo do tempo foi feita majoritariamente a partir do olhar masculino.

Conforme as Luzes avançavam, também ampliava o questionamento sobre a posição de superioridade masculina e a subordinação feminina. Especialmente no campo político e social, vários foram os questionamentos acerca das noções de indivíduo, espaço público, liberdade, igualdade, educação e justiça. Prova disto foi o fato de que o advento da Revolução Francesa de 1789 fomentou ainda mais o debate da necessidade de reconhecimento dos direitos das mulheres e, paralelamente, tentou apartá-las da esfera pública.

Como afirma Tania Morin, os *philosophes* contribuíram diretamente com a difusão da ideia de que a mulher estava ligada a inúmeros aspectos negativos como a dissimulação,

---

<sup>89</sup> DEMAHIS, *Idem*.

<sup>90</sup> *Idem*.

mentiras, vaidade e futilidade, sendo vistas como um ser que pendia a vícios e malícia, além de ter uma inclinação natural para o luxo, intrigas e trapaças. Apesar disso, o surgimento de um movimento de contestação da situação feminina, – no âmbito político, social, moral e intelectual – se tornou uma espécie de filho indesejado da Revolução, como aponta Luis Felipe Miguel<sup>91</sup>.

Embora tenha havido exceções, sendo Condorcet o nome mais famoso entre elas, a esmagadora maioria dos revolucionários franceses manifestava desinteresse, quando não hostilidade, pelos direitos da mulher. Seguiam a trilha de Rousseau, maior inspiração filosófica da Revolução, para quem a liberdade dos homens não incluía a das mulheres, destinadas naturalmente ao enclausuramento na esfera doméstica.<sup>92</sup>

Então, se por um lado as Luzes contribuíram em grande parte para legitimar um discurso de inferioridade feminina, ressaltando sua eterna condição de menoridade devido à incapacidade intelectual e fragilidade moral; por outro lado, também legou uma posterior oportunidade de debate, de publicações em defesa da emancipação feminina e a possibilidade de criação de clubes políticos femininos que requisitavam direitos, a começar por liberdade e igualdade.

#### 1.2.5. A polêmica das mulheres e as faces da resistência

Visando mostrar como algumas obras atuaram enquanto contraponto a esta perspectiva mais conservadora, que pregava o retorno da mulher à esfera privada, trouxemos alguns pensadores e pensadoras que tiveram certo destaque no período, sendo eles: Chordelos de Laclos, marquês de Condorcet, Olympe de Gouges (pseudônimo de Marie de Gouze) e Mary Wollstonecraft; juntando-se a vozes que já haviam aparecido, como o supracitado Poullain de la Barre.

Em *Da educação das mulheres* (1783), Chordelos de Laclos<sup>93</sup> escreve ao concurso da Academia de Châlons-sur-Marne uma proposta de como aperfeiçoar a educação feminina. Ao contrário do que se poderia prever, ele envia uma crítica ao modelo de Rousseau em *Emílio* e passa a se dirigir não aos acadêmicos, mas às mulheres, enquanto possível público-leitor, tentando conscientizá-las de sua condição de “escravas”.

Para ele, o que era ofertado às mulheres não podia ser nem ao menos chamado de educação, pois só mereceria esse título se gerasse o desenvolvimento pleno das faculdades

<sup>91</sup> MIGUEL, Luis Felipe. “O Feminismo e a Política”. In: Luis Felipe Miguel/Flávia Biroli. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 20.

<sup>92</sup> *Idem*.

<sup>93</sup> Pierre Chordelos de Laclos (1741-1803) era militar de carreira, também se dedicava à literatura. Escreveu o famoso romance epistolar *Ligações Perigosas* (1782), mas é muito lembrado pela criação de livros libertinos.

do indivíduo e o orientasse para a utilidade social. Na situação das mulheres, no entanto, uma boa instrução formal sem a reforma das leis e dos costumes em benefício de uma maior liberdade apenas as tornaria mais infelizes – agora conscientes da sua condição – ou ainda, muito perigosas caso tentassem sair romper com suas amarras.

Assim como Poullain de la Barre, Laclos acreditava que o hábito da inferiorização feminina levava a sua naturalização. As próprias mulheres se tornaram incapazes de notar sua condição de “escravas” por já nascerem imersas nestes costumes. Por outro lado, ele afirma que em algum momento as mulheres “[...] preferiram os vícios aviltantes, mas cômodos, às mais difíceis virtudes de um ser livre e respeitável”<sup>94</sup> e isto havia sido determinante para sua dominação.

Dito isto, ressalta que a única solução para elas era a *revolução*, a fim de reconquistar suas vantagens e recuperar a plenitude de seu ser. Ele não diz que revolução seria esta, de que forma ela se daria ou que caminhos tomaria; só declara que era preciso coragem, pois os homens fariam de tudo para manter seus privilégios. Ou seja, a emancipação feminina jamais poderia ocorrer exceto pelo esforço delas próprias.

Após esta polêmica introdução que, inclusive, levou à rejeição de seu escrito, Laclos desenvolve seu texto tal qual Rousseau em *Emílio*, perpassando as etapas da vida de uma jovem, só que sem nenhuma amarra social, sendo criada da forma mais livre e natural possível. Este estado de natureza, contudo, não é igual ao de Rousseau: enquanto este faz um elogio à vida no campo, longe dos vícios da cidade e com uma instrução voltada para a domesticidade da mulher, Laclos opta em relatar o desenrolar da vida de uma menina numa comunidade caçadora-coletora, considerada “selvagem” para os moldes civilizatórios da época.

Para ele, a mulher em estado de natureza, tal qual o homem, gozava de três bens que eram impensáveis em outra situação: liberdade, força e saúde. Levando uma vida sem limitadores sociais, a jovem desenvolveria plenamente suas capacidades físicas, aumentando sua força e saúde. Ela teria a oportunidade de crescer conhecendo tudo e todos ao seu redor, inclusive, o afeto e o sexo como algo natural à própria vida. Desta forma, quando seu corpo estivesse completamente formado, estaria pronta para a maternidade, mas também para o prazer, sem as dificuldades ocasionadas pelos ciúmes, posse e casamento que, segundo Laclos, minavam a harmonia das relações humanas nas sociedades ditas civilizadas.

---

<sup>94</sup> A tradução do texto de Pierre Chordelos de Laclos, “Da educação das mulheres”, pode ser encontrada no compilado: ROVERE, *Op. Cit.*, 2019, p. 175.

A questão da maternidade apresenta alguns pontos semelhantes aos de Rousseau. Por exemplo, ele considera que na Corte o interesse e a vaidade cercam a reprodução; já entre os pobres, a miséria parece sufocar o que há de mais belo no ato. O ideal, então, seria gerar filhos da forma mais natural possível, tendo a participação integral da mãe que, poucas horas após o parto, já seria capaz de cuidar da criança. O leite materno, tão importante no pensamento de Rousseau, também aparece aqui como um elo entre a mãe e o bebê; ele é o primeiro dos vários cuidados que virão, embora não excessivos e limitantes, apenas suficientes para desenvolver a criança que, ao andar perfeitamente, já estaria pronta para ficar sob a guarda da natureza.

A vida desta criança (menino ou menina) se daria da forma mais independente possível, guiado por suas próprias necessidades. “Cada dia ele recebe da natureza uma nova lição; cada presa que ele persegue é um assunto de estudo, cada uma de suas refeições é o preço da sua habilidade ou de suas reflexões”<sup>95</sup>. Embora o exemplo dos adultos seja de grande valia para o seu aperfeiçoamento, não haverá o acompanhamento de um preceptor, como se dá na obra de Rousseau. A criança estará sob o cuidado dos adultos somente durante o período em que ainda não tem condições de caçar seu próprio alimento, a fim de garantir sua sobrevivência nesse período de dependência.

Na puberdade, diferente do que ocorre nas cidades, onde os vícios fazem com que se inicie a sexualidade precocemente, levando a uma vida “lânguida e fraca”; os jovens em estado de natureza respeitariam o tempo certo do próprio corpo. O autor aponta para as mudanças fisiológicas durante a puberdade, como o crescimento dos seios, o arredondamento das formas e o aparecimento de pelos como indicativos de que a jovem já está pronta para a maternidade. Laclos acreditava que o desejo sexual só apareceria quando o corpo fosse capaz de suportar uma gestação.

Vinte vezes, cem vezes, ela viu cumprir-se diante dela o ato da procriação; ela não enrubescou, não fugiu, não olhou para trás furtivamente. Ela viu com os olhos do corpo, e não com os da alma; seus sentidos ainda dormem; para despertar, eles esperam o grito da natureza. Podemos afirmar, então, com credibilidade, que a puberdade da menina da natureza apenas se manifestará (ao menos em um clima semelhante ao nosso) quando seu corpo tiver quase terminado o crescimento, e podemos afirmar com certeza que, em todos os climas, a natureza entregue a si mesma só dará à menina a faculdade de ser mãe depois de lhe ter dado a força para cumprir seus deveres [...].<sup>96</sup>

<sup>95</sup> ROVERE, *Op. Cit.*, 2019, p. 183.

<sup>96</sup> ROVERE, *Op. Cit.*, 2019, p. 185.



Com o sexo, a jovem entra na *idade viril*, considerada o seu ápice por ser o período da procriação, que tem fim quando a mesma perde a capacidade de gerar filhos, isto é, com o avançar da idade e chegada da menopausa. Mas tanto o homem quanto a mulher não sofrerão com os males da velhice da mesma forma que aqueles que vivem nas cidades; ao contrário, a vida irá encaminhá-los suavemente à morte, e o seu legado mais valioso às gerações futuras será sempre a liberdade, diferenciando-os do *homem social*.

A natureza cria apenas seres livres; a sociedade faz apenas tiranos e escravos; toda sociedade supõe um contrato, todo contrato uma obrigação respectiva. Toda obrigação é um entrave que rejeita a liberdade natural; assim o homem social não cessa de fazer ligações, ele tende a escapar delas, procura jogar o peso sobre seus semelhantes, ele quer manter apenas o fim da corrente para dirigi-los ao seu bel-prazer. Segue-se daí que, se a opressão do forte sobre o fraco não é uma lei natural, no sentido que os moralistas tomam essas palavras, ela também não deixa de ser uma lei da natureza, ou melhor, é a primeira vingança da natureza abandonada contra o homem social.<sup>97</sup>

Tal qual Poullain de la Barre e Voltaire, Laclos acreditava que conforme o homem foi se organizando em sociedade, percebeu que era semelhante a outros homens em força, o que lhe dava certo receio de conflito e gerava equilíbrio; mas também era muito desigual em relação à mulher, então, poderia subjugar-la pela força ou pela persuasão de unir-se a ele. De qualquer forma, esta união tão discrepante em força só podia ter como resultado a tirania masculina, gerando opressão e desprezo às mulheres.

A mulher, por sua vez, precisava de novas e criativas formas para se defender deste despotismo e, como arma, começou a instigar a curiosidade masculina ao praticar a “difícil arte de recusar”, o que lhes dava o poder de despertar e dirigir os desejos: eis que surge a beleza e o amor. Ao fazer essa pequena genealogia, Laclos se aproxima do pensamento dos *philosophes*, em que beleza, astúcia e relação amorosa se entrelaçam, conferindo algum tipo de poder de dissimulação e manipulação à figura feminina.

Contrariando a expectativa criada no início do texto, Laclos encerra-o com um longo discurso sobre beleza, adornos e cuidados com o próprio corpo, como higiene, maquiagem e perfume. Embora não fique explícito, ele parece incentivar as mulheres da nobreza a refinar a arte da sedução, tentando ressaltar seus encantos naturais; muito possivelmente porque o despertar do amor e o controle do prazer serão suas grandes armas contra a dominação masculina.

Não fica claro se esta é a revolução proposta no prefácio do livro, mas Laclos não parece propor nada diferente do que ele mesmo já dizia ocorrer, principalmente no que

---

<sup>97</sup> ROVERE, *Ibidem*, 2019, p. 207.

concerne à educação. Sua proposta é muito mais por uma liberdade frente às amarras sociais em geral, do que por uma luta por instrução, leis civis ou qualquer outro fator que poderia realmente interferir de forma direta na condição das mulheres, mesmo as de alta classe.

Nicolas de Condorcet<sup>98</sup>, por sua vez, apresentou argumentos muito mais efetivos na defesa dos direitos das mulheres. Considerado um intelectual de grande relevância do período, membro da Academia de Ciências, deputado da Assembleia Legislativa durante a Revolução Francesa, com o título de fundador e teórico da escola republicana francesa, Condorcet participava ativamente pelas lutas em favor do “progresso do espírito humano”, tentando reparar injustiças para com as mulheres e negros escravizados.

Acompanhando o crescente número de clubes políticos de mulheres que lutaram ao lado da Revolução e requisitavam direito à cidadania, ele expôs suas reflexões favoráveis às mulheres na edição de número 5 do *Journal de la Société*, em 1790. Sob o título – *Sobre a admissão das mulheres ao direito à cidadania*, ele defende a participação feminina nas assembleias, bem como o seu sufrágio, argumentando que sua exclusão é fruto do preconceito gerado pelo hábito. Em suas palavras:

Há prova maior do poder do hábito – de violar direitos – mesmo entre homens esclarecidos, do que ver ser invocado o princípio da igualdade dos direitos em favor de trezentos ou quatrocentos homens, que dele foram privados por um preconceito absurdo, e esquecê-lo em relação a 12 milhões de mulheres? Para que essa exclusão não fosse um ato de tirania, seria necessário ou provar que os direitos naturais das mulheres não são absolutamente os mesmos dos homens, ou mostrar que elas não são capazes de exercê-los.<sup>99</sup>

Como estratégia de convencimento, ele enumera e rebate os principais argumentos utilizados contra a participação política feminina. Primeiramente, o fato de que as mulheres engravidam, passando por todo o mal estar da gestação e pós-parto, impossibilitando a assiduidade nos debates. Para ele, embora isso seja verdade, não havia motivo para excluí-las pela gravidez, assim como não se exclui alguém por gota ou qualquer outra doença que não impeça o exercício das faculdades mentais.

Além da gravidez, há o fato de que a admissão de cidadania às mulheres faria com que não exercessem bem suas funções no lar, principalmente como mães. Sobre os cuidados do lar e dos filhos, ele afirma que as assembleias impunham a elas o mesmo que se exige de

<sup>98</sup> Nicolas de Condorcet (1743-1794), ou Marquês de Condorcet, já era uma figura respeitada entre os intelectuais franceses quando estourou a Revolução Francesa, em 1789, a qual apoiou com entusiasmo. Após a tentativa de fuga do rei Luís XVI, passou a apoiar também o republicanismo. Foi deputado da Assembleia Legislativa, membro da Academia de Ciências e era reconhecido como um grande pensador. Para saber mais, consultar: ROVERE, *Op. Cit.*, 2019, pp. 229-232.

<sup>99</sup> A tradução do texto original de Nicolas de Condorcet, intitulado “Sobre a admissão das mulheres ao direito à cidadania”, encontra-se no compilado: ROVERE (Org.), *Ibidem*, 2019, p. 235.

outros trabalhadores, sem alterar suas obrigações e ainda as afastaria das futilidades a que estão comumente expostas, com o êxito de educarem melhor os futuros cidadãos, pois se tornariam conhecedoras dos assuntos públicos.

Os homens também apontavam que as mulheres nunca deram nenhuma prova de sua genialidade (nas ciências, artes, letras, etc.), não tendo a mesma amplitude de conhecimento e razão se comparadas a eles. Quanto a isto, Condorcet polemiza ao afirmar que excetuando uma pequena parcela da população privilegiada que possuía acesso ao conhecimento, a superioridade e inferioridade em relação ao intelecto se equiparam nos dois sexos. Ademais, se a genialidade fosse algo necessário à participação política, só poderiam conceder cidadania aos homens geniais, o que não ocorria; logo, não havia motivos para negar a cidadania a uma mulher comum, se o mesmo não era feito em relação a um homem comum.

Alguns homens chegavam a admitir que as mulheres possuíam inteligência, sagacidade e capacidade de raciocinar, porém nunca eram conduzidas pela razão. Neste ponto, ele defende que, como elas foram privadas da razão dos homens, agem conforme sua própria razão e visando seus próprios objetivos, o que não significava que fossem desprovidas de razão.

Outra justificativa comumente encontrada para a exclusão feminina da política é que se devia temer a influência das mulheres sob os homens públicos. No entanto, para ele, esse argumento só fazia sentido quando aplicado a um homem só, pois no debate público os tipos de “artimanhas” presentes na vida privada não se aplicam. Seria muito mais fácil a mulher influenciar um homem no âmbito privado do que na esfera pública, onde está sujeita à vigília de todos.

Não obstante a intensa atuação de Condorcet, a Constituição (1791) foi elaborada sem referências ao sufrágio feminino, tampouco a outras pautas requisitadas pelas mulheres, como: “[...] direito ao divórcio, oportunidades iguais de educação fundamental para meninas e regulamentação sobre serviços de saúde para a mulher”<sup>100</sup>. As mulheres, assim como os homens sem renda suficiente para serem cidadãos, as crianças, os loucos, os criados domésticos, os menores de idade, os condenados e os infames seguiam sem direito à cidadania; o que, na verdade, era encarado com certa naturalidade e concordância pela maior parcela da população, incluindo muitas mulheres.

Para diminuir o clima de tensão gerado por essas reivindicações, era necessário estruturar um novo lugar social para a mulher dentro da revolução. Ela, que lutara e apoiara

---

<sup>100</sup> MORIN, *Op. Cit.*, 2014, p. 107.

o avanço revolucionário, mas tinha sido deixada de lado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, bem como na nova Constituição, precisava ter o seu papel repensado. Neste sentido, a obra de Rousseau forneceu o embasamento filosófico necessário para estabelecer esse lugar: a maternidade.

A escolha da maternidade como expressão feminina de patriotismo revolucionário não foi por acaso. As virtudes das patriotas deveriam ser opostas às das mulheres do Antigo Regime; desta forma, elas se distanciavam da imagem negativa de futilidade e dissimulação, para se aproximar do virtuosismo desejado para a nova nação.

Na visão revolucionária da divisão sexual das tarefas, os homens faziam as leis e as mulheres faziam os costumes. Não era pouco. A mulher continuava subordinada ao homem, porém exaltada como mãe e educadora. Em vista disso, conforme Godineau ressaltou, seria empobrecedor pensar que esse “culto à maternidade” por parte dos dirigentes fosse apenas uma maneira de alijar as mulheres da cena pública, embora os deveres maternos tivessem sido invocados para justificar a exclusão feminina. A sociedade de fato reconhecia a importância do papel materno [...].<sup>101</sup>

A simbologia do período confirma a teoria de Godineau: mulheres grávidas como alegorias da perenidade da revolução, festivais dedicados à celebração do amor e fidelidade conjugal, ao amor materno, ao afeto parental, valorização da amamentação – “o leite da liberdade” – e dos cuidados com a criança. Gradativamente, esfera pública e esfera privada se misturavam criando a *maternidade cívica*, em que a pátria parece ser a extensão da família, ao mesmo tempo em que retirava as mulheres dos debates públicos para mantê-las no seio familiar.

A maternidade cívica entrelaçava o universo público e o privado, pois transformava funções da vida particular – como a maternidade, amamentação e educação dos filhos – em interesses públicos. Isto porque as boas mães republicanas ajudariam “[...] a construir uma nova sociedade, na qual as crianças se desenvolveriam nas melhores condições possíveis [...]”<sup>102</sup>, incumbindo-se pessoalmente do aleitamento, da instrução, da felicidade, patriotismo e da noção de cidadania do jovem em crescimento. Deste modo, criava-se um modelo ideal de mulher a ser seguido: virtuosa, instruída, patriota e, acima de tudo, boa esposa e mãe zelosa que possuía um papel vital na construção da nação.

O grande apoio do sexo feminino ao novo cenário social tem como principal justificativa a valorização da figura e do papel da mulher em sociedade. Mesmo sem alcançar os requisitados direitos políticos e não havendo uma condição de igualdade entre os sexos, se comparada ao período monárquico, a situação das mulheres avançara. Podemos ver um

<sup>101</sup> MORIN, *Ibidem*, 2014, p. 55.

<sup>102</sup> MORIN, *Op. Cit.*, 2014, p. 60.

exemplo da pouca estima em relação à mulher antes da Revolução nas palavras de Diderot: “O que é então uma mulher? Negligenciada pelo esposo, abandonada pelos filhos, nula na sociedade [...]”<sup>103</sup>.

Ou seja, anteriormente, parecia existir um sentimento de dominação e falta de estima muito mais latente em relação à mulher, fosse pela atuação da Igreja, com a perspectiva do pecado e necessidade de seguir cegamente o marido; ou pela influência do Absolutismo Monárquico que, de acordo com Bandinter<sup>104</sup>, legava aos pais e maridos uma experiência maior de controle sobre as mulheres, pois a figura paterna ou marital representava o poder soberano em casa. A mulher nunca tivera a oportunidade de ouvir – especialmente na esfera pública – comentários positivos acerca de seus atos, fator que se tornou recorrente em solenidades de exaltação às mães durante o período revolucionário.

No novo cenário, as mães, até mesmo das camadas mais populares, passaram a gozar de mais autoridade sobre os filhos, tinham seus conhecimentos sobre puericultura respeitados, tinham lugar de honra nos festivais, faziam juramentos públicos, eram chamadas de “cidadãs”, mesmo que não o fossem na prática. Tudo isso lhes conferia dignidade e contribuía para que introjetassem seu novo papel como mães que precisam passar adiante os ideais da Revolução e usar toda sua energia para “executar as leis e os princípios”.

Mas o retorno ao ambiente doméstico também gerava dúvidas: “[...] como as mães fariam para ensinar os princípios revolucionários aos filhos se elas próprias não os aprendessem? E como aprender sem frequentar as tribunas, ler os jornais, ouvir discursos, participar das discussões?”<sup>105</sup>. A resposta veio através de Prudhomme: elas precisavam confiar nos relatos de seus maridos e seguir suas recomendações, pois qualquer tentativa de participação política era encarada como uma perigosa “troca de papéis”, podendo ocasionar uma desestruturação social.

Estas contradições não ficaram impunes a críticas; mulheres como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges acabaram provocando – dentro da própria Revolução – um estopim pela busca dos direitos das mulheres. Ambas compartilham da ideia de que o acesso a uma instrução de qualidade e a igualdade de direitos civis e políticos eram centrais na mudança da condição de vida das mulheres, fazendo eco às vozes de Poullain de la Barre e Condorcet.

<sup>103</sup> DIDEROT, *Op. Cit.*, 1990, p. 224.

<sup>104</sup> BADINTER, Elizabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 39.

<sup>105</sup> MORIN, *Op. Cit.*, 2014, p. 61.

Em 1791, Marie Gouze, sob o pseudônimo de Olympe de Gouges, publicou a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, fazendo um contraponto à *Declaração do Homem e do Cidadão*. Mais do que denunciar a falsa ideia de universalidade da cidadania, jogando luz à exclusão das mulheres, ela também trouxe para debate a necessidade de pautas específicas, a exemplo do reconhecimento de filhos ilegítimos.

Antes de publicar a famosa declaração, Gouges escreveu folhetos, peças de teatro, panfletos e cartazes. Mas, ao contrário do que se possa imaginar, não era uma voz intelectual isolada tal qual havia sido Marie de Gournay outrora; mulheres como Fanny de Beauharnais, Jeanne Montesson, Sophie de Grouchy, Etta Palm d’Aelder, Claire Lacombe e tantas outras também despontavam no furor da Revolução.

A *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* foi endereçada à rainha Maria Antonieta, ainda na esperança de que ela pudesse atuar para reestabelecer a monarquia e restaurar os costumes. Na carta que acompanha a Declaração, a autora fala da “condição deplorável” de seu sexo e que o fato de defender a causa feminina podia legar à rainha o apoio de metade do reino. Apesar disto, ela demonstra contradição ao falar como súdita, usando termos como “minha senhora”, “sua serva muito humilde e obediente” e como cidadã, em trechos como: “É assim que todo bom cidadão sacrifica sua glória e seus interesses, quando seu único objetivo é apenas os de seu país”<sup>106</sup>; o que talvez demonstre o interesse em uma monarquia constitucional, ao invés de um regime republicano.

Após a carta, segue a introdução que conclama o homem à reflexão: “Homem, você é capaz de ser justo?”, questiona a autora. Neste pequeno trecho, ela aponta para a opressão imposta às mulheres, a qual afirma contrariar até mesmo a natureza, onde macho e fêmea cooperam entre si de forma harmoniosa.

Somente o homem costurou para si um princípio dessa exceção. Estranho, cego, inflado de ciência e degenerado, neste século das luzes e de sagacidade, na ignorância mais abjeta, ele quer comandar como um déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais. Ele pretende usufruir da Revolução e reivindicar seus direitos à igualdade, para nada mais dizer.<sup>107</sup>

A seguir, encontramos o próprio texto da Declaração com seus dezessete artigos, sendo o mais importante deles: “A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos”, que eram a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

<sup>106</sup> A tradução do texto original de Olympe de Gouges, “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, encontra-se no compilado: ROVERE, *Op. Cit.* 2019, p. 255.

<sup>107</sup> ROVERE, *Ibidem*, 2019, p. 256.

Gouges afirma que o princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que não é nada mais que a união da mulher e do homem, confirmando a ideia da família como uma célula mínima do Estado. Ainda sobre a questão da relação entre homem e mulher, defende que é preciso reformar as leis da natureza e da razão para que acabe a tirania do homem. E que ninguém pode ser impedido ou constrangido a fazer o que as leis da natureza e da razão não proibem.

Para ela, as leis que regem a sociedade precisavam ser a expressão da vontade geral, com a contribuição de cidadãs e cidadãos para sua elaboração. Logo, a Constituição é vista como inválida, pois a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou para a sua redação.

Prega ainda que todos devem ter igualdade de acesso a empregos, funções públicas e honrarias segundo suas capacidades, virtudes e talentos. Mas se há igualdade de oportunidades, também deve haver igualdade de deveres, portanto, as mulheres devem contribuir para as despesas da administração pública da mesma forma que os homens. Sendo garantidos a ambos o direito de pedir contas da administração pública a qualquer agente do governo.

Além de requisitar oportunidades iguais, ela também aponta que nenhuma penalidade deve ser atenuada para a mulher, podendo ser acusada, julgada e punida com o rigor da lei. No entanto, ninguém pode ser punido, a não ser em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito, garantindo sua imparcialidade.

Ainda no âmbito jurídico, reivindica o direito à propriedade e à liberdade de expressão. A autora aponta o direito à propriedade como inviolável e sagrado para cada um dos sexos, estejam homem e mulher unidos ou separados. Já no que diz respeito à liberdade de expressão, alega que todos têm direito de emitir suas opiniões, desde que suas manifestações não perturbem a ordem pública, deste modo, se uma mulher pode subir ao cadafalso, também deve poder subir à tribuna para se expressar.

A livre comunicação também deve servir para que nenhuma mulher seja constrangida ao tentar exigir o reconhecimento de filhos fora do casamento, colocando a palavra da mulher num alto grau de legitimidade, jamais alcançado na sociedade ocidental, onde sua moral estava intimamente relacionada a uma vida de celibato (antes do casamento) e de fidelidade (depois de casada).

Outro fator de grande relevância defendido por Gouges é que os direitos da mulher e da cidadã devem ser instituídos em benefício de todos, não somente delas. Isso contraria a ideia muito comum de revanchismo em relação à dominação masculina; esclarecendo que

os direitos, as oportunidades e os deveres devem se estender a toda sociedade, sem distinção de sexo e, mais do que isso, atenta para casos específicos que abalam socialmente a vida feminina, como é o caso de filhos ilegítimos e do abandono parental.

Independentemente de estar em busca apenas de igualdade e de ter atuado como uma “ardorosa patriota”, como aponta Morin, Olympe de Gouges acabou presa e condenada à guilhotina após ter publicado uma série de panfletos atacando Robespierre. Sobre sua morte, o jornal *Moniteur* publicou em 19 de novembro de 1793: “Ela quis ser homem de Estado, e parece que a lei puniu esta conspiradora por ter esquecido das virtudes que convêm ao seu sexo”<sup>108</sup>.

Isto pode nos conduzir a uma reflexão feita por Foucault n’*A Ordem do Discurso* (1970): “O que há de tão perigoso no discurso? Qual é o perigo das pessoas falarem e seus discursos proliferarem indevidamente?”<sup>109</sup> Esta questão fica ainda mais latente se pensarmos como os revolucionários requisitavam a possibilidade de discurso, a fim de requererem igualdade, mas também fizeram amplo uso de interdições para coibir supostos inimigos da revolução.

Foucault nos explica que, por mais que o discurso pareça algo com pouca relevância, as interdições que ele sofre podem nos apontar sua ligação com o *desejo* e o *poder*. Numa sociedade na qual não se pode falar sobre qualquer assunto livremente, onde “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”<sup>110</sup>; ele passa a não ser somente *aquilo que demonstra a dominação* ou que *luta contra ela*; ele é o *motivo pelo que se luta*, sendo o poder que todos desejam obter.

Assim como Gouges, inúmeras mulheres que tentavam interferir e/ou participar politicamente da vida pública eram interdidas e, até mesmo, penalizadas criminalmente por requisitar o direito à voz.

À medida que a prática e o discurso das mulheres se aproximavam das virtudes republicanas – *essencialmente masculinas* –, elas estavam agindo como homens, no sentido positivo de “elevar-se” acima do seu sexo. Para os críticos das mulheres politizadas, “elevar-se” tinha um sentido negativo de “pretensão descabida”. [...] ao deixar para trás o estereótipo da mulher inconstante, as militantes membros de clubes políticos de fato adquiriram uma atitude mais masculina, na medida em que abandonavam os supostos defeitos femininos. Mas a sua intenção não era comportar-se “como homens”, nem “como mulheres”; era pensar e agir como

<sup>108</sup> MORIN, *Op. Cit.*, 2014, p. 110.

<sup>109</sup> FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 8.

<sup>110</sup> FOUCAULT. *Op. Cit.*, 2014, pp. 8-9.



membros do povo soberano, independente de sexo, como indivíduos chamados a fazer a sua parte na reconstrução da nação.<sup>111</sup>

Neste sentido, a política do período revolucionário, acabou por se tornar um palco para o embate entre a legitimidade do discurso masculino e o “perigoso” discurso pelo direito das mulheres, que desestabilizava a ordem existente. A morte de Gouges e a fala encontrada no *Moniteur* são prova de quanto um discurso emancipacionista era capaz de embaralhar lugares e hierarquias, mostrando na prática o quanto as vozes são passíveis de interdição.

Tal qual Olympe de Gouges, a britânica Mary Wollstonecraft também se dedicou a defender os direitos das mulheres por meio do discurso. Em sua famosa obra *Reivindicação dos direitos das mulheres* (1792), Mary traça um panorama da realidade feminina, a qual considera degradante. Ela aponta o desprezo masculino, os principais preconceitos que circundam as características ditas “naturais” de cada sexo, o caráter sexual, a moralidade, as virtudes e, principalmente, a eterna condição de criança a qual a mulher estava condenada devido à falta de acesso à educação.

Em seu livro, faz uma incisiva crítica à obra *Emílio*, de Rousseau, e sua utilização em manuais de educação, especialmente aqueles voltados para meninas. Para Wollstonecraft, num período em que a racionalidade deveria ditar as regras, o que acontecia era exatamente o contrário: “Os homens muitas vezes parecem empregar a razão para justificar certos preconceitos, assimilados quase sem saber como, em vez de procurar desarraigá-los”<sup>112</sup>. Para ela, como a razão era um dos principais critérios para o acesso a direitos, o reconhecimento da mulher como um ser que não é dotado de racionalidade, somado a outros preconceitos e à herança cristã de submissão feminina, mantiveram as mulheres privadas de seus direitos civis e políticos por séculos.

Um dos primeiros pontos levantados por Wollstonecraft é a questão da força física dos homens, argumento amplamente utilizado por muitos pensadores para justificar sua “superioridade natural”. Ela não nega que, em outros tempos, a força fora um elemento de distinção dos homens e que, de fato, existia uma discrepância de força física. No entanto, afirma que numa sociedade civilizada e cortês, a força parece contrária ao caráter de um cavalheiro. Além disso, ressalta que os homens considerados “gênios” também não possuem essa força que exaltam, mesmo gozando dos direitos que ela concederia. Este ponto abre espaço a outro questionamento:

---

<sup>111</sup> MORIN, *Op. Cit.*, p. 130.

<sup>112</sup> WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 31-32.

Mas, se fosse provado que a mulher é naturalmente mais fraca do que o homem, de onde viria a ideia de que é natural para ela esforçar-se para ser ainda mais fraca do que a natureza pretendeu fazê-la? Argumentos deste tipo são um insulto ao bom senso e reacendem a paixão. O direito divino dos maridos, tal qual o direito divino dos reis, pode, como é de se esperar nesta época iluminista, ser questionado sem perigo [...].<sup>113</sup>

Wollstonecraft demonstra a ligação deste lugar comum com o pensamento de Rousseau, apontando como equivocada ao abordar a mulher, desde a tenra infância até a vida adulta. Retomando pautas levantadas pelo autor, como a fraqueza (física e moral), a coqueteria e a dependência, ela começa a traçar o perfil de mulheres que são limitadas social e culturalmente, divergindo da opinião do filósofo.

No que diz respeito à infância, afirma que é “[...] bastante natural que uma menina, condenada a permanecer sentada durante horas, ouvindo a tagarelice ociosa de amas débeis ou assistindo à toaleta de sua mãe [...]”<sup>114</sup>, tenda a reproduzir o mesmo tipo de comportamento. Na mocidade, a situação das jovens era agravada com o modo principesco com que eram tratadas; no entanto, a adoração logo seria seguida pelo menosprezo, ou seja, se a beleza fazia com que os homens lhes rendessem homenagens constantes, logo o matrimônio revelava para as mulheres uma vida de solidão e confinamento.

Confinadas, então, em gaiolas como raça emplumada, elas não têm nada a fazer, senão enfeitar-se e exhibir-se com sua falsa majestade, de poleiro em poleiro. É verdade que elas são providas com comida e roupa, sem que se esforcem nem fiem; mas a saúde, a liberdade e a virtude são dadas em troca disso.<sup>115</sup>

A autora argumenta que tanto os governos, quanto os homens se esforçavam para manter as mulheres num estado de eterna dependência, entretanto reconhece que a recusa feminina em alterar sua própria situação agrava o problema. Para ela, o estilo de vida luxuoso e confortável, repleto de galanteria e despreocupado com o desenvolvimento da mais nobre virtude humana – a razão – fazia com que a situação das mulheres fosse, praticamente, imutável. Para alterá-la, o melhor seria que as meninas pudessem ser educadas desde cedo como os meninos e próximas a eles, pois só assim teriam liberdade para aprender, brincar, interagir e se exercitar livremente; desenvolvendo-se física e intelectualmente.

Longe de despertar piedade ou desprezo, a mulher vista por Wollstonecraft era fruto de sua criação, suas oportunidades – ou falta delas – e da pressão social na esfera pública e privada. Deste modo, a única forma de mudar o comportamento feminino, considerado

<sup>113</sup> WOLLSTONECRAFT, *Ibidem*, 2016, p. 64.

<sup>114</sup> WOLLSTONECRAFT, *Ibidem*, 2016, p. 81.

<sup>115</sup> WOLLSTONECRAFT, *Op. Cit.*, 2016, p. 81.

infantil e inferior, era dar condições às mulheres de se desenvolverem plenamente. Isto não representava o abandono de funções como a de mãe, por exemplo, mas legava às mulheres a chance de serem autônomas e, concomitantemente, mais capacitadas para educar melhor os filhos.

Tal perspectiva conseguiu uma difusão relativamente ampla, fundando o que atualmente é conhecido pelo nome de “feminismo liberal”. Embora o termo *emancipação* fosse mais recorrente, o conceito de *feminismo* também aparece em inúmeros artigos de jornal a partir do século XIX. Segundo Charles Fourier, a quem é atribuído a criação do conceito de feminismo, trata-se de uma “doutrina visando a extensão do papel da mulher”<sup>116</sup>. Tal ideia articula-se à de emancipação, que pretende ser uma ampliação da ação feminina tanto na esfera privada, quanto na pública, o que necessariamente implicava o alargamento de direitos civis e políticos.

O sentido de igualdade requerido pelo feminismo liberal ultrapassava a questão da isonomia legal, já que questionava premissas básicas das hierarquias sociais, buscando novas condições de existência para as mulheres. Pensando os direitos a partir das premissas do liberalismo e colocando em xeque o sujeito abstrato e universal (*homem*), o feminismo liberal salientava a urgência de um debate sobre a desigualdade de condições entre os sexos.

Para a filosofia e o pensamento político liberal, as bases para a organização política e o estabelecimento dos *mores* [costumes] estava na natureza, só que esta era entendida como um princípio de dupla face. Se, por um lado, a filosofia defendia a dignidade natural dos seres humanos, sustentando os argumentos em favor da liberdade e da igualdade; por outro, utilizava-se das mesmas leis naturais para justificar as desigualdades sociais ao afirmar que a natureza não era uniforme e que a existência de diferenças naturais entre os seres humanos podia explicar o motivo pelos quais alguns eram mais aptos a assumir responsabilidades, a explicar as coisas e a comandar, enquanto outros, por um impedimento natural, estavam destinados a se subordinarem.<sup>117</sup>

Essa inexorável condição feminina passou a ser combatida pelos intelectuais que defendiam a causa da emancipação, ao mesmo tempo em que surgiam novas formas de comprovar cientificamente a inferioridade da mulher, deslegitimando qualquer discurso em prol da igualdade. Investigações científicas sobre sexo e raça se multiplicaram ao longo do século XIX, produzindo ainda mais *diferenças humanas* que, por sua vez, encontravam-se intimamente ligadas aos embates de ordem social e política.

<sup>116</sup> Ao buscar a etimologia do termo no *Centre National de Ressources Textuelles e Lexicales*, deparei-me com a definição de Fourier (1837): “doctrine visant à l’extension du rôle des femmes”. Disponível em: <<http://www.cnrtl.fr/>>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2020.

<sup>117</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 30.

Como já ressaltou Elizabeth Badinter, “[...] a diferença não convive bem com a igualdade”<sup>118</sup>. E, neste sentido, “[...] os cientistas deram sua contribuição ao debate, procurando e classificando as diferenças sexuais, sendo os primeiros a sustentar empiricamente a ‘natural’ relação entre o sexo feminino, a inferioridade biológica e sua subordinação política”<sup>119</sup>.

### 1.3 A questão científica

#### 1.3.1 O corpo revelado

Como mostraram os enciclopedistas do século XVIII, a mulher era, acima de tudo, um mistério. Os segredos de seu corpo ficavam restritos aos conselhos da mãe e da parteira. Menstruação, gestação, incômodos como cólicas e enjoos, parto, puerpério e aleitamento eram assuntos específicos do universo feminino e nele permaneciam, sendo divididos apenas com outras mulheres próximas.

Entretanto, conforme a ciência buscava desvendar a natureza, avançava também sobre os mistérios do corpo da mulher. Tudo era motivo de grandes e complexas investigações que buscavam evidenciar a diferença entre os sexos. Fisiologistas europeus, por exemplo, criavam representações do esqueleto da mulher ressaltando a fragilidade física a partir da delicadeza de crânios pequenos e ossos finos, enquanto enfatizavam a pélvis larga, ressaltando sua principal função biológica: a reprodução.

Com o desenvolvimento da química, os fisiologistas criaram parâmetros de comparação entre os sexos que ultrapassavam até mesmo a observação da estrutura física. De acordo com Schiebinger, eles “passaram a medir o volume de gases consumidos pelos corpos e a quantidade de elementos químicos presentes no sangue; a feminilidade estaria associada à falta de um elemento químico considerado importante ou ao excesso de outro que seria indicativo de fragilidade ou inferioridade física”<sup>120</sup>.

O conhecimento do corpo feminino, especialmente a partir da permissão de autópsia em mulheres, deu destaque para estudos voltados exclusivamente a órgãos presentes somente no sexo feminino: o útero e os ovários. Eles seriam os principais responsáveis por comandar a mulher, deixando-a no limiar da patologia. O útero, órgão que faz com que a

---

<sup>118</sup> BADINTER, *Op. Cit.*, 1985, p. 10.

<sup>119</sup> MARTINS *Op. Cit.*, 2004, p. 30.

<sup>120</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 31.

mulher exerça sua principal função – gerar vida – também era responsável por uma gama de doenças, como a ninfomania.

A discussão em torno da ninfomania, presente em vários textos médicos do final do século XVIII, contribuiu para a construção da definição patológica do corpo feminino que perdurou até o final do século XIX, quando o corpo da mulher, representado pelo útero, podia reagir às impressões externas, provocando estados mórbidos.<sup>121</sup>

Para a maior parte dos manuais de fisiologia dos séculos XVIII e XIX, o corpo e a moral das mulheres estavam intimamente ligados, logo, qualquer comportamento considerado inadequado, fosse a presença de libido ou mesmo o descontrole do humor, era patologizado. Devido a isto, foram criadas inúmeras terapias que visavam o equilíbrio feminino, como “sangrias, purgantes, dietas alimentares e banhos”<sup>122</sup>. Havia ainda tratamentos considerados de natureza moral, como a proibição de leitura de romances e reuniões íntimas com amigas, a fim de evitar tudo o que pudesse aguçar a imaginação e, principalmente, a sexualidade feminina.

Além do útero, os ovários também despertavam o interesse dos médicos, pois estavam ligados a uma série de fatores fisiopatológicos observados ao longo da vida da mulher. Desde a puberdade, com o aparecimento da menstruação até a velhice – com a menopausa – a mulher seria estritamente comandada por sua biologia e sofreria com uma série de manifestações mórbidas. A menstruação, considerada uma espécie de purgação do corpo, as cólicas menstruais, a debilidade física, a gravidez, o parto e o puerpério eram determinados pelos ovários, podendo levar a manifestações como o descontrole emocional ou mesmo a atos criminosos.

Em suma, o determinismo biológico acabava associando o sexo feminino a uma fragilidade incontornável, que deixava a mulher sempre no limiar da doença. Isto ia ao encontro das formulações filosóficas e religiosas vigentes, pois a ciência também defendia que para escapar da maldade, loucura, vícios e comportamentos criminosos que eram propensões naturais, a mulher precisava manter a retidão moral no decorrer de sua vida, casando-se virgem e vivendo para seu marido e família.

Mesmo a contenção da sexualidade feminina não era suficiente para afastar os fantasmas de sua inclinação ao desvio. Embora alguns médicos afirmassem que uma

---

<sup>121</sup> MARTINS, *Ibidem*, 2004, p. 38.

<sup>122</sup> *Idem*.

educação bem orientada e voltada para uma formação moral sólida resultaria numa mulher saudável e de caráter dócil, outros desconfiavam da natureza ambígua da mulher que, ao conhecer o sexo, poderia sofrer seus efeitos desestabilizadores, representando sempre um risco.

A adolescência era considerada a fase mais crítica no que se refere a chance de desencaminhamento moral. Inúmeros tratados de higiene do século XIX alertavam para as metamorfoses sofridas pelo corpo das moças, que também poderiam “comprometer a mente e o comportamento”, sendo a masturbação a principal preocupação médica, tema igualmente levantado por Rousseau, em *Emílio*<sup>123</sup>.

Seguindo uma tradição religiosa, os médicos revelaram os insidiosos hábitos privados das adolescentes, entregues ao ‘vício’ da masturbação, sozinhas ou com amigas. Alertaram os pais e professores para que redobrassem a vigilância e admoestassem as meninas sobre a imoralidade e o perigo de tal prática para a saúde e para a beleza. Em último caso, defendiam medidas mais drásticas como a contenção física, o uso de artefatos na região genital que deviam impedir a masturbação ou, como último recurso, intervenções químicas e cirúrgicas.<sup>124</sup>

Até mesmo mulheres casadas e viúvas estavam sob vigilância familiar para que não se rendessem a sua natureza maliciosa. O sexo devia ser praticado somente para a procriação e apenas dentro do casamento, com cautela para não despertar qualquer tipo de busca por prazer, que não era mais vista apenas como pecaminosa, mas também como um quadro patológico.

Posteriormente, áreas mais específicas se dedicaram a estudar os padrões comportamentais femininos e suas transgressões, como a antropologia criminal e a psiquiatria. Contudo, para tal, foi determinante a influência das teorias científicas de cunho evolucionistas, que trouxeram para o meio social o determinismo biológico da inferioridade feminina.

### 1.3.2 Do darwinismo social à seleção natural

---

<sup>123</sup> Rousseau alerta para o fato de que a puberdade é um período de tumultuosa revolução, por gerar mudanças físicas, de humor e de comportamento. Além disso, é uma época em que a moral do jovem ainda não está completamente formada, então o contato deste com qualquer tipo de vício é ainda mais perigoso. A ele, como preceptor, caberia evitar ao máximo este contato, fosse com ambientes propensos a uma vida desregrada, fosse com hábitos considerados inadequados como a masturbação. Portanto, recomenda que o preceptor durma no mesmo quarto que o jovem e o vigie sempre que possível, para evitar ao máximo que desenvolva este tipo de ‘má conduta’.

<sup>124</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 46.

Os avanços científicos do século XVIII permitiram uma série de debates acerca da formação e desenvolvimento das espécies, mas foi no século XIX que as teorias evolucionistas ganharam forma mais definida e foram transpostas para o âmbito sociopolítico. Autores como o sociólogo inglês Herbert Spencer, por exemplo, fizeram uso de uma ideia evolutiva de sociedade, compreendendo que “[...] as organizações sociais mais simples e menos evoluídas se transformariam, seguindo os passos das sociedades mais complexas [...]”<sup>125</sup> de forma contínua e progressiva.

Em seu livro *Estática Social* (1851), Spencer analisa e compara diferentes tipos de organização social, desde o formato tribal nômade, sociedade vista como menos complexa e mais homogênea, até o modelo de maior complexidade e heterogeneidade em questão de indivíduos, que seria a sociedade industrial europeia. Ao longo do livro, ele perpassa alguns pontos importantes, levantando críticas em relação à escravidão, ao processo de colonização, monopólio de terras, concentração de renda e relação Estado-Igreja. Em sua percepção, o homem tem uma tendência a subjugar aqueles que considera mais fracos, gerando uma contínua construção de hierarquias, que podem estar atreladas tanto ao emprego da força física ou bélica, quanto ao poderio financeiro.

É necessário pontuar que Spencer adota posturas contraditórias e racializadas – próprias de seu tempo – no que diz respeito a indivíduos não-europeus. Apesar de condenar a escravidão negra e apontar as atrocidades cometidas na colonização das Américas – chegando a reconhecer a arbitrariedade das justificativas religiosas para que esses processos ocorressem – o autor estabelece uma relação de alteridade entre o europeu e o não-europeu, entre o civilizado e o não-civilizado, como se a Europa representasse um tipo de modelo organizacional/civilizatório ainda em processo de desenvolvimento, mas já bastante à frente dos demais. Modelo este que poderia e deveria ser seguido, para que aquelas sociedades caminhassem rumo ao progresso.

Neste mesmo livro, o autor dedica o décimo sexto capítulo à questão da emancipação feminina. Intitulado “Os direitos das mulheres”, ele traz pontos nevrálgicos do debate em relação à ideia de uma inferioridade natural como justificativa para alijá-las de direitos civis e políticos. E, ao contrário do que muitos estudos atuais apontam, Herbert Spencer adota uma postura progressista em relação ao tema.

---

125 GUALTIERI, Regina C. Ellero. “O Evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915)”. In: DOMINGUES, SÁ, & GLICK (Orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 45.

Neste capítulo, ele começa definindo que a equidade não conhece distinção por sexo. Afirma que apesar do termo *homem* ser normalmente empregado de forma genérica (denominando humanidade), ele não determina que a liberdade seja uma coisa estritamente reservada ao sexo masculino e, portanto, vários direitos derivados desta premissa de liberdade devem pertencer a ambos os sexos. No entanto, ele atenta para o fato de que muitos homens se utilizam das “diferenças corporais” e das “insignificantes variações mentais” entre os sexos para “excluir metade da raça dos benefícios desta ordenação [de liberdade]”<sup>126</sup>.

O autor segue com sua argumentação colocando três possibilidades de perspectiva: a primeira, de que as mulheres não têm direito nenhum; a segunda, de que seus direitos são limitados se comparados aos dos homens; e a terceira, de que os direitos de homens e mulheres são iguais.

Quem sustenta o primeiro desses dogmas, de que as mulheres não têm nenhum direito, deve mostrar que o Criador pretendia que as mulheres estivessem totalmente à mercê dos homens – sua felicidade, suas liberdades, suas vidas, à disposição dos homens; ou, em outras palavras, que elas deveriam ser tratados como criaturas de ordem inferior. Poucos terão a coragem de afirmar isso. Da segunda proposição, de que os direitos das mulheres não são tão grandes quanto os dos homens, surgem imediatamente perguntas como: se não são tão grandes, em quanto são menores? Qual é a proporção exata entre as reivindicações legítimas dos dois sexos? Como podemos dizer quais são os direitos comuns a ambos, e onde os do macho excedem os da fêmea? Quem pode nos mostrar uma escala que servirá para o rateio?

[...]

Caso contrário, não resta outra alternativa senão assumir a terceira posição – que os direitos das mulheres são iguais aos dos homens.<sup>127</sup>

O trecho acima pode dar a entender que os direitos de homens e mulheres já era igual na Inglaterra Oitocentista, mas se trata, na verdade, de uma pressuposição de como eles deveriam ser. Isto é, mesmo que ainda houvesse um hiato no que se refere à igualdade entre os sexos, o ideal é que ele fosse transposto.

Spencer chega a afirmar que, mesmo que se adotasse como verdade definitiva a inferioridade intelectual feminina, seria muito complexo utilizá-la como medida para determinar quais direitos seriam cabíveis a cada sexo. Isso porque já não havia garantias de igualdade de direitos entre indivíduos do sexo masculino, tendo em vista as diferenças sociais. Ademais, seria preciso considerar que uma pequena gama de mulheres apresentava

<sup>126</sup> SPENCER, H. *Social Statics: Or the conditions essencial to human hapinense specified, and first of them developed (1851)*. Londres: Liberty Fund, 2004, p. 90. Disponível em: <<  
<http://www.dominiopublico.gov.br/>>>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2020.

<sup>127</sup> SPENCER, *Idem*.



inteligência maior do que a média dos homens ordinários, o que leva o autor a questionar se seriam oferecidos a elas os mesmos direitos que eles.

Ele segue contestando a inferioridade intelectual feminina ao citar uma série de mulheres célebres nas Artes, Literatura, Política e Filosofia. E, mais do que isso, ressalta que a ideia desta inferioridade está diretamente relacionada à falta de acesso às academias e universidades, fazendo com que elas não desenvolvam suas faculdades mentais da mesma forma que os homens. Assim, demonstra que o egoísmo e a vontade de dominar eram as reais motivações para manter as mulheres sem direitos, sendo equivocada a noção de inferioridade natural.

Embora suas ideias estejam muito mais alinhadas com autores progressistas, como Stuart Mill ou o Marquês de Condorcet, Spencer é frequentemente citado como um autor que defendia a superioridade masculina, além de justificar “[...] o comportamento individualista, competitivo e predatório da sociedade capitalista, dizendo que a extinção dos mais fracos era um mecanismo natural da sociedade [...]”<sup>128</sup>. Na realidade, seu livro aponta múltiplas formas e mecanismos de dominação, mas ele não se coloca necessariamente como defensor dos mesmos. Ao contrário, adota uma postura mais libertária, especialmente no que diz respeito à garantia de direitos das mulheres.

A perspectiva evolucionista spenceriana está muito mais voltada para a formulação de uma genealogia da civilização, tentando demonstrar uma marcha evolutiva rumo ao progresso, o que acabou sendo apropriado por elites de diversos países, inclusive do Brasil, como mostra Silvio Romero:

[...] uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico por todas as suas faces, com fatos positivos não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se acharam os povos para aqui emigrados nos primeiros tempos da conquista; determinar quais os hábitos antigos que se estiolaram por inúteis e irrealizáveis, como órgãos atrofiados pela falta de função; acompanhar o advento das populações enraizadas e suas predisposições; descobrir assim suas qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos da psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura. De todas as teorias propostas a de Spencer é a que mais se aproximou do alvo.<sup>129</sup>

<sup>128</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 48.

<sup>129</sup> ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira – Tomo I / Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1949, p. 54.

As múltiplas reinterpretações, usos e traduções da obra de Spencer deram origem ao que ficou conhecido como “darwinismo social”, isto é, a ideia de que os mais aptos conseguem alcançar e se manter em posições sociais melhores, justificando não só o hiato social, mas também as desigualdades de gênero e raça. O que acabou deturpando a ideia original de Spencer e legando sua obra a um posterior abandono e esquecimento.

Mas, se por um lado Spencer apresentou uma teoria evolucionista com viés social, Charles Darwin criou uma teoria da evolução por um viés biológico, abarcando um número enorme de espécies, incluindo a espécie humana.

Em sua principal obra *Origem das Espécies* (1859), ele defende que a seleção dos mais aptos não ocorre a nível individual, mas de espécie, numa transformação lenta e gradual, na qual os genes dos animais mais adaptados que conseguem chegar à fase adulta e procriar são transmitidos para as gerações futuras. Isto faria com que espécies mudassem de perfil, de aparência, adquirissem novas capacidades para se adaptar cada vez melhor ao meio, embora estas mudanças se dessem a longuíssimo prazo<sup>130</sup>.

Atualmente, há discordâncias em relação à forma como este livro aborda a condição da mulher. Em sua primeira edição, não há nenhum tipo de argumento que defenda a inferioridade biológica das mulheres. Contudo, edições posteriores, especialmente traduções, contêm essa ideia que foi amplamente divulgada como sendo originalmente de Charles Darwin, sendo difícil saber quando e onde as alterações do conteúdo começaram. Todavia, é importante saber que também foi utilizado para que outros estudiosos justificassem a inferioridade física e intelectual da mulher, como é o caso de Lombroso.

Outro livro digno de análise é *A Descendência do homem e a seleção sexual* (1871), no qual Darwin se dedicou a estudar características sexuais secundárias<sup>131</sup> que inúmeras espécies desenvolveram no sentido de contribuir com o seu acasalamento e, assim, com sua perpetuação. Isto não necessariamente era algo imprescindível para o próprio animal, já que o autor considerava a existência de duas categorias para a seleção sexual: a *força* e a *sutileza*. Enquanto no primeiro caso, a força física era determinante na disputa pelas fêmeas; no

<sup>130</sup> Para saber mais sobre a teoria da seleção natural de Darwin, recomenda-se a leitura do artigo: NICOLINI, Livia. WAIZBORT, Ricardo. “Plumas, cantos e mentes: Darwin, a seleção sexual e o ensino da teoria da evolução”. In: *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*. Vol. 13, N. 2, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4267>>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2020.

<sup>131</sup> Caracteres sexuais secundários são todos aqueles que nos fazem diferenciar macho e fêmea, mas não tem relação direta com órgãos sexuais. Em mamíferos, por exemplo, temos caracteres sexuais secundários se formando a partir da puberdade, com a liberação de hormônios como a testosterona ou estrogênio. Na espécie humana, fatores como o aparecimento de barba em homens e de seios em mulheres podem ser considerados caracteres sexuais secundários.

segundo, ele demonstra como características consideradas aparentemente irrelevantes para a sobrevivência eram cruciais na conquista de parceiras – o exemplo clássico é a plumagem exuberante de muitos pássaros machos.

Darwin chama a atenção de que nem todas as características sexuais secundárias podem parecer belas ou agradáveis aos sentidos humanos. É preciso estudar as espécies procurando descobrir quais são as preferências e escolhas dos indivíduos que as compõem. Devemos ter muito cuidado para não projetarmos nosso gosto no gosto alheio. E, uma questão importante, é que o processo de escolha implica a existência, nas fêmeas que selecionam, de um complexo sistema que processa sinais (visuais, sonoros, táteis, olfativos, gustativos, dentre outros) e produz uma resposta, no caso a própria escolha. Ou seja, de alguma forma Darwin correlaciona o processo de Seleção Sexual e a presença de um cérebro feminino como substrato de uma mente seletiva.<sup>132</sup>

No caso da sutileza, a fêmea atua como a responsável pela escolha de parceiros e, portanto, age intuitivamente nesta seleção. Para ele, a intuição também se desenvolveu na fêmea da espécie humana, contudo a organização social trouxe novas características à relação entre homem e mulher. Isto é, mesmo havendo um tipo de intuição natural que levava mulheres e homens a procurarem parceiros – e, neste caso, esse papel é mais intercambiável dependendo do período, da cultura e dos costumes –, há também uma busca por tipos que eram considerados “ideais” em cada tempo e sociedade, sendo uma procura muito mais complexa do que para outras espécies e que levou ao desenvolvimento de uma série muito mais diversificada de formas de conquista.

Nesse tipo de seleção não significa que homens e mulheres escolhem os parceiros que mais os atraem e, desse modo, passem adiante os melhores genes sexuais de sua linhagem. É bem mais que isso. A seleção sexual oferece uma explicação do motivo pelo qual os seres humanos escrevem, pintam, pensam, contam histórias e tomam atitudes que possam interessar e intrigar os outros.<sup>133</sup>

Muitos cientistas da época interpretaram a seleção sexual de Darwin como uma justificativa para a inferioridade feminina, compreendendo que embora a mulher tivesse uma intuição mais desenvolvida para os estímulos relacionados aos cinco sentidos (audição, visão, tato, olfato e paladar) e, por isso, uma percepção mais rápida que a do homem; ela ainda estaria muito aquém da capacidade intelectual masculina, seja no raciocínio, na imaginação ou nas funções práticas. Desta “incapacidade” resultaria parte do seu

<sup>132</sup> NICOLINI; WAIZBORT, *Op. Cit.*, 2013, p. 192.

<sup>133</sup> HOOPER apud ROCHA, Erica Colares. *A Beleza e a Seleção Sexual*. Disponível em: <<http://www.hcte.ufrj.br/index.html>>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2020.

encantamento por talentos como artes plásticas, música, escrita, principalmente por um parceiro que dominasse tais talentos.

Em outras palavras, algumas interpretações da teoria da seleção sexual favoreceram a perspectiva de que a mulher branca civilizada ainda se encontrava muito distante do patamar evolutivo do homem branco, sendo muitas vezes comparada a uma criança. Esta imagem desenvolvida pelos estudos evolucionistas e amplamente divulgada por craniologistas, médicos, antropólogos e sociólogos ao longo dos Oitocentos contribuiu significativamente para uma perspectiva de inferioridade biológica da mulher, que supostamente fora comprovada empiricamente e não poderia ser superada.

Essas vertentes evolucionistas comumente oscilavam entre o otimismo e o alarmismo, pois se por um lado acreditavam numa evolução gradual da espécie humana e, com isso, num aprimoramento do sexo feminino, mesmo que as mulheres não conseguissem alcançar o grau de desenvolvimento masculino; por outro, naquele momento, o grau evolutivo já alcançado ainda era motivo para olhar com desconfiança para a mulher e para seu comportamento, associando-a a uma possível degeneração, pois estava ligada à animalidade, aproximando-a de grupos considerados não-civilizados – quase sempre, por não serem europeus.

Alguns estudiosos chegaram, inclusive, a desenvolver padrões de normalidade e anormalidade a partir da teoria darwinista, muitos dos quais baseados na libido feminina, que influenciariam no desenvolvimento de áreas como a Psiquiatria e a Criminologia, com o resgate da Fisiognomia e a criação da Antropologia Criminal. Desta forma, mesmo que as obras do próprio Darwin não pregassem uma inferioridade biológica feminina, tampouco patologizassem seu comportamento, sua teoria foi amplamente utilizada como fundamentação teórica para ciências que atuaram amplamente para comprovar tal inferioridade.

\*\*\*

Quando nos debruçamos sobre os estudos de Psiquiatria e Criminologia, precisamos levar em conta que eram atravessados por antigas e novas interpretações, como a Fisiognomia e estudos evolucionistas que juntos criavam novos sentidos à “leitura” de seres humanos.

Na Antiguidade, a Fisiognomia<sup>134</sup> era um conhecimento com ambivalências entre o racional e o místico, no qual se buscava desvendar as características éticas e morais de um

---

<sup>134</sup> Para saber mais sobre o assunto, recomenda-se a leitura: TALAMONTI, Leo. *Fisiognomia: guia do caráter*. Trad.: Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus-Livraria Editora, 1978.

indivíduo por meio da leitura de sua face. Ao longo da Idade Média e da Idade Moderna, a Fisiognomia sofreu transformações, aproximando-se da Cosmologia, pois se acreditava que comparando o desenho dos traços na frente de um indivíduo com a posição dos astros era possível identificar seu caráter e revelar o seu destino.

Conforme a ciência foi se apropriando da Fisiognomia, ela abandonou seu caráter místico para dar espaço ao estudo dos humores, paixões e possíveis desvios por meio da leitura facial, muitas vezes, comparando seres humanos e animais – por exemplo, rostos que lembravam animais dóceis, como cabras, faziam com que aquele indivíduo fosse considerado socialmente inofensivo. Até mesmo a arte, com a caricatura, passou a fazer uso da Fisiognomia.

No século XIX, Charles Darwin atribuiu a fisiognomia novas referências de cientificidade, baseando-se em estudos anatômicos; na sua obra “A Expressão das Emoções no Homem e nos animais” (1872) argumentava que as manifestações externas das emoções eram vestígios de manutenção de hábitos previamente adquiridos pelos ancestrais animais dos seres humanos. Ao focar a fisiologia nervosa e ancestralidade animal de emoção, Darwin retomou a teoria das origens das espécies, esvaziando as expressões emocionais das conexões com a alma e rompendo a relação entre as características faciais e o caráter individual.<sup>135</sup>

A nova Fisiognomia também foi de grande valia para o estudo empreendido por Cesare Lombroso<sup>136</sup>. Com o sucesso da publicação de seu *Tratado Antropológico Experimental do Homem Delinquente* (obra que foi republicada com o título *O Homem Delinquente*), em 1876, Lombroso ligava definitivamente criminologia e ciência. Observando cerca de 25 mil reclusos de diversas prisões europeias e realizando inúmeras autópsias, o médico psiquiatra formulou uma teoria na qual era possível ligar características físicas, comportamentais e psicológicas – próprias de um estágio primitivo de evolução humana – a tendências criminosas.

Em seus estudos, Lombroso aponta o que ele considera *características degenerativas* – “assimetria facial, desvio nasal ou nariz achatado e volumoso, orelhas de abano, testa pronunciada, anomalias cranianas, maçãs do rosto salientes, maxilar projetado, etc.”<sup>137</sup> – como indicativos de criminalidade. Apesar de serem corriqueiramente encontradas, tais características eram determinantes no reconhecimento do que ele intitulava “delinquente

<sup>135</sup> ECO *apud* MATOS, Maria Izilda Santos de. “Espelhos da Alma: Fisiognomia, emoções e sensibilidade”. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano V, n. 14, Setembro 2012, p. 20-21.

<sup>136</sup> Cesare Lombroso (1835-1909) era médico de formação, atuando principalmente como psiquiatra e cirurgião. Além disso, dedicou-se aos estudos de antropologia criminal, tornando-se o principal fundador da Escola Penal Positiva, ao lado de Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, responsáveis por inaugurar a etapa científica da criminologia.

<sup>137</sup> Além das características citadas acima, más formações de nascença, surdos-mudos e doentes psiquiátricos também eram considerados possíveis delinquentes.

nato”; isto é, aquele que, mesmo sem nunca ter cometido um crime, tinha a natureza degenerada o suficiente para cometê-lo.

Posteriormente, Lombroso e Guglielmo Ferrero publicaram *A Mulher Delinquente: a prostituta e a mulher normal* (1896), e, que traçaram um paralelo entre normalidade e anormalidade do comportamento feminino. Neste livro, ressaltam que essas anomalias físicas são mais difíceis de serem percebidas em mulheres delinquentes, muito embora algumas possam apresentar traços masculinos, como penugem na face ou mandíbula mais proeminente. O foco do estudo, então, passou a ser o comportamento das mulheres, muito atrelado ao comportamento sexual e às características negativas que já acompanhavam seu sexo.

Seguindo a linha do pensamento darwinista, Lombroso e Ferrero comparam macho e fêmea de diversas espécies, salientando que animais inferiores na escala zoológica (como os insetos) apresentam fêmeas mais desenvolvidas em tamanho e força, mas conforme avançamos em complexidade das espécies, o macho toma o protagonismo. Embora esta premissa estivesse correta e fosse efetivamente utilizada por Darwin, há uma deturpação quando os autores passam a analisar seres humanos.

Além do homem ser considerado mais complexo por estar no topo da escala zoológica, ainda outro diferencial em relação ao seu desenvolvimento humano: a puberdade. Na interpretação dos autores, quando jovem, a menina tende a se desenvolver mais rapidamente, entrando precocemente na puberdade se comparada aos meninos. Isto seria responsável por uma estagnação em seu desenvolvimento psíquico e intelectual, já que o maior esforço da mulher seria sempre em relação a desenvolver o corpo para a procriação. Por outro lado, tal fator tornava a mulher responsável pela tendência hereditária, enquanto ao homem cabia passar adiante as variáveis; o que nos leva a outra máxima darwinista de que o macho dá a variedade e a fêmea, a espécie – ainda que Darwin não utilize esta ideia como forma de inferiorizar as mulheres.

A partir destas noções, Lombroso e Ferrero iniciam seus estudos traçando o perfil da mulher normal em paralelo ao homem normal para, então, compará-la aos tipos de delinquentes. Segundo eles, a mulher normal quando adulta é inferior ao homem em características físicas gerais, isto é, estatura, peso, capacidade vital e circunferência do tórax. Apontam ainda outras diferenças como quadris largos (para a gestação), menor quantidade de pelos corporais, tronco proporcionalmente mais alongado, pulmões e corações menores, diferenças em diversos ossos, como crânio, costelas e coluna vertebral. A meticulosa descrição se estende à comparação sanguínea, que seria mais uma prova da inferioridade da

mulher, por ter menos glóbulos brancos e vermelhos do que o homem. O estudo da craniologia também é bastante explorado nesta obra, pois aproxima o crânio feminino do infantil, relacionando tamanho craniano e capacidade cerebral, sendo mais uma evidência da estagnação intelectual que levaria ao eterno estado de menoridade feminino.

Lombroso e Ferrero fazem um longo e detalhado levantamento acerca da sensibilidade da mulher. Indo na direção contrária da maioria dos estudos de sua época, eles afirmavam que a mulher tinha menos sensibilidade que o homem, fator que podia ser comprovado ao observar que ela “[...] come e bebe menos, resiste melhor à velhice, suporta dores e privações muito mais facilmente”<sup>138</sup>. A falta de sensibilidade também se estendia à libido e ao prazer durante o ato sexual; de acordo com os autores, uma mulher quer ser cortejada e amada pelo homem, mas, ao mesmo tempo, costuma evitar as aproximações sexuais do marido, devido a sua frigidez natural. Deste modo, a mulher normal cede ao homem somente em função da sua passividade e da vontade natural de ser mãe, não por sentir desejo ou prazer no ato sexual.

Eles também dão grande destaque ao descontrole emocional, evidenciado pelos acessos de raiva e pelo comportamento infantil da mulher. Para Lombroso e Ferrero, a impossibilidade da mulher se conter advém de sua menor capacidade para julgamentos morais e também da pouca sensibilidade; a própria ira era capaz de provocar uma espécie de anestesia em seus sentidos, fazendo com que os acessos de raiva fossem muito mais comuns e violentos em mulheres do que em homens.

Ainda sobre a *mulher normal*, fazem uma extensa descrição moral, retratando como a concepção de honra está estritamente ligada à força. Segundo eles, “[...] a honra é um sentimento que só pode nascer da força e deve ser sustentado pela força; o fraco e o oprimido não podem ser leal nem verdadeiro”<sup>139</sup>. Portanto, as mulheres desconheceriam a honra entre elas e em relação aos homens, fazendo sempre uso da dissimulação e da falsidade, que eram agravadas quando somadas a outros sentimentos comuns a seu sexo, como o ciúme, a inveja e a vaidade.

Em linhas gerais, as mulheres consideradas normais, possuíam traços que as aproximavam ora de crianças, ora de “raças primitivas”, demonstrando a sua inferioridade frente ao homem branco. Os autores também ressaltam que, apesar do sentido moral deficiente, os defeitos do sexo feminino seriam neutralizados pela piedade, fraqueza, frigidez

---

<sup>138</sup> LOMBROSO & FERRERO. *A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal*. Curitiba: Antonio Fontoura, 2017.

<sup>139</sup> LOMBROSO & FERRERO, *Op. Cit.*, 2017, p. 121.

sexual e inteligência subdesenvolvida, fazendo com que não representassem um perigo à sociedade. Ademais, ao se tornarem mães, as mulheres normais desenvolviam sentimentos positivos que, de certa forma, anulavam suas características mais nocivas, entrando num estado de equilíbrio.

Ao abordar as *delinquentes*, eles começam pelo caso das prostitutas, no qual a frigidez sexual também é uma realidade, o que pode parecer uma contradição. Os autores justificam a “sexualidade pervertida” a partir de outros fatores que não a libido exacerbada, mas sim, a presença do que consideram uma loucura moral. Há também a exacerbação de sentimentos negativos já encontrados em mulheres normais, como ciúmes, egoísmo, ganância, mentira, perversidade, vingança e inveja; e o acréscimo de outros sentimentos que as tornam ainda mais insensíveis, tal qual a ausência de afetos naturais, como familiares e amigos; a ausência de sentimentos maternos, a exemplo da compaixão, bondade, carinho; e a falta de senso moral. Eles afirmam que, para a maioria dessas mulheres, o abandono e a miséria podem ter sido motivos ocasionais para o início deste tipo de delinquência, contudo, as verdadeiras causas seriam a *falta de pudor* e a *loucura moral*, que levavam a jovem à corrupção e, finalmente, a uma vida de prostituição.

A criminalidade é um derivado da loucura moral, que também está conectada à prostituição. Crimes como agressão física e chantagem – quase sempre de homens casados ou que estavam prestes a casar e queriam evitar escândalos – eram vistos como os mais comuns entre as prostitutas. Depois destes, o crime mais corriqueiro era o roubo, no qual a maioria das prostitutas não atuava de forma direta, mas como cúmplice de criminosos natos, compartilhando os riscos e os lucros. As prostitutas-ladras (que atuavam diretamente no ato) eram consideradas as mais cínicas, gananciosas e calculistas, dificilmente se deixavam enganar ou serem presas; porém, eram casos mais raros.

Para o autor, “a prostituição é o equivalente feminino da criminalidade inata [...] e, embora tenha a mesma origem atávica e a mesma nota de infâmia na opinião pública, exerce, no entanto, influência menos perversa, danosa e temível”, pois mesmo sendo vergonhosa, a prostituição ainda teria utilidade social. O que leva os autores a declararem “que a mulher, mesmo quando é brutalizada, mesmo quando erra, ainda assim é útil”<sup>140</sup>.

A *criminosa nata*, ao contrário da prostituta, possui libido extremamente exacerbada e supera o homem no grau de perversidade de seus crimes. Em geral, pratica vários delitos ao mesmo tempo, tem uma forte tendência a torturar suas vítimas e a cometer assassinatos

---

<sup>140</sup> LOMBROSO & FERRERO, *Op. Cit.*, 2017, pp. 8-9.



violentos e calculados. Eles citam diversos exemplos de mulheres com este perfil, como a marquesa de Brinvilliers, apontada como “[...] parricida, envenenadora por ganância, adúltera por vingança, caluniadora, infanticida, ladra, incestuosa e incendiária”<sup>141</sup>.

A criminalidade nata feminina se deve à “[...] excitação mórbida dos centros psíquicos [...]” que, de acordo com a visão dos autores, intensificariam as más qualidades já presentes nas mulheres. Isto se dá, não só na violência, mas também no prazer sexual exacerbado, que pode se estender até para relações incestuosas, confundindo o que era o amor materno – numa mulher normal – com o amor sexual<sup>142</sup>. Apesar da gravidade, também alertam para a raridade de casos como este:

[...] a criminoso nata é, por assim dizer, duplamente excepcional, enquanto mulher e enquanto criminoso. Pois os criminosos são uma exceção entre as pessoas civilizadas, e as mulheres são uma exceção entre os criminosos: a forma natural de regressão das mulheres seria a prostituição, e não o crime. A mulher primitiva era prostituta e não criminoso. Sendo uma dupla exceção, a mulher criminoso é consequentemente um monstro.<sup>143</sup>

Por fim, ainda que esta teoria seja determinista quanto às delinquentes natas, que certamente entrarão para a vida do crime; e relativamente determinista no caso das delinquentes inatas, por acreditar que existe uma predisposição que, não necessariamente, resultará numa vida de criminalidade, mesmo que sempre tenha como consequência a prostituição; Lombroso e Ferrero compartilham da perspectiva de outros evolucionistas de que a mulher normal está em constante progresso, mesmo que nunca alcance o homem branco, devido à questão biológica da puberdade precoce.

Esta perspectiva levou os autores a defenderem a instrução feminina, afirmando ser de interesse geral sua evolução enquanto ser racional dentro de uma sociedade civilizada. Obviamente, a instrução não era extensível a todas as mulheres brancas, havendo limitadores sociais para tal, principalmente porque a vida de mulheres pobres dependia diretamente do trabalho e dificilmente deixava tempo livre para a educação formal.

De forma geral, o principal legado de sua obra não foi pelo aprimoramento intelectual das mulheres, mas sim a patologização do comportamento feminino com a relação crime-doença. Em sua perspectiva, a *louca moral*, isto é, aquela mulher que não segue estritamente o comportamento que a sociedade exige e espera dela, irá

<sup>141</sup> LOMBROSO & FERRERO, *Ibidem*, 2017, p. 330.

<sup>142</sup> Lombroso explica que a mulher normal só conhece o prazer sexual com a amamentação de seus filhos e que isso, na criminoso nata, acaba se transformando numa relação incestuosa que ela estende por toda a vida do filho.

<sup>143</sup> LOMBROSO & FERRERO, *Op. Cit.*, 2017, p. 332.

necessariamente se transformar numa degenerada – a prostituta – o que tem como consequência direta o aumento da desconfiança das autoridades, bem como a marginalização e desamparo de mulheres pobres, muitas vezes jogadas no mundo da prostituição e do crime.

### 1.3.3 Ginecologia e Obstetrícia: a medicina da mulher

Ainda no sentido de desvelar os mistérios do corpo feminino, vemos o desenvolvimento da ginecologia e obstetrícia como áreas médicas estritamente voltadas para a mulher. A obstetrícia nasceu como especialidade médica na primeira metade do século XIX, antes disso, os partos eram quase sempre realizados em casa por familiares ou parteiras. Em casos mais complicados, recorria-se à ajuda de castradores de animais ou raros cirurgiões, que poderiam tentar algum tipo de intervenção para salvar a vida da mãe e do bebê.

No Ocidente, os primeiros manuais sobre obstetrícia são de origem greco-romana, e quase sempre configuram narrações de parteiras a médicos que os escreviam. Isto se devia a um duplo fator: primeiramente, a necessidade desse tipo de manual se dava porque, nestas sociedades, a “[...] importância da mulher era medida por sua capacidade de gerar herdeiros saudáveis [...]”<sup>144</sup>, sendo este um assunto não apenas médico, mas também político; por outro lado, na prática, o parto continuava como função das parteiras, pois havia o reconhecimento da obstetrícia como “[...] uma prática vil e inferior associada à dor, ao sangue e às impurezas” [...]”<sup>145</sup>, fazendo com que este tipo de trabalho e conhecimento ficasse restrito ao mundo feminino, só sendo acessado através de relatos.

A prática do parto como um evento social pertencente ao universo de mistérios femininos se intensificou a partir da Idade Média, em grande medida, pelo pudor diante da nudez e da sacralidade do nascimento. Somente a partir do século XVII os manuais greco-romanos foram revisitados e atualizados, visando dar algum tipo de instrução às parteiras profissionais e cirurgiões. A relação entre estes quase sempre era de cooperação; parteiras faziam cursos com mestres na arte do parto, aprendido com cirurgiões, ao mesmo tempo em que, parteiras mais velhas e experientes, forneciam saberes tradicionais aos cirurgiões.

A partir do momento em que estes saberes passaram a ser mais especializados, a relação entre parteiras e cirurgiões que antes era de cooperação foi sendo substituída pela

---

<sup>144</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 68.

<sup>145</sup> MARTINS, *Idem.*

disputa por uma clientela nas classes mais abastadas, quase sempre com preferência pelas parteiras. Nas palavras de Ana Paula Martins:

Apesar das críticas às ‘comadres ignorantes’, muitos homens e mulheres continuavam defendendo que o parto deveria ser conduzido pela parteira. A presença do cirurgião no momento do parto parecia, para muitos maridos, algo extremamente ofensivo para o pudor de suas esposas, como também havia uma certa desconfiança quanto à sinceridade das intenções dos cirurgiões, que podiam se aproveitar da situação para seduzir as mulheres.<sup>146</sup>

Com os avanços da medicina moderna e o gradual desvelamento do corpo da mulher, principalmente na virada do século XVIII para o XIX, foram sendo formulados novos manuais e teorias, fazendo com que a maior parte dos conhecimentos anteriores fosse visto como fruto da ignorância e superstição das parteiras. Deste modo, vemos que apesar de muitos médicos terem recorrido aos saberes tradicionais dessas profissionais experientes, houve uma sumária exclusão das mesmas quando a obstetrícia passou a ser um saber moderno especializado. Ou seja, se anteriormente esta área era associada particularmente às mulheres, sendo mãe, irmãs, amigas e a parteira, as responsáveis por assistir à parturiente e seu bebê; no século XIX, o médico e os hospitais começavam a entrar em cena, com noções de assepsia, ferramentas, medicações e intervenções cirúrgicas, fazendo com que o parto deixasse de ser um *assunto de mulher* e um tipo de saber quase que exclusivamente feminino para se tornar um saber médico autorizado: a *obstetrícia científica*.

Com exceção das parteiras profissionais dos séculos XVII e XVIII, os médicos historiadores viam as parteiras aldeãs como responsáveis pelas imperícias que resultavam na morte da mãe e da criança ou pelas mutilações, descrevendo-as como mulheres ignorantes, supersticiosas, descuidadas e apressadas. Na verdade, pouco se sabia sobre elas e sua clientela, pois essa narrativa histórica nos informa mais sobre como o parto deveria ser e a respeito de como os médicos conseguiram transformá-lo em um processo controlado por eles. A história médica da obstetrícia nos dá, por um lado, um quadro de ruptura com o que foi classificado como uma época de ignorância; por outro, a narrativa de um contínuo progresso das teorias e das práticas desenvolvidas pelos médicos obstetras, os ‘pais’ da obstetrícia.<sup>147</sup>

O parto hospitalar teve início em centros urbanos, visando ao atendimento de mulheres pobres, o que facilitou o acesso médico a esses corpos – menos vigiados pelo pudor da sociedade burguesa – e um maior grau de aprendizado por experiências de tentativa e erro sem grandes questionamentos. Ferramentas e técnicas foram criadas e aperfeiçoadas e a parturiente perdeu a autonomia nas decisões do parto. Como exemplo disto, temos a padronização da postura para dar à luz, agora deitada de costas para facilitar as manobras

<sup>146</sup> MARTINS, *Ibidem*, 2004, p. 76.

<sup>147</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 70.

médicas (como o uso do fórceps), e também perda da escolha de quem a acompanharia neste momento tão íntimo.

Os discursos que levaram à legitimação do parto hospitalar acompanhavam projetos sanitaristas, voltados para o atendimento de mulheres pobres, com o objetivo de “civilizar o parto”, tornando-o prática massiva em hospitais, a fim de “[...] mostrá-lo como prática confiável para, inclusive, convencer as mulheres de famílias abastadas”<sup>148</sup>.

Aos poucos, a obstetrícia se consolidava, transformando-se no “ramo da medicina relacionada à gravidez, parto e suas consequências”<sup>149</sup>, como nos mostra sua definição em 1864. Em paralelo aos estudos de obstetrícia, desenvolvia-se a ginecologia, encarada como “estudo do organismo da mulher e seu aparelho genital a partir do ponto de vista morfológico, fisiológico e patológico”<sup>150</sup>. Ambas as especialidades buscavam desmitificar séculos de enigmas envolvendo o corpo da mulher e a diferença entre os sexos e, principalmente, circunscrevê-la dentro de um discurso médico, no qual seu controle era legitimado cientificamente.

A ginecologia se beneficiou ainda mais do desenvolvimento técnico e cirúrgico do que a obstetrícia. Como era uma cadeira muito ligada à cirurgia, dependendo desta para o estudo aprofundado de doenças ligadas ao sistema reprodutor feminino, ela teve uma consolidação mais tardia em relação à primeira. Contudo, no início, seus estudos eram intimamente ligados à obstetrícia, inclusive, muitos médicos que procuravam se especializar em ginecologia já atuavam como obstetras.

Para além dos estudos que relacionavam essas duas áreas, principalmente em função da parte cirúrgica, encontravam-se pesquisas específicas sobre a “natureza feminina”, muito ditada em função do útero e dos ovários. A descoberta do funcionamento do ciclo menstrual e a influência na sua fragilidade, a investigação sobre doenças venéreas como a sífilis, associada exclusivamente à degeneração moral da mulher, bem como o desenvolvimento da psiquiatria e de teorias sobre a histeria, demonstram como os “[...] médicos não só estudaram a especificidade da mulher, a reprodução e as doenças ginecológicas, mas também

<sup>148</sup> PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. “Gênero, história e medicalização do parto: a exposição *Mulheres e práticas de saúde*”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, out.-dez. 2018, p. 1044.

<sup>149</sup> “Obstétrique: Branche de la médecine relative à la grossesse, à l'accouchement et à ses suites”. Disponível em: <<<https://www.cnrtl.fr/>>>. Acessado em: 3 março de 2020.

<sup>150</sup> “Gynécologie: Étude de l'organisme de la femme et de son appareil génital considérés au point de vue morphologique, physiologique et pathologique”. Disponível em: <<<https://www.cnrtl.fr/>>>. Acessado em: 3 março de 2020.

formularam uma definição de seu ser social fundada na natureza, ou melhor dizendo, no seu corpo”<sup>151</sup>.

Ao objetivar o corpo feminino no interior de um saber especializado, passaram a se autodenominar ‘especialistas da mulher’ e a afirmar que sua natureza específica, sua particularidade sexual, demandava não só explicações científicas, mas também um regime de regulações para que a natureza feminina não se desvirtuasse, já que o corpo feminino deveria ser regulado, porque os médicos acreditavam que, além de ser mais frágil, era impressionável a qualquer motivação, fosse ela causada por emoções, pela visão, pelo tato, enfim, um corpo sensível a qualquer impressão. A transformação do corpo feminino em objeto de conhecimento, a formulação de discursos normativos para o bom desempenho de suas funções reprodutivas e sociais, bem como a produção de representações científicas, nos permitem pensar em um processo de gerenciamento dos corpos femininos sem precedentes até meados do século XIX.<sup>152</sup>

O desvelamento dos corpos femininos não só fortaleceu uma série de argumentos que corroboravam com a perspectiva científica de inferioridade – já levantada por diversos teóricos evolucionistas –, como também foi crucial para o desenvolvimento de estudos, manuais e inúmeros tipos de prescrições médicas sobre os cuidados com a higiene, a saúde e a moral das mulheres.

A criação de uma mulher civilizada e virtuosa deveria ter como base a instrução formal, o cultivo da religiosidade, do pudor, mas também, os cuidados com o corpo e a saúde. Para isto, existiam recomendações médicas amplamente divulgadas em jornais, revistas, manuais e, até mesmo, em conferências, que tratavam da beleza, higiene e cuidados básicos para mulheres (gestantes ou não).

Já os escritos para a comunidade acadêmica são voltados para o controle da sexualidade feminina, o que justifica a vasta gama de pesquisas que relacionam a transmissão de doenças venéreas exclusivamente às mulheres, contribuindo ainda mais para a marginalização de prostitutas. Do mesmo modo, temos tratados que alertam para uma tendência de exacerbação sexual da mulher, indo na contramão dos trabalhos de Lombroso e Ferrero, o que fazia com que necessitassem de mais vigilância para não serem acometidas de problemas psiquiátricos. Neste cenário, até mesmo a masturbação era vista com grande preocupação, muitas vezes ocasionando intervenção cirúrgica para a retirada do clitóris.

Os discursos médicos de adequação e controle ainda tinham como função reforçar o papel social da mulher como mãe – lembrando sempre que a maternidade só devia ocorrer dentro do casamento –, atrelando sua essência natural de fêmea, nascida para perpetuar a espécie, à ideia de amor materno, ambas muito difundidas no século XIX.

---

<sup>151</sup> MARTINS. *Op. Cit.*, 2004, p. 15.

<sup>152</sup> MARTINS, *Idem.*

\*\*\*

Perpassando os discursos religioso, filosófico e científico, percebemos que, inúmeras vezes, eles encontram pontos de convergência em relação à representação das mulheres; fator que foi primordial para a construção e perpetuação de características que lhes seriam “naturais” – como a docilidade, fragilidade física, descontrole emocional, baixa capacidade mental – e legitimação de um controle que atua principalmente na esfera das hierarquias e funções sociais.

Mas, se por um lado, podemos seguir os passos de Foucault vendo como esses discursos e estratégias de dominação atuam diretamente para vigiar, punir e conter a mulher; por outro lado, também podemos estender este olhar para perceber que esses discursos consensuais são passíveis de questionamentos, enfrentamentos e desestabilização.

Indo na mesma direção da obra de Foucault, o pensamento de Rancière não propõe somente identificar e analisar essas estratégias e discursos de controle mas, sobretudo, pensar como os discursos consensuais se organizam e reorganizam após cada embate, cada enfrentamento, acompanhando o movimento dinâmico e imprevisível que são próprios do passar do tempo e das mudanças de costumes e mentalidades.

Ao separarmos os discursos consensuais em três esferas – religioso, filosófico e científico – não significa que um deixava de existir quando outro surgia. Mesmo quando um discurso tentava opor-se a outro, como é o caso do pensamento Iluminista negando alguns discursos religiosos, não havia um abandono total daquele tipo de perspectiva. Os discursos se encontravam e divergiam em alguns pontos, porém apontavam para um objetivo comum: legitimar a dominação masculina a partir dos argumentos de inferioridade feminina. A Biologia e, particularmente, o desenvolvimento da Medicina no século XIX, atualizaram esta inferioridade dentro de um novo regime de conhecimento do real, dando *confirmação empírica* ao que antes era visto como preceito religioso ou teoria filosófica, dificultando a contra-argumentação daqueles que eram a favor da emancipação da mulher.

Para além disso, precisamos lembrar que estes discursos têm penetração no imaginário social, assumindo inúmeras formas. Os ritos religiosos à Virgem Maria, voltados para as jovens que estavam na adolescência, a fim de preservar sua inocência; as representações nas artes plásticas e na literatura, que gradualmente se afastavam da imagem idealizada das mulheres do período do Romantismo, com musas virginais, delicadas, graciosas e belas, para se aproximar de representações femininas sensuais, cheias de contradição e imersas no vazio de seu próprio mundo, como Madame Bovary. Há toda a influência da moda, dos jornais e revistas para damas e, mesmo, a possibilidade de poucas

aparições públicas da mulher burguesa, sempre acompanhadas de seu pai ou marido, que contribuíam para enquadramento de uma nova feminilidade. E, em paralelo, uma perpetuação da ideia de patologia ligada ao que seria um possível comportamento desviando que, no fundo, representava apenas o exercício da sexualidade.

Não obstante, o século XIX foi o período de florescimento para muitas ideias de emancipação da mulher, que angariou adeptas e simpatizantes em diversas partes do globo, inclusive no Brasil. Impulsionadas pela instrução formal que fazia parte do projeto civilizatório, muitas mulheres tiveram contato com obras precursoras, como a de Wollstonecraft, e foram capazes de questionar e debater sua condição em sociedade, transformando vozes dispersas em um movimento que se tornou cada vez mais organizado em prol do alargamento dos direitos das mulheres.

## 2 O PROCESSO CIVILIZATÓRIO BRASILEIRO E O ALVORECER DA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Ao trazermos, no primeiro capítulo, os principais discursos que legitimavam a inferioridade feminina e os que defendiam sua emancipação, buscamos apontar como estas questões eram frutos das mudanças que vinham ocorrendo no cenário europeu. Mas, ao transpor tais perspectivas para a realidade brasileira, teremos que analisar a grande distância existente entre as duas culturas.

Falar em emancipação feminina no Brasil requer cuidados específicos; é preciso estar atento à questão da escravidão e da mestiçagem, bem como às estruturas sociais e formas diversas de sociabilidade que influenciavam nas formas de pensar, sentir e agir desde os tempos coloniais. Apesar destas especificidades, os discursos nascidos em solo europeu ainda são de grande valia para pensarmos o caso brasileiro, pois foram disseminados em todo o território nacional, especialmente na Corte.

Isto não se deu meramente com a repetição destes pensamentos, mas com discussões, questionamentos e reapropriações para a realidade local. O que nos leva a afirmar, que não se trata de uma busca por origens no além-mar, mas sim uma tentativa de compreensão das apropriações de influências europeias e das especificidades do caso brasileiro, criando um contexto complexo que favoreceu o alvorecer de múltiplas ideias, tanto a respeito da inferioridade da mulher, quanto de sua emancipação.

Ademais, precisamos estar atentos à particularidade de nossas leis, a influência do Cristianismo, nossa geografia, o precário acesso à educação e as limitações da imprensa; tudo isso influenciava diretamente em como esses discursos chegavam e circulavam no Brasil oitocentista. Desta forma, falar sobre a condição feminina no Brasil implica em reconhecer todas estas variáveis e a ainda lidar com a dificuldade de ter acesso a fontes em que as próprias mulheres possam contar um pouco de sua história, ou seja, serem agentes e não objetos históricos.

Nossa busca começa ainda na primeira metade do século XIX, período no qual a vida urbana praticamente inexistia no Brasil, mas também, início de importantes transformações, que vão desde mudanças nas estruturas das cidades até o cultivo de novos hábitos. A modernização avançava lentamente e, em meio a isto, ocorreriam alterações em relação às mulheres – principalmente brancas e de alta classe – para que estas acompanhassem o *processo civilizatório*.



Enquanto na Europa as mulheres experimentavam uma volta ao lar com a ascensão do modo de vida burguês, o Brasil via florescer em suas cidades novas formas de entretenimento e sociabilidade, levando cada vez mais mulheres à aparição pública. O surgimento de passeios, praças, teatros, cafés, lojas de todo tipo de produto, festas, jantares, academias, escolas, faziam com que as capitais de província passassem por um processo de europeização nos traços urbanísticos e nos hábitos.

Além de uma maior possibilidade de circulação, mulheres da elite e da burguesia brasileira começavam a ter acesso à instrução formal, apesar disto não ser uma prioridade para a maioria das famílias, tampouco representar uma mudança significativa nas estruturas sociais. Ainda assim, podemos afirmar que a educação legou a elas novas brechas para atuarem em sociedade, especialmente no magistério e na imprensa, o que tornou possível dar voz à perspectiva feminina sobre questões como a submissão, seus desejos e, até mesmo, sobre seu papel dentro do próprio processo civilizatório.

Com a expansão da imprensa e um relativo aumento de mulheres alfabetizadas, começamos a perceber uma ampliação de publicações feitas *para e por* mulheres. No final do século, já era possível encontrar impressos debatendo abertamente a situação feminina, como é o caso do *Jornal das Senhoras* e o jornal *A Família*.

Em suma, se o Oitocentos representou um período de mudanças para mulheres, esta se deu principalmente pelo fato de jogar luz em questões ligadas a antigos hábitos e tradições que limitavam o universo de atuação feminino. Antes deste período, estas questões estavam restritas ao ambiente familiar, sujeitas às vontades e mandos do senhor e pai de família, mas a partir de meados do século XIX, elas começaram a passar por algumas interferências externas, tanto na mudança de legislação, quanto com o surgimento de outras mentalidades.

Isto foi um fator determinante para que as vozes femininas emergissem, apontando seus anseios e expectativas, abordando a questão da dominação e da emancipação, mostrando como alguns direitos considerados universais eram excludentes quando se tratava das mulheres. Este discurso dissensual surgia ao mesmo tempo em que novos discursos policiais emergiam em solo brasileiro, favorecendo novos embates. No entanto, é preciso ressaltar que assim como no caso europeu, o discurso dissensual brasileiro não é uno, tampouco apoiado pela maioria das mulheres, o que fez com que as mudanças de mentalidade se dessem de forma lenta e gradual – como ainda se dão –, já que cada passo adiante encontrava resistência de séculos de tradição.

## 2.1 Civilizar é preciso

Tendo como base o capítulo anterior, no qual dividimos os discursos de inferioridade feminina em três pontos centrais – perspectiva cristã, filosófica, científica – buscamos adotar uma metodologia semelhante neste segundo capítulo. Neste primeiro item, o objetivo é mostrar como as raízes do catolicismo atuavam nas leis, nas tradições, nos comportamentos e nas mentalidades da colônia. Isto servirá como parâmetro de comparação para as mudanças ocorridas com a chegada da Família Real e, principalmente, com o pós-Independência.

### 2.1.1 A herança colonial e a condição feminina

Até o início do século XIX, o Brasil era basicamente uma colônia escravista, patriarcal e agroexportadora, que estava prestes a ser alçado à condição de reino unido. No que diz respeito à sua população, um levantamento<sup>153</sup> realizado pela Igreja Católica, em 1805, mostrava que existiam cerca de 3,1 milhões de habitantes em terras brasileiras, dentre os quais, a grande maioria composta por negros escravizados (1.930.000), seguidos de brancos (1.043.000), mulatos ou negros libertos (526.500) e ameríndios aculturados (259.400). A imprecisão destes números aumenta ainda mais se pensarmos na imensidão do território e na quantidade de lugarejos e grupos que viviam praticamente desconhecidos e isolados, principalmente os ditos “índios bravos”, que viviam à revelia dos colonizadores.

No interior das províncias, os poucos centros populacionais eram distantes e esparsos; a precariedade das estradas tornava difícil a comunicação, bem como o fluxo de mercadorias e pessoas, fazendo com que estes centros, quase sempre, girassem em torno de sua própria produção e de vilarejos vizinhos, quando muito, mantinham contato com as capitais de província para a exportação de seus produtos.

No que tange à organização social, devemos levar em consideração fatores como o alto grau de miscigenação, a escravidão e o modelo patriarcal. Se no início do processo de colonização, a união entre mulheres indígenas e europeus fora mais frequente, com a introdução da escravidão africana, ficou cada vez maior o número de mestiços de negros e brancos, quase sempre, fruto da violência sexual.

O país era ao mesmo tempo multicultural e mestiço. Mas estava dividido em duas metades inimigas, atadas pela violência: os homens livres e os escravos. Mesmo quando as relações do dia a dia não se mostravam conflituosas, não se calavam no espírito de uns e de outros a hostilidade e o medo. O homem livre era branco; era negro o escravo. Essa dualidade não se desmentia pelo fato de haver negros nascidos livres ou que tinham adquirido a liberdade, e nem

<sup>153</sup> SILVA, Alberto da Costa e. “População e Sociedade”. In: *História do Brasil Nação – Crise Colonial e Independência, 1808-1830*, v.1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 35.

mesmo pelo fato de alguns deles serem donos de outros homens. Até prova em contrário, um negro era visto como escravo.

Os mulatos não chegavam a alterar o desenho: se escuros, eram em geral tratados como negros; se claros, como brancos. Ou quase brancos. Traços de união ou de desunião entre uma metade e outra, o mulato, o cafuzo e o mestiço indefinido funcionariam, sem que disso tivessem consciência, como amortecedores do antagonismo entre elas, ainda que disfarçado ou esconso.<sup>154</sup>

No que se refere às sociabilidades, é preciso destacar que, durante o período colonial, os senhores rurais eram os grandes detentores de poder e privilégio. No entanto, com a chegada da Família Real, observaram a sua “[...] riqueza ir resvalando para as mãos dos comerciantes citadinos”<sup>155</sup>. Aos poucos, entrava em cena outro tipo de nobreza, não mais de linhagem como a nobreza europeia, mas por mérito, a partir da concessão de mercês e distribuição de títulos.

Gradualmente, estruturava-se a vida voltada para a Corte, embora o Brasil ainda permanecesse um território predominantemente rural. No topo das camadas sociais encontravam-se os grandes proprietários de terras e negociantes urbanos, seguidos por altos funcionários do Estado, figuras de alta patente das Forças Armadas e profissionais liberais renomados. Havia ainda uma espécie de classe média, como aponta Costa e Silva, formada por homens brancos que exerciam todo tipo de profissão liberal, como pequenos comerciantes, boticários, pequenos oficiais, e despachantes. Abaixo destes, existia um grupo mais voltado para trabalhos manuais, a exemplo de marceneiros e tanoeiros. Já os pobres brancos, “[...] viviam de biscates, de disfarçadas caridades e competiam com os escravos nos trabalhos desqualificados”<sup>156</sup>.

Entre os negros também existiam divisões: podiam ser de inúmeras etnias, ser livres ou escravizados, africanos ou crioulos (nascidos no Brasil), sendo estes fatores determinantes nas relações sociais e de trabalho. Costa e Silva nos mostra que os crioulos eram preferencialmente utilizados como escravos domésticos ou de ganho o que, na prática, significava uma realidade menos penosa se comparada aos trabalhos exercidos pelos africanos e suas condições de vida. Além disso, criou-se uma espécie de hierarquia entre estes dois grupos, pautada numa ideia de superioridade dos crioulos, tornando incomum que mulheres crioulas se casassem com africanos escravizados.

---

<sup>154</sup> SILVA, *Op. Cit.*, 2011, p. 57.

<sup>155</sup> SILVA, *Ibidem*, 2011, p. 58.

<sup>156</sup> SILVA, *Ibidem*, 2011, p. 59.

Em áreas rurais, o tamanho da propriedade e o número de escravos eram diretamente proporcionais à representação de poder do senhor. A vida girava em torno da casa-grande, onde se pretendia “viver à europeia”, mesmo que se estivesse bem distante dessa realidade.

Parecia mais uma residência senhorial africana do que uma quinta portuguesa. Na casa-grande brasileira, vivia o senhor com sua mulher e, em muitos casos, as concubinas, livres ou escravas, os filhos com suas esposas e netos, mãe, sogra e irmãs viúvas, cunhados, sobrinhos e, além da escravaria, vários agregados, recrutados entre o parentesco sem recursos e brancos e mestiços pobres que, sendo eleitores, lhe alicerçavam a influência política.<sup>157</sup>

Já nas cidades, prevaleciam os escravos de ganho e domésticos, os quais realizavam toda espécie de comércio – frutas, legumes, flores, animais, utilidades domésticas – ou atuavam como ajudantes nos mais diversos ofícios, muitas vezes sendo tão hábeis quanto seus mestres. Havia também escravas alugadas para funções como ama de leite, doceira, cozinheira, costureira e bordadeira.

Costa e Silva afirma que em cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, o número de escravizados equivalia ao número de pessoas livres, e tantas outras vezes, ultrapassava-o. Não era raro encontrar escravos domésticos finamente vestidos, acompanhando seu senhor ou sinhá, representando toda sua riqueza. Embora privados de sua liberdade, sujeitos a maus tratos e desmandos, a escravidão na cidade permitia uma maior circulação e contato com outras pessoas, até mesmo a alforria era mais facilmente adquirida.

Mesmo que negros e mestiços correspondessem à maior parcela da população, devemos levar em consideração que tanto nos centros urbanos, quando no interior, a figura do *senhor* encarnava a autoridade máxima frente à família, seus subordinados e agregados. Isto se dava porque o senhor detinha o direito de propriedade sobre seus bens – o que incluía suas terras, fonte de renda, mas também seus escravos – e de mando sobre todos seus subordinados, especialmente familiares, controlando o campo de atuação daqueles que o cercavam.

Na esfera privada, o senhor exercia um tipo de dominação que Max Weber define como *patriarcalismo*, sendo “[...] a situação em que, dentro de uma associação (doméstica), muitas vezes primordialmente econômica e familiar, a dominação é exercida por um indivíduo determinado (normalmente) segundo regras fixas de sucessão”<sup>158</sup>. O autor ainda destaca que este tipo de dominação se dá materialmente e, por este motivo, é percebida, em

<sup>157</sup> SILVA, *Ibidem*, 2011, p. 44.

<sup>158</sup> WEBER, Max. “Os tipos de dominação”. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UNB, 1999, p. 139. Disponível em: << <http://www.bresserpereira.org.br/>>>. Acessado em: 2 de abril de 2020.

parte, como interesse dos associados que a ela se submetem – muitas vezes, não sendo vista como apropriação livre do direito de dominação por parte do senhor.

Ele acreditava que por se tratar da esfera familiar e não haver um quadro administrativo instituído, o patriarca dependia exclusivamente do reconhecimento de sua autoridade e da vontade de obedecer de seus associados. Desta forma, estruturavam-se relações que envolviam dominação, violência, dependência, mas também, apadrinhamento, favorecimento e variados tipos de proteção, legitimando o poder pátrio frente à sua família e demais dependentes.

Para além da concepção de Weber, temos o termo *patriarcado*, utilizado desde a Antiguidade Clássica. Palavra criada a partir da junção de *pater*, que mais do que “pai”, representa também “genitor”, e *arkhe*, que significa “origem” ou “comando”. O termo tão utilizado no Direito tinha uma tripla noção de autoridade, como mostra Christine Delphy: “[...] o pai é forçosamente o primeiro e a origem em relação às gerações seguintes [...]”, mas, acima disto, a palavra *pater* estava associada “[...] a todo homem que não dependia de nenhum outro e que tinha autoridade sobre uma família e um domínio”<sup>159</sup>.

O conceito de patriarcado ainda foi amplamente empregado no sentido religioso, designando “[...] os dignatários da Igreja, seguindo o uso de autores sagrados, para os quais os patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do Dilúvio”<sup>160</sup>. Entre os séculos XVIII e XIX, vemos o aparecimento do adjetivo *patriarcal*, sendo usado de maneira elogiosa quase sempre para descrever a vida no campo de uma comunidade regida pelos chefes de família (*pater familias*), em contraposição à corrupção e decadência provocada pela vida nas cidades.

Delphy afirma que o termo sofreu mais alterações com as interpretações socialistas no final do século XIX, mas foi somente com o movimento feminista do século XX – particularmente com a obra *Sexual Politics* (1971), de Kate Millet – que ele ganhou um sentido mais definitivo de “dominação masculina”, quer seja exercida pelo pai biológico ou não. Esta nova utilização levou ao esvaziamento da perspectiva criada por autores socialistas de que o patriarcado estaria estritamente atrelado ao capitalismo.

Em relação a seus quase sinônimos “dominação masculina” e “opressão das mulheres”, ele apresenta duas características: por um lado, designa, no espírito daqueles que o utilizam, um sistema e não relações individuais ou um estado de

<sup>159</sup> Para saber mais sobre o assunto, consultar: DELPHY, C. “Patriarcado (teorias do)”. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*/HIRATA; LABORIE (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 174.

<sup>160</sup> DELPHY, *Ibidem*, 2009, p. 173.

espírito; por outro lado, em sua argumentação, as feministas opuseram “patriarcado” a “capitalismo” – o primeiro é diferente do segundo, um não se reduz ao outro.<sup>161</sup>

Levando em conta estas mudanças conceituais, ressaltamos a importância de utilizar os conceitos de *patriarcado* e *patriarcalismo*, bem como seus termos adjetivados com a devida atenção para marcar as singularidades do período e do local no que corresponde à dominação masculina, evitando generalizações. Isto se dá porque, embora compartilhem da ideia de que esta dominação se dê mais fortemente no âmbito privado e individual, como aponta Weber, também vemos sua extensão à esfera pública, abarcando um grande número de mulheres, o que pode ser comprovado por leis e costumes que limitam a atuação feminina, aproximando-se da perspectiva conceitual feminista de que se trata de um sistema mais amplo.

Ademais, é necessário destacar que quando falamos em *dominação*, isto não significa simplesmente “opressão”. Muito mais do que isso, esta dominação atua de formas múltiplas e complexas, enquanto uma dissimetria nas relações de poder entre os sexos, sendo capaz de determinar:

[...] o modo segundo o qual os homens e as mulheres se representam, constroem e administram as relações que mantêm entre si e, mais amplamente, com o espaço social, público e privado. Da mesma maneira, a identidade pessoal e a subjetividade, e mais geralmente as formas psíquicas de individuação, também são consequência do lugar singular que o sujeito ocupa no funcionamento concreto das relações de dominação e de gênero.<sup>162</sup>

Sendo um produto histórico, a dominação varia no tempo e no espaço, logo, quando falamos da dominação masculina no Brasil colonial, temos que atentar para o fato de que não é a mesma que se dá durante Império. Mais do que a distância temporal, há uma série de variações dependendo do nível social, da condição de liberdade ou de escravidão, bem como da vivência rural ou citadina.

Em famílias mais humildes, por exemplo, o poder pátrio se fazia presente de forma diferenciada, pois o pai não representava somente uma figura de autoridade, mas também a força de trabalho e o conhecimento técnico do qual dependia o sustento familiar. Como aponta Del Priori<sup>163</sup>, todos os saberes ligados ao plantio e colheita, os cuidados com seu armazenamento, o trato com o gado, ou ainda, os ofícios manuais e o manejo do comércio eram ensinamentos passados de pai para filho, sendo determinantes para a legitimidade de sua autoridade.

<sup>161</sup> DELPHY, *Op. Cit.*, 2009, p. 176.

<sup>162</sup> APFELBAUM, Erika. “Dominação”. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*/HIRATA; LABORIE (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 78.

<sup>163</sup> DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira – Império*. São Paulo: LeYa, 2016, p. 351.

No que se refere à submissão feminina, por sua vez, sabe-se que em famílias livres pobres, principalmente em áreas rurais, homem e mulher tinham papéis complementares na manutenção da lavoura e das tarefas domésticas, sendo este um fator decisivo para sua sobrevivência. Os filhos do casal, ainda pequenos, também eram incorporados a estas tarefas, fazendo com que a vida da família girasse em torno do trabalho e do próprio sustento. Deste modo, mesmo havendo hierarquia, ela não era tão rígida, nem tão discrepante quanto em caso de famílias mais abastadas.

Nestas últimas, a vida feminina se dava sob maior controle do pai ou do marido. Costa e Silva<sup>164</sup> afirma que as mulheres da elite dificilmente saíam de casa até o início do século XIX, quando muito, frequentavam a igreja para missas e festividades ou tinham permissão para visitar alguma amiga ou familiar. Mesmo assim, as saídas sempre eram acompanhadas de um responsável e/ou escravas e, muitas vezes, realizadas com o uso de cadeirinhas, liteiras e carruagem, separando a mulher e a rua. Em casa, até mesmo as janelas protegiam as mulheres dos olhares externos com o uso de muxarabis e, em dias de visita masculina, era o pai ou o marido quem fazia as honras da casa, enquanto esposa e filhas ficavam devidamente recolhidas.

Desta forma, notamos que há certas diferenças no que diz respeito à dominação sobre as mulheres livres segundo a camada social a qual pertenciam. Lembrando que em casos de escravidão, essa dominação se dá em outro âmbito, pois a escrava é considerada uma propriedade, um bem de seu senhor, o que pressupõe um processo de desumanização, fazendo com que fosse passível de abusos e violências muito maiores, sem nenhum tipo de punição.

O sentido de pontuar estas diferenças de grau de dominação é pensar em como isto, ao longo do século XIX, também foi determinante no sentido de acesso a alguns direitos que foram sendo conquistados, a exemplo da educação. Pois enquanto mulheres pobres livres ficavam à margem da alfabetização porque tinham suas vidas voltadas para o trabalho e cuidados com a própria família, as mulheres mais abastadas, embora gozassem de maior tempo livre – por viverem uma vida financeiramente dependente e cercada de escravos –, tinham impeditivos de ordem moral. Inseridas numa realidade de reclusão, a vida era voltada para o casamento, para constituição de uma família e a manutenção do ambiente doméstico, o que fazia com que dificilmente fossem instruídas, por isso ser considerado algo desnecessário e, mesmo, inconveniente ao seu sexo.

---

<sup>164</sup> SILVA, *Op.Cit*, 2011, p. 51.

As poucas exceções à regra recebiam instrução em casa ou em recolhimentos<sup>165</sup>. Aquelas que optavam pela vida religiosa – tornando-se freiras – conseguiram maior acesso à educação formal, não obstante, a cultura letrada conventual era totalmente voltada para as leituras de devoção. Mesmo as moças que não pretendiam se tornar freiras tinham um ensino bastante restrito, com enfoque para religião católica e prendas domésticas.

No manual *Educação de uma menina até a idade de tomar o estado no reino de Portugal* (1754), escrito por Ribeiro Sanches, vemos indicações vindas diretamente de Portugal sobre o que seria necessário e conveniente ensinar a uma jovem. Embora o autor veja com bons olhos a instrução feminina, tudo deveria estar voltado para a vida doméstica:

Seria necessário que uma menina ao mesmo tempo em que aprendesse o risco, a fiar, a coser e a talhar, aprendesse a escrever, mas escrever para escrever uma carta, para assentar um livro em que fez tais e tais provisões para viver seis meses na sua casa; [...]. Seria útil e necessário que se soubesse tanto de aritmética que soubesse calcular tanto do trigo, azeite, vinho, carnes salgadas e doces que serão necessários a uma família; [...]. Não lhe ficaria muito tempo para enfeitar-se vãmente, e muito menos para se pôr na janela ou na varanda, ler novelas e comédias e passar o tempo enleada na ternura dos amantes.<sup>166</sup>

Mais do que contribuir para mantê-la ocupada com coisas que seriam relevantes para seu futuro como senhora casada, a instrução e, mais especificamente, os ensinamentos religiosos, também tinham como função proteger as jovens dos “defeitos ordinários de seu sexo”, como destacava os escritos do bispo Azeredo Coutinho<sup>167</sup>. Segundo o bispo, as meninas nascem com uma propensão violenta de agradar e, desde cedo, isto provocava um forte desejo de serem notadas pelos homens. Neste sentido, a educação religiosa atuava na contenção da “natureza feminina”, visando à formação de moças dóceis, cristãs, que valorizassem o pudor e, futuramente, fossem boas esposas e mães zelosas.

Para as mulheres abastadas, o casamento era visto como um ideal a ser perseguido, sendo “[...] um sinônimo de respeitabilidade e segurança”<sup>168</sup>, portanto, o programa de estudos restringia-se “[...] ao funcionamento do futuro lar: ler, escrever, contar, coser e

---

<sup>165</sup> Alguns poucos conventos e recolhimentos se responsabilizavam pela educação feminina, isto não significava, porém, que aquela jovem se tornaria freira. Muitas famílias preocupavam-se em fornecer o mínimo de instrução para as filhas e optavam por um ensino que privilegiasse mais o aspecto moral do que formal, deste modo, visavam a formação de uma moça educada para o casamento. O aparecimento de colégios públicos de primeiras letras para meninas só se daria após a lei de regulamentação da educação, em 1827, a qual será abordada mais adiante.

<sup>166</sup> ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia”. In: *História das Mulheres no Brasil*/DEL PRIORE, M. (Org.). São Paulo: Contexto, 2018, p. 50.

<sup>167</sup> O bispo Azeredo Coutinho escreveu estatutos sobre a educação feminina em recolhimentos de Pernambuco, em 1798. Para saber mais, consultar: ARAÚJO, *Op. Cit.*, 2018, p.50.

<sup>168</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 350.



bordar [...]”<sup>169</sup>; e, em alguns casos, as jovens podiam ter contato com histórias instrutivas e edificantes, bem como cantigas alegres e inocentes.

Por ser assunto de maior importância, o matrimônio não era uma questão apenas religiosa, passando diretamente pelo poder pátrio, já que dependia da escolha ou consentimento do pai ou tutor legal. Em se tratando de famílias pobres livres, o amor e afeto entre o casal costumava ser um fator determinante. Com padrões de moral mais flexíveis e tendo pouco a dividir ou a oferecer, a escolha do par não se tornava um grande problema.

Rachel Soihet afirma que o casamento formal não preponderava entre as camadas mais pobres, não só devido à falta de dote, mas principalmente pelos entraves burocráticos e despesas para oficializar a união. Assim, era relativamente comum encontrar casais que constituíam família de forma não-oficial. Para ela, “[...] a preocupação com o casamento crescia na proporção dos interesses patrimoniais”<sup>170</sup>.

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto.<sup>171</sup>

Em famílias abastadas ou de camadas médias, o casamento geralmente tinha como finalidade a ascensão social, a ampliação de negócios e alianças de poder. Isto fazia com que grande parte dos arranjos matrimoniais da elite não tivesse nenhum tipo de consulta às preferências dos nubentes e, em muitos casos, se desse sem que os mesmos nunca tivessem sequer se encontrado. Mesmo assim, tentar escapar às determinações dos pais, em geral, estava fora de questão, pois poderia resultar em inúmeras punições, inclusive de âmbito jurídico, como a exclusão do patrimônio familiar.

As Ordenações Filipinas, leis que regulamentavam em Portugal e colônias, direitos e deveres prescreviam: “Se alguma filha, antes dos vinte e cinco anos dormir com algum homem, ou casar sem mandato de seu pai ou mãe, por esse feito será deserdada e excluída de todos os bens ou fazenda do pai ou mãe, posto que não seja deserdada expressamente”. Ou seja, destruir a autoridade paternal equivalia a atentar contra a moral e os bons costumes. Era feito inadmissível.

<sup>169</sup> ARAÚJO, *Op. Cit.*, 2018, p. 51.

<sup>170</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI (Org.), *Ibidem*, 2018, p. 368.

<sup>171</sup> SOIHET, *Op. Cit.*, 2018, p. 368.

Muitas jovens seduzidas e, tantas vezes grávidas, foram expulsas de casa e abandonadas à própria sorte. Em outros casos, o próprio desencaminhamento da filha poderia ser um “bom negócio” para a família da moça, podendo render indenização e benesses como “[...] pensão, abrigo, alimentos, escravos quando se tratava de um sedutor aquinhoado [...]”<sup>172</sup>, mas isto era a exceção à regra.

Logo, para garantir que a jovem não desonraria a si própria e à família, ela precisava ser educada para uma vida de pudor, reclusão e devoção, sendo reforçada constantemente a ideia de *herdeira de Eva* e, por isso, a propensão ao pecado. Na prática, isto justificava a constante vigília e enclausuramento, ao mesmo tempo em que fundamentava a restrição de acesso à instrução, devido à ambição de Eva em relação ao conhecimento. O que tornava necessário o “adestramento” do agir, do sentir, do pensar e, particularmente, da sexualidade com o rígido respeito à autoridade paterna, a fim de que a jovem estivesse pronta para o casamento o mais breve possível.

Durante o período colonial, a menina podia contrair matrimônio a partir dos 12 anos completos, com o pretendente devidamente escolhido ou aprovado pelo pai. Aos 14 e 15 anos, caso ainda não fosse casada ou não tivesse candidato, era comum haver uma inquietação dos pais em relação aos possíveis deslizes da jovem. A própria Igreja se certificava de acompanhar de perto o seu comportamento através das confissões, como mostram as perguntas dos manuais de confessores da época:

Se pecou com tocamientos desonestos consigo ou com outrem.  
 Se tem retratos, prendas e memórias de quem ama lascivamente.  
 Se solicitou para pecar com cartas, retratos ou dádivas.  
 Se foi medianeira para isso gente maligna que devia ser sepultada viva.  
 Se falou palavras torpes com ânimo lascivo.  
 Se se ornou com ânimo de provocar a outrem a luxúria em comum ou em particular.  
 Se fez jogos de abraços ou outros semelhantes desonestos.  
 Se teve gosto ou complacência dos pecados passados ou de sonhos torpes.<sup>173</sup>

Apesar de todo este controle pela família e pela Igreja, os jogos de galanteio e sedução não eram incomuns, existindo uma infinidade de práticas, que iam desde códigos com flores, olhares nas missas, encontros às escondidas, até danças e trajés.

A dança é costumeiramente citada por estrangeiros, especialmente o lundu. No final do século XVIII, em Salvador, o inglês Thomas Lindley relatava o despudor da “tentadora dança dos negros” que era prática frequente nas festas das mais diversas camadas sociais. Já

<sup>172</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 352.

<sup>173</sup> ARCENIAGA *apud* ARAÚJO, *Op. Cit.*, 2018, p. 51.

o francês L. F. Tollenare descreve o lundu como a dança “mais cínica que se possa imaginar, não é nada mais nem menos do que a representação mais crua do ato de amor carnal”<sup>174</sup>. A sensualidade da batucada, do rebolado e a proximidade dos corpos costumava ser apontada com estranheza e pudor por estrangeiros, principalmente por ser encarada com tanta naturalidade entre famílias abastadas.

Tal qual a dança, as vestimentas femininas atraíam muitos olhares. Há relatos de trajes largos e transparentes usados em casa pelas mulheres. Segundo Mary Graham, tratava-se de uma espécie de camisola “que deixa demasiado expostos os seios [...] dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras da sociedade”. Existiam ainda aquelas que, mesmo compartilhando desse “desleixo calculado” em casa, adornavam-se fina e excessivamente quando tinham permissão para sair sendo, inclusive, alvo de reclamações de religiosos pelo uso de trajes indevidos nas igrejas.

Similarmente, há notícia da vulgaridade de mulheres pobres livres ou escravas, principalmente daquelas que atuavam como prostitutas e, segundo vereadores de Salvador, costumavam ficar “[...] andando de noite e incitando com os seus trajes lascivos os homens [...]”<sup>175</sup>, o que muitas vezes era utilizado para justificar traições ou mesmo estupros.

Outro exemplo de como burlar o domínio masculino e exercer a sexualidade se dava através das relações entre mulheres. É sabido que muitas jovens iniciavam a sua vida sexual com escravas, amigas e vizinhas. Emanuel Araújo destaca que, “[...] muitas vezes não se tratava de homossexualidade, mas quando a reclusão feminina era de fato praticada com severidade, aumentavam naturalmente os contatos entre mulheres; o que se efetivava de diversas maneiras”<sup>176</sup>, representando uma mistura de cumplicidade, refúgio, solidariedade, mas também, descoberta do próprio corpo e do prazer.

Muitos casos de “sodomia imperfeita” – como era chamada a relação sexual entre mulheres – foram registrados pelo Tribunal do Santo Ofício<sup>177</sup> durante o período colonial, contudo, a situação não era considerada grave por não acreditarem que duas mulheres poderiam, de fato, consumir o ato sexual, já que não existia possibilidade de penetração. No que se refere ao controle feminino, outros casos costumavam chamar mais a atenção dos inquisidores, a exemplo das fornicções simples (entre homens e mulheres solteiros) e das

---

<sup>174</sup> TOLLENARE *apud* ARAÚJO, *Ibidem*, 2018, p. 65.

<sup>175</sup> ARAÚJO, *Op. Cit.*, 2018, p. 51

<sup>176</sup> ARAÚJO, *Ibidem*, 2018, p. 66.

<sup>177</sup> Para saber mais sobre os principais delitos sexuais e suas punições pelo Tribunal do Santo Ofício no Brasil, consultar: SANTOS, Shirley Romera dos. *A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos Regimentos do Santo Ofício da Inquisição Portuguesa 1552-1774* (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2014.

fornicações qualificadas (adultério), mostrando que, apesar de tanto rigor ao vigiar e punir, as mulheres ainda conseguiam brechas para exercer suas vontades.

Há também de se levar em conta que quanto mais pobre fosse a mulher, mais permissiva era a sociedade em relação a sua liberdade sexual. Soihet nos mostra que “[...] a liberdade sexual das mulheres populares parece confirmar a ideia de que o controle intenso da sexualidade feminina estava vinculado ao regime de propriedade privada”<sup>178</sup>. Esta maleabilidade quanto à sexualidade foi, inclusive, bastante utilizada pelas mulheres para conseguir proteção, posição, poder e dinheiro. O que fez com que muitas delas fossem responsáveis por garantir o futuro de seus filhos e ajudar outras mulheres, fossem estas libertas ou escravas, revelando outras nuances das relações de poder.

Hoje, os historiadores sabem que, para algumas mulheres, as relações de poder não eram tão negativas. Cativas se destacaram na aquisição de alforrias e, libertas, na aquisição de bens. Em testamento, inúmeros homens livres legitimaram os filhos tidos com escravas ou libertas ou os instruíram como herdeiros. Mais interessante é o papel das próprias mulheres livres ou libertas na mobilidade social de outras mulheres. Em todas as províncias do Império se viram casos de homens que dotaram os seus filhos e companheiras com toda a sorte de bens: de dinheiro a terras, de escravos a casas e a negócios. Essas, por sua vez, libertavam e ajudavam filhas, mães, comadres, dependentes e suas próprias escravas, beneficiando-as em seus testamentos, com bens que lhes garantissem um mínimo de conforto e tranquilidade. Não faltaram pedidos de separação, motivados pela relação estável de senhores com suas escravas ou mulheres de cor.<sup>179</sup>

Numa sociedade de casamentos arranjados, muitos eram os casos extraconjugais dos senhores, fossem com escravas ou mulheres livres. Devemos ainda levar em consideração o alto índice de estupros e todo tipo de abuso que mulheres pobres ou escravizadas estavam sujeitas. No entanto, isto não impede que tenham existido relacionamentos genuínos e relativamente estáveis que surgiam em paralelo aos matrimônios arranjados.

De qualquer forma, havia uma dissimetria de poder na relação entre os sexos que não pode ser ignorado – fosse na letra da lei, fosse nos costumes – que dava ao homem a possibilidade de exercer livremente sua sexualidade, seu domínio e até sua violência. Casos como os de adultério, por exemplo, eram socialmente permitidos para homens e punidos com todo o rigor para mulheres. O próprio fato de a Igreja Católica prescrever a relação sexual entre cônjuges apenas para a concepção de filhos já tornava aceitável a traição masculina, pois a amante ou a prostituta eram a fuga para o prazer masculino, encarado como necessidade biológica e prova de virilidade, enquanto a relação conjugal se mantinha restrita ao âmbito da moral e do pudor.

<sup>178</sup> SOIHET, *Op. Cit.*, 2018, p. 368.

<sup>179</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 123.

Para além das limitações impostas pelos costumes, temos também as penalidades legais no que se refere ao adultério. Nas Ordenações Filipinas<sup>180</sup>, por exemplo, havia uma permissividade quanto ao marido lavar sua honra com o sangue da esposa e do amante se os encontrasse juntos. O homicídio não necessitava de flagrante do ato libidinoso, bastava que o marido tivesse evidências da traição. O ato de execução só não poderia acontecer na hipótese do amante ser fidalgo e o marido, “peão”, o que não significava que a mulher estaria livre de sua punição. A lei ainda admitia que o crime de homicídio do casal de amantes ou da esposa fosse premeditado, desde que o marido tivesse certeza da reincidência e pudesse provar que o adultério vinha ocorrendo.

Se porventura o marido não conseguisse provar que era casado com a mulher ou não tivesse provas que confirmassem o adultério, podia ser condenado à forca, o que dificilmente ocorria. Caso conseguisse todas as provas, a penalidade máxima para este tipo de homicídio era de degredo para África por até três anos. Mesmo assim, era possível pedir a concessão de perdão, sendo comum a apelação, como podemos ver neste pedido de liberdade que foi concedido pelo Desembargo do Paço, em 1809: “Na ocasião em que este entrou em casa, os achou ambos deitados em uma rede, o que era bastante para suspeitar a perfídia e o adultério e acender a cólera do suplicante que, levado de honra e brio, cometeu aquela morte em desafronta sua, julgando-se ofendido”<sup>181</sup>.

Não obstante estas diversas formas de dominação sobre o sexo feminino fossem consideradas legítimas e amplamente aceitas pela sociedade, ao longo do século XIX, elas começaram a ser gradualmente deixadas de lado. Isto porque o Brasil começou a passar por uma série de mudanças que marcaram o início da passagem das antigas relações senhoriais para as relações de tipo burguês, por meio da ideia de *civilizar-se*.

### 2.1.2 Civilizar é esquecer: o abandono da herança colonial

Segundo Maria Ângela D’Incao, desde a chegada da Corte, a sociedade brasileira passara a sofrer influências do imaginário da aristocracia portuguesa, especialmente no Rio

---

<sup>180</sup> No Livro V das *Ordenações Filipinas*, sob o título de “Do que matou sua mulher por acha-la em adultério”, constam todas as penalidades referentes ao caso. Para saber mais, consultar: <<<https://www.diariodasleis.com.br>>>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

<sup>181</sup> ARAÚJO, *Op. Cit.*, 2018, p. 60.

de Janeiro, fazendo com que passasse a “[...] lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação”<sup>182</sup>.

Quando buscamos escritos de estrangeiros neste período, fica evidente que as imagens relacionadas ao Brasil – tanto de seu povo, quanto da terra – estavam ligadas a um jogo de alteridade. Ou seja, as análises e imaginários costumavam contemplar o que o Brasil *não era*: a Europa e o europeu, em suma, o *mundo civilizado*. Considerado encantador e exótico, mas principalmente inculto, grosseiro e bárbaro, o povo brasileiro recebia da Corte recém-chegada toda a carga pedagógica de “adequar”, “instruir” e “civilizar”.

Peter Burke afirma que este processo já havia ocorrido dentro da própria Europa durante o século XVIII, todavia, não se tratava de povos diferentes, mas sim de um olhar da elite para o povo, particularmente no tocante à cultura. Para tal afastamento, a elite descolava a cultura erudita e intelectual de todos os elementos da cultura popular, considerados incivilizados, exóticos e pitorescos. Neste processo, o povo era, acima de tudo, visto como o “outro”. Nas palavras de Burke: “[...] o povo era natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional, enraizado na tradição e no solo da região [...] o povo era interessante de uma certa forma exótica”<sup>183</sup>.

Já no Brasil, estas diferenças se davam não só em relação aos mais humildes, mas também à própria nobreza local, considerada muito distante da civilidade da elite portuguesa. Havia, concomitantemente, um olhar de descoberta e curiosidade em relação às tradições, costumes e tipos humanos, e um distanciamento, uma diferenciação entre o europeu e o não-europeu. Esta “zona de contato” também abria espaço para ideias de domesticação e adequação ao modelo civilizatório, abandonando o estado de “atraso” e “barbárie” para acompanhar a Modernidade que já podia ser vista na Europa e nos EUA.

Influenciadas por esta perspectiva, as elites políticas e intelectuais brasileiras passaram a apostar na associação entre *civilização* e *progresso*. O primeiro termo era definido como: “Grande perfeição do estado social, que se manifesta na sabedoria das leis, na brandura dos costumes, na cultura da inteligência, no apuro das artes e indústria”<sup>184</sup>. O segundo, por sua vez, significava: “desenvolvimento, continuação”, ou ainda, “movimento progressivo da

<sup>182</sup> D’INCAO, Maria A. “Mulher e família burguesa” In: *História das Mulheres no Brasil*/ DEL PRIORE, Mary. (Org.), São Paulo: Contexto, 2018, p. 226.

<sup>183</sup> BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 37.

<sup>184</sup> AULETE, C. “Civilização”. In: *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 337. Disponível em: << <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/>>>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

civilização e das instituições políticas, tendência do gênero humano para sua perfeição”<sup>185</sup>, quase sempre atrelado ao desenvolvimento material e científico.

Neste sentido, esperava-se que ocorressem mudanças no comportamento da população, tornando-a minimamente instruída, ordeira e polida, ao mesmo tempo em que se avançava rumo ao desenvolvimento tecnológico, trazendo novidades como reformas urbanísticas, ferrovias, luz elétrica, comércio, escolas, universidades, etc. Contudo, havia uma desconfiança quanto ao sucesso da empreitada, pois mesmo havendo uma preocupação das elites em produzir uma autoimagem positiva no exterior, “[...] permanecia entre elas a dúvida quanto às condições de possibilidade de civilizar o povo brasileiro [...]”<sup>186</sup> que era majoritariamente visto como mestiço, rude e inculto.

As primeiras transformações se deram no campo da materialidade, tanto no espaço público, quanto no privado. Segundo o viajante George Gardner, o “[...] grande desejo dos habitantes parecia o de se dar ares europeus [...]”<sup>187</sup>, o que, para muitos, ficava mais restrito ao poder de compra do que propriamente ao polimento dos costumes ou à instrução. Del Priore explica que isto também se deve ao fato de que a importação passou a ser regulamentada, permitindo uma vasta gama de produtos europeus em solo brasileiro, fazendo com que, pouco a pouco, as capitais de província se modernizassem, sendo acompanhadas em ritmo bem mais lento pelo interior.

Sim, a cidade era um “centro diversificado”. Estrangeiros de procedência e ofícios diversos – marceneiros, cabeleireiros, químicos, funileiros, ferreiros, modistas, fabricantes de queijos – estabeleciam suas oficinas, fundições e lojas na corte e nas capitais importantes. O comércio se ampliava. Agora, não mais com Portugal ou com suas colônias. Mas com a Europa. O brasileiro se queria inglês ou francês. Dos ingleses, desejava os artigos da Revolução Industrial vendidos na Rua da Alfândega ou dos Pescadores; produtos de vidro, cobre, lã, ferro, sapatos, roupas, colchões e até caixões. Dos franceses, as modas e os modos exibidos na Rua do Ouvidor. Desse diálogo de culturas com o Brasil, nasciam o *Mister* e a *Madame*.<sup>188</sup>

<sup>185</sup> AULETE, C. “Progresso”. In: *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 1415. Disponível em: << <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/>>>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

<sup>186</sup> VIANA, Fabiana da Silva. “A escola, a infância e o processo civilizador no Brasil do século XIX”. In: *Percurso Acadêmico*, v. 6, n. 12, Belo Horizonte : jun./dez. 2016, p. 342.

<sup>187</sup> GARDNER apud DEL Priore, *Op. Cit.*, 2016, p. 109.

<sup>188</sup> DEL Priore, *Ibidem*, 2016, p. 110.

Como aponta Leslie Bethell<sup>189</sup>, houve uma grande influência social e cultural de comunidades britânicas em cidades como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que continuaram a crescer durante a segunda metade do século XIX, atingindo áreas Santos, São Paulo, São Luís, Belém e Manaus. No entanto, entre a elite, a principal influência nos aspectos sociais, intelectuais e culturais era a francesa.

Aliado a estas influências, modificavam-se as principais cidades, espalhadas na Europa. Cafés, livrarias, teatros, confeitarias, academias, livreiros e clubes de leitura. O calçamento e iluminação das ruas permitia uma maior circulação de pessoas, inclusive à noite, mudando os antigos hábitos. Damas da alta sociedade, agora, podiam ser vistas vestidas e penteadas à francesa, indo ao teatro ouvir óperas de Rossini, Bellini ou Verdi. E não faltavam festas, saraus e jantares no dia a dia da elite.

Até mesmo a arquitetura das áreas urbanas e semiurbanas se alteravam, pois a casa “se integrou aos movimentos econômicos e sociais que transformavam o Império”<sup>190</sup>. Aos poucos, ficava para trás a imagem tradicional das residências, que isolavam interior e exterior com o uso de muxarabis, ou ainda, no extremo oposto, casas abertas diretamente para a rua, fazendo desta uma extensão da própria casa. O jeito burguês de morar deveria garantir a privacidade dos moradores, recuando a casa da rua e separando área de convivência e área íntima. Já no campo as alterações chegavam de forma mais lenta. Nas moradias rurais abastadas, embora quase sempre conservassem o exterior com modelos mais tradicionais, buscaram acompanhar os modismos das capitais, ostentando decoração à europeia. Porém, conforme o século XIX avançava, a nova elite rural – os “barões do café” – passaram a construir verdadeiros palacetes na cidade e no campo, acompanhando o ritmo da Corte.

Para as camadas mais humildes, pouco mudou. Tanto no campo, quanto na cidade, as construções mais pobres eram desordenadas e muitas ainda adotavam padrões considerados rudimentares. Ademais, com o maior fluxo da população do campo para as cidades, tornou-se cada vez mais comum a ocupação de velhos casarões, transformados em cortiços ou pensões.

As modificações de cenário da cidade, da casa e dos modismos foram, pouco a pouco, sendo acompanhadas pelas alterações de comportamento. Era preciso refinar-se à europeia, abandonar antigos hábitos que ligavam a gente brasileira ao “atraso” do passado colonial. A

---

<sup>189</sup> BETHELL, Leslie. “O Brasil no Mundo”. In: *História do Brasil Nação vol. 2 – A Construção Nacional, 1830-1889*/ CARVALHO, José M. de. (Coord.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 153.

<sup>190</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 154.



nação, agora independente e visando um futuro de progresso e glória, também precisava se civilizar nos costumes. Para tal, não bastava viver e vestir-se com elegância e distinção, era preciso *instruir-se*, escapando completamente aos antigos rótulos.

Desde o período pombalino, os meninos já tinham acesso legalizado à educação formal laica, embora o número de analfabetos fosse muito significativo. No entanto, entre as classes mais abastadas, principalmente nas cidades, cada vez mais o estudo se configurava como um status de distinção e algo necessário aos negócios e à política, favorecendo a ampliação da oferta de ensino primário, secundário e a criação de cursos superiores. Devido a isto, a “civilidade” se alterou de maneira mais rápida entre os homens. Ampliava-se também a oferta de preceptores em outras línguas, especialmente o francês<sup>191</sup> e o inglês, o que acabou facilitando a circulação de jornais, revistas, obras literárias e também de literatura proibida – fosse erótica ou filosófica – o que colaborava com o surgimento de novos imaginários em relação à mulher.

Junto com o livro e a literatura francesa circulavam também ideias, não só sobre sexo, mas também sobre a relação entre os sexos: homens e mulheres, por exemplo, não tinham a mesma vocação e essa diferença é que fazia a felicidade de cada um. O homem nascera para mandar, conquistar, realizar. [...] A mulher, por sua vez, nascera para agradar, ser mãe e desenvolver certo pudor natural. O discurso amoroso que circulava entre uma pequena elite, inspirado no Romantismo francês, era recheado de metáforas religiosas: a amada era um ser celestial. A jovem casadoira, um anjo de pureza e virgindade. O amor, uma experiência mística.<sup>192</sup>

Progressivamente, difundia-se pela elite letrada um imaginário em torno de um modelo ideal de homem e de mulher muito pautado nas ideias francesas, fruto do Iluminismo e do Romantismo, somando-se a uma mentalidade já talhada pelo discurso religioso católico. O reforço dado pelo pensamento filosófico de estereótipos pautados na oposição de força, raciocínio e domínio no caso masculino, em oposição à fragilidade, docilidade e submissão para o modelo feminino, iam ao encontro tanto da visão cristã, quanto do modelo patriarcal existente desde os tempos coloniais. Particularmente a imagem traçada por Rousseau em relação ao modelo ideal de mulher mostrava-se bastante adequado a uma nação que se aburguesava, mas não pretendia abandonar completamente a contenção feminina à esfera do lar e da família.

---

<sup>191</sup> Leslie Bethell afirma que a literatura francesa era a mais lida e afirma que mesmo as obras inglesas costumavam ser consumidas em traduções francesas, o que demonstra a importância cultural da França naquele momento. BETHELL, *Op. Cit.* 2012, p. 153.

<sup>192</sup> DEL Priore, *Op. Cit.*, 2016, p. 272.

Apesar de obras como *Emílio* não recomendarem a vida na cidade, em especial na Corte, o seu uso para pensar formas de instruir a mulher já influenciavam manuais pedagógicos na França e na Inglaterra. A mulher burguesa, embora gozasse de instrução formal, deveria ser acima de tudo um exemplo de retidão moral e completamente voltada para a vida doméstica e familiar.

No Brasil, estas ideias surgem no mesmo momento em que as mulheres de alta classe passaram a usufruir de novos tipos de sociabilidade, sendo frequentemente vistas em saraus, recepções, festas e teatros, apesar de nunca desacompanhadas. Conforme estes novos hábitos se consolidavam, tornava-se ainda mais evidente a necessidade de *civilizar* a mulher de elite – no sentido de ilustrar e refinar – para que ela acompanhasse a figura de um homem público. Pois, embora a autoridade familiar nunca tenha deixado de ser masculina, a mulher passara a ser determinante como capital simbólico, cabendo a ela o prestígio social de sua família. Nas palavras de D’Incao:

[...] a ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher da elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – à convivência social dá maior liberalidade às emoções –, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a viver de maneira educada.<sup>193</sup>

Para adequar o comportamento feminino às novas demandas era necessário que também se investisse em sua educação formal. Apesar disto parecer um grande avanço feminino, a proposta visava gerar um maior grau de civilidade, no sentido de reforçar hierarquias e definir funções sociais, mostrando que o pensamento liberal que ligava “instrução” e “liberdade” não tinha abrangência universal.

Assim, em 1809, foram fundados os primeiros colégios<sup>194</sup> privados para meninas, somando-se aos antigos conventos e recolhimentos, mas a oferta ainda era muito precária. A cargo de exemplo, no ano 1816 só existiam dois colégios particulares para meninas na Corte, o que propiciou a oferta de preceptoras estrangeiras que “[...] comprometiam-se a

---

<sup>193</sup> D’INCAO, *Op. Cit.*, 2018, p. 224.

<sup>194</sup> Desde o período pombalino, com a expulsão dos jesuítas, já existia um decreto que permitia a criação de escolas para meninas, no entanto, isso não acontecia na prática. Para saber mais, consultar: STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *Um olhar na história: a mulher na escola*. Disponível em: <<<http://portaltj.tjrj.jus.br/>>>. Acessado em: 10 de maio de 2020.

receber em suas casas, a título de pensionistas, moças desejosas de aprender a língua nacional, aritmética, religião, bem como bordados e costuras”<sup>195</sup>.

Foi somente no pós-independência, que começaram a ocorrer os primeiros debates públicos via imprensa em torno do acesso à educação primária gratuita para ambos os sexos<sup>196</sup>. Mônica Jinzenji ressalta a importância da aliança entre imprensa e educação escolar no início do século XIX.

Trata-se de um contexto em que ambas se encontravam em situação semelhante, instituições ainda incipientes, que buscam consolidar a sociedade; procuravam reconhecimento como meios legítimos e autorizados de educação e instrução da população. O uso do termo *aliança*, no sentido de se “aliar”, parece ser adequado por sugerir uma posição ativa da escola e seus atores nessa interlocução com a imprensa periódica, pois ambos os lados se beneficiavam dessa relação. É por meio dos jornais que muitos debates em torno da organização da instrução pública ganhavam ampla circulação [...].<sup>197</sup>

A primeira lei a garantir e regularizar a instrução pública é 15 de outubro de 1827. Nela ficaram estabelecidas as diretrizes gerais da educação, como a criação de escolas primárias nas cidades, vilas e lugares mais populosos do reino; a criação de escolas para meninas onde os presidentes de conselho julgassem necessário; as definições do perfil das mestras<sup>198</sup> que poderiam lecionar; o valor dos ordenados; bem como o método pedagógico a ser utilizado – método Lancaster ou Mútuo<sup>199</sup>.

É importante ressaltar o destaque que o Método Mútuo adquiriu nos debates públicos, especialmente via imprensa. Um de seus primeiros defensores foi Hipólito José da Costa de

<sup>195</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 286.

<sup>196</sup> É necessário frisar que a escravidão era um impeditivo para qualquer forma de escolarização, logo, apesar do acesso público e gratuito, a parcela escravizada da população não foi contemplada por esta lei. Para saber mais, consultar: LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: DEL PRIORE (Org.), *Op. Cit.*, 2018, p. 445.

<sup>197</sup> JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 212.

<sup>198</sup> Na lei fica definido que meninos serão ensinados por mestres e, meninas, por mestras. Contudo, só aparecem as prescrições para o perfil de mestra, a qual precisava ser brasileira, ter honestidade reconhecida e se mostrar apta quanto aos seus conhecimentos. É igualmente importante ressaltar que a indicação do valor do ordenado de ambos os sexos é igual. Posteriormente, com o Ato Adicional de 1834, os salários ficaram a cargo das províncias, tornando possível uma alteração nos ordenados, que garantiram um maior valor para o sexo masculino, quase sempre justificado pelo fato de que os mestres precisavam ensinar mais matérias.

<sup>199</sup> Este método de ensino surgiu na Inglaterra e foi amplamente utilizado para instruir as camadas mais pobres, especialmente o operariado. Rapidamente se espalhou pela Europa, sendo utilizado em países como França, Itália, Alemanha e Portugal. O método era focado em memorização, repetição e ensino oral. Além disso, tinha como base a utilização de monitores, “que se dividiam em grupos de aproximadamente dez alunos (de acordo com o nível de conhecimento), para ensinar aos demais o que haviam aprendido”. Acreditava-se que este método poderia ser de grande valia no controle das camadas populares, reforçando hierarquias e posições, evitando conflitos, transgressões e desvios e, desta forma, contribuindo para a formação de uma sociedade civilizada. Para saber mais, consultar: FREIRE, Vitória. PAULA, KAROLYNNE B. de. “A Institucionalização do Método Lancasteriano durante o Império Brasileiro”. In: *Anais do XVII Encontro Cearense de História da Educação*. Sobral, CE: Universidade Federal do Ceará, 2018, p. 672. Disponível em: <<<http://repositorio.ufc.br/>>>. Acessado em: 10 de maio de 2020.

Mendonça que, em 1816, o destacava nas páginas do jornal *Correio Brasiliense*: “[...] os meninos e meninas, aprendendo a ler, e escrever e contar, segundo o novo sistema, se habitam necessariamente a um comportamento bem regulado de obediência e de subordinação”. Além disso, o novo método também tinha a vantagem de ser econômico, pois “[...] um só mestre pode encarregar-se do ensino de novecentos ou mil discípulos; e além do salário deste mestre, não há senão a despesa da casa para a escola, pedras, lápis, tinta papel e livros elementares”<sup>200</sup>, prometendo formar jovens úteis e obedientes com baixos custos para o Estado.

Inúmeros periódicos debateram o receio de instrução da população, mas alguns defendiam que o fato de garantir a instrução pública não significava ensinar tudo a todos. Como se pode ver no jornal *O Universal*, em 17 de fevereiro de 1826: “É indubitável que há um gênero de instrução o qual todos devem possuir, e que há outro que só compete a certos indivíduos”<sup>201</sup>. O mesmo jornal, em 14 de junho de 1841, ainda afirma que a própria instrução pode ser um instrumento de controle das camadas mais pobres: “Há quem receie esta instrução nos operários, nos trabalhadores, no povo enfim; nós somos de opinião contrária, e estamos profundamente convencidos de que o perigo não está no povo instruído, mas sim no povo ignorante [...]”<sup>202</sup>.

Apesar das discordâncias, a Lei de Instrução Pública (1827) buscava atingir uma parcela considerável das crianças dos principais centros populacionais, fossem de meninos ou meninas, todavia isto não significava uma equidade entre os sexos no que diz respeito ao acesso à educação. Primeiramente, devemos levar em consideração que o número de escolas femininas era muito inferior ao de escolas masculinas. Ademais, como o ensino não era obrigatório, muitas famílias optavam por não matricular as crianças, especialmente as meninas, fosse por pudor ou questões práticas (como a distância, por exemplo), impedindo que muitas viessem a se alfabetizar.

Para além destas dificuldades, ainda existiam grandes diferenças curriculares, preparando meninos para educação secundária e superior, enquanto legava a elas somente equações básicas, ler e escrever, bem como o domínio de prendas domésticas, não sendo tão distante do antigo ensino conventual como é possível ver na letra da lei:

---

<sup>200</sup> SANTI, D. N.; CASTANHA, A. P. “O método Lancaster no Brasil: Da apologia à crítica”. In: *Anais da XI Jornada do HISTEDBR*. Cascavel-PR: UNIOESTE, 2013, p.8. Disponível em: <<  
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>>>. Acessado em: 10 de maio de 2020.

<sup>201</sup> JINZENJI, *Op. Cit.*, 2010, p. 27.

<sup>202</sup> JINZENJI, *Ibidem*, 2010, p. 28.

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos a comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil.

[...]

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica [...].<sup>203</sup>

A justificativa para tal girava em torno do antigo fato de que a mulher deveria ser mais *educada* do que *instruída*, isto é, deveria haver o mínimo de instrução formal para que houvesse uma prevalência da formação moral, pois seu dever era atuar como pilar de sustentação do lar e como primeira educadora dos filhos. Para tal, era orientada por uma mestra que, além de dominar o conteúdo, ressaltava a importância dos valores cristãos, sendo imprescindível que a professora tivesse honestidade publicamente reconhecida.

Mônica Jinzenji nos esclarece que os verbetes *educação* e *instrução* costumavam aparecer relacionados um ao outro neste período, mas havia diferenças quando à finalidade de cada uma dessas ações. A instrução visava desenvolver as faculdades intelectivas, enquanto a educação seria responsável por desenvolver as faculdades morais. Desta forma, o cultivo das virtudes, principalmente no ensino feminino, aparece como um elemento-chave da formação, compreendendo a *ação educativa*.

Para analisar as primeiras décadas do século XIX, além dessa noção ampliada de educação, é necessário considerar que a ação educativa era exercida por várias instituições; concomitantemente à escola, os meios/espacos não escolares de formação tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos. Entre tais meios/espacos, encontram-se a produção e circulação de romances, jornais, revistas, sermões, apresentações teatrais, festas, pinturas e a criação de estabelecimentos, como sociedades literárias, científicas e bibliotecas.<sup>204</sup>

Rui Barbosa, em sua obra *Reforma do ensino primário*<sup>205</sup>, dedica um capítulo à cultura moral. Ele afirma que se a educação não se der, simultaneamente, na direção intelectual e moral, estará condenada a um desenvolvimento incompleto. Pois, se a instrução é o cultivo das faculdades pelas quais adquirimos conhecimento; a moral é o que faz com que o utilizemos bem, nos legando percepção do dever e, portanto, sendo necessária a todas as funções da vida.

<sup>203</sup> Para mais informações acerca da “Lei de 15 de outubro de 1827”, é possível encontrar a íntegra da lei através do site: <<<https://www2.camara.leg.br/>>>. Acessado em: 10 de maio de 2020.

<sup>204</sup> JINZENJI, *Op. Cit.*, 2010, p. 25.

<sup>205</sup> BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública* (fac-simili). Obras Completas de Rui Barbosa, vol. X, tomo II. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981, p. 366.

Era justamente a noção de dever que norteava a instrução feminina, dividindo-se em dois pontos principais: o primeiro deles era o fortalecimento de sua função social como mãe e esposa, voltando a vida da jovem exclusivamente para a esfera doméstica; o segundo, estava alinhado ao processo de modernização, que reconhecia a mulher como capital simbólico para o homem público, portanto, fomentava o polimento e boa moral.

Era considerado de bom tom que o homem público fosse cercado por mulheres que o ajudassem a manter seu prestígio e posição social. Devido a isto, esposas e filhas bem nascidas não só deviam ser alfabetizadas, mas também estimuladas a aprender regras de etiqueta, instrumentos musicais convenientes a seu sexo, como piano e harpa, bem como idiomas, particularmente o francês e o inglês, quase sempre ministrados por uma preceptora estrangeira.

Mas, se por um lado, a instrução oferecida às mulheres tinha como objetivo a manutenção de seu estado de dominação, reforçando as heranças patriarcais, por outro, propiciou uma abertura de seu horizonte de expectativa. Aos poucos, as mulheres foram percebendo que defender o estandarte da educação também significava lutar pela autonomia feminina.

No Brasil, esta luta ganhou contornos mais definidos a partir da década de 1830. Jornais como *Espelho das Brasileiras* (PE/1831), *Belona* (RS/1833) e *O Jornal das Senhoras* (RJ/1831) foram veículos importantes para a difusão da necessidade de civilizar as mulheres – igualmente a partir dos ideais Iluministas, mas já com tom emancipacionista – começando pelo direito à instrução formal mais completa, ainda reservada ao sexo masculino. Pretendia-se, assim, ampliar os seus conhecimentos, colocando a mulher em pé de igualdade com o homem, acessando não só o ensino primário, mas também o secundário e o superior. Devemos ter em mente que até mesmo para as mulheres de elite naquele momento, o ensino superior era uma realidade distante, pois somente em 19 de abril de 1879 (Decreto nº 7247) D. Pedro II promulgou a lei que autorizava a presença feminina em cursos de ensino superior. Ainda assim, elas precisariam da autorização de um responsável legal, o pai ou o marido, para se matricularem e frequentarem as aulas. Mesmo com a permissão, o próprio preconceito sofrido dentro dos cursos e no meio social acabava fazendo com que muitas desistissem de cursar o ensino superior.

Segundo Constância de Lima Duarte, a reivindicação por este direito básico decorria do fato de que as “[...] mulheres precisavam, primeiro, ser consideradas como seres

pensantes, para então, depois, pleitear emancipação política”<sup>206</sup>. Duarte ainda destaca o pioneirismo de Nísia Floresta<sup>207</sup> (1810-1885), a qual teve grande influência na perspectiva de muitas outras mulheres que lutaram por direitos políticos e civis ao longo do século XIX. Segundo ela, Nísia teria sido uma das primeiras mulheres brasileiras a ir além dos limites do espaço privado ao publicar textos na grande imprensa e destaca que o simples fato de sustentar este tipo de atuação fora do ambiente doméstico já representava um ato revolucionário por si só.

Seu primeiro livro, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. Este livro, inspirado principalmente em Mary Wollstonecraft (Nísia declarou ter feito uma "tradução livre" de *Vindications of the Rights of Woman*), mas também nos escritos de Poulain de la Barre, de Sophie, e nos famosos artigos da "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", de Olympe de Gouges, deve, ainda assim, ser considerado o *texto fundante* do feminismo brasileiro, pois se trata de uma nova escritura ainda que inspirado na leitura de outros. Pode também ser lido como uma resposta brasileira ao texto inglês: nossa autora se colocando em pé de igualdade com a Wollstonecraft e o pensamento europeu, e cumprindo o importante papel de elo entre as ideias estrangeiras e a realidade nacional.<sup>208</sup>

Existe uma série de controvérsias envolvendo a origem do livro traduzido. Embora Nísia Floresta indique que se trata da tradução do livro de Wollstonecraft, há uma grande diferença entre as duas obras. Em 1996, Pallares-Burke<sup>209</sup> alegou que, na verdade, o livro traduzido foi *Woman are not inferior to man* (1739), de Sophie, a person of quality, pseudônimo de que alguns estudiosos atribuem tanto à Mary Wortley Montagu, quanto à Sophia Fermor. Além disso, Pallares-Burke ainda afirma que se trata de um plágio da obra de Poullain de la Barre, *Da Igualdade entre os dois sexos* que, por sua vez, foi pautada nas ideias de Christine de Pisan, em *La Cité des Dames* (1405).

<sup>206</sup> DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 154.

<sup>207</sup> Filha do português Dionísio Gonçalves Pinto com a brasileira Antônia Clara Freire, Dionísia Gonçalves Pinto nasceu no interior do Rio Grande do Norte, em Papari (atual município de Nísia Floresta), no dia 12 de outubro de 1810. Atuou como escritora, educadora e poetisa. Com o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, que demonstra seu nacionalismo, escreveu diversos artigos para jornais denunciando a condição de inferioridade feminina. Escreveu ainda vários livros sobre este mesmo tema. Fundou o Colégio Brasil e o Colégio Augusto para meninas no Rio de Janeiro que receberam inúmeras críticas por oferecer disciplinas que iriam muito além das necessidades femininas. Devido à saúde de sua filha, muda-se para a Europa, permanecendo a maior parte do tempo em Paris. Faleceu em Rouen, na França, em 24 de abril de 1885.

<sup>208</sup> DUARTE, *Op. Cit.*, 2003, p. 153.

<sup>209</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

Recentemente, Constância Lima Duarte<sup>210</sup> trouxe a público a pesquisa de Charlotte H. Matthews, a qual constatou que Nísia havia traduzido a obra *Les droits de femmes et l'injustice des hommes* [Os direitos das mulheres e a injustiça dos homens], traduzida do inglês para o francês por César Gardeton, em 1826, e com autoria atribuída de forma equivocada à Mrs. Godwin, ou seja, Mary Wollstonecraft.

O contato de Nísia Floresta com esse tipo de obra, estando capacitada para fazer uma tradução e, acima disto, difundir um ideal de emancipação feminina, demonstram como a instrução foi uma arma de luta contra a dominação masculina. Pois era através da escrita que Nísia trazia perspectivas que circulavam em solo europeu desde o século XVIII, colocando em xeque hierarquias e funções sociais, demonstrando como as mesmas eram construídas social e culturalmente, além de mostrar como a instrução era o caminho para libertar as mulheres. Ao buscar o desenvolvimento intelectual feminino, ela comprovava a capacidade da mulher de se autotutelar e, assim, tornar-se plenamente independente para, mais tarde, pleitear outros direitos.

## 2.2. Escritos emancipacionistas no Brasil

Para a análise da obra de Nísia Floresta, selecionamos dois livros: o primeiro e já supracitado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, que foi publicado em Recife, (1832), Porto Alegre e (1833) e no Rio de Janeiro (1839). Como se trata de uma tradução, ele nos servirá como parâmetro para pensar como as ideias vindas da Europa circulavam e eram compreendidas em território brasileiro, mas que também contavam com o apoio da autora brasileira.

A segunda obra, por sua vez, é um livro de autoria da própria Nísia, chamado *Opúsculo Humanitário*, publicado em 1853, no Rio de Janeiro, em outro momento de sua vida, com tom mais moderado, no qual a autora se detém mais especificamente na questão educacional feminina, traçando um paralelo entre a instrução oferecida no Brasil e em outros países, bem como ressaltando o viés reformador e moralizante que esta empreitada deveria ter dentro do processo civilizatório.

---

<sup>210</sup> DUARTE, Constância L. “Reverendo os primórdios do feminismo brasileiro”; In: FLORESTA, Nísia. *Ensaio: Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens (1832); A Mulher (1859)*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2020, p. 17.



### 2.2.1 Nísia Floresta

Para analisarmos *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, devemos primeiramente estar atentos ao fato de que se trata de uma tradução livre de outra tradução. Deste modo, não sabemos exatamente se houve acréscimos de outros pensadores ou mesmo da opinião de Nísia Floresta e, caso fosse confirmado, em que grau isso se deu. No entanto, podemos ressaltar que é notória a aproximação com o pensamento emancipacionista mais progressista, que já era encontrado nos escritos de vários autores.

Podemos ver que o livro adota a metodologia cartesiana, utilizando questões que envolviam o preconceito ou senso comum sobre as mulheres como ponto de partida para desconstruí-los e apresentar sua opinião, que corresponderia à *verdade* de cada questão. Neste sentido, o primeiro capítulo já traz a polêmica da diferença entre os sexos, principalmente no que se refere aos papéis e respectiva estima na sociedade. Nísia escreve:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer, e aprazer a nossos amos, isto é, a eles homens. Tudo isso é admirável e mesmo um muçulmano não poderá avançar mais no meio de um serralho de escravas.<sup>211</sup>

Ela segue seu pensamento ressaltando que a mulher nasceu com a capacidade biológica de procriar, mas que não se limita a isto. Todavia, o fato de viver em sociedade determina uma diferença nos papéis sociais e na estima reservada a cada um dos sexos, legando ao homem poder e prestígio e, à mulher, submissão e desprezo.

Grande parte deste prestígio em relação ao homem se deve ao fato dele encarnar a figura do genitor – fator que nos aproxima da definição de *pater* –, tomando uma posição ativa na geração dos filhos, embora recuse ou menospreze a tarefa da criação. A mulher, por sua vez, seria responsável pela gestação (de forma passiva, quase como um receptáculo), nutrição e cuidados com as crianças. Mesmo sendo necessário um casal para gerar uma nova vida, ela aponta que havia uma postura contraditória da sociedade ao oferecer uma estima maior ao homem. Segundo a autora, as mulheres mereceriam “obter maior porção de estima pública” por serem responsáveis pela criação de seus filhos, posto que “não há no Estado Social um emprego que mereça mais honra, confiança e recompensa”<sup>212</sup>.

<sup>211</sup> FLORESTA, Nísia. “Textos selecionados: Direitos das mulheres e injustiça dos homens (1832)”. In: *Nísia Floresta/DUARTE*, Constância Lima (Org.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 81.

<sup>212</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 1832, p. 82.

Fazendo uso da ideia de que a estima deve ser diretamente proporcional à utilidade pública representada pela pessoa, Nísia Floresta subverte o pensamento usual de que o homem é mais importante do que a mulher para a vida em sociedade, defendendo que é possível viver sem “príncipes, generais, soldados, jurisconsultos”, mas jamais poderiam passar sem os cuidados de uma ama ou uma mãe. E acrescenta: “Em um Estado tranquilo e bem regido, a maior parte dos homens são inúteis em seus ofícios e inútil toda sua autoridade, mas as mulheres não deixarão jamais de ser necessárias enquanto existirem homens e estes tiverem filhos”.<sup>213</sup>

Ademais, tudo o que move o homem teria como finalidade riqueza e poder, ou seja, eles ganhariam estima mesmo sendo movidos por ambição, enquanto as mulheres agiriam de forma mais generosa, nutrindo e educando, mesmo sem receber nada em troca.

Eu não pretendo queixar-me de não recebermos recompensa: seja-me somente permitido dizer, que por sermos mais capazes que os homens em desempenhar esse cargo, não se segue que não possamos também desempenhar outro qualquer. Na verdade, os homens parecem aprovar isso tacitamente; mas, com o seu desinteresse ordinário, pretendem restringir todos os outros talentos nossos na órbita singular da obediência, da servidão e da ocupação de satisfazer a nossos amos. Eles têm como uma razão geralmente aprovada o serem nossos amos; mas por que títulos? Eis uma pergunta a que não podem responder. Entretanto, esse sentimento é tão comum entre eles, que todos, desde o príncipe até o súdito, se acham possuídos dele.<sup>214</sup>

Assim como Mary Wollstonecraft, Poullain de la Barre e Nicolas de Condorcet, Nísia Floresta sublinhava a importância da maternidade, tanto para a esfera privada com a criação dos filhos, quanto para a esfera pública, aproximando-se da ideia de educar os futuros cidadãos; contudo, não via esta função como impeditivo para que a mulher atuasse em outras funções. Para ela, o real proibitório era a vontade masculina em exercer seu domínio, que não adivinha de uma ordem natural, mas de uma construção social.

Ela segue a mesma linha dos autores supracitados ao defender que a *razão* deveria ser a justa medida para a o exercício de quaisquer funções e, sobretudo, da autoridade. Todavia, os homens incorriam no erro de impedir a mulher de desenvolver a razão, a fim de dominá-la. Caso fossem virtuosos e realmente guiados pela razão ao invés de suas vontades e paixões, enxergariam que homens e mulheres têm direito de se regerem recíproca e alternativamente:

[...] porque se os homens têm bastante conhecimento para regular as ordens que derem às mulheres, sobre os preceitos da razão, também o terão para ceder a esses

---

<sup>213</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 1832, p. 83.

<sup>214</sup> FLORESTA, *Ibidem*, 1832, p. 84-85.

mesmos preceitos quando forem impostos pelas mulheres, sem que importe por que boca a razão se faça conhecer”<sup>215</sup>.

Segundo a autora, os preconceitos em relação à mulher seriam estruturados em duas bases: a primeira se refere ao pouco desenvolvimento do raciocínio feminino; a segunda se daria em relação à fraqueza de espírito. Ou seja, a mulher era vista como um ser frágil e indefeso física, moral e mentalmente. A alegação mais comum era de que apesar de algumas mulheres apresentarem momentos de raciocínio, ele nunca se mantinha e, quase sempre, era encarado como fruto do convívio com homens, fazendo com que a inteligência feminina fosse comparada com a lua, que reflete a luz do sol, ao invés de possuir luz própria. Ela não possuiria gênio, tampouco capacidade de decidir o que é melhor para si, o que tornava necessária a tutela de terceiros, legitimando a ideia de dominação.

Nísia Floresta contra-argumenta dizendo que as mulheres são geralmente mais ternas, generosas e responsáveis. Cita que as moças são capazes de se tornarem mães e donas de casa numa idade em que os homens “[...] apenas se acham em estado de ouvir os preceitos de um mestre”<sup>216</sup>. O senso de moral e responsabilidade das mulheres também se fazia sentir quando o casamento se torna a única forma de “arrancar um jovem da libertinagem”<sup>217</sup>, mostrando que elas eram mais exemplares moralmente. Já no que concerne ao desenvolvimento intelectual, a autora defende que a diferença entre homens e mulheres não está numa questão biológica, como muitos gostam de apontar e que tornaria imutável a sua condição, outrossim que decorre “[...] da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida”<sup>218</sup>.

Para ela, o temor de que as mulheres se tornassem vaidosas quanto aos seus talentos, ou ainda, que se mostrassem melhores que os homens em suas capacidades, fez com que eles as privassem das ciências, governos e cargos públicos. Ela não nega que algumas mulheres se tornaram soberbas com o pouco ensino que lhe foi ofertado, mas ressalta que o mesmo acontece a muitos homens, especialmente porque são concedidos a estes títulos que tendem a torna-los comumente arrogantes. Por outro lado, mostra que a arrogância não é um problema da ciência em si, pois se bem direcionada e ensinada em profundidade, esta só serve para produzir pessoas sábias e, conseqüentemente, virtuosas. O desenvolvimento intelectual permite que a pessoa alcance “[...] a exatidão do pensamento, a pureza da

---

<sup>215</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>217</sup> *Idem*

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 90.

expressão, a justeza das ações [...]”<sup>219</sup>; isto é, ela se torna completamente capaz de distinguir entre o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, bem como controlar seus impulsos e paixões. Portanto, se os homens não concedem às mulheres a chance de se desenvolverem intelectualmente, não é por falta de capacidade delas ou receio da vaidade feminina, mas sim por medo de seu potencial e da inexorável independência que poderiam conquistar com o uso de sua razão.

O mesmo sórdido interesse, que os instiga a invadir todo poder e dignidades, os determina a privar-nos desse conhecimento, que nos tornaria suas competidoras. Como a natureza parece haver destinado os homens a ser nossos subalternos, eu lhes perdoaria voluntariamente a usurpação, pela qual nos têm tirado das mãos o embaraço dos empregos públicos, se sua injustiça ficasse satisfeita, e parasse nisso, mas como um abismo cava outro, e os vícios sempre andam juntos, eles não se satisfazem somente com a usurpação de toda autoridade, têm mesmo a ousadia de sustentar que ela lhes pertence de direito, pois a natureza nos formou para ser-lhes perpetuamente sujeitas por falta de habilidade necessária para partilhar com eles do governo, e cargos públicos.

Como é possível perceber no trecho acima, a autora acreditava numa certa superioridade feminina. De acordo com Nísia, a mulher seria mais propensa a ter senso de responsabilidade, de justiça, além de ser detentora do dom da eloquência – dando-lhe mais facilidade e clareza na comunicação –, são mais generosas e ternas, só o que lhes falta é a instrução. Inclusive, estas características fariam com que a mulher capaz de aprender e atuar em qualquer área do conhecimento<sup>220</sup>, a exemplo do Direito, Medicina e Filosofia.

A Teologia e o sacerdócio também poderiam ser ocupados por mulheres, no que diz respeito a sua capacidade, no entanto, a autora ressalta que existe um proibitivo baseado na palavra divina. Segundo sua interpretação, Deus era ciente da inclinação natural da mulher para a virtude e a religião, da mesma forma em que reconhecia no homem os impulsos da impiedade e da irreligião. Devido a isto, reservara aos homens tal missão, a fim de “[...] atrair ao menos uma parte dele aos deveres [...]”<sup>221</sup>.

Mais uma vez, ela subverte a ideia de uma incapacidade ou inferioridade do seu sexo, afirmando que, na verdade, se trata de uma forma de recuperar o próprio homem. Ademais, o impeditivo no âmbito religioso não era motivo para proibições na esfera pública. Não obstante a competência feminina para tal, ela acusa os homens de manterem as mulheres

<sup>219</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 1832, p. 94

<sup>220</sup> Ela cita estas características como facilitadores para algumas áreas, por exemplo, a eloquência e a retidão moral seriam grandes aliadas para o estudo e prática do Direito; o asseio, a prontidão e as experiências cuidando de doentes em casa poderiam ser aproveitadas para a Medicina; e mesmo na Filosofia, “eu duvido que o nosso sexo quisesse passar tantos anos tão inutilmente, como fazem esses homens, que se apelidam filósofos; se quisesse aplicar-se ao estudo da natureza, estou persuadida que acharíamos um caminho mais breve para chegarmos a esse fim”. Consultar: FLORESTA, *Ibidem*, p. 97.

<sup>221</sup> FLORESTA, *Ibidem*, p. 100.

distantes de todo tipo de educação, arrastando-as para uma vida de extravagâncias e futilidades que as tornava dignas de desprezo e alimentava seu estado de submissão.

Nísia ressalta que o menosprezo mútuo entre os sexos é fruto da dominação masculina. O homem, ao se enxergar como superior, não reflete sobre as consequências de sua dominação; a mulher, ao percebê-lo como tirano, não consegue nutrir-lhe estima duradoura. Em suas considerações finais, defende que a solução para isto não está na destruição da ordem das coisas, seja quanto ao governo, seja quanto à autoridade, mas sim na equidade entre os sexos. Isto significa que somente com o desenvolvimento das potencialidades e, principalmente, da razão da mulher, seria possível uma vida mais feliz e harmônica. Enquanto esta equidade não fosse alcançada, caberia às mulheres lembrar aos homens das injustiças que há séculos cometiam, mostrando, ao mesmo tempo, os feitos que são capazes de realizar, apesar de não contarem com o amparo da educação, fazendo-os se envergonharem da sua soberba e da tirania que perpetraram diariamente à realidade feminina.

\*\*\*

Indo na mesma direção de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, embora com tom mais moderado, Nísia Floresta lança na capital da Corte o *Opúsculo Humanitário* (1853), que traz denúncias e críticas quanto à situação feminina, colocando a educação como via principal para sua emancipação. Assim, a epígrafe do primeiro capítulo anuncia:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher – nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando – educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?<sup>222</sup>

Quando lançou este livro, Nísia residia no Rio de Janeiro, cidade onde dirigia uma escola privada para meninas, o Colégio Augusto. Fugindo dos padrões de ensino da época, a escola oferecia aulas de “Latim, Caligrafia, História, Geografia, Religião, Matemática, Português, Francês, Italiano, Inglês, Música, Dança, Piano, Desenho e Costura”<sup>223</sup>. Bastante crítica à educação que era oferecida na maioria das escolas, fossem públicas ou privadas, Nísia defendia o estandarte da educação como o único caminho viável para a emancipação da mulher, sendo um tema de grande urgência para o debate público, além de ser o principal objetivo do *Opúsculo Humanitário*.

<sup>222</sup> FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. Brasília: Senado Federal, 2019, p.18. Disponível em: <<<https://www2.senado.leg.br/>>>. Acessado em: 20 de abril de 2020.

<sup>223</sup> ALVES, Maria da Conceição Lima. “Prefácio” In: FLORESTA, *Ibidem*, 2019, p. 12.

Num período em que a maioria da população prevalecia analfabeta – estima-se que dos 9 milhões de habitantes, em 1853, somente cerca de 55 mil estariam matriculados, sendo as mulheres pouco mais de 8 mil – as críticas voltavam-se para inúmeros fatores: ensino baixa qualidade, a discrepância de acesso à instrução formal de acordo com sexo e, igualmente, como a vida feminina permanecia limitada pelo domínio masculino.

Pela primeira vez, uma intelectual versada tanto no pensamento clássico da filosofia, como nas últimas tendências literárias de seu tempo, vinha a público não apenas defender, sem assombro, a importância de oferecer educação às meninas, mas também denunciar a opressão patriarcal que enxergava na educação das mulheres, um risco à manutenção de seus privilégios sociais.<sup>224</sup>

Seu opúsculo buscava, acima de tudo, salvaguardar a educação feminina, unindo moralidade e instrução de qualidade, para que elas pudessem atuar dentro do lar da melhor maneira possível, contribuindo para o próprio processo civilizatório, o que tornava seu discurso emancipatório um pouco mais conservador do que a obra anterior.

Para provar a importância da educação feminina, Nísia destaca a glória e a grandeza dos gregos, mostrando que nesta sociedade as mulheres tinham acesso ao conhecimento. No entanto, somente isso não era suficiente: “A inteligência da mulher, conquistando a ciência, começava a distinguir-se, mas faltava-lhe o tipo da mulher cristã: sua mais nobre missão não podia ser ainda cumprida na terra”<sup>225</sup>.

Deste modo, conhecimento e religião deveriam ser os pilares da formação feminina e teriam influência direta sobre a moralidade dos povos, dado que era a mulher era responsável por educar as crianças. Não obstante fosse imprescindível a presença dos ensinamentos cristãos, a autora mostra que nem sempre a religião fora garantia de dignidade para as mulheres. Quando discorre sobre o período medieval, aponta que a prevalência da religião sobre a razão também pode ser extremamente nociva. Neste sentido, afirma que mesmo que a Bíblia dignificasse a mulher por meio do exemplo de Maria, a prática dos reis com apoio da Igreja era de vetá-las de qualquer tipo de educação ou autonomia. Acusa especialmente o Tribunal do Santo Ofício como responsável por mantê-las na ignorância e tratá-las com crueldade.

Mais adiante, ela analisa quatro exemplos de nações no que diz respeito ao tratamento dado à mulher: Alemanha, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos da América. Elogia o primeiro país, definindo-o como uma terra de grandes pensadores, de um povo honesto, viril e virtuoso. Já no que concerne à mulher, afirma que a mulher germânica teve grandes

<sup>224</sup> ALVES, *Op. Cit.*, 2019, p. 9

<sup>225</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 2019, p. 8.

vantagens sobre as antigas e modernas, pois, neste país, fomenta-se o sentimento maternal, o respeito à velhice e o verdadeiro espírito familiar, tornando estas mulheres: “[...] melhores esposas, melhores mães, pensadoras mais profundas, mulheres mais completamente educadas do que o são em geral as mulheres do Sul”<sup>226</sup>.

Sobre a Grã-Bretanha, reconhece que apesar desta nação ter alcançado destaque no comércio, avanços técnicos e industriais, bem como grande potencialidade para as ciências e letras, por muitos séculos negligenciou a educação feminina. No século XIX, por sua vez, a educação da mulher inglesa se dava com reforço de sua moral e da sua domesticidade.

Opondo-se ao pensamento de Rousseau, o qual defende que, desde a mais tenra infância, a menina precisava ser constantemente vigiada e constrangida para que se tornar uma mulher dócil e agradável, Nísia defendia que a educação, quando munida da retidão moral e religiosa, faria com que a mulher tivesse altivez e se tornasse respeitável, tendo total consciência de seus atos, o que tornava desnecessária qualquer tipo de vigília, como era o exemplo das inglesas.

Mas se a solidez moral imperava na Inglaterra, o mesmo não acontecia na terra de Rousseau. Nísia declara que o espírito de galanteio dos homens franceses impedia que as mulheres gozassem de sentimentos sinceros, sendo constantemente iludidas e, por consequência, mais vigiadas, isto é, privadas do espírito de liberdade. Mostra também como importantes filósofos franceses, a exemplo de Voltaire, Montesquieu e Rousseau, foram responsáveis por disseminar ideias de pouca estima pelo sexo feminino.

O primeiro assinala esta opinião nos sarcasmos contra todas as mulheres, com os quais julgava punir aquela que lhe havia consagrado a vida. O segundo, nas linhas seguintes, contidas em seu admirável livro de *O Espírito das Leis*: “A natureza, que distinguiu os homens pela força e pela razão, não entregou ao seu poder outros meios que os da razão e da força. Às mulheres, concedeu as qualidades do atrativo e quis que a sua influência terminasse onde termine esse atrativo”.

O virtuoso Montesquieu, pensando assim da mulher, autorizava ao degenerado espiritualista Rousseau, quando disse: “A mulher é feita especialmente para cativar ao homem; se o homem a deve, por sua vez, cativar, é de necessidade menos direta; o mérito dele está na força; ele cativa pelo simples fato de ser forte”.<sup>227</sup>

Apesar de reconhecer a importância destes filósofos para as Luzes, a autora frisa seus preconceitos<sup>228</sup> no que concerne aos direitos da mulher, mesmo assim, afirma ser melhor

<sup>226</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 2019, p. 21.

<sup>227</sup> FLORESTA, *Ibidem*, 2019, p. 27.

<sup>228</sup> Mais a frente, ela retoma o tema da fraqueza e da beleza destinada ao prazer masculino. Sobre a primeira, questiona: “Se a natureza deu à mulher um corpo menos robusto que ao homem, não tem ela, por isso mesmo, mais precisão do exercício de suas faculdades intelectuais para que possa melhor preencher os deveres de filha, esposa e mãe, sem descer ao artifício?” (FLORESTA, *Ibidem*, 2019, p. 64). Já sobre a segunda questão, podemos destacar o seguinte trecho: “É um absurdo, pois, uma profanação mesmo, pretender-se que essa alma, obra-prima do Criador, para o seio do qual tem de volver, consagre o corpo que

deixar este tema para pensadores como Condorcet e Wollstonecraft. Ao se abster de debater tais questões filosóficas, Nísia busca focar em outra questão que acha mais relevante e urgente para as sociedades modernas: a educação da mulher.

Ela defende que Descartes inaugurou uma nova era de progresso, que legou à mulher a possibilidade de aperfeiçoamento. Gradualmente, as mulheres tiveram acesso à instrução, somada a uma forte educação moral. Prova disto foi o florescimento de grandes escritoras “[...] em todos os gêneros, procedentes das diversas classes da sociedade – nobre, burguesa, operária [...]”<sup>229</sup>, das quais destaca Madame Staël e George Sand pela criatividade e solidez de seu espírito. Para além desse desenvolvimento intelectual, declara que as francesas se aprimoraram igualmente quanto às virtudes, citando o exemplo da caridade e filantropia praticada pelas mulheres mais abastadas.

Mesmo que, no século XIX, a instrução feminina já tivesse avançado na França, Nísia afirma que ainda havia muito a progredir. Apesar disso, seus exemplos corroboravam para comprovar que a instrução da mulher não tinha como ser prejudicial “[...] quando tem por base uma bem dirigida educação. E se esta regra apresenta exceção, como naturalmente deve, é ela tão diminuta que escapa à generalidade”<sup>230</sup>.

Por fim, ela discorre sobre os EUA, afirmando que se trata de uma nação num patamar intermediário no que se refere à educação da mulher, sendo uma herança deixada pela metrópole inglesa. O mesmo não aconteceu com os costumes aristocráticos, que foram rejeitados, legando aos Estados Unidos um ar novo e vigoroso.

Ela explica que a falta de polidez dos norte-americanos – muito relatada pelos franceses – em geral, é fruto da simplicidade e franqueza de seu povo. Eles seriam livres, independentes, laboriosos, com gosto por tudo que é verdadeiro e útil. Esse apreço pela utilidade fazia com que possuíssem um grande número de escolas e sociedades científicas e literárias, se comparado aos demais países. Em virtude deste “espírito positivo”, este povo reservava à mulher aquele que parece ser seu devido lugar de estima. Ela cita o testemunho do escritor J. F. Cooper acerca da condição da mulher norte-americana:

[...] a mulher parece ocupar o seu verdadeiro lugar na ordem social. Mesmo nas condições inferiores é ela tratada com as atenções e respeitos devidos aos seres que cremos depositários dos princípios mais puros de nossa natureza. Nos limites sagrados de sua esfera, ela está ao abrigo da corrupção que nasce de um comércio

---

anima na rápida passagem desta vida, unicamente a fúteis adornos, a graças factícias, para deleitar as horas de ócio de uma criatura sua igual, que vemos ceder mais ao império dos sentidos que ao da razão.” (FLORESTA, *Ibidem*, 2019, p. 62).

<sup>229</sup> FLORESTA, *Ibidem*, 2019, p. 32.

<sup>230</sup> FLORESTA, *Ibidem*, p. 37.



demasiadamente frequente com o mundo. É sempre a amiga de seu marido, algumas vezes seu conselheiro.<sup>231</sup>

Deste modo, a mulher americana é vista como tendo o espírito cultivado pelas Luzes, sem deixar de lado a educação religiosa e a moral, o que faz dela o maior e melhor exemplo para as demais mulheres do continente. A fim de tentar demonstrar esta educação acurada, cita a escritora Harriet Beecher-Stowe, autora de *A Cabana do Pai Tomás*, que retrata nesta obra a temática da escravidão<sup>232</sup> norte-americana, afirmando ser de grande utilidade para os brasileiros. Ela ressalta não só o primor moral da abordagem e a delicadeza do estilo, mas principalmente a “solidez de sua razão esclarecida” e sua “coragem heroica” para escrever sobre um tema ainda tão delicado, o qual condena veementemente.

Após comentar sobre cada um desses países, os olhares de Nísia se voltam para o Brasil. Ela aponta que, ao redor do mundo, inúmeros pensadores têm se esforçado para harmonizar a educação da mulher com o porvir da civilização, no entanto, o mesmo não acontece em terras brasileiras.

Não nos embaraça a vã pretensão de operar uma reforma no espírito de nosso país. Por demais sabemos que muitos anos, séculos talvez, serão precisos para desarraigarem herdados preconceitos a fim de que uma tal metamorfose se opere. Esperamos somente que os zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra atentem para os exemplos que a História apresenta do quanto é essencial aos povos, para firmarem a sua verdadeira felicidade, o associarem a mulher a esse importante trabalho. A esperança de que, nas gerações futuras do Brasil, ela assumirá a posição que lhe compete nos pode somente consolar de sua sorte presente.<sup>233</sup>

Para Nísia, o Brasil teve como herança da metrópole “[...] tudo o que lá havia de menos capaz de desenvolver o espírito e fazer sobressair as vantagens deste novo e rico solo [...]”<sup>234</sup>, tendo sido colonizado por pessoas vulgares, aventureiros intrépidos e condenados pelas leis do seu país. Disto teria resultado um elevado número de legisladores e governantes de caráter despóticos, dos quais não poderia “[...] provir vantagem alguma para o progresso das ideias e, por conseguinte, da educação da mulher”<sup>235</sup>.

Ela ainda compara a instrução oferecida a meninos e meninas durante o período colonial e o Império. No primeiro caso, afirma que além da pouca oferta, as escolas primárias

<sup>231</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 2019, p. 40.

<sup>232</sup> A princípio, Nísia se opõe à escravidão, deixando clara tanto sua admiração pela obra de Stowe, quanto como esta pode servir de exemplo para instruir os brasileiros. No entanto, no final do livro, ela retoma a questão no contexto brasileiro, salientando como a convivência com os escravos pode ser nociva para o desenvolvimento de crianças brancas.

<sup>233</sup> FLORESTA, *Ibidem*, 2019, p. 45.

<sup>234</sup> FLORESTA, *Ibidem*, 2019, p. 52.

<sup>235</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 2019, p. 54.

“[...] tinham antes o aspecto de casas penitenciárias do que de casas de educação”<sup>236</sup>. Apesar de ser uma ferrenha defensora da moral religiosa, a autora aponta o ensino religioso colonial como violento, rude e limitado. No ensino masculino, a palmatória era de uso frequente e comumente apoiada por pais que também viam castigos físicos como um modo profícuo de educar. Já nas poucas escolas femininas, o uso de palavras grosseiras e indecorosas pelas mestras era mais habitual, ademais, afirma que as lições ofertadas “[...] eram tão mal dirigidas e por vezes tão perniciosas, que tendiam antes a estreitar do que a dilatar-lhes o espírito, a viciá-lo, antes do que enobrecê-lo”<sup>237</sup>.

A vinda da Família Real para o Brasil teria favorecido a criação de escolas e academias, porém, a educação feminina permaneceu, por muito tempo, estagnada. Nísia salienta que a maior parte dos homens acreditava que ensinar as mulheres a ler e escrever era fornecer-lhes meios para se aprazerem com correspondências amorosas, portanto, o ensino da costura e outros trabalhos domésticos era apenas o que convinha a seu sexo. Ela ainda afirma que: “Este prejuízo estava de tal sorte arraigado no espírito de nossos antepassados, que qualquer pai que ousava vencê-lo e proporcionar às suas filhas lições que não as daqueles misteres, era para logo censurado de querer arrancar o sexo ao estado de ignorância que lhe convinha”<sup>238</sup>.

Ela destaca que desde a década de 1830 a situação vinha se alterando e, em 1850, a instrução feminina já era vista como positiva pela maior parte da população, porém, o ensino ainda deixava a desejar em qualidade. Dito isto, ela parte para a comparação entre escolas públicas e privadas voltadas para o ensino feminino e constata que as primeiras contam, basicamente, com jovens cujos pais não têm recursos suficientes para mantê-las no ensino privado. Este último, por sua vez, costumava amparar-se mais na fama do estabelecimento – devido ao elevado número de alunas matriculadas – do que propriamente na qualidade de ensino, o que tornava majoritariamente precária a situação da educação feminina.

Se por um lado, os exames de admissão de professores e professoras para o ensino público costumavam ser muito simplórios, sendo agravado por condições ruins das escolas e do próprio método de ensino; por outro lado, ainda não havia nenhum tipo de lei que regulamentasse o ensino privado, fazendo com que qualquer pessoa que soubesse ler, escrever e contasse com dinheiro suficiente para abrir uma casa de educação pudesse se tornar diretor de um colégio. Muitos destes colégios particulares eram dirigidos por

---

<sup>236</sup> FLORESTA, *Ibidem*, p. 57.

<sup>237</sup> *Idem*.

<sup>238</sup> FLORESTA, *Ibidem*, p. 68.

estrangeiros, o que aumentava a desconfiança da autora. Para ela, excetuando os cientistas, todos os estrangeiros que aportavam no Brasil tinham como intuito o próprio enriquecimento, quase sempre através do comércio. Quando os planos se frustravam, muitos aderiam à atividade de preceptores a fim de garantir alguma renda, sem ter as devidas qualificações para tal, o que elevava as chances de um ensino privado de má qualidade.

Afora isso, Nísia critica o ínfimo número de escolas femininas, dificultando ainda mais sua instrução. Na Bahia, das 184 escolas primárias, apenas 26 eram direcionadas para meninas; em Pernambuco, do total de 82, somente 16 para elas; já na província do Rio de Janeiro, das 116, só 36 para moças e se olharmos os números referentes à capital da Corte, eram somente 9 escolas femininas.

Não obstante os inúmeros problemas da educação, inclusive reconhecidos em relatórios oficiais e debatidos em Assembleia, parte da população acreditava marchar a passos largos rumo à “civilização”, o que se deve, principalmente, à mudança de antigos hábitos que se europeizavam. Nísia, no entanto, acreditava que isto não passava de ilusão e questionava o leitor:

Quando o mesmo governo confessa, à vista de provas autênticas, ser por toda parte do Brasil pouco lisonjeiro o quadro que apresenta o estado da instrução pública, devemos nós regozijar-nos da marcha progressiva de nossa civilização? Cometeríamos um grande ato de injustiça se, como aqueles seus apologistas, deslumbrados da perspectiva fosforicamente brilhante das reuniões de nossas capitais - entre as quais tanto sobressaem as desta Corte, foco da civilização brasileira - esquecêssemos as nossas meninas do interior das províncias, condenadas ainda à sorte de suas mães sob o regime colonial.<sup>239</sup>

Desta forma, mostra como o ato de civilizar, especialmente civilizar a mulher, não passava de uma “fantasia”, pois ainda se encontrava muito distante do objetivo a ser atingido: o exemplo europeu. Para as mulheres, este hiato era ainda maior, devido às dificuldades de instrução, particularmente no campo. Mesmo nos centros urbanos, onde havia alguma possibilidade de acesso às escolas, as jovens permaneciam restritas ao ensino primário, não tendo nenhuma outra perspectiva que não fosse o casamento e a vida doméstica.

De acordo com a autora, existia um ciclo negativo que a educação ainda não conseguira romper. Em primeiro lugar, a maioria das mães não era nem instruída, nem educada como deveria, não podendo passar este valor adiante; nas escolas, a melhora da criança era bem pouca, não atingindo patamares de desenvolvimento intelectual e moral razoáveis. Fora isto, as autoridades competentes pouco se interessavam pelo ensino público, mantendo-o estagnado e contribuindo para perpetuar essa situação geração após geração.

---

<sup>239</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 2019, p. 85.

Para ela, numa situação ideal, a mãe deveria atuar como a primeira preceptora dos filhos, principalmente das meninas. Ela faz uma comparação hipotética da instrução e educação moral ministrada por uma mãe e uma preceptora, ambas bem habilitadas e afirma:

Uma mãe bem educada e suficientemente instruída para dirigir a educação de sua filha obterá sempre maiores vantagens, aplicando-se com tema solicitude a inspirar-lhe como emulação o sentimento da própria dignidade, que qualquer diretora não conseguiria obter de suas educandas.

Para provar esta asserção, bastaria a experiência de duas meninas, de idênticos recursos intelectuais, submetidas uma aos cuidados de sua mãe, mulher de bons costumes e nas condições que acima apontamos, dando-se a possibilidade de conservá-la sempre sob suas vistas, outra sob a direção de uma preceptora (supomos também com iguais habilitações), de comum com grande número de companheiras, imitando ou sobressaindo a todas na aplicação aos estudos. Aos 18 anos estas duas jovens poderão ser perfeitamente instruídas, mas não igualmente educadas e possuindo o mesmo grau de simpleza. A primeira será a esquisita delicada flor da estufa, desabrochando as lindas pétalas de uma corola não tocada por impuros insetos, esparzindo o precioso aroma da inocência e da candura, a segunda, a flor dos jardins, exposta aos contatos de malignos insetos e às variações súbitas da atmosfera, que lhe tiram por vezes o aroma, quando ela conserva ainda o brilhantismo de suas cores.<sup>240</sup>

Mesmo se aproximando da ideia de Rousseau de que a mãe deveria ser a primeira preceptora, ela diverge deste ao defender que a importância dos estudos mais amplos, como o cultivo das ciências e artes, embora não abandone a ideia de domesticidade feminina. Além disso, reconhece que esta realidade seria impossível nos lares brasileiros, o que tornava imprescindível que os pais procurassem escolas de confiança para seus filhos e filhas. Deste modo, teriam ao menos duas vantagens, particularmente para o caso feminino: “[...] a de seguir os estudos em horas para isso reguladas, e a de não se achar tão em contato com os escravos, cláusula essencialmente necessária para o bom resultado da educação”<sup>241</sup>.

Ela se aprofunda na relação criança/escravizado, afirmando ser completamente equivocado deixar o bebê aos cuidados de uma ama de leite escrava, pois além de poder corrompê-lo moralmente, ainda não teria asseio suficiente para cuidar dele. Esta deve ser uma exclusividade da própria mãe, até mesmo para criar vínculos afetivos, exatamente como defende Rousseau. Também é considerada imprópria a convivência entre a criança e escravos, já que contribuem para que a criança se torne por demais imperiosa e até mesmo cruel, sendo difícil aos pais impor-lhes limites<sup>242</sup>.

Para ela, o desenvolvimento da criança brasileira se dá, de um lado, entre os rudes tratamentos do senhor para com seu escravo e, por outro lado, com os artifícios do próprio

<sup>240</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 2019, pp. 91- 92.

<sup>241</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 2019, p. 92.

<sup>242</sup> FLORESTA, *Ibidem*, 2019, p. 96.

escravo para tentar escapar das violências provocadas pela sua condição. Este duplo mau exemplo teria influência direta nas impressões da criança sobre como agir, sendo equiparado a um “sutil veneno”, capaz de destruir suas melhores “disposições naturais”.

Outro fator de extrema importância, defendido tanto por Nísia quanto por Rousseau, é a conservação da inocência. Para os meninos, o convívio com escravas despertaria muito cedo a sexualidade; já as meninas, estariam expostas às conversas grosseiras e maliciosas das mesmas, além de serem costumeiras vítimas da vaidade das mães, que as vestiam como adultas prematuramente, expondo-as em demasia aos olhares masculinos. Nos dois casos, haveria uma tendência à perda prematura da inocência.

Somente com retidão moral, apreço pelos valores cristãos e com a conservação da inocência, uma família conseguiria educar seus filhos. Caso contrário, de nada adiantaria toda a instrução formal que recebesse, pois jamais se tornaria uma pessoa verdadeiramente civilizada, aproximando-se da ideia de *ação educativa*, isto é, a união entre educação e instrução. Isto não se aplicava somente ao âmbito individual, mas também à coletividade, sempre imprescindível para o desenvolvimento da nação. Em suas palavras:

As lições e os esforços de uma ou outra pessoa, desta ou daquela família, nada podem contra a generalidade dos princípios e hábitos seguidos por uma nação inteira. Um ou outro pai conseguirá educar bem seus filhos, mas, não estando esta educação no espírito de seu país, eles permanecerão estrangeiros no meio de sua própria sociedade, e nada terá o país ganho com estas frações diminuídas da enorme soma dos prejuízos e erros que presidem à educação geral. [...]

Enquanto o governo e os pais não reconhecerem o dano de tais práticas e se esforçarem por bani-las inteiramente, em vão uma ou outra voz se levantará para indicar os meios de um melhoramento, considerado ainda por muitos como utopia.<sup>243</sup>

Deste modo, podemos ver como Nísia se aproxima e se afasta do pensamento de Rousseau. Sendo uma conhecedora de sua obra *Emílio*, a qual chega a citar algumas vezes, ela destaca a importância da maternidade, com todos os seus cuidados para a formação do novo indivíduo e, em paralelo, combate uma ideia de inferioridade natural da mulher, que atuaria como um limitador impossível de ser superado. Neste ponto, Nísia acaba adotando algumas posturas mais progressistas, flertando com o pensamento de Wollstonecraft e Poullain de la Barre, deixando-a numa posição moderada quanto ao discurso emancipacionista.

A autora destaca a importância social da mulher, suas potencialidades intelectuais, a urgência de sua instrução; sem deixar de abordar sua essência de mãe, o cultivo da inocência, a retidão moral, o fomento dos bons costumes, a importância da religiosidade e do bom

<sup>243</sup> FLORESTA, *Op. Cit.*, 2019, pp. 108-109.

exemplo familiar. Isto se dá porque o discurso de Nísia se apoia tanto na sua formação cristã – que vai ao encontro do pensamento de Rousseau –, quanto de uma ampla instrução formal, que equiparava seu nível intelectual ao masculino. Instruída, educada, mãe, mestra, diretora de colégio e escritora, Nísia Floresta reunia uma série de atributos raramente vistos – pelo menos, juntos – nas mulheres brasileiras de sua época. O que pretendia, então, era que outras mulheres fossem como ela que, munida das Luzes, fossem dignas de reconhecimento e estima, tanto por cumprir seu papel como mãe e esposa, quanto por sua capacidade intelectual.

\*\*\*

Nas duas obras de Nísia Floresta, podemos perceber que a educação é o ponto inicial para a mudança da condição feminina. Ela aponta veementemente a questão da falta de estima, respeito e autonomia; defende a necessidade de uma instrução associada a preceitos morais elevados; bem como reconhece a importância da função social feminina como esposa e mãe.

Mas ainda devemos levar em consideração algumas diferenças de uma obra para outra. Ainda que *Direito das mulheres e injustiça dos homens* seja a tradução de um texto um pouco mais progressista, seguindo a linha do pensamento de Wollstonecraft e Condorcet, existe uma tendência a um tom mais moderado em seu *Opúsculo Humanitário*. É imprescindível levar em consideração a trajetória de vida da autora que recebeu muitas críticas ao longo dos anos, particularmente quando esteve à frente do Colégio Augusto (fundado em 1838, na capital da Corte), oferecendo um ensino de excelência para meninas.

Vemos que seu *pensamento* e sua *prática* no tocante à emancipação feminina estavam alinhados no sentido de defender uma instrução de alta qualidade em consonância com um forte senso de moral e justiça, visando uma mudança de comportamento na sociedade, na qual a mulher passaria a ser digna de estima. A diferença primordial da primeira obra para a segunda é que Nísia passa a reconhecer a necessidade de uma “volta ao lar”, sendo o casamento e o exercício da maternidade o mais nobre ideal feminino, indo na direção contrária de autores mais progressistas que pregavam a participação feminina na esfera pública.

Isso faz com que a autora tenha uma maior aproximação de obras como *Emílio*, de Rousseau, mesmo que ela chegue a criticá-lo inúmeras vezes. No que se refere à aproximação do pensamento de Nísia e Rousseau podemos citar, por exemplo, a defesa do aleitamento das crianças sendo feita exclusivamente pela mãe, a fim de que estas não sejam corrompidas com um leite degenerado, ou ainda, a ideia de que as mães deveriam ser as

primeiras educadoras, apesar de reconhecer a impossibilidade disto num país com tão pouca instrução e costumes “tão rudes”, como o Brasil. A ação educativa, neste sentido, não seria tanto para libertar a mulher das amarras de sua dominação, mas sim alçá-la a um novo patamar de civilidade e estima social, estando em consonância com o modelo burguês europeu.

Também é possível supor uma aproximação com o pensamento Positivista, especialmente se levarmos em consideração a amizade pessoal entre Nísia e Comte – inclusive, a obra *Opúsculo Humanitário* foi dada de presente ao filósofo pela própria autora. A aproximação entre os dois, no entanto, não significa uma adesão completa ao Positivismo, tendo em vista que temáticas como a educação, o abolicionismo e a emancipação da mulher não eram adotados por essa vertente.

O que vemos, basicamente, de uma obra à outra é o amadurecimento de Nísia, não só como intelectual e educadora, mas também como mulher e mãe, que a faz perceber todos os entraves à emancipação. Como mulher que se propunha emancipada, enfrentando todas as críticas sociais; como mãe que criou sozinha duas crianças após a viuvez precoce; como educadora que recebia censuras frequentes – até mesmo em jornais – por estar a frente de um dos melhores colégios femininos do país e como intelectual que defendia publicamente a emancipação da mulher.

Em sua fala, especialmente no *Opúsculo*, Nísia ganha um tom moderado que diz muito sobre seu percurso de vida. Deseja ainda a emancipação, se não completa aquela que se mostra possível em seu tempo. Reconhece as limitações sociais, o preconceito, enxerga os poucos avanços se comparado ao período colonial, percebe que mudanças estruturais mais profundas só seriam possíveis a longo prazo, mesmo assim, coloca como ideal de sua época uma emancipação que, ao menos, reserve às mulheres o respeito e a estima que um mundo dito “civilizado” deveriam oferecer.

A postura de Nísia caminha em paralelo com os pequenos progressos da pauta e com as contradições de seu tempo. O próprio termo *emancipação* vinha sofrendo alterações e podia tomar contornos diferentes dependendo de quem o enunciava e para que público falasse. Quando recorremos a este vocábulo na *Enciclopédia*<sup>244</sup>, no *Dictionnaire Littré*<sup>245</sup>, e

<sup>244</sup> BOUCHER D'ARGIS, Antoine-Gaspard. “Émancipation”. In: *Encyclopédie*. Disponível em: <<<https://quod.lib.umich.edu/>>>. Acessado em: 5 de junho de 2020.

<sup>245</sup> “Émancipation”. In: *Dictionnaire Littré*. Disponível em: <<<https://www.littre.org>>>. Acessado em: 5 de junho de 2020.

no *Diccionario da Língua Portuguesa*<sup>246</sup> (1890), vemos que as duas primeiras definições seguem o mesmo padrão, mas a última já apresenta uma novidade.

Primeiramente, todas se referem à *emancipação* como questão jurídica, advinda do Direito Romano, no qual o conceito designa “o acto de emancipar, pelo qual o filho sae de sob o pátrio poder”<sup>247</sup>, contam igualmente com o sentido de “emancipação do espírito”, ou seja, sair do estado de preconceito. No entanto, o *Diccionario de Língua Portuguesa* existem duas definições que são fruto dos discursos dissensuais: *emancipação dos escravos* atrelado à libertação, alforria; e *emancipação da mulher*, entendido como “novo princípio pelo qual se pretende dar a mulher direitos políticos e sociais iguais aos do homem”<sup>248</sup>.

O reconhecimento deste novo tipo de emancipação, que visa igualar homens e mulheres em direitos, também foi acompanhado de uma mudança de perspectiva sobre a própria definição de mulher e suas funções sociais, acompanhando o desenrolar do processo de civilização. Quando recorremos ao *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau, publicado em 1716, vemos que o vocábulo *molher*<sup>249</sup>, significa: “criatura racional do sexo feminino; concebe dentro de si e pari”. Segue uma série de frases ditas por figuras históricas como Sócrates, que denomina a mulher como “monstro da natureza”, também cita Salomão, afirmando que “entre mil homens achará um bom, entre todas as mulheres nenhuma boa”, ou ainda, Abraão, que ressalta a fragilidade do sexo feminino, mas pede que os homens as tratem com mimo e respeito.

Neste dicionário, a concepção de mulher é oposta ao *homem*, “criatura que tem a natureza humana, animal racional, capaz da graça divina, e da glória eterna. Aos moços, não menos que aos velhos compete o nome de *homem* porque significa toda a espécie em geral”<sup>250</sup>. Ele seria, então, regido pela razão e representante da própria humanidade, enquanto ela, apesar de racional, teria caráter duvidoso, alternando entre a fragilidade e a dissimulação de seu sexo, mas estando sempre atrelada a sua função principal: a reprodução.

Já no *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luis Maria da Silva Pinto, de 1832, a mulher aparece exclusivamente como “fêmea da espécie humana”, ressaltando o avanço da

<sup>246</sup> SILVA, Antonio de Moraes. “Emancipação”. In: *Diccionario da Língua Portuguesa*, v. I. Rio de Janeiro: Empreza Litterária Fluminense, 1890, p. 730.

<sup>247</sup> *Idem*.

<sup>248</sup> *Idem*.

<sup>249</sup> BLUTEAU, Raphael. “Molher”. In: *Vocabulario Portuguez e Latino*, v. 5, Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716, p. 543.. Disponível em: <<<https://digital.bbm.usp.br/>>>. Acessado em: 5 de junho de 2020.

<sup>250</sup> BLUTEAU, Raphael. “Homem”. In: *Vocabulario Portuguez e Latino*, v. 4, Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1713, p. 43. Disponível em: <<<https://digital.bbm.usp.br/>>>. Acessado em: 5 de junho de 2020.



definição científica, embora seja acompanhada por termos usuais como *mulher do mundo*, “meretriz, mulher que se desonesta”, igualmente conhecida como “mulher pública”. Enquanto *homem* aparece como “animal dotado de corpo e alma racional. Comumente se chama homem o indivíduo do gênero humano”.

As alterações no que se refere a termos como *emancipação* e *mulher* nos apontam para as mudanças que ocorriam ao longo do século XIX, no qual os embates discursivos ganhavam as mais diversas formas. Fosse na concepção religiosa ou filosófica, a emancipação feminina tornava-se uma pauta que, a cada dia, ganhava mais visibilidade. Entretanto, mais uma vez o discurso policial se reorganizaria para tentar contê-la, desta vez, com ares científicos.

### 2.3. **Ciência à brasileira**

Falar de ciência no Brasil oitocentista requer o reconhecimento de algumas particularidades. Primeiramente, o fato de que durante todo o período colonial, prevalecia a prática de curadores, pajés, barbeiros e benzedeiras, completamente atrelados à sabedoria popular, ritos e superstições.

O século XIX não traz apenas a novidade da faculdade de medicina, que passa a atuar na esfera pública e privada com a divulgação de recomendações higienistas, mas principalmente, o ineditismo de um olhar que coloca a ciência como salvaguarda da verdade e do progresso, afastando-se cada vez mais dos métodos tradicionais populares.

Além do discurso médico, ainda chegam ao Império novidades como as muitas teorias evolucionistas e, claro, suas reinterpretações, bem como o Positivismo que tenta abarcar a sociedade de uma forma científica. Esses três pontos – medicina, evolucionismos e positivismo – serão centrais para o nosso entendimento da perspectiva científica no Brasil, especialmente no que se refere ao discurso sobre a mulher, sua natureza e sua função social dentro do processo civilizatório.

#### 2.3.1. A medicina social no Brasil:

No Brasil colonial, os mosteiros, os conventos e igrejas mantidos pelas ordens religiosas e irmandades leigas ofereciam a homens livres, negros alforriados pobres e mesmo escravos velhos demais para trabalhar uma sopa providencial ou alívio de seus padecimentos. Naquele tempo, as doenças eram encaradas mais como problemas da alma do que do corpo. Como na Europa, os hospitais da colônia funcionavam como asilo para os indigentes. Sexos, idades e males se misturavam em suas salas úmidas, escuras e superlotadas. Os índices de mortalidade eram

elevados, e os processos terapêuticos ocupavam lugar secundário entre os socorros prestados.<sup>251</sup>

Nesta citação retirada do livro *Rio Científico*, temos uma pequena ideia da situação das casas de saúde durante o período colonial. O que contribuía significativamente para que partos e o tratamento de doenças daqueles que tinham o mínimo de condição financeira se realizassem longe do ambiente hospitalar. A precariedade dos hospitais e a ineficiência dos tratamentos ainda eram somadas ao número ínfimo de médicos, o que tornava esses espaços muito mais asilos aos desamparados do que lugares de cura.

Em 1808, foi criada a Escola de Cirurgia da Bahia, um ano depois, fundou-se a mesma no Rio de Janeiro, ambas oferecendo aulas de anatomia, cirurgia e obstetrícia. Buscava-se a utilidade prática da medicina, o que fez com que os cursos fossem instalados no Hospital Militar e acrescidos da cadeira de clínica teórica, que correspondia a “[...] princípios elementares da medicina e farmácia, polícia médica, higiene particular e geral, terapêutica”<sup>252</sup>.

Em 1829, foi criada a Sociedade de Medicina e Cirurgia e, somente em 1832, foram fundadas as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, reunindo médicos influenciados pela medicina francesa que, segundo Del Priore, tinham como objetivo principal a criação de uma *sociedade perfeita*.

Todavia, ao nos aprofundarmos nesta questão, percebemos que a ciência era apenas mais um braço do aparato civilizador. Assim como o polimento dos costumes, a alteração das leis consideradas ultrapassadas, as reformas educacionais, o desenvolvimento das artes e das letras, a ciência era considerada um fator central para a instauração de uma civilização à europeia, sendo utilizada para a regulação social.

Deste modo, vemos que o saber médico não tem a finalidade somente de cura, ele também visa extinguir superstições e tratamentos considerados “inadequados”, atuar na de prevenção de doenças e definir padrões de higiene para serem empregados no ambiente privado e público. Como exemplo disto, temos algumas recomendações da Comissão de Higiene: a limpeza das ruas, os cuidados com abastecimento de água, um maior controle com abate de animais, o controle de vetores das principais epidemias. Havia também prescrições que agiam diretamente no âmbito privado, como instruções com a higiene

---

<sup>251</sup> VIDEIRA. Antonio Augusto Passos. *Rio Científico: inovação e memória*. Rio de Janeiro: EdUERJ: FAPERJ, 2010, p. 165.

<sup>252</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 435.

pessoal e da casa, cuidados com a vida sexual dos casais e com seus filhos; além da substituição de crendices religiosas e curandeiros pelas figuras do médico e do farmacêutico.

Assim, a medicina e a ciência entravam no cotidiano dos brasileiros, o que não significava um abandono completo ou imediato das antigas práticas, especialmente no interior das províncias, onde praticamente inexistiam hospitais e médicos à disposição. Mas nas principais cidades, havia um esforço do governo em combater o que ele definia como “charlatanismo” e “superstição”, para empregar a ciência. Nas palavras de Del Priore:

[...] as autoridades tentavam associar a vida urbana a noções como progresso e civilização. Ora, a ciência e a higiene tinham de ser aliadas nesta caminhada. Era preciso enterrar o famoso clister com caldo de galinha, as sangrias, os purgantes contra vermes e lombrigas, o medo do “sereno da noite”, a infusão de jaborandi ou o xarope de flores-de-laranjeira, o cataplasmo de alho e as defumações de alecrim. Pouco a pouco, o farmacêutico que passou a preparar com mistério os remédios tomou o lugar de seus concorrentes curandeiros, afastando-os das pessoas comuns, tão dependentes de seus métodos. Era o início do fim de uma medicina popular atenta às correspondências entre o corpo e a natureza. De um saber milenar sobre o uso de plantas. E da relação baseada na palavra entre o doente e o médico-feiticeiro.<sup>253</sup>

Ana Paula Martins mostra que os médicos, ao lado dos bacharéis em Direito, constituíam grande parcela da elite intelectual brasileira, compondo o que ela denomina de “vanguarda civilizatória”. Inclusive, os próprios médicos teriam ajudado a “[...] formular um projeto de reorganização da sociedade, visando a produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do país”<sup>254</sup>. Para isto, mais do que o combate aos costumes e práticas tradicionais, era necessário atuar nas principais instituições, a começar pela família, mas também escolas, quartéis, prisões, mercados, entre tantos outros espaços, levando-os a uma reforma higienista.

Isto se deu através da criação da Junta de Higiene Pública (1850) dirigida por médicos, que tinha como finalidade propor medidas de saúde pública aos governantes, “[...] emitir conselhos à municipalidade, em indicar a formulação de posturas a integrem os códigos municipais, além de exercer a polícia sanitária”<sup>255</sup> em estabelecimentos ou mesmo casas que pudessem representar um risco à saúde pública.

Gradualmente, ocorreram reformas pelas principais capitais de província a fim de atender às novas exigências. Na capital da Corte, hospitais e escolas foram reformulados,

<sup>253</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 442.

<sup>254</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 217.

<sup>255</sup> DELAMARQUE, Elizabete Vianna. *Junta de Higiene Pública: vigilância e polícia sanitária* (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011, p. 94. Disponível em: << <https://www.arca.fiocruz.br/>>>. Acessado em: 8 de junho de 2020.

ficando mais arejados e iluminados, além disso, houve um processo de aterramento de áreas alagadiças e pântanos, a proibição do enterro no interior de igrejas, a retirada de alguns morros para dar maior circulação de ar pelo centro da cidade, a regularização sanitária de abatedouros e mercados, e até mesmo a construção de uma rede pública de esgotos sanitários (1857), determinada por D. Pedro II.

Já no âmbito privado, as recomendações se davam em relação à família. Citando Isaac Joseph, Ana Martins explica que as famílias deixavam de ser um núcleo fechado, restrito às interferências externas e passavam a ser pensados como parte de um todo, estando integrados a uma “tecnologia da população, da conservação das crianças e do aperfeiçoamento da espécie”<sup>256</sup>.

Dessa forma, os médicos brasileiros produziram um conjunto significativo de teses, relatórios, artigos e livros sobre o tema da higiene familiar, empreendendo um outro esquadramento dos indivíduos num território que até então era fechado às interferências externas. O objetivo dos médicos era transformar as famílias em unidades morais, células saudáveis da sociedade – atacando sua organização patriarcal, os hábitos familiares relativos à gestão dos corpos e da moral das crianças –, bem como fornecer aos pais novos modelos para preservar a vida de seus filhos. Para alcançar tais objetivos, tiveram de, pacientemente, introduzir seus valores e conhecimentos junto à clientela urbana e às classes elevadas, mais permeáveis às novidades e à autoridade do saber médico.<sup>257</sup>

Neste sentido, temos dois tipos principais de instrução médica que se entrecruzam: as prescrições feitas às mulheres sobre sua natureza e seu comportamento, e outra, sobre o trato das crianças. A primeira delas atua sobre o controle de sua sexualidade feminina, seu propósito reprodutivo e, também de forma educacional-civilizatória. Já a segunda, está diretamente relacionada à primeira por considerar a mulher (mãe) a única responsável pelos cuidados, alimentação, asseio e desenvolvimento de seus filhos, eximindo o pai de qualquer responsabilidade neste processo, bem como tirando de cena a participação das escravas e amas, tão frequentes nos lares de então.

No que se refere especificamente à mulher, Mary Del Priore afirma que a medicina seguiu os passos da perspectiva cristã, valorizando a virgindade feminina e colocando a figura do marido – homem mais velho e experiente – como responsável pela iniciação sexual da esposa. Ela relata que fazia parte do horizonte de ansiedade do casal construir uma relação em que se evitasse o excesso de “amor físico” e buscasse o “amor amizade”, o qual deveria ser cultivado, a fim de que o relacionamento fosse duradouro e a vida conjugal, “plácida e sossegada”.

<sup>256</sup> JOSEPHU *apud* MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 224.

<sup>257</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 217.

Desta forma, o discurso médico se aliava ao religioso a fim de garantir a pureza feminina, indicando o sexo apenas para a reprodução. Para tal, existiam algumas prescrições feitas pelos médicos: evitar a todo custo a nudez, mesmo durante as relações sexuais; não procurar prazer sexual com a esposa; o coito deve ter a menor duração possível, sendo isto favorável à procriação; e, “[...] uma vez realizada a concepção, a continência mútua era desejável [...]”<sup>258</sup>.

Embora o prazer sexual masculino fosse reconhecido como algo natural e o adultério fosse aceito socialmente, o marido era responsável por controlar seus impulsos junto à esposa e garantir que ela faria o mesmo dentro e fora de casa, mantendo-a sob vigilância. Às esposas, por sua vez, cabia uma vida de autocoerção e exortação à maternidade.

A repressão da sexualidade feminina seria ampliada com a instauração da cadeira de clínica psiquiátrica na Faculdade Imperial de Medicina, em 1879, pois esta traçava novas definições da “mulher natural” e, portanto, de sua normalidade, ao mesmo tempo em que delimitava as patologias ligadas ao seu sexo.

A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto do materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria, inevitavelmente, anormal. ‘Aquilo que os homens sentiam’, no entender do dr. William Acton, defensor da anestesia feminina, só raras vezes atingia as mulheres, transformando-as em ninfomaníacas. Ou, na opinião do renomado Esquirol, que influenciou tanto nossos doutores: ‘Toda mulher é feita para sentir, e sentir, é quase histeria’. O destino de tais aberrações? O hospício.<sup>259</sup>

Desta forma, a sexualidade se tornava assunto da maior importância, pois mesmo as viúvas estavam sujeitas à ninfomania. A esterilidade era, igualmente, um fator que colocava a mulher na mira de religiosos e médicos, tendo em vista que a mulher não poderia cumprir sua principal função social (mãe) e, portanto, a relação sexual passava a não ter motivação reprodutiva. Além disso, a histeria também figurava no rol das patologias femininas, podendo estar atrelada tanto ao mau funcionamento do útero e ovários, quanto ao hábito da masturbação, o que muitas vezes levava os médicos a recomendarem o casamento como solução para tal mal.

De acordo com Martins<sup>260</sup>, a maioria das pesquisas médicas em relação à mulher apontavam para sua hiperssexualização, fazendo com que a sexualidade feminina continuasse a ser encarada como um problema, agora não apenas ligada à ideia de pecado,

<sup>258</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 409.

<sup>259</sup> DEL PRIORE, *Op. Cit.*, 2016, p. 410.

<sup>260</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 113.

mas sim de patologia, o que levava a uma série de interferências na vida das mulheres. Isto se dava porque a dissociação da relação mulher-mãe era vista como grande ameaça, tanto na esfera familiar, quanto para sociedade como um todo, fazendo com que comportamentos ligados à desestabilização de hierarquias e funções fossem sumariamente combatidos, como mostra Fabíola Rohden:

Entre essas possibilidades, destacam-se as tentativas de controle da natalidade, a educação e o trabalho feminino, fenômenos relacionados à emancipação feminina e à instauração de uma nova ordem social. Essas perturbações remetem tanto a desordens no próprio organismo da mulher como a desordens sociais. É a partir desse quadro que a medicina da mulher se constitui não apenas como o desprezioso estudo e tratamento das doenças, mas como uma ciência da feminilidade, da diferença sexual e das desordens sociais relacionadas com as ameaças à delimitação dessa diferença.<sup>261</sup>

Deste modo, a medicina era essencial para traçar o perfil de uma “mulher ideal” à formação da nova sociedade brasileira civilizada. Essa redefinição do papel feminino a partir do olhar científico, além de acompanhar ideias em voga na Europa, também indicava as diferenças da mulher brasileira em relação à europeia. As críticas em relação à vida sedentária, o convívio com mulheres escravizadas, os maus hábitos alimentares e, até mesmo, o asseio corporal eram considerados completamente inadequados pelos médicos.

Podemos encontrar diversos artigos na *Revista Médica Fluminense*, que circulou entre 1833 e 1845, ressaltando aspectos do cotidiano dos brasileiros que poderiam interferir diretamente na saúde pública. A cargo de exemplo, no terceiro número<sup>262</sup> (junho de 1835), inúmeros médicos debatem acerca da influência do uso de espartilhos femininos no aparecimento da tuberculose e, ao invés do enfoque no objeto principal, acabam perpassando pontos como alimentação, vícios, prostituição, celibato, insalubridade das cidades e lares, bem como o clima brasileiro, que seriam fatores de interferência muito mais relevantes do que o próprio espartilho.

Além da *Revista Médica Fluminense*, voltada exclusivamente para o público acadêmico, ainda existiam manuais e periódicos criados para uso doméstico. Podemos citar, o *Formulário ou guia médico* (1841) e *Dicionário de medicina popular* (1851), ambos

<sup>261</sup> ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 109.

<sup>262</sup> O artigo intitulado “Opinião do Sr. Alvares Carneiro sobre o uso dos coletes nas meninas”, é seguido do parecer dos seguintes médicos: Dr. Meirelles, Dr. Paula Candido, Dr. Torres, Dr. Valladão, Dr. Carvalho, Dr. Júlio e Dr. De-Simoni. In: *Revista Médica Fluminense*, n. 3, Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito & Co., jun. de 1835. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/>>>. Acessado em: 8 de junho de 2020.

escritos pelo médico polonês Pedro Luiz Napoleão Chernoviz<sup>263</sup>; “*Manual do fazendeiro ou Tratado médico sobre as enfermidades dos negros generalizado às necessidades de todas as classes* (Imbert, 1839), o *Guia médico das mães de família* (Imbert, 1843), o *Dicionário de medicina doméstica e popular* (Langgaard, 1873), *Primeiros socorros ou a medicina e a cirurgia simplificada* (Bonjean, 1866), e *O médico e o cirurgião da roça* (Bonjean, 1857), entre outros, são títulos que se pretendem à iniciação às ciências médicas de seus leitores”<sup>264</sup>.

Além da circulação do saber médico propriamente dito, ainda existiam obras de cunho moral, que visavam educar a mulher para que ela cuidasse devidamente de sua família. Influenciando na definição desta nova educação havia, não só o *Emílio*, de Rousseau, mas também livros como “*Educação das Mães de Família* (1834), de Aimé Martin; *Conselhos às Mães* (1837), de Théry; os livros do Monsenhor Dupanloup, *Da Educação: Mulheres Sábias e Mulheres Estudiosas* (1867), os de Michelet, e o livro *O Papel da Mãe na Educação dos Filhos* (1898), do Padre Didón”<sup>265</sup>.

Ana Paula Martins aponta o papel desta nova mulher brasileira, agora aburguesada:

Embora não se possa subestimar a importância da religião na formulação dos discursos médicos sobre a maternidade, foram as ‘leis naturais’ que sustentaram sua visão sobre o papel da mulher-mãe. Observando as teses que a partir da década de 1840 abordaram problemas relativos à infância e à educação das crianças, percebe-se a influência do discurso racionalista a respeito do papel da mulher na educação e na formação dos filhos. Leitores de Rousseau e dos médicos setecentistas que escreveram sobre a mulher, como Pierre Roussel – este citado até o final do século XIX –, Moreau de la Sarthe e Julien Virey, os médicos brasileiros elaboraram um discurso no qual a função materna foi devidamente articulada às demandas da Natureza e da sociedade. Dentro desta construção ideológica a mulher passou a ser vista como um elo importante entre os dois Estados, ou seja, cumprindo as leis da Natureza, sendo uma mãe cuidadosa, nutrindo e educando seu filho, a mulher desempenhava uma função social e moral ao produzir homens hígidos no corpo e no espírito, adequados para viver numa sociedade disciplinar.<sup>266</sup>

A primeira obra médica brasileira a tratar da educação feminina foi *Cartas Sobre a Educação de Cora* (1849), do professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Lino Coutinho. Inspirado pelas ideias contidas em *Emílio*, Coutinho parte da elaboração de um projeto de educação para sua filha, Cora, dividido em três partes: educação física, moral e intelectual.

<sup>263</sup> Para saber mais sobre as obras de Chernoviz, consultar: GUIMARÃES, M. R. C.: “Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império”. In: *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-514, maio-ago. 2005.

<sup>264</sup> GUIMARÃES, M.R.C. “Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do Chernoviz”. In: *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, dezembro 2008, p. 831.

<sup>265</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, pp. 226-227.

<sup>266</sup> MARTINS, *Ibidem*, p. 225.

A infância deveria ser utilizada para o desenvolvimento físico pleno – a partir de jogos e brincadeiras –, além de ser um período propício para o enfrentamento e superação de medos infantis como o escuro, trovoadas e monstros. A criança devia crescer saudável, com boa alimentação e asseio, sem castigos físicos, apenas orientações morais, que se tornariam cada vez mais complexas conforme sua idade avançasse. No tempo devido, deveria começar a instrução formal, que incluía “[...] desenho, gramática, aritmética, leituras clássicas, francês, história natural – em especial as diferenças físicas e morais entre os sexos – história geral e do Brasil, geografia, astronomia, religião, direito, música, canto e piano”<sup>267</sup>.

Tal qual em *Emílio*, a puberdade era uma fase da vida que merecia maior atenção. Os cuidados com o corpo deviam estar completamente alinhados à moral, evitando o desenvolvimento de patologias advindas do desenvolvimento exacerbado da sexualidade. Devido a isto, as moças deveriam ser orientadas aos “ofícios femininos”, que contribuíam para a formação moral da jovem, bem como para a compreensão de suas funções dentro do lar e da sociedade. Apesar da utilização de escravas nos trabalhos domésticos, a moça precisava ser capaz de cumprir com primor todas as tarefas, tanto para evitar o sedentarismo – que afetava negativamente a saúde – quanto para saber julgar se os trabalhos de seus encarregados estavam sendo executados devidamente.

Desta forma, Cora seria “[...] uma boa mãe, saudável, instruída nos mistérios da Natureza e nos conhecimentos que ilustravam o espírito, moldada no seu caráter pelas orientações morais que, no conjunto, a habilitariam para formar seus filhos da mesma forma que seu pai fizera com ela [...]”<sup>268</sup>, tornando-se um exemplo de mulher civilizada aos moldes brasileiros, embora acompanhasse o modelo ilustrado europeu.

Para além do livro de Coutinho, temos a obra *Arte de Formar Homens de Bem* (1880), do Dr. Domingos Jaguaribe Filho, muito elogiada e recomendada pela Academia Imperial de Medicina, configurando um manual de higiene voltado para os cuidados dos filhos pelas mães. Ana Paula Martins ressalta que:

Embora seja um livro de higiene infantil, boa parte é dedicada à educação da mulher, pois, para o autor, as duas questões eram indissociáveis: crianças saudáveis seriam homens fortes, e este processo dependia do papel educativo das mães. O que é mais característico deste livro é a visão pragmática do autor sobre o papel formador da mulher, bem como da maternidade. O título do livro não é genérico. A criança à qual ele se refere como objeto de todas as atenções maternas é a do sexo masculino. Nesse sentido, seu livro foi escrito para as mães por acreditar que elas seriam autoras de uma verdadeira reforma social que contribuiria para a grandeza da pátria: formar homens de bem. Para o autor e seus contemporâneos, falar de filhos ou crianças,

<sup>267</sup> MARTINS, *Ibidem*, p. 229.

<sup>268</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2004, p. 229.



significava falar de futuros homens, pois as atividades associadas à grandeza da pátria eram eminentemente públicas, políticas e, portanto, masculinas.<sup>269</sup>

Estes livros e tantos outros manuais atuaram fortemente no sentido de enraizar a cultura médica no seio familiar. Questões como gestação, parto, puerpério, amamentação e cuidados básicos com as crianças eram disseminados especialmente entre a elite, afastando as mulheres de práticas e saberes não acadêmicos.

A partir da década de 1870, o conhecimento acadêmico se tornou ainda mais presentes no dia a dia de famílias abastadas. Para tal, foi cada vez mais estimulado pelo Império a realização de conferências públicas e cursos voltados para um público amplo e leigo. Tais conferências quase sempre eram gratuitas anunciadas em vários periódicos, a exemplo do *Jornal do Commercio*, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Globo* e a *Gazeta de Noticias*, não sendo incomum encontrar artigos ou resumos das palestras nos mesmos jornais.

Podemos destacar o curso de puericultura ministrado por Soeiro Guarany, em 1874, que tratavam das “[...] considerações preliminares sobre o casamento do ponto de vista moral, fisiológico e higiênico [...]”<sup>270</sup>, dos cuidados com a gravidez a partir do sétimo mês, bem como no trato com o recém nascido, principalmente no que se refere à amamentação. Ou ainda, as conferências de Feliciano Pinheiro Bittencourt acerca da higiene nas habitações; e as de Antenor A. Ribeiro Guimarães sobre a influência da medicina na educação.

Um destes conferencistas era o médico Carlos Antônio de Paula Costa, que acabou fundando o jornal *Mãe de Família* (1879-1888), inspirado do periódico francês *La Jeune-Mère*, visando preencher uma importante lacuna na educação feminina: os cuidados e higiene na primeira infância. A proposta era que cada exemplar do jornal trouxesse “[...] uma palestra do médico, artigos sobre educação, receitas, novelas, conselhos sobre higiene, etc.”<sup>271</sup>, colaborando para a formação da mulher-mãe civilizada, bem como para o bom desenvolvimento de seus filhos.

Vemos assim, que a medicina teve um papel social e político determinante para a formulação e difusão do modelo de mulher civilizada. Além disso, foi essencial para pensar a hierarquização dos gêneros através da perspectiva evolucionista, muito debatida nas conferências públicas e igualmente divulgada para um público leigo a partir de jornais e livros.

<sup>269</sup> MARTINS, *Ibidem*, p. 231.

<sup>270</sup> Karoline Carula realizou o levantamento das conferências e cursos públicos realizados entre 1873 e 1880, estando dispostos na “Tabela IV: Conferências sobre temas relacionados às ciências naturais e à medicina”. Para saber mais, consultar: CARULA, Op. Cit., 2007, pp-57-60.

<sup>271</sup> COSTA apud CARULA, *Ibidem*, 2012, p. 197.

### 2.3.2. Os Ecos da ciência: evolucionismo e darwinismo

Dentre os muitos debates científicos recorrentes no final do século XIX, estavam as teorias evolucionistas e o darwinismo. Heloisa Domingues<sup>272</sup> nos mostra que estes termos tinham significados diferentes no Brasil, pois muito embora o darwinismo abarque a teoria da evolução das espécies, existiam outras correntes científicas – muitas vezes, opostas ao pensamento de Darwin – que estudavam e formulavam outras teorias evolucionistas. Ademais, não era incomum que estas fossem divulgadas de forma incompleta, deturpada ou ainda com informações que mesclavam ideias de vários autores.

Podemos ver um bom exemplo disto na série “O darwinismo: cartas a uma senhora”, publicadas no jornal *O Vulgarizador*<sup>273</sup> (1877- 1878), onde o autor acredita que a seleção natural se dá num curto espaço de tempo, aproximando-se da perspectiva de Lamarck sobre os caracteres adquiridos. Os cinco artigos escritos por João Zeferino Rangel S. Paio<sup>274</sup> em formato epistolar destinavam-se à D. Júlia.

A escolha de uma senhora como interlocutora, provavelmente, não é por acaso. A plateia feminina era a que mais se opunha à teoria darwinista, quase sempre em função da religiosidade, pois a teoria da evolução das espécies não só tirava Deus do protagonismo de criador da humanidade, como colocava o homem como um dentre os tantos animais em evolução, problematizando as barreiras entre religião, natureza e sociedade.

Nas cartas, D. Júlia parece ter ficado chocada com as conferências sobre darwinismo, então, Rangel se propõe a explicar a teoria, com o intuito de findar seu preconceito. O primeiro ponto a ser comentado era a questão da criação do homem, esbarrando na concepção cristã:

Se Darwin encontrou, como estou convencido, o segredo da criação, nada em sua teoria forçosamente autoriza a dá-la como negativa da divindade. Não é no Deus modelando o próprio retrato, que se resume toda crença em Deus; não, minha

<sup>272</sup> DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (Org.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p. 100.

<sup>273</sup> *O Vulgarizador: jornal de conhecimentos úteis* era um periódico ilustrado, de caráter científico-literário, criado pelo português Augusto Emílio Zaluar, o qual era Cavaleiro da Ordem da Rosa. O periódico circulou basicamente na capital da Corte, entre 1877 e 1880. Dentre seus colaboradores podemos destacar José de Alencar, Araripe Júnior e Affonso Celso.

<sup>274</sup> “João Zeferino Rangel de S. Paio (1838–1893), nascido no Rio de Janeiro, proveniente de família sem muitos recursos e que encontrou nas letras uma forma de projeção social, chegando a ocupar o cargo de chefe de seção da Alfândega na Capital Federal. Rangel S. Paio era um dos muitos homens de letras que no Brasil desempenharam o papel de ‘vulgarizadores da ciência’, expressão bastante utilizada na época para designar a atividade de tradução do conhecimento científico em termos leigos, tornando-o ‘acessível a todas as inteligências’, sem necessariamente desenvolver uma atividade profissional no campo científico”. Para saber mais, consultar: VERGARA, Moema de Rezende. “Cartas a uma senhora: questões de gênero e a divulgação do darwinismo no Brasil”. In: *Revista Estudos Feministas* vol.15, n.2, Florianópolis, maio-agosto/2007, p. 385. Disponível em: <<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>>. Acessado em: 12 de junho de 2020.

senhora, um Deus presidindo a criação por meio de leis eternas, sábias e sublimes, um Deus – a princípio – sem forma, incompreensível à fraqueza de nossa concepção, um Deus visto em suas obras, mas não em pessoa, um Deus mistério, um Deus ser em lugar de um Deus homem, feito à imagem e semelhança, parece-me que é um Deus que melhor satisfaz a ideia de onipotência.<sup>275</sup>

Com estas palavras, Rangel afastava a teoria darwinista do ateísmo, um dos principais responsáveis pela sua rejeição. Segundo Moema Vergara, uma questão muito levantada era como pensar a mutabilidade dos seres vivos sem excluir a figura de Deus e suas leis eternas. Ela afirma que “[...] boa parte do público brasileiro rejeitava a ideia da seleção natural, interpretada como um mecanismo que não dava oportunidade aos seres vivos de exercerem um papel ativo no direcionamento do curso da evolução e, tampouco, de reagir às mudanças do ambiente, já que as formas não-adaptativas seriam eliminadas [...]”<sup>276</sup>, fator que tornava inconciliável a perspectiva darwinista com qualquer visão teleológica do mundo.

Rangel e D. Júlia debatem ainda sobre alguns opositores de Darwin, como Quatrefages – autor cuja teoria era apoiada pelo Imperador D. Pedro II –, bem como Agassiz. No entanto, Rangel estava determinado a convencer a senhora da validade dos argumentos darwinistas. Para ele, além dos inúmeros avanços para as ciências naturais, o darwinismo tinha muito a contribuir no plano moral e na organização da sociedade.

[...] a queda dos preconceitos, a convicção de sua insânia, pois os homens reconhecendo-se animais de um mesmo gênero zoológico, embora formando diversas espécies, não se julgarão no caso de supor-se mais dignos que seus congêneres e como tal com direito a menoscabá-los. A fraternidade prometida nas cogitações sociológicas estabelecer-se-á, e o homem procurando exceder somente pela moral e a cultura do espírito realizará na terra o reinado da felicidade e do respeito mútuo.<sup>277</sup>

Todavia, o autor não leva em consideração os debates que ligavam escravidão e darwinismo. Pois, se por um lado, havia uma recusa em aceitar a teoria darwinista, justamente pela necessidade da manutenção dos preconceitos raciais; por outro lado, várias apropriações da teoria darwinista decretavam a inferioridade nata de africanos, asiáticos e povos indígenas, legitimando a ideia de “fardo do homem branco” em civilizar<sup>278</sup> estas etnias.

<sup>275</sup> PAIO *apud* VERGARA, *Op. Cit.*, 2007, p. 390.

<sup>276</sup> VERGARA, *Op. Cit.*, 2007, p. 390-391.

<sup>277</sup> VERGARA, *Ibidem*, 2007, p. 393.

<sup>278</sup> Karoline Carula afirma que, entre aqueles que realmente compreendiam a perspectiva darwinista, os debates sobre a questão da escravidão ficaram ausentes durante alguns anos, pois havia grande dificuldade em pensar a evolução e, principalmente, a civilidade alguém que é propriedade de outrem. Somente a partir da Lei do Ventre Livre, começaram a surgir propostas para civilizar a população negra com embasamento em teorias evolucionistas, incluindo a de Darwin. Uma delas era o “clareamento” do povo brasileiro, que poderia se dar tanto importando mão de obra europeia, quanto através do processo de miscigenação. Indo na contramão da maior parte dos cientistas europeus, que consideravam a miscigenação um processo de degeneração, os

Para além de Rangel Sampaio, podemos destacar as conferências do médico Augusto Cezar Miranda Azevedo, o qual realizou inúmeras palestras sobre o darwinismo na década de 1870. Apesar de ser conhecedor da teoria e saber que ela só é aplicável na longa duração, Miranda Azevedo apontava a sua prática para aperfeiçoamento da espécie humana na curta duração, o que fez com que questionasse o serviço militar que, segundo ele, era responsável por retirar elementos sadios da sociedade, deixando os mais debilitados para procriarem. Em suas palavras:

Todo mundo grita que o gênero humano decai, que o homem de hoje não é o homem atlético e possante das eras passadas. Sabeis a razão disso? É pela aplicação da teoria de Darwin que a percebemos. Por todo mundo civilizado atualmente está grassado a preocupação do predomínio militar; e qual a causa dessa preocupação? A ignorância das leis de Darwin, na maneira por que são confeccionadas as legislações militares. Procuram para o exército os entes sadios, fortes, vigorosos e desprezam, deixam para constituir família, para organizar a sociedade aqueles que têm alguns defeitos, que são fracos fisicamente. Qual a consequência desse fato? A consequência lógica e imediata de uma lei de Darwin da hereditariedade. Todos aqueles que forem robustos e sadios não podem constituir família, porque as leis militares os roubam a seus lares para deixarem o sangue mais generoso e forte do país nos campos de batalha, e são precisamente os débeis, os que têm defeitos físicos que hão de constituir famílias, e assim transmitirem a seus filhos, à sua descendência os germes desse raquitismo, dessa degeneração que todos os estadistas proclamam.<sup>279</sup>

Assim como Range Sampaio, havia uma mistura com outras teorias, o que dificultava a difusão ou, pelo menos, a integridade da perspectiva darwinista. A concepção de que homens fortes estavam sendo substituídos por homens “débeis e fracos”, como sustentava Miranda, nos leva a crer que ele acreditava numa espécie de determinismo hereditário, capaz de degenerar ou salvar grande parte da sociedade. Para Carula, a perspectiva de Miranda Azevedo acompanhava as interpretações de Ernst Haeckel. O que a faz concluir que: “[...] o darwinismo concebido por Miranda Azevedo era filtrado, de modo a apresentar uma ressignificação das ideias de Darwin e de outros seguidores do evolucionismo”<sup>280</sup>.

Já no que se refere à abordagem da evolução da mulher, temos o livro *A mulher e a sociogenia* (1887) do médico Tito Lívio de Castro, onde podemos ver a utilização de teorias evolucionistas para explicar as diferenças entre as raças e os sexos. Nas palavras de Ana Paula Martins:

A categoria principal do seu pensamento é o gênero. A tese defendida pelo autor é que a evolução dos indivíduos e da espécie humana ocorreu de maneira diferenciada para os dois sexos e que esta diferença deveria ser reduzida em benefício da evolução da sociedade. Portanto, para ele, o futuro da sociedade não dependia da questão

---

intelectuais brasileiros a viam o mestiço um espécime melhor do que o negro, embora ainda visto como um problema e perigo em potencial. Consultar: CARULA, *Op. Cit.*, 2012, p. 51.

<sup>279</sup> AZEVEDO *apud* CARULA. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca 1873-1880* (Dissertação de mestrado) Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 74. Disponível em: << [http://www.fiocruz.br/brasiliانا/](http://www.fiocruz.br/brasiliiana/)>>. Acessada em:

<sup>280</sup> CARULA, *Ibidem*, 2007, p. 76.

racial, embora reconhecesse sua importância, mas sim da questão da mulher, da compreensão de sua natureza e do papel que deveria exercer. Ou seja, Castro aprendera bem as lições dos anatomistas e fisiologistas que produziram o que chamamos no primeiro capítulo de ciência sexual. Seu livro é, portanto, uma síntese das principais conclusões sobre as diferenças sexuais mapeadas pelos cientistas dos séculos XVIII e XIX, base material para justificar as hierarquias, as desigualdades e a legitimação do poder.<sup>281</sup>

Tito Lívio recusava-se a aceitar o modelo de mulher idealizado pela filosofia e pela religião católica, no qual prevalecia a mãe de grande valor moral, embora estes modelos também pregassem com sua inferioridade intelectual. Também rejeitou as imagens femininas cunhadas pelo Romantismo, onde imperava a pureza, ingenuidade e superioridade moral em relação ao homem. Em sua análise, primou pelas “verdades da fisiologia e da evolução”<sup>282</sup>, substituindo a perspectiva moral, pela análise cerebral.

Ao contrário da maioria dos médicos do período que consideravam o útero como fator principal para determinar o comportamento feminino, “Castro defendia as teorias que consideravam o cérebro o órgão mais importante do corpo humano, por ser a sede da inteligência e de todos os comandos sobre os outros órgãos, bem como dos fenômenos psicológicos”<sup>283</sup>.

A escolha de um órgão assexuado, comum a homens e mulheres seria a prova definitiva para a inferioridade feminina e, também, de outras raças. Castro acreditava que durante muito tempo a medula predominara na espécie humana, mas com a evolução, passou a ficar subordinada ao cérebro; teoria que ele prova com o desenvolvimento do feto até chegada a fase adulta. Mesmo sendo um órgão mais novo na evolução da espécie humana, o seu desenvolvimento do cérebro teria provocado grandes revoluções na humanidade, portanto, a comparação do desenvolvimento cerebral era apontado como um dado definitivo na análise.

Martins ressalta que vários autores utilizados por Castro também sustentavam a inferioridade do cérebro feminino, se apoiando em dados como peso, volume e forma. Como exemplo, ela cita nomes como Manouverier, Wagner, Topinard, Huscke e Broca. Além disso, muitos estudos de anatomistas e fisiologistas apontavam para a importância do desenvolvimento dos lóbulos frontais, considerados mais desenvolvidos em homens brancos.

O cérebro feminino apresentava as regiões laterais e posterior mais acentuadas, tal como os homens da pré-história e os criminosos, o que as colocava em um estágio evolutivo atrasado em relação aos homens. Já os antropólogos com suas ‘coleções

<sup>281</sup> MARTINS, *Op. Cit.*, 2012, p. 246.

<sup>282</sup> MARTINS, *Ibidem*, p. 247.

<sup>283</sup> MARTINS, *Idem*.

de crânios’ confirmavam que em nenhuma sociedade havia crânios femininos mais desenvolvidos, o que levou Castro a afirmar que “o fato demonstrado pelo método desapaixonado das cifras é inegável, tem a generalização e a amplitude de uma lei: a mulher tem menos cérebro do que o homem”.<sup>284</sup>

Desta forma, Castro buscava mostrar que a evolução não se deu na mesma velocidade, complexidade e direção nos dois sexos. Ele afirmava que o homem branco era o espécime mais evoluído da raça humana, tendo o cérebro como órgão predominante e mais desenvolvido; o seu oposto seria a mulher, na qual predominava a medula e o atraso cerebral.

Além da mulher se encontrar numa etapa evolutiva atrasada da espécie humana em comparação ao homem, ela também tinha um desenvolvimento individual comparável a de uma criança (medular). Esta análise favorecia um sistema dicotômico de pensamento, no qual o homem representava a racionalidade, a superioridade, o comando e a cultura; enquanto à mulher eram atribuídas a emoção, infantilidade, inferioridade, submissão e natureza.

A verdadeira contribuição da mulher para a espécie humana seria a seleção sexual e a procriação. Segundo Castro, a fragilidade feminina fez com que ela procurasse os homens mais fortes e mais aptos, dos primórdios até o período medieval. Com o aparecimento da civilização moderna e o desenvolvimento intelectual masculino, a seleção sexual da mulher fora substituída pela sua submissão, o que deu espaço ao nascimento de homens cada vez mais evoluídos, embora não tão fortes fisicamente.

A partir deste conjunto de características, Castro concluía a impossibilidade de autotutela feminina e de igualdade entre os sexos. Com uma discrepância mental comprovada cientificamente era inviável a emancipação da mulher, o que tornava irrefutável o argumento de dominação masculino.

Embora não se conheça nenhuma obra contestatória da pesquisa de Tito Lívio de Castro, os principais argumentos usados pelas emancipacionistas contra as perspectivas evolucionistas – que afirmavam a empiricamente inferioridade feminina – é que não se tratava de um fator biológico, mas sim social. Ou seja, a mulher não se encontrava num estágio de inferioridade natural, apenas não tinha as mesmas possibilidades de se desenvolver física e intelectualmente. Logo, mudando-se as leis e os costumes, seria possível mudar a própria condição feminina.

### 2.3.3. A mulher e o Positivismo

---

<sup>284</sup> CASTRO *apud* MARTINS, *Op. Cit.*, 2012, p. 249.

O Positivismo nasce como uma doutrina filosófica derivada do Iluminismo e dos clamores republicanos da Revolução Francesa. Alguns autores chegam a atrelar sua origem a Condorcet, contudo, foi somente com Auguste Comte que ela se estabeleceu enquanto ciência política.

Em uma carta em 8 de março de 1848, após a proclamação da República na França, Comte conclama os cidadãos a se unirem à Sociedade Positiva, anunciando seus principais pontos. Segundo ele, somente com a ajuda desta, a república seria capaz de “dirigir o término orgânico da revolução”, sem sucumbir às forças anárquicas, como as do período jacobino. Nas palavras de seu idealizador, a Sociedade Positivista “[...] propõe-se, pois, a fazer com que os princípios dessa nova ciência [política] prevaleçam gradualmente, aplicando-os com oportunidade ao curso natural dos acontecimentos, quer para apreciar os fatos consumados e as medidas adotadas, quer sobretudo para assinalar tendências reais e indicar melhores meios de regularizá-las”<sup>285</sup>.

Em seu discurso, Comte deixa claro que os filósofos positivos devem renunciar a qualquer posição política propriamente dita, a fim de estudar profundamente a sociedade, refletindo sobre as melhores soluções para os problemas e desafios de seu tempo. A partir de uma espécie de “física social”, o Positivismo buscava prever possíveis contratempos e pensar como combatê-los, o que acabou levando ao surgimento de uma metodologia pautada na observação dos fenômenos histórico-sociais, unidos à confiabilidade da ciência.

Com essa base teórica e metodológica surgiu a Teoria dos Três Estados. Essa teoria se encontrava fundamentada em seu método, que consiste em bases históricas, com um tratamento abstrato a consagrar as grandes linhas evolutivas da humanidade. Em sua concepção prospectiva preconizava que dois elementos se completam para a explicação dos processos: a estática e a dinâmica. A estática representaria a própria estrutura da sociedade. Ela se ocuparia das leis da harmonia social, da hierarquia, das classes e dos indivíduos. De certa maneira, a estática sugere a ideia de ordem. Os fatos dentro dessa ordenação são interdependentes, mas solidários. Por sua vez, a dinâmica identificaria a ação humana, e no estágio científico da humanidade a indústria teve lugar privilegiado. Ela se encarregaria de conduzir o progresso aos níveis mais avançados possíveis, sempre em conexão com os interesses dos impulsos do homem. Sua tarefa seria o domínio absoluto da natureza, de modo que todas as ciências pudessem caminhar irmanadas no sentido das conquistas do bem-estar social. Mas para que esse estágio supremo, positivo, da humanidade se concretizasse seria preciso que se completassem os processos pelos quais se conformaria a sociedade científica, já desprovida dos entraves perpetrados pelas forças retrógradas do passado.<sup>286</sup>

<sup>285</sup> COMTE, A. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 112.

<sup>286</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *Verbete Positivismo*. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/>>>. Acessado em: 15 de junho de 2020.

Na Teoria dos Três Estados ou Estágios Comte traçava uma linha evolutiva da humanidade, que teria início num estágio teológico, passando pelo metafísico, até que atingisse seu grau mais perfeito e definitivo, o estágio positivo ou científico, no qual seria possível dominar todos os fenômenos naturais e sociais através do conhecimento científico.

Deste modo, o Positivismo formulava um projeto ideal de sociedade, tendo como ponto de partida sua célula mínima: a família. Segundo esta doutrina, somente alcançando uma estrutura de ordem no seio familiar seria possível atingir uma ordem nacional ou universal. Portanto, pensar os papéis e a hierarquização entre homens e mulheres se tornou um ponto chave no pensamento de Comtiano.

De acordo com Rachel Soihet, o Positivismo compreendia o homem e a mulher como seres complementares nos quesitos biológico, moral e intelectual. O homem era atrelado a uma superioridade de caráter, à inteligência analítica e ao instinto sexual; enquanto a mulher teria uma superioridade afetiva, uma inteligência sintética e seria regida pelo instinto maternal.

O instinto sexual masculino era justificado cientificamente como algo natural, necessário à procriação da espécie, ao passo que a mulher era associada a um estado de pureza, que somente aceitava as “grosserias” masculinas pela vontade de ser mãe. Neste sentido, ressaltava-se o instinto materno, que era compreendido como “[...] o instinto egoísta que prende a mãe ao ser que ela produziu e forma na mulher o principal estímulo do amor conjugal. O amor materno resultaria da combinação predominante do instinto materno com o altruísmo, especialmente a bondade [...]”<sup>287</sup>.

No plano simbólico, a mulher se aproximava da imagem da Virgem Maria, mas isso estava para muito além de um sentido religioso, já que fundamentava uma nova ordem social, na qual “[...] a função básica da mulher é manter a harmonia na sociedade doméstica, educar os filhos dentro da mentalidade da ordem, da sujeição e do respeito aos pais e, por extensão, aos adultos e às autoridades constituídas [...]”<sup>288</sup>.

Para que isto fosse possível, era necessário que a mulher ficasse restrita ao ambiente doméstico, sendo responsável pelo bom funcionamento da casa, pela educação das crianças e o cuidado com os idosos, sem se esquecer da dedicação ao marido. Este último, por sua

---

<sup>287</sup> De acordo com Soihet, havia por três instintos altruístas: o apego, que seria o amor para com os iguais; a veneração, isto é, o amor para com aqueles que parecem superiores; a bondade, o amor para aqueles que dependem da nossa proteção. SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.111.

<sup>288</sup> PEREIRA, Mabel Salgado. *O papel da mulher no positivismo ortodoxo brasileiro: um projeto conservador*. CES REVISTA, Juiz de Fora, v. 30, n. 1. p. 235-246, jan./jul. 2016, p. 239. Disponível em: <<<https://seer.cesjf.br/>>>. Acessado em: 15 de junho de 2020.



vez, teria como função “[...] sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social”<sup>289</sup>.

A educação era outro ponto primordial no pensamento Positivista, pois o equivalente ao ensino primário seria exclusivamente ministrado pela mãe. O ensino secundário deveria ser oferecido em igualdade de condições para meninos e meninas, já que estas precisavam se preparar devidamente para educar seus filhos, fazendo da instrução um reforço de sua função materna e não um instrumento de emancipação. Neste sentido, a igualdade entre os sexos mantinha-se fora de questão, pois era encarada como uma “inversão de papéis” e, conseqüentemente, uma possibilidade de desordem social.

Apesar de não defender a ideia de superioridade masculina, frisando a complementariedade entre os sexos, o Positivismo reforçava a antiga ideia de maternidade cívica, onde sua contribuição para o engrandecimento da nação se dava através da criação dos futuros cidadãos. Se por um lado isto conferia respeitabilidade à figura feminina, por outro agia como um “[...] artifício para mantê-la alheia aos seus próprios interesses, para convencê-la da total prioridade de sua missão como mãe e esposa, castrando-a como um ser autônomo voltado para seu crescimento individual”<sup>290</sup>.

No Brasil, tanto a ciência política positivista, quanto a Religião da Humanidade, igualmente fundada por Comte, tiveram uma boa recepção entre a elite intelectual. De acordo com Ana Carolina Ogando isto se deu pelo conjunto de uma série de fatores que iam ao encontro do pensamento republicano conservador. Primeiramente, uma visão cientificista, contribuindo para uma melhor compreensão de mundo e da natureza humana, a fim de solucionar seus problemas; o segundo ponto, que seria uma tentativa de superar a degeneração da sociedade, através da exaltação dos valores morais e da família; a Religião da Humanidade, inclusive, serviria como reforço desta moralidade, preenchendo a lacuna deixada pela Igreja Católica com a ascensão da ciência. Em terceiro lugar, temos a concepção de república apartada da perspectiva de democrática, vista como uma forma de perpetuar o anarquismo, dada a valorização da ideia de igualdade.

Além da manutenção de uma hierarquia social, o Positivismo também garantia uma hierarquia entre os sexos, pregando a volta da mulher ao lar e condenando a ideia de igualdade entre homem e mulher. “Dessa forma, o positivismo se alinhava a um projeto

---

<sup>289</sup> COMTE *apud* PEREIRA, *Idem*.

<sup>290</sup> SOIHET, *Op. Cit.*, 1989, p. 113.

político que implementaria um sistema autoritário capaz de estabelecer ordem, de cima para baixo”<sup>291</sup>.

Em outras palavras, o Positivismo ajudava a traçar as diretrizes de um modelo ideal de sociedade, ao mesmo tempo em que rejeitava ou, até mesmo, criminalizava tudo o que fugia ao seu padrão. Na prática, isto não só significava o controle de mulheres aburguesadas que visavam se emancipar política, financeira e intelectualmente, mas principalmente, jogava luz sobre as camadas mais pobres e incultas da sociedade, vistas com grande desconfiança.

Thaís Dumêt Faria aponta que a Escola Positivista fortaleceu discursos de categorização de criminosos(as), como aquele feito por Lombroso, pois a criminologia legitimava cientificamente “[...] a desigualdade no campo da lei, ao normatizar o tratamento jurídico-penal diferenciado para setores da população”<sup>292</sup>.

No caso feminino, especialmente num país como o Brasil, no qual as relações com a sexualidade e a maternidade variavam de acordo com a esfera social e a raça, contemplando uma vasta gama de costumes, hábitos e imposições, isto significou uma crescente desconfiança para com aquelas que não preenchiam os requisitos de boa mãe e esposa, aumentando a vigília sobre a sexualidade feminina, além da visão de criminalização das mulheres pobres.

Em suma, o Positivismo unia ciência, política e comportamento numa mesma estrutura que limitava a ação feminina na esfera pública, a partir de uma ideia de domesticidade da mulher, vista tanto através de um aspecto social (função de mãe e esposa), quanto biológico (reprodução).

\*\*\*

Todos estes discursos do processo civilizatório nos encaminham a um ponto em comum: como a separação entre esfera pública e privada colaborava para limitar a autonomia das mulheres dentro e fora do lar. Isto se deve ao fato das teorias de contrato formuladas e adotadas na Modernidade se apoiarem nesta dualidade (público vs privado), impedindo que uma interferisse na outra. Neste contexto, a esfera pública se baseava em princípios como a

---

<sup>291</sup> OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. “Entre o público e o privado: as relações de gênero no pensamento Positivista e Católico (1870-1889)”. In: *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis/UFSC, ago. 2010, p. 5. Disponível em: <<<http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/>>>. Acessado em: 15 de junho de 2020.

<sup>292</sup> FÁRIA, Thaís D. “A mulher e a criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e história da mulher no Brasil”. In: *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*, Fortaleza, 2010, p. 6070.

liberdade, a igualdade, racionalidade e impessoalidade, enquanto a esfera privada estaria atrelada às relações de caráter íntimo e pessoal.

Esta projeção da esfera pública como o lugar das manifestações da humanidade e da cidadania – vistas como universais, embora só abarcassem os homens – mascarava a exclusão feminina. Ao mesmo tempo, no âmbito doméstico, o poder pátrio impedia a manifestação e contestação pública feminina, já que as mulheres pertenciam exclusivamente ao âmbito privado.

A partir de teorias que naturalizavam a domesticidade feminina e, posteriormente, de pensamentos científicos que certificavam a inviabilidade de sua autotutela, garantindo sua posição de inferioridade perante o homem, temos uma tentativa da preservação das relações de autoridade e dominação masculina.

A ficção de que o público e o privado existem como dimensões distintas da vida oculta sua complementaridade na produção das oportunidades para os indivíduos. As expectativas sociais conduzem ao desenvolvimento de habilidades diferenciadas pelas mulheres e pelos homens. As atividades para as quais eles são orientados correspondem, por outro lado, a posições diversamente valorizadas, levando não apenas à diferença, mas à assimetria dos recursos.

Flávia Biroli afirma que as mulheres sempre tenderam a ser socialmente orientadas a uma vida mais vulnerável no que diz respeito aos seus direitos individuais, posto que suas maiores conquistas femininas eram o casamento e a maternidade, fazendo com que permanecessem tuteladas por uma figura masculina (o marido) e dependente financeiramente do mesmo. Apesar de todas essas limitações, que também foram reforçadas pelo processo civilizatório, vemos que este abriu brechas para a atuação política feminina.

A instrução da mulher, em particular, fez com que esta tomasse consciência de sua falta de direitos e da assimetria de poder entre os sexos. Seguindo a linha do pensamento filosófico de Jacques Rancière, podemos supor que teria ocorrido um processo de verificação de igualdade, o qual deu origem à ação política em busca por emancipação.

Quando trazemos esta base teórica para a realidade das mulheres no Brasil oitocentista, percebemos que a instrução formal, embora visasse reforçar as hierarquias e funções, acabou dando espaço para sua contestação. Tendo contato com livros vindos do estrangeiro que tratavam a *polêmica das mulheres*, bem como a possibilidade de refletir em profundidade sobre questões como *liberdade e igualdade*, muitas mulheres passaram a ser dar conta de que sua inferioridade estava diretamente ligada às relações de dominação.

Não se tratava de uma herança da primeira pecadora ou da mediocridade de raciocínio, tampouco de um desgoverno sexual, mas sim de estratégias de controle

masculino, no qual se delimitava qual tipo de educação, de comportamento, de hábitos, de atuação e de expectativa de vida eram pertinentes às mulheres. Ao desnudar estas estratégias, passava-se a questionar os papéis e funções sociais previamente estabelecidos, colocando em questão as vontades e anseios femininos.

Obviamente, isto não resultou numa completa mudança de estrutura. Como aponta Rancière, os embates discursivos entre consenso e dissenso têm resultados imprevisíveis, no entanto, em dado momento o discurso policial tende a se reorganizar para estruturar um novo consenso. No caso brasileiro, discursos dissensuais como os que pedem a ampliação da educação chegaram a ser acatados, ao mesmo tempo em que o discurso consensual reformulava a ideia da necessidade de uma mãe bem instruída, estimulando a volta para a esfera privada.

Enfim, a segunda metade do século XIX evidencia estes embates, tendo como principal ganho não os direitos femininos em si, mas a emergência de suas vozes na esfera pública, que contrastavam com séculos de predomínio masculino. Isto significa uma abertura de espaço para a ação política, “fazendo ver o que não podia ser visto, ouvir um discurso onde só podia se ouvir um ruído”<sup>293</sup>. Nos próximos capítulos, veremos como a imprensa se tornou um palco privilegiado destas disputas, no qual as múltiplas vozes femininas ganharam, de fato, um espaço público.

---

<sup>293</sup> MARQUES, *Op. Cit.*, 2018, p. 131.

### 3 AS MÚLTIPLAS FACES DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Como foi abordado nos dois capítulos anteriores, segundo Rancière, o jogo político se efetiva nos embates discursivos entre a *política* e a *polícia*, que representam respectivamente o dissenso e o consenso. Isto ocorre quando um grupo se dá conta de que está sendo privado de algum direito que, teoricamente, deveria ser extensível a todos – pressupondo a igualdade –, mas acaba sendo exclusividade de alguns.

Ao contrário do que possa parecer, não é necessário ter acesso a direitos políticos definidos em lei para participar do jogo político. Aliás, muitas vezes é justamente a falta dessas garantias que faz com que os embates aconteçam. O que, por sua vez, nos mostra como existem brechas na sociedade por onde esses discursos dissensuais e desestabilizadores do *status quo* podem emergir e se fortalecer em meio à opinião pública.

Com as mulheres não foi diferente. Embora excluídas dos debates e das decisões políticas oficiais, elas encontraram outras formas de fazer ouvir suas vozes. A educação foi o ponto de partida para que elas alargassem seus horizontes de expectativa, anteriormente mais restritos ao ambiente doméstico e à vida familiar. No Brasil oitocentista, mulheres da nobreza e camadas médias conseguiram gradualmente conquistar espaços até então inimagináveis, como as universidades, a grande imprensa e a sala de aula. Na prática, isso representava dois fatores importantes: ir além da esfera privada e da estrita função de mãe e esposa, mas também fazer com que suas vozes e ideias passassem a circular na esfera pública de forma reconhecidamente legítima.

Aos poucos, as mulheres conseguiram atuar como formadoras de opinião, tanto daquelas meninas em formação, quanto das mulheres que liam revistas e jornais feitos *para elas por* outras mulheres. Isto corroborou para que os debates em torno da vida e da condição feminina se intensificassem. Além disso, serviu para difundir para um público mais amplo ideias que vinham de fora do país – especialmente da Europa e dos EUA – no que se refere à questão da emancipação da mulher.

No entanto, a própria ideia de emancipação não encontrava uma forma única. Ela foi questionada e debatida, defendida e repreendida, tanto por homens quanto por mulheres. O que nos leva a colocar em xeque o lugar comum de que todas as mulheres concordavam que existia uma dominação masculina a ser combatida. Muito pelo contrário, existia uma tendência a rejeitar a emancipação por reconhecer nela um risco a instituições como o casamento e a família, o que teoricamente levaria a uma inversão dos papéis de homens e mulheres, causando o caos social.

Em paralelo aos pequenos avanços femininos, o discurso consensual se reorganizava e tornava a fortalecer a perspectiva da função materna. Um bom exemplo disso é a ligação da função de professora ao suposto “dom natural” da maternidade, tornando a mulher mais apta para o cargo do que o homem no que se refere ao ensino de primeiras letras. Isto porque a “natureza feminina” fazia com que fosse encarada como mais terna, paciente e habilitada para lidar com as crianças, mesmo que, em muitos locais, um dos requisitos para exercer a profissão fosse ser solteira ou viúva, pois seria constrangedor explicar às crianças uma gestação da professora.

As mulheres que trabalhavam em jornais e revistas, por sua vez, podiam ser encaradas como aquelas que se comprometiam a levar a instrução ao grande público, afastando outras mulheres de supostas futilidades e tornando-as mais preparadas a exercerem a função de mãe e esposa. Como podemos ver, mesmo que no final do século XIX as mulheres – majoritariamente brancas e abastadas – já tivessem legalmente o direito à instrução, podendo até chegar ao ensino superior, ainda existiam muitas limitações quanto ao exercício de profissões. Até porque, era cobrado que elas continuassem a exercer sua “santa missão” na esfera doméstica.

Como veremos ao longo deste capítulo, apesar de algumas mulheres terem conseguido alcançar o ensino superior, a exemplo dos cursos de Medicina e de Direito, muito dificilmente chegavam a exercer essas profissões, tanto por falta de clientela, que não costumava confiar em mulheres em profissões vistas como “masculinas”, quanto pelas cobranças familiares de estar “abandonando” as funções que lhe seriam cabíveis. Existia ainda, a ideia de que, ao alcançar postos de trabalho qualificado, a mulher tentaria competir com o marido dentro e fora do lar, o que levantava ainda mais desconfianças sobre a emancipação.

Desta forma, o objetivo deste capítulo é perpassar as principais pautas em torno da emancipação da mulher: analisar como essas mulheres oitocentistas se enxergavam, quais eram as muitas faces da emancipação; como era encarado o papel da instrução neste projeto; quais eram suas denúncias e, principalmente, quais direitos almejavam alcançar. Fazendo uso dos debates dessas mulheres em periódicos podemos nos deparar com vestígios de suas vozes, suas demandas, crenças, mas principalmente, suas contradições e suas lutas multifacetadas.

### **3.1 A mulher útil: instrução e trabalho**

Escritos europeus do século XVIII, como os de Poulain de la Barre ou de Mary Wollstonecraft, já apontavam que a principal diferença entre os sexos estava no acesso à instrução, possibilitando o desenvolvimento das faculdades mentais pelos homens e colocando-os como *superiores* em relação às mulheres, que tinham esse acesso negado. Por este motivo, para esses autores, o ponto de partida para compreender a dominação masculina, e também para combatê-la, era a educação formal.

Em *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, Wollstonecraft chega a reservar um capítulo inteiro à educação, pensando qual seria o melhor modelo de escola para que conseguissem alcançar uma sociedade mais harmoniosa. Ela chega à conclusão que tanto o estudo em casa, quanto os internatos trariam malefícios para meninos e meninas. O primeiro, porque priva a criança do convívio com outras crianças, o que resultaria em duas possibilidades: amadureceriam cedo demais ou os pais ficariam infantilizados. Os internatos, por sua vez, seriam um espaço em que os jovens poderiam facilmente ceder às travessuras, ao egoísmo e, posteriormente, aos vícios, colaborando para criar adultos afastados da moral desejada.

A solução oferecida por Wollstonecraft seriam escolas públicas mistas e diurnas, desta forma, meninos e meninas poderiam gozar da convivência e privacidade familiar, bem como teriam acesso ao mesmo ensino, voltado para o mesmo fim, a manutenção da sociedade. Em suas palavras:

Se o matrimônio é o cimento da sociedade, toda a humanidade deveria ser educada segundo o mesmo modelo, caso contrário, a relação entre os sexos nunca merecerá o nome de companheirismo nem as mulheres cumprirão as obrigações próprias de seu sexo, até que se tornem cidadãs ilustradas, até que sejam livres, capazes de ganhar sua própria subsistência, independentemente dos homens; do mesmo modo, quero dizer para evitar interpretações errôneas, que um homem é independente do outro. Mais ainda, o matrimônio nunca se conservará como algo sagrado até que as mulheres, sendo criadas junto com os homens, estejam preparadas para serem suas companheiras em vez de suas amantes [...]. Tão convencida estou dessa verdade que me aventurei a predizer que a virtude nunca prevalecerá na sociedade, até que as virtudes de ambos os sexos sejam fundamentadas na razão e os afetos comuns a ambos possam obter sua devida força mediante o cumprimento de deveres mútuos.<sup>294</sup>

Como podemos ver nas palavras da autora, a educação moral e formal dos dois sexos deviam andar lado a lado, apontadas como algo essencial à reforma da sociedade (europeia), vista como “corrompida”. Parece contraditório que Wollstonecraft reforce instituições como o casamento e a família, no entanto, ela ressalta a todo momento a necessidade de um equilíbrio de poder entre marido e esposa, mostrando que ambos teriam direitos e deveres,

---

<sup>294</sup> WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016, p. 214.

configurando um modelo de família diferente do modelo patriarcal. Ou seja, Wollstonecraft nos lembra que essas instituições não terão utilidade se a população não reformar seus hábitos e costumes, a começar pela relação entre os sexos.

A autora chega a se referir às mulheres como “escravas” no que diz respeito a seus direitos civis e políticos, mas não descarta a influência que elas poderiam exercer sobre os homens de outras maneiras, especialmente através da sedução. Esta corrupção moral de homens e mulheres, na qual cada um faz uso das “armas” que detém, só poderia ser extinta através da razão, da garantia dos direitos e da liberdade. Ela afirma: “[...] ao permiti-lhes compartilhar com os homens as vantagens da educação e do governo, vejamos se evoluem à medida que aumentam sua sabedoria e liberdade.”<sup>295</sup>

A perspectiva da autora será muito utilizada em escritos de mulheres brasileiras, particularmente nos impressos femininos voltados à temática da emancipação da mulher, desde os primeiros escritos de Nísia Floresta. O estandarte da educação (formal e moral) também foi amplamente defendido como um ponto de partida para a conquista de direitos civis e políticos, pois somente com o mesmo desenvolvimento intelectual dos homens, elas poderiam se dizer em pé de igualdade para requisitar os mesmos direitos.

Esta conexão entre educação e emancipação não era mera coincidência, afinal, fora a própria instrução que permitira a essas mulheres o alargamento de suas funções para além da esfera doméstica. Como nos mostra Dulcínia Buitoni, o próprio “[...] surgimento de jornais e revistas femininos estava relacionado com a ampliação dos papéis femininos tradicionais, circunscritos até então ao lar ou ao convento”<sup>296</sup>. A mesma autora ainda ressalta que, desde o final do século XVIII, vários impressos voltados para o público feminino na Europa e nos Estados Unidos atentavam para o direito à educação “[...] como o mais essencial de todos: os outros viriam por acréscimo”<sup>297</sup>.

Segundo Marco Morel<sup>298</sup>, no Brasil, o aparecimento da imprensa se deu de forma tardia, mesmo quando em comparação a outras colônias das Américas, só tendo início a partir de 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa e a instalação da tipografia da Impressão Régia. Quando pensamos em *imprensa feminina*<sup>299</sup> no Brasil, isto é, o

<sup>295</sup> WOLLSTONECRAFT, *Ibidem*, 2016, p. 216.

<sup>296</sup> BUITONI, Dulcínia H. S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009, p. 29.

<sup>297</sup> BUITONI, *Ibidem*, 2009, p. 30.

<sup>298</sup> MOREL, Marco. “Os Primeiros passos da palavra impressa”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23.

<sup>299</sup> O conceito de imprensa feminina presente na obra de Buitoni ressalta que o que define a natureza deste tipo de imprensa é justamente seu público, logo, deve ser visto como um conceito “sexuado”.



aparecimento de periódicos voltados exclusivamente para mulheres, vemos que a data é ainda mais tardia, visto que o primeiro impresso<sup>300</sup> voltado para elas passou a ser publicado no mesmo ano da Lei de Instrução Pública que autorizava seu acesso à educação formal, em 1827.

A segunda metade do século XIX representou um período de alargamento e consolidação tanto da imprensa feminina, quanto de seu público leitor. Constância Lima Duarte, em *Imprensa feminina e feminista no Brasil*, aponta que o número de jornais e revistas voltados para mulheres – fossem ou não emancipacionistas, fossem ou não escritos somente por mulheres – chegou à surpreendente marca de 143 títulos, mesmo que muitos tenham sucumbido em pouco tempo, com cerca de dois ou três anos de existência. Outro fator importante é que eles surgiram majoritariamente em capitais de província, em particular no Rio de Janeiro e eram reflexo das mudanças estruturais que vinham ocorrendo desde o início do século, que também afetavam a vida das mulheres de alta classe pelas necessidades de atualização quanto à civilidade e refinamento, acompanhando o modelo burguês europeu.

Aos poucos, essas capitais tentavam abandonar o seu caráter provinciano e substituí-lo por um caráter cosmopolita, o qual podia ser definido pelas tendências europeias, principalmente, na moda e nos costumes. Nas palavras de Buitoni: “[...] a necessidade estava criada; havia, portanto, um mercado”<sup>301</sup>. A ampliação e a consolidação do público-alvo feminino mostram que este não estava restrito à ideia de consumo, muito mais do que isso, a imprensa feminina atuou de forma didático-utilitária em relação ao projeto civilizatório em curso, mas também, de modo ativista, visando conquistar direitos civis e políticos para as mulheres.

Neste sentido, Buitoni define a imprensa feminina em duas direções opostas: “[...] a tradicional, que não permite a liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades ‘femininas’; e a progressista, que defende os direitos das mulheres, dando grande ênfase à educação”<sup>302</sup>. Embora efetivamente houvesse jornais e revistas que se caracterizassem mais por uma ou outra vertente, quando falamos de perspectivas emancipacionistas, essas classificações não são tão restritas assim. Isto se dá

---

<sup>300</sup> Segundo Constância Lima Duarte, o primeiro impresso voltado exclusivamente para as mulheres brasileiras foi *O Espelho Diamantino: periódico de política, literatura, belas artes, teatro e modas* (1827-1828), criado no Rio de Janeiro pelo jornalista e editor francês Pierre Plancher. Para saber mais, consultar: DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX, Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 39.

<sup>301</sup> BUITONI, *Op. Cit.*, 2009, p. 31.

<sup>302</sup> BUITONI, *Op. Cit.*, 2009, p. 47.

porque a própria ideia de emancipação congrega muitas pautas, que podem fazer com que suas defensoras entrem em divergência sobre determinados pontos.

Em geral, o que vemos nos impressos femininos progressistas é uma tendência à defesa da instrução como um ponto de partida para a conquista de outros direitos. Nesta primeira pauta, por exemplo, já podem surgir variantes sobre até onde essa educação formal deve ir: primeiras letras, ensino secundário ou até o ensino superior. Isto também abria brechas para outro questionamento: a mulher deve atuar de outra forma que não seja dentro do lar ou esta instrução é apenas para uma colaboração para seu refinamento? Quais seriam as profissões convenientes ao seu sexo? Ela seria capaz de exercer uma profissão e, ainda assim, ser uma boa mãe e esposa?

Outros apontamentos como a questão da tutela das mulheres por pais ou maridos, inversão de papéis na sociedade, independência financeira – colocando em xeque a função masculina de único provedor – também faziam com que a “polêmica das mulheres” ganhasse múltiplas facetas, o que se intensifica ainda mais quando os direitos políticos também entram na pauta emancipacionista.

Essas divergências nos apontam dois fatores principais: o primeiro é que a percepção da emancipação da mulher como uma reivindicação única é um equívoco, o segundo fator é que a pluralidade de opiniões demonstra como o impresso atuava de forma democrática, abrindo espaço para novos debates e, principalmente, para adaptações desta emancipação europeizada à realidade brasileira – não só em âmbito nacional, mas também local, acompanhando regionalidades.

Levando em consideração esses fatores, nossa busca pelo mapeamento dessas múltiplas faces da emancipação terá início com a sua conexão com os conceitos de *educação* e *instrução*, visando discutir como a educação formal e moral eram encaradas no que se refere à emancipação feminina, bem como o acesso ao ensino superior e formação de mão de obra qualificada feminina. Isto se dará a partir da análise dos impressos *A Família: jornal literário dedicado a educação da mãe de família* (São Paulo/Rio de Janeiro, 1888-1897), *Echo das Damas* (Rio de Janeiro, 1879-1888), *O Jornal das Famílias* (Paris/Brasil, 1863-1878).

A escolha destes periódicos se justifica pelo fato de terem uma longa duração na imprensa, um público leitor composto principalmente por mulheres abastadas e instruídas e representarem respectivamente uma perspectiva mais progressista (*A Família*), mais moderada (*Echo das Damas*) e mais conservadora (*Jornal das Famílias*) no que diz respeito

ao olhar sobre o que significava ser mulher, quais suas funções e quais seriam os seus direitos.

### 3.1.1. Direito à instrução

O jornal de modelo in-4, *Echo das Damas: órgão dedicado aos interesses da mulher – crítico, recreativo, científico, litterario e noticioso*, foi fundado no Rio de Janeiro pela jornalista Amélia Carolina da Silva Couto, ficando em circulação entre os anos 1879 e 1888. Como aponta Constância Lima Duarte, sua redação e tipografia ficavam na Rua do Hospício, número 107 e só foram alteradas no último ano de circulação, passando para a Rua São José, número 99. O preço inicial de sua assinatura era de 6\$000 réis anuais e 4\$000 réis semestrais para a Corte; 8\$000 réis anuais e 5\$000 réis semestrais para as demais províncias. Posteriormente, os valores ajustados passaram a ser de 10\$000 para a Corte e 12\$000 réis para as outras províncias<sup>303</sup>.

Não sabemos ao certo quem compunha o corpo editorial original, contudo, o jornal revela um razoável número de leitoras-colaboradoras, como:

Adélia Barros, Anália Franco, Atília Bastos, Emília Cortez, Emiliana de Moraes, Esnestina F. Varella, Francisca Sant’Anna Pessoa, Ignez Sabino, Luiza Amélia, Maria Amália Vaz de Carvalho, Maria Úrsula de Abreu e Lancastro, Marie Vincent, Marina Zalim Rolim, Mathilde Macedo, entre outras.<sup>304</sup>

Desde seu primeiro número, publicado em 18 de abril de 1879, consta que o periódico tem como finalidade defender os interesses da mulher, em prol do progresso moral do país. Para isso, seria necessário cultivar a inteligência da mulher, para que ela se tornasse mais do que “[...] a extremosa companheira do homem e a carinhosa mãe de família, abrindo-lhe as portas de um futuro mais brilhante, destruindo os preconceitos que afastavam o sexo fraco dos labores das ciências e de outra missão mais útil perante a humanidade”<sup>305</sup>.

É necessário ressaltar que a questão *utilidade* da mulher em sociedade aparece como uma pauta recorrente, inclusive entre as colaboradoras. Provavelmente, isto tem como finalidade não só defender a atuação fora do ambiente doméstico, mas também afastar as mulheres de estereótipos negativos, como a vaidade e futilidade. Por outro lado, isso não exclui a percepção mais tradicional de que as mulheres devem exercer as *missões divinas* concedidas a elas – o casamento e a maternidade.

<sup>303</sup> DUARTE, *Op. Cit.*, 2016, p. 232.

<sup>304</sup> *Idem.*

<sup>305</sup> COUTO, Amélia Carolina da Silva. “Echo das Damas” In: *Echo das Damas*. Rio de Janeiro, 1879, n. 1, p. 1.

Ainda no primeiro número do jornal, nos deparamos com o artigo “A mulher na família e a mulher na sociedade”<sup>306</sup>, escrito pela colaboradora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, no qual vemos um tom de crítica à vaidade feminina. A autora afirma que a maioria das mulheres tem o “costume deplorável” de se dedicar a agradar ao público, enquanto o lar e o marido ficam em segundo plano. Chega mesmo a falar de uma “melancolia do marido” em relação à esposa, pois sua casa costuma estar sempre mal cuidada. Já para os eventos sociais, as mulheres estão sempre produzidas, aparentemente felizes e buscam cativar o público.

Esse choque entre as novas sociabilidades e formas de entretenimento surgidas no século XIX, e o ideal burguês de participação feminina ativa na vida familiar, também aparecem de forma recorrente no jornal. Os bailes, jantares, festas e todo tipo de evento social que pressupõe apenas o *divertimento* dessas mulheres, acaba sendo encarado como uma espécie de exercício da vaidade e futilidade, estando em oposição à dedicação aos estudos, à casa e à família – isto é, à utilidade.

Este tipo de artigo estava muito atrelado ao pensamento religioso católico que pregava o decoro e a reclusão feminina, mas também à perspectiva filosófica advinda do pensamento de Rousseau em relação à dedicação da esposa para o sucesso do casamento, lutando contra sua tendência natural à malícia, frivolidade, exibição e luxo. Esta conexão entre a perspectiva religiosa e filosófica se fortalece ainda mais quando avançamos na leitura de outros artigos, que reforçam que os papéis de esposa e mãe só serão bem executados com acesso à educação formal, visando uma reforma moral da sociedade.

Apesar de isso parecer contraditório com um periódico que se diz emancipacionista, as leitoras-colaboradoras do jornal concordam<sup>307</sup> sobre a “santa missão” da mulher como esposa e mãe, o que podemos comprovar através de artigos como “Missão da Mulher”<sup>308</sup>, de autoria anônima (assinatura: O.). Neste, vemos o ingresso da mulher na vida de casada, trocando “[...] o seu passado de flores, os beijos da mãe, os carinhos do pai, por um futuro desconhecido!”. É essencial destacar que o texto fala de um casal enamorado, e embora utilize o termo “desconhecido”, fica explícito que eles estão casando por vontade e por amor. A jovem também trocará a “coroa da virgindade” pela “coroa radiosa de esposa e mais tarde pela coroa sublime de mãe”, sendo estas as grandes missões reservadas à mulher por Deus.

<sup>306</sup> CARVALHO, Maria Amália Vaz de. “A mulher na família e na sociedade”. In: *Ibidem*, 1879, n. 1, p. 2.

<sup>307</sup> Não foi encontrado nenhum artigo que se referisse à educação e/ou instrução que não citasse positivamente a contribuição para a atuação no meio familiar, especialmente como mãe-educadora.

<sup>308</sup> “Missão da mulher”. In: *Echo das Damas*, 1879, n. 1, p. 2.

A família é encarada como uma das mais sólidas instituições da sociedade, oposta à vida de devassidão. E, ainda que o papel da mulher seja claro, o texto defende que ela não pode cumprir apropriadamente com sua missão devido à instrução que recebia, classificada como “mesquinha, acanhada e deficiente”. Deste modo, o caminho para a moralidade e progressos dos povos seria a instrução feminina, pois só assim a mulher seria capaz de educar os filhos e futuros cidadãos.

Na verdade, a instrução e a educação (moral) da mulher eram vistas como necessárias para o fomento das virtudes nos demais membros da família, não só as crianças. No artigo anônimo “Mulher Irmã”<sup>309</sup>, vemos que esta é colocada como mais um “oásis” na vida do homem, pois em momentos como a perda dos pais ou de viuvez, será a irmã aquela *responsável* por afastar o homem do erro e da perdição. Mas isso só será possível se esta mulher possuir “[...] o cofre das virtudes em seu seio virginal, se sua inteligência for ornada de bons exemplos e sua razão ilustrada com o critério dessa filosofia”<sup>310</sup>. Ou seja, mais uma vez, a instrução e a educação eram colocadas como sendo uma via para a virtude cristã e para o fortalecimento das relações familiares patriarcais, enxergando a mulher como seu principal pilar de sustentação moral, esteja ela na posição de mãe, esposa ou irmã.

Outro fator que aproxima o jornal do pensamento de Rousseau e de costumes aburguesados é a descrição de D. Maria Teixeira Portella, uma jovem de 21 anos, nascida em Campos dos Goytacazes, que estava se destacando como pintora – é apontada como aluna do pintor Sr. Leopoldino de Faria, autor do quadro “Resposta de Tiradentes”. Na seção *Noticiário*, vemos a reprodução de uma matéria do jornal *O Repórter*, na qual um correspondente afirma que D. Maria Portella é extremamente instruída; pinta e fala de arte como uma profissional, bem como canta de forma primorosa. Além disso, ainda reúne os seguintes atributos: “[...] é graciosa, expansiva, jovial, de conversação espirituosa e agradável, tais como são de esperar da educação superior que recebeu”<sup>311</sup>.

Mesmo não sendo uma matéria escrita pelo jornal *Echo das Damas* ou um de seus colaboradores, a escolha deste artigo pressupõe uma tentativa de mostrar uma mulher em destaque, ao mesmo tempo em que classifica o que seria esperado de uma boa educação. Devemos levar em consideração que, em *Emílio*, Rousseau aponta as artes como a pintura e a música como uma forma das moças despertarem o interesse de um pretendente e, no casamento, tornarem a vida a dois mais agradável. Posteriormente, elas foram incorporadas

<sup>309</sup> “Mulher Irmã”. In: *Ibidem*, 1879, n. 2, p. 1.

<sup>310</sup> *Idem*.

<sup>311</sup> “Noticiário: A Exma. Sra. D. Maria Teixeira Portella”. In: *Echo das Damas*, 1879, n. 2, p. 2.

ao estilo de vida burguês como tipos de refinamento bem vistos em sociedade, posto que atuavam como capital simbólico à jovem e sua família.

Se por um lado havia artigos que indicavam como deveria ser a boa educação de uma moça, por outro, não faltaram aqueles que visavam alertar sobre como a educação feminina sempre fora negligenciada e só começara a mudar nos Oitocentos. Em “Questão Religiosa”, publicado pela redatora-chefe, o ensino jesuítico é apontado como o principal responsável em difundir entre o sexo feminino a ignorância e o fanatismo. Para Amélia Couto, o problema não estava na religião católica em si, mas sim na atuação daqueles que ela define como “falsos ministros de Deus, aliciadores e mineiros das consciências frágeis”<sup>312</sup> que agiam, inclusive, através do ensino em recolhimentos, impedindo o desenvolvimento intelectual das mulheres e, conseqüentemente, a preparação devida para que exercessem seu papel de mães e educadoras.

Este último ponto, por sua vez, reforça a ideia de instrução com finalidade para a maternidade, indo ao encontro do pensamento de muitas colaboradoras. Nas palavras de Amélia Couto:

É evidentemente sabido que a mulher é a base primordial da família e conseqüentemente da sociedade. A ela é que está afeita toda a obrigação de preparar os cidadãos, por isso que é mãe e como tal educadora. Desde que a mulher seja ignorante, viciosa, fanática ou supersticiosa, educará pessimamente os filhos e péssima será a sociedade em que influir eles.<sup>313</sup>

A professora Anália Franco, colaboradora assídua do jornal e defensora da instrução feminina, também acaba reforçando essa responsabilidade da mãe como educadora dos filhos, especialmente enquanto agente moralizador. Em “Educação feminina”, ela afirma que “[...] educar um homem é formar um indivíduo que nada deixa atrás de si; educar uma mulher é formar as gerações vindouras [...]”<sup>314</sup>. Deste modo, conclui que como a mulher possui “[...] uma primazia incontestável para desenvolver pela educação a natureza humana na infância, indispensável é ilustrar e fortalecer o seu espírito [...]”<sup>315</sup>.

É preciso ressaltar que, apesar de algumas publicações no *Echo das Damas* que defenderem o ingresso feminino no ensino superior, inclusive, apoiando que a mulher possa exercer alguns tipos de trabalho qualificado – como a medicina, que analisaremos mais adiante – quando avaliamos o jornal como um todo, a grande maioria dos artigos publicados

<sup>312</sup> COUTO, Amélia. “Questão religiosa”. In: *Echo das Damas*, 1880, n. 6, p. 1.

<sup>313</sup> *Idem*.

<sup>314</sup> FRANCO, Anália. “Educação feminina”. In: *Ibidem*, 1888, n. 54, p. 1.

<sup>315</sup> *Idem*.

tende a reiterar a função social da mulher como esposa e mãe, inclusive, ligando as mesmas à noção de “missão divina” e, portanto, limitando o campo de atuação feminino, o que dá ao jornal uma posição mais moderada dentro da pauta emancipacionista.

\*\*\*

Podemos encontrar outros impressos voltados para mulheres abastadas, neste mesmo período, que possuem uma visão muito mais revolucionária sobre a possibilidade de alargamento de atuação e conquista de direitos como, por exemplo, o jornal *A Família*.

O periódico *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe de família* foi fundado e dirigido pela professora e redatora-chefe Josephina Álvares de Azevedo<sup>316</sup>. O semanário esteve em circulação entre 1888 e 1897, sendo publicado primeiramente em São Paulo e, pouco depois, mudando-se para a capital da Corte<sup>317</sup>.

Este jornal literário de modelo in-8 alcançava lugares como as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Ceará e Grão-Pará. Era publicado aos sábados e, inicialmente, possuía assinatura de 10\$000 réis anuais para a capital e de 12\$000 réis para o interior das províncias. Contudo, com a transferência para a Corte, em maio de 1889, passou a cobrar a assinatura anual de 12\$000 réis para a capital e 15\$000 réis para o interior.

O valor de sua assinatura<sup>318</sup>, bem como sua escrita e referências políticas e literárias demonstram que era voltado para senhoras de classe alta, o que pode ser comprovado por sua ilustre lista de colaboradoras: a professora e filantropa Anália Franco; a escritora baiana Ignez Sabino; a romancista e dramaturga Júlia Lopes de Almeida, a professora, jornalista e escritora Julieta de Melo Monteiro; a escritora Maria Clara Vilhena da Cunha e sua prima, a

<sup>316</sup> As informações sobre a figura de Josephina Álvares de Azevedo são controversas, porém, pesquisas mais recentes e informações dada pela própria em seu jornal revelam que ela nasceu em Recife (PE), em 5 de março de 1852, sendo uma possível irmã ilegítima do autor Álvares de Azevedo, embora se dissesse prima do mesmo. Para mais informações, consultar: DUARTE, Constância Lima. “Josephina Alvares de Azevedo: militância de uma jornalista e escritora”. In: AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli (Org.). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional das Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999, p. 340.

<sup>317</sup> O primeiro exemplar na Corte é o de número 24, publicado em 18 de maio de 1889, no qual Josephina expõe as motivações de sua transferência. A partir de então, sua redação é estabelecida na Rua do Rezende, 146, enquanto sua impressão passa a ser na Rua da Alfândega, 215 (não consta o nome da tipografia). Para mais informações, consultar: AZEVEDO, Josephina. “A Família”. In: *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe de família*, n. 24, Rio de Janeiro: 18 de maio de 1889, pp. 1-2. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>. Acessado em: 10 de junho de 2021.

<sup>318</sup> O preço equivalia, em média, a um par de sapatos importados da França ou Inglaterra. Para mais comparações de preços e produtos do período, consultar: CARVALHO, Neuza Guerreiro de. “Preços de antigamente em São Paulo”. Disponível em: <[www.saopaulominhacidade.com.br](http://www.saopaulominhacidade.com.br)>. Acessado em: 10 de junho de 2021.

poetisa mineira Presciliana Duarte de Almeida; a poetisa Narcisa Amália e a escritora, jornalista e educadora porto-alegrense Revocata de Mello.

Assim como o *Echo das Damas*, sua proposta editorial girava em torno da emancipação feminina, embora contasse com um discurso mais progressista que o primeiro. Logo, pautas como direito à educação, inclusive a superior; trabalho qualificado, propiciando uma independência financeira; o direito ao voto; a participação ampla nos debates e atividades políticas; bem como o direito à voz dentro do lar, perante o marido e filhos, podem ser vistas em suas páginas ao longo de anos de publicação.

Reivindicava, deste modo, novos espaços e direitos que garantiriam uma equidade entre os gêneros sem que, para isto, a mulher precisasse abrir mão de papel de boa esposa e mãe zelosa. Devido a esta perspectiva, também é recorrente encontrar em suas páginas uma harmonia entre posturas mais progressistas e outras mais conservadoras. Ou seja, existe um equilíbrio entre a liberdade política e civil a ser alcançada pelas mulheres e seu papel fundamental, para a família e para a pátria, como mantenedora simbólica desta célula mínima do Estado.

Desde seu número programa, Azevedo chama atenção para a vida limitada que as mulheres tinham e, em paralelo, para a educação legada a elas. Segundo Josephina, a mulher se encontrava na posição de “escrava”, sendo aquela a pior das escravidões, “[...] porque não há, nem nunca houve para nós um termo de reabilitação, ainda que para isso concorra a exceção fenomenal do talento”<sup>319</sup>.

Neste sentido, Josephina Álvares de Azevedo aponta que é necessário trilhar um caminho rumo à emancipação da mulher, a começar pela educação<sup>320</sup> que lhe é ofertada. De acordo com a redatora-chefe, a educação conferida às mulheres pode ser comparada a um “polimento de espada”, que mais serve a “brilhar ingloriamente” do que para ferir. A autora não desmerece a importância da educação da mãe de família para a instrução de seus filhos, mas ressalta que as mulheres não são mães o tempo todo e algumas nem chegam a sê-lo, portanto, a educação deveria servir a um ideal mais nobre: emancipar-se.

É preciso estudar muito, banhar o espírito na luz da ciência; mergulhar o pensamento na história; fazê-lo surgir no Direito. Além disso é preciso ter fé e esperança no futuro que há de amparar a causa santa da nossa emancipação, que é a nossa elevação moral. Mas é preciso desde já romper com o preconceito e com a estultice dos homens, que nos tem avassalado aos seus caprichos, começando por estabelecer bem positivamente as bases dos nossos direitos. Estou certa de que caminhareis comigo

<sup>319</sup> AZEVEDO, Josephina A. “A Família”. In: *A Família: jornal litterário dedicado à educação da mãe de família*. São Paulo/Rio de Janeiro, 1888, n.1, p. 1. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/>>>. Acessado em: 10 de junho de 2021.

<sup>320</sup> É importante salientar que, muitas vezes, o termo “educação” aparece como sinônimo de “instrução”.



na senda desta árdua propaganda, incitadas também pelo exemplo das nossas amigas que na França e na Inglaterra desfraldaram aos ventos do porvir o estandarte das nossas liberdades.<sup>321</sup>

A educação moral e formal da mulher parece ser uma unanimidade no jornal, mas não necessariamente a ideia de emancipação aparece descolada da função de mãe e esposa. Ainda no número programa, vemos textos como o da professora e escritora paulista Anália Franco, “As Mães”<sup>322</sup>, o qual também é encontrado nas páginas da edição 50 do *Echo das Damas*. Neste texto, destaca-se a importância da função social como mãe, apontada como “nobre e elevada missão”, enquanto afirma haver uma debilidade na instrução feminina que serve mais para criar moças vaidosas e caprichosas, do que realmente instruídas.

Ademais, Anália Franco destaca inúmeras vezes que a educação (moral) é tão importante quanto a instrução, no entanto, nem as famílias, nem as instituições de ensino pareciam aplicadas à educar as moças, o que era um prejuízo para toda a sociedade, visto que essas meninas mais tarde seriam mães e não poderiam exercer a função de primeira (e, talvez, última) educadora dos seus filhos. Ao contrário, a ausência de educação moral só colaborava para criar moças vaidosas, que abusavam do seu poder de sedução e que perdiam seu mais belo e precioso dote: a utilidade. Assim, ela aconselha as jovens usando as palavras de Aimé Martin:

A memória deve ser bela para atrair a atenção e agradar; deve ser meiga e submissa, para ser ouvida e estimada, diz uma mãe a sua filha; o que tanto vale dizer-lhe, em tudo deve substituir as aparências à realidade – vaidade nos adornos, vaidade nos talentos agradáveis, vaidade na instrução. Com poucas exceções, o que constitui hoje a educação é o parecer e não o ser.<sup>323</sup>

Tal qual Anália Franco, a dentista Isabel Dillon escreve o artigo “Influência da mulher na educação social”, defendendo que a mulher é o fator principal na educação social e no engrandecimento das nações. Segundo ela: “Educar é estabelecer e constituir costumes que se amoldem à moral, quer no indivíduo, quer para aqueles com quem esse indivíduo tem impreterivelmente de conviver”<sup>324</sup>, colocando a educação como um ato moralizador.

Tanto Dillon, quanto Anália Franco mostram essa primazia da educação moral sobre a instrução. O que nos remete à ideia de *ação educativa*, extremamente ligada ao projeto civilizatório burguês do século XIX, o qual defendia que as mulheres precisavam ser mais educadas do que instruídas. Isso não significa, no entanto, que não fossem emancipacionistas, somente faziam uso de um argumento com teor um pouco mais conservador.

<sup>321</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, 1888, n.1, p. 1.

<sup>322</sup> FRANCO, Anália. “As Mães”. In: *A Família*, 1888, n. 1, p.2.

<sup>323</sup> *Idem*.

<sup>324</sup> DILLON, Isabel. “Influência da mulher na educação social”. In: *Ibidem*, 1888, n. 1, p. 3.

Nas páginas d'A *Família* podemos notar que ter a chance de se instruir e colaborar com a nação através da maternidade cívica, também acabava sendo encarado como o auge dessa emancipação, como é visto no artigo “Mãe”, de Concepción Gimeno de Flaquer:

Mães! O espectro do mundo pertence-vos. Tendes diante de vós um belo futuro radioso e feliz. E visto que as modernas sociedades levantaram as mulheres da situação humilhante em que jazia para erguê-la sobre um pedestal majestoso, é preciso que correspondas à sublimidade dos princípios proclamados nesta era culta e civilizada.

A mulher está destinada por sua natureza a ser a grande figura da humanidade: mãe! Para saber educar a alma do filho, saber desenvolver no seu coração os sentimentos elevados, é forçoso que conheça as leis da justiça a que todas as coisas estão subordinadas.

A importância da vida da mulher, tanto na vida moral como na física, é incalculável.<sup>325</sup>

A redatora-chefe do jornal, por outro lado, acreditava que a instrução é um passo importante para a liberdade e para a conquista de direitos das mulheres. E apesar da concepção de educação voltada para a formação da mãe de família – e, claro, primeira educadora dos filhos – ser muito mais frequente entre os discursos emancipacionistas, várias leitoras parecem ter feito eco às palavras de Josephina, seguindo por um caminho mais progressista.

É o caso de Rosa, autora do artigo “A mulher, sua educação e sua instrução”, que tenta demonstrar como a educação era de grande valia na criação dos filhos, mas que não podia estar apartada da instrução, especialmente no que se refere à situação feminina. Isto porque, segundo ela, “[...] alguns entendem que a mulher nasceu para viver amarrada às algemas da humildade e que as letras só pertencem ao homem, julgando a mulher apenas uma companheira para cuidar dos arranjos da casa”<sup>326</sup>.

De acordo com Rosa, fazia parte da educação moral: a toilette, a economia doméstica, os cuidados com o vestuário, os tratos com a casa, os cuidados com a família, a delicadeza das maneiras. A educação seria, em suas palavras, “a prática da vida”, ao passo que a instrução representava uma forma de escapar à ignorância, à miséria e garantir o futuro, além de romper com a ideia de inferioridade frente ao homem.

Instruir o espírito é educar os sentimentos do coração, é engrandecer a nobreza da alma; a mulher, que é igual ao homem, não deve nesse ponto ser inferior a ele. É preciso instruir-se, escrever manifestando as suas opiniões, e não recuar diante dos que a censurarem por isso; porque se não houvesse críticos ninguém procurava aperfeiçoar os talentos.<sup>327</sup>

<sup>325</sup> FLAQUER, Concepción Gimeno de. “Mãe”. In: A Família, 1888, n. 3, p. 3.

<sup>326</sup> ROSA. “A mulher, sua educação e instrução”. In: A Família, 1888, n. 2, p. 2.

<sup>327</sup> *Idem.*

Outro ponto relevante citado por Rosa é que de nada adiantaria uma educação primorosa ou uma instrução esmerada se a mulher deixasse de lado a religião. Rosa cita exemplos negativos como a desobediência de Eva, a incredulidade de Sara, os artifícios de Rebeca para beneficiar Jacó, a maldade de Judith e a vaidade de Esther. Os ensinamentos do Antigo Testamento indicam uma natureza feminina a ser combatida e, para tal, Rosa nos traz a importância da religião (católica).

Educando o corpo, instruindo o espírito, deve-se também abraçar a religião, ela é o murmúrio de um regato suavizando os ouvidos; é a ambrosia das amarguras; é o ambiente puro e perfumado afagando a alma; é a flor das crenças abrindo seus cálices de inebriante perfume, purificando e alegrando a vida.<sup>328</sup>

Como podemos ver no artigo escrito por Rosa, mesmo as mulheres emancipacionistas ainda eram muito atravessadas pela tradição. A manutenção de um modelo de família no qual a mulher é o pilar moral que educa, passando adiante os costumes e primeiros ensinamentos da fé cristã, anda lado a lado com a novidade da instrução trazida pelo processo civilizatório burguês que, por sua vez, também permitiu a reflexão sobre a perspectiva de inferioridade feminina, criando contradições próprias ao discurso emancipacionista.

Também podemos citar a colaboração da poetisa de Pelotas, Luiza Cavalcanti Filha, no artigo “Tratemos de nós”<sup>329</sup>, no qual argumenta que, embora de sexos diferentes, homens e mulheres são dotados da mesma natureza, possuindo o mesmo tipo de intuição, talento e aptidões e, por isso, não há motivo que justifique não ter os mesmos direitos. A autora, assim como Josephina, não diminui a importância do papel materno, mas exalta a emancipação como a busca de direitos mais amplos, a começar pela instrução.

Cavalcanti afirma que seria vaidade almejar que todas as brasileiras seguissem os passos da futura médica rio-grandense Antonieta Cezar Dias, contudo, esperava que aquelas que tivessem gênio para tal pudessem fazê-lo e completa:

Aspiramos, porém, que toda mulher, sem privilégio de classes, consagre às letras, advogue seus direitos incontestáveis – emancipe-se – fuja às trevas noites da ignorância, que a condenam ao perpétuo ostracismo do templo luminoso de Minerva, para surgir radiante na esplêndida alvorada do porvir!<sup>330</sup>

A perspectiva defendida por colaboradoras como Cavalcanti e pela própria redatora em inúmeros artigos é de que não há razão que embase um discurso de inferioridade e que, portanto, a mulher não só é capaz, como deve competir com o homem “no governo da família,

<sup>328</sup> *Idem.*

<sup>329</sup> FILHA, Luiza Cavalcanti. “Tratemos de nós”. In: *A Família*, 1888, n. 2, p. 1.

<sup>330</sup> *Idem.*

como na direção do Estado”<sup>331</sup>. A única coisa que limita a mulher é seu acesso à instrução, visto por muitas leitoras-colaboradoras como uma forma de controle masculino, o qual faria com que uma sociedade jamais conseguisse alcançar a civilização. Um exemplo do incômodo causado por esta subordinação pode ser observado no artigo “Instrução da mulher”, de Luiza Thienpont.

Hoje, muito mais do que nunca, urge estudarmos, ilustrarmo-nos, não nos limitar a estudos superficiais fúteis, que nos impossibilitam de defender as nossas opiniões, as nossas próprias ideias, que geralmente atribuem à subordinação das teorias de outrem.

“Opinião de mulher!” dizem com ferina ironia, como quem fala de uma mercadoria reconhecida péssima. Como isso constrange a alma! Como é para lastimar este estado de coisas! E deve continuar?

– Não, mil vezes não!

Subordina-nos àquela passividade inconsciente, àquela sujeição ilógica, não poder emitir nosso pensar, não poder agir senão movidas pela máquina da rotina de dizer sim porque os outros dizem sim, não porque os outros dizem não, isso numa nação onde já aceitaram-se as leis fecundas da liberdade!<sup>332</sup>

Para muitas das mulheres que colaboravam ativamente com o jornal, conseguir acesso à instrução de qualidade garantiria o desenvolvimento das capacidades intelectuais, da solidez moral e do refinamento social. Com isso, não haveria motivos que impedissem a mulher de se emancipar.

Apesar do editorial do jornal *A Família* seguir uma linha mais progressista, defendendo instrução de qualidade, inclusive com acesso ao ensino superior, formação de mão de obra qualificada para que as mulheres fossem independentes financeiramente e, ao mesmo tempo, úteis à nação, essas ideias não eram uma unanimidade entre as leitoras-colaboradoras, como podemos ver nas palavras de Belmira Costa em “A mulher e a sua instrução”:

A instrução é tão necessária no homem como à mulher; não para ela exercer cargos fora do lar doméstico, porque o que seria dos filhos ainda na aurora da vida, privados dias inteiros dos cuidados maternos? O que seria da ordem e economia do lar se a mulher fosse discutir nas assembleias e tribunais? A casa se tornaria uma verdadeira anarquia, o esposo veria com rapidez desaparecer o fruto do seu trabalho. A instrução da mulher é necessária, para ser ela própria a preceptora de seus filhos, e não confiar a outrem o cuidado de instruí-los e educá-los moralmente.<sup>333</sup>

Este tipo de perspectiva se aproxima de impressos com discursos mais tradicionais, voltados para a valorização da família patriarcal – com funções engessadas e pré-definidas de seus membros – e dos *bons costumes*. Um desses periódicos é o *Jornal das Famílias*, que

<sup>331</sup> AZEVEDO, J. “A Família”. In: *Op. Cit*, 1888, n.1, p. 1.

<sup>332</sup> THIENPONT, Luiza. “Instrução da mulher”. In: *Ibidem*, 1890, n. 54, p. 2.

<sup>333</sup> COSTA, Belmira. “A mulher e a sua instrução”. In: *Ibidem*, 1889, n11, p. 7.

era impresso em Paris e publicado no Brasil uma vez ao mês, circulando entre os anos de 1863 e 1878.

\*\*\*

*Jornal das Famílias* era um novo título para a antiga *Revista Popular* (1859-1862), ambas sob direção de Baptiste Louis Garnier, mas que tinham como principal diferença o fato de a *Revista Popular* ser “mais eclética, informativa, com seções variadas e dirigida a um público diversificado”, ao passo que o *Jornal das Famílias* “passou a apresentar seções mais restritas, com um enfoque predominantemente literário e voltado exclusivamente para o público feminino”<sup>334</sup>.

O jornal possuía um número fixo de páginas, era escrito no Rio de Janeiro e, em seguida, enviado à Paris para ser impresso e retornar ao Brasil para as vendas. Tudo isso se justificava devido à alta qualidade das tipografias brasileiras e o baixo valor da impressão francesa, o que tornava o material vendido pela Livraria Garnier muito competitivo e, por isso, bastante criticado por tipógrafos do Rio de Janeiro.

Segundo Constância Lima Duarte<sup>335</sup>, o preço mais elevado de sua assinatura foi de 10\$000 réis para o Rio de Janeiro e Niterói; e de 12\$000 réis para demais províncias, preço semelhante ao jornal *A Família*, todavia, oferecendo um tamanho muito maior, especialmente pelo fato de conter novelas e moldes de costura e bordado.

No primeiro número do *Jornal das Famílias* já podemos ver sua finalidade: “Mais do que nunca dobraremos os nossos zelos na escolha dos artigos que havemos de publicar, preferindo sempre os que mais importarem ao país, à economia doméstica, à instrução moral e utilidade das famílias”<sup>336</sup>. Por se tratar de um jornal mais conservador, não esperávamos encontrar em suas páginas nenhum assunto referente aos direitos ou emancipação da mulher. A suspeita foi confirmada com a procura do termo *emancipação* e, embora empregado duas vezes, nenhum dos sentidos correspondia ao caso feminino. Apesar disso, encontramos textos que, de forma discreta, combatem estereótipos negativos da mulher, bem como indicam a possibilidade de algum grau de autonomia.

Já no que se refere às palavras *instrução* e *educação*, notamos que aparecem algumas vezes relacionadas às mulheres. Neste jornal, era recorrente que esses termos aparecessem

---

334 CRESTANI, Jaison Luís. “A colaboração de Machado de Assis no *Jornal das Famílias*: subordinações e subversões”. In: *Revista Patrimônio e Memória*. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.1, 2006 p. 148. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/109/580>>. Acessada em: 15 de junho de 2021.

335 DUARTE, *Op. Cit.*, 2016, p. 164.

336 “Aos nossos leitores”. In: *Jornal das Famílias*, 1863, n. 1, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acessado em: 15 de junho de 2021.

como sinônimos, como é possível comprovar no romance “História da minha mocidade”<sup>337</sup>, na qual vemos Júlia citar os “desvelos” de seu avô em relação a sua educação. A jovem era estudante de um internato de meninas e fazia grandes progressos nos estudos, mas após a perda dos avós paternos foi proibida por seu pai de voltar ao colégio. Apesar dessa proibição, Júlia não desiste de se dedicar à instrução, figurando como moça exemplar. Em paralelo, seu pai aparece como um homem autoritário, que quer seu mal – é repetido diversas vezes no conto que ele é um homem “mau” e até “louco”. Para seu pai, o fato da jovem saber cuidar da casa já era o suficiente, afinal, argumentava que sua esposa (mãe de Júlia) era analfabeta e isso lhe bastara à vida toda.

Outras vezes, porém, a *educação* aparece no sentido moral ou de refinamento, como observamos no artigo “As imperatrizes do Brasil” que, ao se referir à D. Leopoldina, afirma:

Na imperatriz Sra. Leopoldina reconhece mademoiselle Celliez espírito elevado, esmerada educação e alma verdadeiramente bemfazeja [SIC]. Sem dissimular os desgostos domésticos que aguardavam-na em sua nova pátria, passa por eles com feminina delicadeza, cobrindo com o véu do pudor cenas quiçá escandalosas.<sup>338</sup>

Mesmo que o termo *educação* pudesse aparecer com esses dois sentidos, a palavra *instrução* contemplava somente a noção de aprendizado formal e, ao contrário do que se possa supor para um jornal de cunho mais conservador, era bem quista entre seus editores e colaboradores no que se refere às mulheres, porém sempre no sentido de reforçar o processo civilizatório.

No conto moral “Vaidade corrigida”, nos deparamos com a história de Eugênia e de seu pai, que tentava acabar com a vaidade da filha fomentando os interesses pelos estudos.

– Para que insiste Vm. para que eu estude além de ocupar-me com a casa, dizia ela um dia a seu pai, se pela vida retirada em que vivemos desde a morte de minha mãe não tenho onde aparecer, nem há aqui quem possa apreciar a instrução que tão afanosamente me dá?

–Sempre vaidosa, minha filha! Então pensas que é para ostentares o teu saber que te afadigo tanto? Eu quero que te instruas, disse o velho, porque terei em breve tempo de retirar-me dentre os vivos e, como sabes, cessa por minha morte a modica pensão de que tiramos a nossa subsistência; é por isso que me esforço que te instrua nos misteres da casa e nessas poucas coisas que te puder ir ensinando para lançares mão do magistério e ganhares o pão depois da minha morte e não sereis pesada a ninguém.

<sup>339</sup>

Faz-se necessário atentar para o fato de que, várias vezes, a ideia de instrução e vaidade feminina aparecem juntas, como foi evidenciado no exemplo acima. O jornal tenta

<sup>337</sup> “História da minha mocidade – capítulo primeiro”. In: *Ibidem*, 1863, n. 2, p. 2.

<sup>338</sup> ZALUAR, A. E. “As imperatrizes do Brasil”. In: *Jornal das Famílias*, 1864, n. 9, p. 12.

<sup>339</sup> PHILADELPHIA, Paulina. “Vaidade corrigida”. In: *Jornal das Famílias*, 1868, n. 3, p. 13.

conscientizar as leitoras de que a instrução não é meramente um instrumento de sedução, para tornar as mulheres mais poderosas e encantadoras, mas sim uma forma de acompanhar o progresso dos novos tempos e, caso a jovem fosse de família mais humilde, ainda poderia garantir o seu próprio sustento, mesmo que não viesse a casar.

Ao mesmo tempo em que Eugênia aparece como uma moça vaidosa, este é encarado como seu único defeito, não obstante, bastou uma conversa com o pai para que se conscientizasse e tentasse mudar sua natureza:

Eugênia nunca se lembrara que ficaria na miséria por morte de seu pai, e por isso pesava-lhe estudar e ocupar-se na direção da casa, mas ao ouvir estas judiciosas razões exprobase de não ter compreendido isso há mais tempo. Prometeu-lhe que dali para em diante seria mais grata e aplicada em suas lições.<sup>340</sup>

Para combater essa ideia de vaidade, o jornal traz contos morais e historietas jocosas que tentavam fazer com que as mulheres se afastassem de algo que parece ser encarado como próprio de sua natureza. Neste sentido, se por um lado os contos moralizantes trazem moças de bom coração, inteligentes e que só precisam se afastar da vaidade; por outro, as histórias jocosas criam estereótipos de mulheres poderosas, como Catharina II<sup>341</sup> da Rússia, vista como astuta, hipócrita, libertina e que usava seu conhecimento para seduzir e enganar.

Ainda que estas fossem as duas tendências principais do *Jornal das Famílias*, existe nele dois textos que aparentam a defesa do sexo feminino, mesmo que isto seja feito de forma bastante velada. No artigo “Suzanna e Joanhina”, a autora Victoria Collona e sua amiga desabafam em relação à condição feminina:

Achando-me num dos dias do mês passado em casa d’uma amiga que residiu por muito tempo em França e viajou por diversas terras, viemos a falar sobre a injusta apreciação que se faz do nosso sexo, e o aferro inexplicável que os homens têm em não quererem capacitarem-se de que todos os nossos defeitos (porque, amáveis leitoras, cumpre confessarmos que o temos) proveem da falsa educação, ou melhor diríamos, instrução que nos é dada por esses que supondo amar-nos não fazem mais do que cavar a nossa ruína.  
– Se eu soubesse manejar uma pena, disse Amália (é o nome da minha amiga) não quisera escrever uma linha que não fosse em favor das mulheres, porque dói-me profundamente vê-las sem defesa.<sup>342</sup>

Victoria e Amália não chegam a se alongar neste assunto, tampouco abordar alguma pauta considerada polêmica, no entanto, existem dois pontos importantes que merecem destaque: o primeiro é o fato da interlocutora (Amália) se lamentar em não saber manejar a

<sup>340</sup> *Ibidem*, 1868, n. 3, p. 14.

<sup>341</sup> JACOBSON, Christovão Frederico. “Duas historietas jocosas – A bibliomania russa no século próximo passado”. *Ibidem*, 1870, n. 5, p. 24.

<sup>342</sup> COLLONA, Victoria. “Suzanna e Joanhina”. In: *Jornal das Famílias*, 1877, n. 7, p. 21.

pena, afirmando que sua vontade é escrever em defesa da mulher e o segundo fato é que Victoria faz indicações de escritores que já vinham produzindo “escritos em nosso favor”<sup>343</sup>, a exemplo de Gabriel Marie Jean Baptiste Legouvé e, seu filho, Ernest Legouvé<sup>344</sup>.

No que se refere ao primeiro ponto, embora o jornal seja majoritariamente composto por homens, é possível ver a participação de algumas mulheres; em geral, elas apresentam certa insegurança de exercer aquela função, sem saber se são realmente habilitadas para tal, dizendo acatar a empreitada mais por vontade do que por talento. Isto não acontece quando nos deparamos com a escrita de Victoria ou com os desejos de Amália. Elas questionam e se queixam da condição da mulher, chegando a afirmar que gostariam de sair em defesa do sexo feminino, todavia, não tomam nenhum caminho mais radical a ponto de realmente rebelar-se contra isso.

Já no que concerne à indicação de autores, tende a despertar a curiosidade de leitoras que compartilhem da mesma perspectiva e não tenham leitura sobre o assunto. Deste modo, elas podem vir a adquirir tais livros e reforçar o discurso em prol das mulheres. O artigo segue com o aparecimento do pai de Amália que, ouvindo a conversa, diz ter sido testemunha ocular de um caso ocorrido a Gabriel Legouvé. Ele teria escrito a história – com medo que lhe falhasse a memória – e entrega à Vitória para a publicação. A história de Legouvé em si, não é tão relevante, mas precisamos ter em mente que ela tem como função reforçar a curiosidade das leitoras em relação ao livro *Mérito das Mulheres*.

Outro artigo que, provavelmente, foi escrito por uma mulher – não é possível saber com exatidão porque se trata de um texto anônimo – se intitula “A arte da beleza”. Indicado para ser lido estritamente por senhoras, ele tem início de um modo singular para um texto que se propõe a falar de beleza:

É costume dizer mal das mulheres dadas às letras, e fazer-lhes, por essa razão, as mais malignas insinuações a respeito das virtudes que mais se prezam no nosso sexo. Debalde se faz ver a esses maldizentes que a mulher que nutre o seu espírito com pasto mais substancial do que as conversas sobre a vida alheia, menos facilmente ocupará a imaginação com essas frioleiras e leviandades que tão úteis parecem a princípio, e tão tristes consequências acarretam ao final, muitas vezes. Eles não se deixam convencer e vem logo com os exemplos das mais célebres literatas das quais a fama não corre boa.

A estes exemplos podia contestar com outros, mas é que não me lembram neste momento, primeiro porque não se trata disso agora, e depois porque o meu forte não é a história. Entretanto, cumpre confessar que, havendo assuntos em que ninguém tão cabalmente se pode entender como as mulheres, devem ser também estas que

<sup>343</sup> *Idem*.

<sup>344</sup> Sobre Gabriel Legouvé, Victoria Collona destaca principalmente a obra *Mérito das Mulheres*, com cinquenta edições, ao passo que Ernest Legouvé é atrelado às obras *Os pais e os filhos no XIX século* e *História moral das mulheres*; todas vistas como “admiráveis” pela autora do artigo. Para saber mais, consultar: COLLONA, Victoria. “Suzanna e Joantina”, *Ibidem*, 1877, n. 7, p. 22.



melhor podem escrever sobre eles. Creio, pois, que mesmo os que se escandalizam vendo uma autora publicar um tratado sobre astronomia ou um compêndio de química, não levarão a mal que qualquer delas faça uso do juízo que Deus lhe deu, e da experiência que possa ter adquirido para escrever, mais ou menos ortograficamente, sobre algumas das poucas matérias da sua competência.<sup>345</sup>

Após esta primeira página, seguem os comentários efetivamente acerca da beleza, matéria que a provável autora afirma que as mulheres “dominam como ninguém”. Trata-se de comentários sobre o livro *Arte da Beleza*, de Lola Montez, a condessa de Landsfeldt, apresentada como tia e madrinha de quem escreve o artigo, apesar deste permanecer anônimo.

Essas surpresas encontradas nas páginas do *Jornal das Famílias* nos mostram como as opiniões eram plurais e, apesar das contenções, era possível encontrar brechas para se expressar, o que torna a situação dessas colaboradoras ainda mais interessante do que aquelas que escreviam para periódicos emancipacionistas.

### 3.1.2. Direito ao trabalho

A temática da instrução feminina também perpassava a do direito ao trabalho, o que nos leva a questionar que tipo de trabalho seria esse e quem o reivindicava. Afinal, sabemos que durante todo o período colonial e imperial, o Brasil fez uso intensivo e extensivo da escravidão como mão de obra e base da economia, ademais, existia uma massa de trabalhadores livres pobres que sempre precisou trabalhar para sobreviver.

Assim, quando pensamos em trabalho, temos que levar em consideração uma divisão em quatro tipos: a escravidão, isto é, o trabalho braçal forçado; o trabalhador livre que busca sua subsistência (seja no roçado, no comércio ou vendendo sua mão de obra); cargos públicos; e uma elite que vive, muitas vezes, na ociosidade.

Devemos lembrar que a fidalguia portuguesa já adotava uma postura de rejeição a trabalhos manuais ou braçais, pois um dos fatores que definia sua nobreza e distinção social era exatamente a *ociosidade*. No Brasil, não era diferente: cabia aos nobres da terra os assuntos públicos e administração dos próprios negócios, enquanto pobres livres e escravizados eram voltados para a produção de todos os tipos de produtos e extração de riquezas.

---

<sup>345</sup> “A Arte da Beleza – Artigo para somente ser lido por senhoras”. In: *Jornal das Famílias*. 1863, n. 3, p. 1.

Quando falamos sobre postos de trabalho que podiam ser ocupados por mulheres pobres, Izabel Campos Mendes<sup>346</sup> afirma que além dos trabalhos primordiais para a manutenção da vida em família, como cozinhar, lavar, tecer e costurar, muitas delas atuavam no comércio, na lavoura (tanto para subsistência, quanto para terceiros) e até na mineração. Ela mostra que “[...] a presença feminina foi sempre destacada no exercício do pequeno comércio em vilas e cidades do Brasil Colonial”<sup>347</sup>, particularmente em armazéns de secos e molhados, não sendo incomum que tais estabelecimentos fossem o lar de mulheres forras.

No que se refere ao seu emprego remunerado na agricultura – especialmente o caso de mulheres imigrantes – sabe-se que a mão de obra de uma mulher adulta equivalia à de menores de idade, portanto, “meia enxada” ou “meia força”, isto é, seu salário era metade da remuneração de um homem adulto (“uma enxada”). Na mineração, era mais raro o emprego de mulheres, devido ao trabalho pesado, restringindo-se à função de carregadoras de gamelas das pedras que seriam lavadas. Podiam ser também curandeiras, benzedoras, lavadeiras, costureiras/bordadeiras, parteiras, amas de leite, quituteiras, prostitutas, sendo escravizadas ou livres.

A disponibilidade de mão de obra feminina se intensificou ainda mais na segunda metade do século XIX, com a abolição do tráfico transatlântico (em 1850), o crescimento do êxodo rural para as capitais de província e, também fluxo de imigração estrangeira – particularmente para a Corte e áreas de produção cafeeira. Citando Vânia Carneiro Carvalho, Joana de Moraes Monteleone declara em *Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras*:

Na época, os criados domésticos em casas e sobrados urbanos se multiplicaram. Se para os homens pobres livres viver de pequenos serviços temporários era uma maneira de sobreviver, para as mulheres livres pobres tornar-se uma criada era uma maneira de conseguir alguma maneira estável de viver, com abrigo, roupas, comidas e, eventualmente, remédios, fornecidos pela patroa. No Rio de Janeiro, em 1870, “71% das mulheres ativas eram criadas, o que significava 34 mil mulheres trabalhando como mucamas, pajens, amas-de-leite, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, carregadoras de água, lavadeiras, passadeiras e costureiras. Brancas e negras, livres ou escravas, elas trabalhavam juntas, exercendo atividades semelhantes.” Muitas eram escravas, outras, mesmo livres, trabalhavam por casa e comida. Em 1872, 2/3 das mulheres livres estavam empregadas no serviço doméstico na corte imperial.<sup>348</sup>

<sup>346</sup> MENDES, Izabel Campos. “A mulher e o trabalho”. In: *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999, p. 230.

<sup>347</sup> MENDES, *Ibidem*, 1999, p. 227.

<sup>348</sup> CARVALHO *apud* MONTELEONE, Joana de Moraes. “Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)”. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 27, núm. 1. Santa Catarina: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/381/38159160008/html/index.html>>. Acessado em: 15 de junho de 2021.

Para além dessas formas de trabalho que apenas garantiam algum grau de subsistência àqueles que a praticavam, vemos entrar em cena outro tipo de trabalho ao longo do século XIX: o trabalho qualificado. Com a implantação de um modelo civilizatório burguês, a criação de faculdades e de uma elite intelectual corroborando com o aparecimento de profissionais liberais como médicos, advogados ou engenheiros, notamos que este tipo de exercício ganhava status de prestígio social e garantia uma vida estável, muitas vezes, com possibilidade de ascensão.

Em paralelo, as mulheres de elite ou aburguesadas começaram a ter mais contato com a instrução, o que também fomentou a vontade de acesso a esses espaços de conhecimento e, mais, ao exercício de uma profissão. Deste modo, quando observamos mulheres brancas abastadas *reivindicando o direito ao trabalho*, é preciso levar em consideração que se trata deste tipo de trabalho: especializado, com formação superior, bem remunerado e bem visto socialmente.

Apesar deste reconhecimento social ser uma realidade entre os homens, essas características dificilmente se estendiam às poucas mulheres que conseguiam formação superior. Mesmo com o acesso tardio ao ensino superior – permitido somente a partir de 1879 –, o preconceito enfrentado para cursá-las e, mesmo, a dificuldade de exercer a profissão depois de graduadas era recorrente, posto que não era incomum que a clientela se recusasse a ser atendida por uma mulher numa profissão “masculina”.

Além disso, pairavam inúmeros debates a respeito da atuação feminina fora do lar: a mulher conseguiria dar conta das funções de mãe e esposa, e ainda desempenhar uma terceira? E, caso a resposta fosse *sim*, que profissões seriam pertinentes ao seu sexo?

Quando nos debruçamos sobre periódicos do fim do século XIX, notamos que, a princípio, o “trabalho” da mulher era exclusivamente doméstico, uma vez que ela não tem atrelada a sua imagem a função de provedora. No entanto, alguns periódicos já apontam para profissões como medicina e magistério, como é o caso do *Echo das Damas*.

Visando estimular a instrução feminina, o editorial do jornal *Echo das Damas* apresenta um grande apoio ao ingresso de mulheres de alta classe nas faculdades. Muitos números do periódico ressaltam a importância do ensino superior e exaltam aquelas poucas mulheres que conseguiam alcançá-lo.

Podemos citar como exemplo uma nota da seção *Noticiário*<sup>349</sup> que destaca a concessão de uma pensão anual de 1\$200 para D. Josepha F. Agueda de Oliveira, filha do

---

<sup>349</sup> “Noticiário”, *Jornal das Famílias*, 1879, n. 2, p. 2.

renomado advogado Romualdo Alves de Oliveira. A pensão concedida pela Assembleia Provincial de Pernambuco tinha como finalidade a graduação de Josepha em Medicina, para tal, ela teria que ir para os EUA ou Suíça, itinerário ainda não definido. Mesmo assim, a jovem é muito elogiada por sua instrução, sendo dito que passou por “todos os preparatórios exigidos para a matrícula”<sup>350</sup>.

A mesma exaltação se dá para a “Biografia da Exm. Sra. D. Maria Augusta Generoso Estrella”, que se estende por mais de um número, trançando o histórico de sua instrução desde a sua ida para o internato feminino no Colégio Vila Real, na Ilha da Madeira, até seu ingresso na Faculdade de Medicina, no New York Medical College, anunciando o brilhantismo da futura doutora.

Interessante notar que ainda não era possível que mulheres cursassem o ensino superior em terras brasileiras, desta forma, só conseguiriam acesso a uma universidade se soubessem fluentemente uma língua estrangeira e tivessem condições de manterem fora do país, isto é, fossem de uma família endinheirada ou tivessem apoio do governo para tal.

Mais do que esses casos particulares, há de se ressaltar o artigo “A mulher na medicina”<sup>351</sup>, que aparece em mais de uma edição na seção de *Colaboração*, embora não conste autoria. Ainda no segundo número do jornal, o texto defende a entrada da mulher nesta profissão, apelando para a falta de paciência dos médicos homens, principalmente os médicos mais reconhecidos. Segundo o artigo, mulheres e crianças sofriam com a impaciência destes, as primeiras por uma questão de pudor, e as últimas, por não conseguirem se expressar. Neste sentido, a delicadeza e a paciência “natural” das mulheres poderiam ser de grande auxílio para a Medicina, já que elas passavam horas lidando com crianças e outras mulheres não teriam medo ou vergonha de expor seus corpos.

Na edição seguinte, a continuação do artigo destaca o elevado índice de mortalidade infantil, não só pela miséria, fome, intempéries do clima, ignorância dos pais, mas também pela ignorância e impaciência dos médicos para com as crianças, reiterando o que foi dito no número anterior. O texto segue afirmando que nos EUA, muitas jovens já estavam cursando a faculdade de Medicina e atuando na profissão; chega a citar o caso de um grupo de alunas da Universidade de Washington que foi para a Europa, acompanhado de um professor, a fim de conhecer os principais hospitais – partindo para uma viagem de estudos

---

<sup>350</sup> *Idem*, 1879, n. 2, p. 2.

<sup>351</sup> O artigo “A Mulher na Medicina” faz parte da seção *Colaboração* e não é assinado. Ele tem início no exemplar número 2 (páginas 1 e 2) e tem continuação no exemplar número 3 (páginas 2 e 3).

e observações que, no Brasil, só tinha similares na Escola da Marinha e na Escola Politécnica e, mesmo assim, de forma precária se comparada ao caso estadunidense.

Podemos ressaltar três pontos mais relevantes no artigo “As Mulheres na Medicina”: o primeiro deles, é o decoro feminino; o segundo ponto são os estereótipos em torno da mulher, como sendo uma figura doce, maternal, paciente e, até mesmo, com dom para cuidar de outras pessoas; e em terceiro, ainda não citado, refere-se à relação entre casamento e o exercício da profissão de médica.

No que concerne ao decoro, o texto afirma que muitas mulheres acabavam morrendo, vítimas de alguma enfermidade e do próprio pudor, por não quererem ser examinadas por um médico. Aquelas que não apresentavam tanta resistência, ainda tinham medo de ver seu caso clínico sendo levado às academias de medicina ou, ainda pior, às páginas dos jornais para o debate público. O parto é caracterizado como o momento mais sensível devido ao grau de exposição, pois em situações de dificuldade, a parteira era substituída por um ou mais médicos “[...] em risco de matar de emoção, de medo e de vergonha a parturiente”<sup>352</sup>.

Para evitar este tipo de constrangimento, o ideal seria que elas só fossem atendidas por outras mulheres, o que nos leva ao segundo ponto, os estereótipos femininos. Principalmente no caso da arte de partejar, que era tradicionalmente ligada às mulheres, o artigo defende que “[...] a delicadeza das mãos e a perfeição do tato lhes darão grande superioridade aos médicos parteiros”<sup>353</sup>.

O texto também defende o atendimento de crianças feito exclusivamente por médicas. O argumento é de que além da delicadeza, sentimento e paciência necessários para tal atendimento, o fato das mulheres serem mães faz com que elas sejam capazes de interpretar “a muda linguagem das crianças”<sup>354</sup>, pois somente as mulheres “[...] tem a devoção necessária para estudarem, horas e horas, a interpretação dos gostos e dos monossílabos infantis”<sup>355</sup>.

Já na continuação do artigo, na edição número 3, encontramos outro ponto extremamente interessante: a relação direta entre possibilidade de trabalho qualificado para as mulheres, o aumento do número de casamentos e a diminuição das brigas conjugais. Apesar de, à primeira vista, isso parecer contraditório, o artigo explica esta relação:

---

<sup>352</sup> “A Mulher na medicina”. In: *Echo das Damas*, 1879, n. 2, p. 2.

<sup>353</sup> *Idem*.

<sup>354</sup> *Idem*.

<sup>355</sup> “A Mulher na medicina”, *Ibidem*, 1879, n. 2, p. 2.

Os casamentos serão muito mais fáceis quando os nubentes forem ambos capazes de trabalhar e concorrer para a sustentação e bem-estar da família; a economia doméstica fará então progressos reais; findará o primeiro motivo das rixas conjugais; o prurido de gastar das mulheres em futilidade, a despeito dos diminutos haveres dos maridos de honra e de vergonha.<sup>356</sup>

Todo o argumento girava em torno do fato da manutenção de uma senhora de boa sociedade custar altos encargos ao marido, o que acabava afastando a maioria dos homens da possibilidade do casamento. A solução, então, seria que a mulher pudesse bancar seus próprios luxos, enquanto o homem seria responsável em prover o restante das necessidades familiares, reestabelecendo a harmonia entre o casal e equilibrando as contas da casa.

Como podemos ver, embora defendesse o direito da mulher ao trabalho qualificado e bem remunerado, também reforçava estereótipos negativos ligados ao luxo e à futilidade, além de colocar a mulher como a única capaz de trazer paz ou desarmonia para a relação a dois. Ou seja, a mulher é encarada, ao mesmo tempo, como ponto central dos problemas e também como aquela que pode resolvê-los, pois a própria garantia de felicidade em sua família é determinada por seu comportamento, como já apontava Rousseau em *Emílio*.

Além da Medicina, o magistério também era outra carreira vista como conveniente ao sexo feminino. No *Echo das Damas* encontramos algumas referências à função de professora, tanto em colégios quanto em universidades. Ainda no artigo “A mulher na Medicina”<sup>357</sup>, o jornal cita exemplos históricos como o de Novella de Andréa, que lecionou Física e Matemática na Universidade de Bolonha, na Itália. Além dela, aponta a doutora Manzonlina, professora de Matemática e Clotilde Tambroni, professora de Língua Grega, ambas da mesma universidade que Andréa.

O jornal também fala do excelente trabalho da escritora e professora da cidade de Taubaté, D. Anália Franco, que era colaboradora do *Echo das Damas*. Em “Literatura Dramática: O Chefe dos Anambés”<sup>358</sup>, seu talento de escritora é ressaltado, principalmente pela escolha da temática moral do amor materno. Já na nota “Carnet de Voyage”<sup>359</sup>, escrito pela redatora Amélia Couto, vê-se um elogio à atuação de Anália Franco como professora e diretora do Internato e Externato de Taubaté. Outra professora elogiada na mesma nota é D. Maria Amélia Marcondes, que trabalha no colégio de Franco e, como esta, também é colaboradora do *Echo das Damas*, sendo ambas grandes responsáveis pela circulação do jornal na cidade.

<sup>356</sup> “A Mulher na medicina”, *Ibidem*, 1879, n. 3, pp. 2-3.

<sup>357</sup> “A Mulher na medicina” (continuação). In: *Echo das Damas*, 1879, n. 3, p. 2.

<sup>358</sup> “Literatura Dramática: O Chefe dos Anambés”, *Ibidem*, 1888, n. 11, pp. 2-3.

<sup>359</sup> COUTO, Amélia. “Carnet de Voyage”, *Ibidem*, 1888, n. 54, p. 2.

Sabemos que no final do século XIX e início do século XX, houve um processo de ressignificação do exercício do magistério, que abriu cada vez mais espaço para que as mulheres exercessem a função. Segundo Admilson Lima:

Há diversas linhas que abordam a feminização docente, entre elas existem as concepções “conservadoras” pautadas pela ideia de “vocação”. As mulheres, portanto, seriam levadas à profissão docente por conta da sua “natureza”, propensa à manutenção das relações humanas e as práticas do cuidado. Dessa maneira, a atividade assimilou peculiaridades naturalizadas como femininas, como, por exemplo, a sensibilidade, o amor incondicional, a tranquilidade, a entrega, etc. Assim, o magistério passa a ser visto como uma atividade que poderia e deveria paulatinamente ser exercido conjuntamente com as atividades do lar.<sup>360</sup>

Neste sentido, não é espantoso que profissões como Medicina e Magistério – que exigem paciência, cuidado e dedicação – figurem no hall de possibilidades para emancipacionistas adeptas de uma perspectiva mais moderada, visto que reafirmavam a função do cuidado como algo ligado à identidade feminina, reforçando os estereótipos já existentes.

Quando analisamos segundo o pensamento de Rancière, notamos que esses pequenos avanços com a reestruturação do discurso policial é a melhor forma de garantir a estabilidade do *status quo*, pois este acompanha algumas mudanças da sociedade sem, no entanto, ver suas estruturas completamente alteradas. Ou seja, o jornal *Echo das Damas* buscava defender a pauta da emancipação da mulher, ao mesmo tempo em que acatava a ideia de que havia profissões que seriam convenientes a este sexo, contribuindo com a delimitação do espaço de atuação feminino.

No jornal *A Família*, por sua vez, vemos que a pauta de direito ao trabalho é muito mais abrangente. Podemos observar que o jornal defende tanto “profissões”, quanto “empregos”, isto é, a mulher pode exercer tanto funções estritamente qualificadas, que necessitam do ensino superior – como Medicina, Direito, etc. – quanto ser empregada em cargos mais gerais, sejam eles públicos ou privados, a fim de garantir o seu sustento e independência.

Quando buscamos pelo verbete *emprego*, nos deparamos com artigos como “A mulher inglesa nos cargos públicos”<sup>361</sup> (sem autoria), na qual afirmam que, em 1870, o governo inglês decidiu fazer um teste empregando mulheres nas repartições públicas. Elas podiam ocupar cargos nos correios, telégrafos, repartições públicas (tesouraria, contadoria

<sup>360</sup> LIMA, Admilson Marinho de. Feminização do trabalho docente. In: Anais do XXVIII Simpósio de Nacional de História. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015, p. 5. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/>>. Acessado em: 20 de junho de 2021.

<sup>361</sup> “A mulher inglesa nos cargos públicos”, *A Família*, 1888, n. 2, p. 4.

geral e caixa econômica), guarda-livros, escriturária, classificadoras, etc. O texto afirma que a jornada de trabalho ia das dez horas da manhã às quatro horas da tarde para todas, mas os salários dependiam do fato de serem trabalhadoras de “1ª classe” ou “2ª classe”. As de primeira classe, com salários maiores, estavam ligadas exclusivamente ao nível intelectual exigido para a função, apesar de todas precisassem prestar concurso público.

O editorial do jornal, provavelmente escrito por Josephina Álvares de Azevedo, também destaca na seção “Novidades”, ao longo de várias edições, uma série de empregos ocupados por mulheres ao redor do mundo. Podemos citar um caso semelhante ao anterior com o emprego de mulheres nos correios e telégrafos na Áustria<sup>362</sup>, em 1890. Além disso, há exemplos como o emprego de nove operárias na tipografia dirigida por Ethel Dickens<sup>363</sup>, esposa do escritor Charles Dickens, ou ainda, a criação de uma escola comercial feminina por Miss Mary Seymour, “visto o grande emprego de mulheres no comércio atual”<sup>364</sup>.

De uma forma geral, o editorial d’*A Família* defende que todas as mulheres possam ter direito ao trabalho fora do lar. O diferencial está no nível de instrução alcançado, logo, as mulheres que chegassem a possuir ensino superior tenderiam a conquistar postos de trabalho mais reconhecidos e bem remunerados em relação àquelas que só possuísem ensino primário, por exemplo.

O jornal levava em consideração as discrepâncias de oportunidades de acordo com a classe social, no entanto, como era voltado para um público mais abastado, isto não parece ser visto como um problema em si. Ademais, o fato de pouquíssimas mulheres da alta sociedade brasileira conseguirem acessar o ensino superior e, particularmente, exercer a profissão, fazia com que essas diferenças de classe não fossem o foco dos debates de emancipação, o que não impedia críticas em relação à diferença de oportunidade entre homens e mulheres, nem a comparação a respeito da situação das mulheres dentro e fora do Brasil.

Na edição número 9 do jornal, nos deparamos com uma nota anônima que tem início com a seguinte frase: “Quando poderemos competir com eles?”<sup>365</sup> e, em seguida, traz a situação das mulheres nos EUA, afirmando que mais de 4500 mulheres já exerciam a medicina, cerca de 300 ocupavam o cargo de advogada, além de contar com muitas mulheres como professoras universitárias, ocupando cadeiras que iam desde Letras à Astronomia. O

---

<sup>362</sup> “Novidades”, *A Família*, 1890, n. 77, p. 3.

<sup>363</sup> “Novidades”, *Ibidem*, 1890, n. 81, p. 2.

<sup>364</sup> “Novidades”, *Ibidem*, 1890, n. 84, p. 2.

<sup>365</sup> “Quando poderemos competir com eles?”, *Ibidem*, 1889, n. 9, p. 8.



artigo ainda aponta que as mulheres estadunidenses já eram maioria na direção de escolas públicas, como operárias em fábricas e que já havia mulheres trabalhando em casas comerciais, jornais, correios e telégrafos, demonstrando um leque bastante extenso de carreiras.

Em “Cartas a Magdalena por Mme. Gagneur (continuação)”, traduzido e publicado por Anália Franco, podemos observar a comparação da questão do trabalho em diversos países. Para Gagneur, “[...] o primeiro direito que a mulher cumpre conquistar é viver honestamente pelo seu trabalho”<sup>366</sup> e, apesar de reconhecer que muitos países já empregavam a mão de obra feminina, relata a precariedade de condições encontrada: “Tanto na França como na Rússia, as mulheres do campo morrem de trabalho, do mesmo modo que na Inglaterra e na França as operárias morrem de fome”<sup>367</sup>.

Para além disso, a autora compara o caso de outras nações e outros tipos de trabalho remunerado:

Os suecos são menos livres do que os franceses na admissão das mulheres nos cargos civis. Presume-se mesmo que dentro em pouco elas ali sejam admitidas em todos os empregos públicos para os quais revelarem aptidões suficientes. Além disso, em Berlim, na Rússia e mesmo na França, há escolas profissionais para mulheres.<sup>368</sup>

Há também artigos que evidenciavam o avanço dos direitos das mulheres em outros países, trazendo a ideia de “atraso” brasileiro em contraposição ao “progresso civilizatório” e, mais do que isso, mostravam como a imprensa feminina acompanhava os debates e as lutas pelos direitos das mulheres fora do país. Na edição 105, por exemplo, seguem várias pequenas notas:

Miss Kate Kane foi ultimamente admitida como advogada no curso superior dos Estados Unidos em Washington.

O número de mulheres advogadas na América tem aumentado consideravelmente.

Miss Clotilde Gallezon foi nomeada tradutora da Câmara dos Representantes no México. É a primeira mulher empregada na legislação deste país.

Mme. Emile Kempin, professora da Universidade de New York, fez em Berlim uma conferência sobre *A situação legal e social das mulheres nos Estados Unidos*.<sup>369</sup>

Também podemos destacar a edição 172, que traz notícias do ingresso de mulheres em universidades de Paris (formaram-se 6 médicas e 183 parteiras), de Londres (3 médicas e 21 graduadas em Letras), com dados referentes ao ano de 1893. De forma inusitada, o mesmo artigo traz duas críticas: a primeira se refere à Universidade de Cambridge, na qual 10

<sup>366</sup> FRANCO, Anália. “Carta a Magdalena por Mme. Gagneur – continuação”, *A Família*, 1890, n. 49, p. 5.

<sup>367</sup> *Idem*.

<sup>368</sup> *Ibidem*, 1890, n. 49, p. 5-6.

<sup>369</sup> “Novidades”, *Ibidem*, 1894, n. 105, p. 7.

mulheres teriam tentado ingresso na Faculdade de Matemática, chegando a prestar exames e conseguindo altas pontuações, mas sem êxito, pois este era vetado ao sexo feminino; a segunda crítica diz respeito ao “atraso” brasileiro. No final do artigo, está escrito: “Por toda parte, enfim, o movimento se acentua vitoriosamente. Mas no Brasil... Ah! No Brasil existe o centro positivista com sua igreja da humanidade que há de... salvar a pátria!”<sup>370</sup>.

A crítica ao Positivismo no jornal tem início com a proibição do ingresso feminino às universidades brasileiras, abordada pela redatora-chefe, Josephina Álvares de Azevedo. Segundo ela, desde a proclamação da República e da ascensão da filosofia Positivista de Benjamin Constant, a causa emancipacionista ficou “irremediavelmente ameaçada de aniquilamento”<sup>371</sup>. Em suas palavras:

O tal positivismo do Sr. Benjamin é o que faz da mulher um ente descerebrado, um animal sem desenvolvimento, um pobre camelo do deserto, destinado a servir o homem eternamente, bestialmente, sem um estímulo de revolta, sem um sinal de enfado, resignado, sombrio e indiferente.<sup>372</sup>

Apesar dos empecilhos e dos retrocessos quanto aos direitos das mulheres, as pequenas conquistas das brasileiras também eram saudadas no jornal, como é o caso da Sra. D. Ermelinda Lopes de Vasconcelos<sup>373</sup>, a primeira brasileira a se formar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ou ainda, das senhoras D. Palmira Secundina da Costa, D. Maria Fragoso e D. Maria Coelho da Silva Sobrinho, as primeiras mulheres a se formarem na Faculdade de Direito do Recife<sup>374</sup>.

Para além do hábito de congratular as conquistas das mulheres, suas páginas revelam também críticas aos impeditivos do exercício da profissão, como podemos ver em “Grau em Direito”. Este artigo anônimo ressalta a graduação de D. Maria Augusta Lins Meira de Vasconcellos, pela Faculdade de Direito de Recife, ao mesmo tempo em que questiona:

Resta agora saber se uma senhora que se habilita para os cargos da advocacia, que recebe um grau por uma Faculdade do Estado e se mostra capaz de concorrer nas funções públicas para o bem dos seus constituintes, deve estar sujeita aos caprichos dos que não queiram reconhecê-la, como já se fez em um júri em Pernambuco. Um diploma de habilitação não deve continuar a ser uma carta de luxo.<sup>375</sup>

Na mesma página, ainda observamos a notícia da formatura em Medicina da jovem rio-grandense, filha de comerciante, D. Antonieta Dias, que cursara a faculdade na capital da Corte. Assim a seção “Novidades” noticiava em novembro de 1889:

<sup>370</sup> “Novidades”, *A Família*, 1894, n. 172, p. 6.

<sup>371</sup> AZEVEDO, J. “Decreto iníquo e absurdo”, *Ibidem*, 1890, n. 70, p. 1.

<sup>372</sup> *Idem*.

<sup>373</sup> “Bravo!”, *Ibidem*, 1888, n. 5, p.7.

<sup>374</sup> “Bravo!”, *Ibidem*, 1888, n. 1, p. 8.

<sup>375</sup> “Grau em Direito”, *Ibidem*, 1889, n. 40, p. 6.

A sua formatura traduz mais uma vitória para o sexo que representa, sobre os preconceitos brutais da educação atrofiante, ainda infelizmente, em vigor.

Provando por todos os dotes intelectuais a competência da mulher no concurso das profissões, de par com os homens, a formatura da Dra. Antonieta Dias vem reforçar tacitamente, o protesto mais veemente contra as opiniões contrárias a nossa emancipação, [...].

As suas provas de capacidade intelectual foram brilhantíssimas; a sua formatura foi um dos atos melhores neste ano.<sup>376</sup>

Devemos, ainda, apontar outro debate extremamente importante que, mesmo sendo uma opinião contrária ao editorial e à maioria das colaboradoras d’*A Família*, aparece em suas páginas. Trata-se da concepção de inversão de papéis entre homens e mulheres, caso essas últimas comessem a integrar o universo do trabalho remunerado.

Na edição 96, de 1891, encontra-se o artigo “Pela emancipação feminina”, no qual Josephina Álvares de Azevedo responde a uma crítica feita por Thiers Minor a seu livro *Mulher Moderna* e ao jornal *A Família*. Minor concordava que as mulheres devessem ter acesso à instrução, mas isto devia ter como finalidade a qualidade da educação dada aos filhos, pois em sua concepção “[...] o que não for isso, com relação à mulher, é quixotesco, ridículo”. Em suas palavras:

A Sra. D. Josephina, terá carradas de razão em pregar que a mulher precisa orientar-se, acompanhando a evolução científica, artística e literária, mas quanto a vê-la doutora, financeira e mais coisas, isso é que não!

Ao acontecer isso, há de ter graça ver o meu amigo Caldeira, gordo, nédio, a ninar os petizes; ver o Affonso Veridiano a aplicar mamadeira aos bebês; ver o Chiquinho Martins Filho a costurar à máquina, abanando colchas e guardanapos, cantando “Carolina que as horas contava”. E as Exmas. esposas, senhoras respeitadas, mães virtuosíssimas a fazerem escrituração mercantil, a fazerem despachos, e trabalho no foro.

Nada, minha senhora!

V. Exa. tem trabalhado, mas está perdendo o seu latim!<sup>377</sup>

O medo da inversão de papéis que eram considerados naturais a cada um dos sexos costumava ser encontrado em críticas à emancipação feminina desde o século XVIII. De forma geral, este tipo de argumento está ancorado na ideia de que haveria o abandono das funções domésticas e dos cuidados com as crianças que, na ausência materna, necessariamente precisariam ser supridos pelos maridos/pais, o que colocaria as mulheres numa posição de poder em relação aos homens. Como nas famílias aburguesadas e de alta classe oitocentistas o “normal” era a figura do homem provedor, enquanto a mulher era

<sup>376</sup> “Novidades – Doutora Antonieta Dias”, *A Família*, 1889, n. 40, p. 6.

<sup>377</sup> MINOR apud AZEVEDO. “Pela Emancipação Feminina”, *Ibidem*, 1891, n. 96, p. 3.

completamente dedicada às necessidades da família, qualquer tipo de alteração do padrão era visto como desestruturação da ordem e, conseqüentemente, caos social.

Exatamente por esse motivo, periódicos como o *Jornal das Famílias*, que é de cunho mais conservador nos costumes, pode vir a abordar temas como a instrução, mas dificilmente abordará temáticas ditas polêmicas, como a emancipação feminina ou mesmo o trabalho feminino. É preciso salientar que a circulação deste jornal ocorreu entre 1863 e 1878, ou seja, termina um ano antes da promulgação da lei que permitiu acesso ao ensino superior para as mulheres. Todavia, poderia haver alguma referência às mulheres no estrangeiro, o que se confirmou com o conto sobre Catharina II. Para investigar tal temática, foram selecionados alguns termos a fim de fazer uma busca sobre papéis ocupados por mulheres para além da função doméstica e materna.

No *Jornal das Famílias*, o verbete *emancipação* só aparece como referência à abolição da escravidão. Já quando vamos recorrer a outros termos, referentes a possíveis profissões, nos deparamos com uma realidade bem diferente do jornal *A Família*.

A palavra *faculdade* aparece vinte e duas vezes ao longo das edições, no entanto, em vinte delas o termo é sinônimo de “capacidade de”, enquanto as outras duas referências são ligadas à faculdade de Direito e Medicina, ambas relacionadas a personagens masculinos.

Quando buscamos por *bacharel*, vemos que todas as sessenta e quatro aparições do termo se referem a homens que cursaram Direito. Mas também é preciso ressaltar que, em quase todos os contos, esses bacharéis eram alvo de admiração, especialmente de moças casadoiras, enamoradas pela inteligência dos rapazes e desejosas de um bom arranjo matrimonial.

A palavra *medicina*, por sua vez, aparece setenta vezes e pode ser dividida em dois nichos: um se refere estritamente aos homens que cursaram Medicina e menções diretas a esta faculdade; enquanto o segundo nicho se refere à seção do jornal voltada pra medicina doméstica. Neste último, vemos inúmeras menções aos manuais do Dr. Chernoviz, muito utilizado por mulheres para cuidar de seus entes em casos como queimaduras, febres, problemas digestivos e outras moléstias. Isso reafirma o papel da mulher como aquela que deve cuidar e zelar pelos seus familiares, ao mesmo tempo em que traz o componente médico higienista para a cena oitocentista.

Outra seção que ratifica a função doméstica da mulher é a seção de moda e costura, que traz moldes de roupa para mulheres, homens e crianças, a serem executados pela esposa/mãe. O próprio aparecimento do termo *mãe*, que pode ser visto mil cento e oitenta vezes, nos dá a dimensão de como essa era encarada como a função principal da mulher.

Somente quatro artigos fazem menções a ocupações que fogem desta alçada, são eles os supracitados “Vaidade corrigida” e “Duas historietas jocosas”, ambos já citados neste capítulo. O primeiro mostra um conto no qual um homem viúvo cria sua filha sozinho e alerta à jovem para o perigo de perdê-lo e ficar sem rendimentos. Os dois viviam de uma pequena pensão do pai, que findaria com sua morte, o que fazia com que ele insistisse em seus estudos para que, um dia, ela pudesse se tornar professora e não ser considerada um peso para ninguém.

Já a historieta jocosa refere-se à Imperatriz Catharina II, da Rússia, que apesar de considerada uma mulher com talento e prudência para o governo, tem um comportamento que contrasta com suas habilidades, visto que era uma mulher de “ilimitada cobiça de glória e voluptuosidade”. Ou seja, mesmo reconhecendo que Catharina II tinha capacidade para governar, o que acabava ficando em evidência eram as suas características negativas.

Vale ainda destacar o romance “A Pianista”, assinado por J.J. (pseudônimo de Machado de Assis), que conta a história de Malvina. A jovem de vinte e dois anos era professora de piano, órfã de pai e que, por esse motivo, via-se obrigada a trabalhar para manter seu sustento e o de sua mãe. Observemos sua descrição:

Ensinava piano. Era esse o único recurso que tinha para sustentar-se e a sua mãe, pobre velha a quem os anos e a fadiga de uma vida trabalhosa não permitiam já tomar parte nos labores de sua filha.

Malvina (era o nome da pianista) era estimada onde quer que fosse exercer a sua profissão. A distinção de suas maneiras, a delicadeza de sua linguagem, a beleza rara e fascinante, e mais do que isso, a boa fama de mulher honesta acima de toda insinuação, tinha-lhe granjeado a estima de todas as famílias.

Era admitida nos saraus e jantares de família, não só como pianista, mas ainda como conviva elegante e simpática, sendo que ela sabia pagar com a mais perfeita distinção as atenções de que era objeto.

Nunca se lhe desmentira a estima que em todas as famílias encontrara. Essa estima estendia-se até a pobre Thereza, sua mãe, que participava igualmente dos convites que faziam à Malvina.<sup>378</sup>

Na história, o pai de Malvina aparece como um “pobre advogado sem carta” que, embora brilhante, nunca cursara o ensino superior. É apresentado como um homem honrado que sempre garantiu o sustento de sua família, no entanto, tinha um filho envolvido com dívidas, que fazia com que a família não conseguisse ter uma reserva de dinheiro. Quando o pai faleceu, seu filho abandonou o lar para viver “uma vida de opróbio” e coube à Malvina o sustento da casa.

---

<sup>378</sup> J.J., “A Pianista”, *Jornal das Famílias*, 1866, n. 9, p. 1.

A jovem dava aulas de piano para moças, principalmente da alta sociedade – evidenciando uma prática muito comum à época – e, foi desta forma, que conheceu e se enamorou por Thomaz Valença (irmão de sua aluna), filho de um homem abastado e arrogante que achava que o real interesse de Malvina era na herança de sua família. Ao longo da história, o romance entre Malvina e Thomaz se desenrola com dificuldade devido ao fato de pertencerem a classes sociais distintas, porém, o narrador sempre evidencia as virtudes e a pureza das intenções da pianista.

Apesar de o casamento ocorrer a contragosto de Tibério Valença – pai de Thomaz, que jurou não dar nenhuma ajuda financeira ao casal – foram exatamente Thomaz e Malvina que o acolheram quando ficou enfermo, sendo este o primeiro passo para a reconciliação que ocorre no final da história, com o arrependimento de Tibério.

O que é importante destacar, no entanto, são as mudanças nas funções de Malvina ao longo da vida. Se no início da história era ela quem sustentava a casa, devido à morte do pai, idade avançada da mãe e abandono do irmão; após o casamento, mesmo vivendo uma vida humilde, ela abandona a atividade de professora de piano, dedicando-se exclusivamente ao lar. Seu marido atua no serviço público, mas a casa e o estilo de vida de Thomaz e Malvina é sempre descrito como simples, humilde e feliz.

Em algumas passagens do conto podemos confirmar a ideia de que a mulher – representada por Malvina – nasceu para cuidar do lar e da família. Exemplo disso é que, mesmo sendo rejeitada pelo sogro, a jovem se oferece como enfermeira durante o período que esteve acamado, já que sua filha estava fora da cidade acompanhando o marido. Neste trecho da história, podemos observar como o narrador vê o cuidado e o ambiente doméstico como algo natural à mulher: “Malvina foi no mesmo dia começar seus serviços de enfermeira. Tudo em casa mudou como por encanto. A doce e discreta influência da mulher deu nova direção aos arranjos necessários à casa e à aplicação dos medicamentos.”<sup>379</sup>

A opinião do narrador também é ratificada na voz da própria Malvina:

Tibério respirou como um homem que aprecia a vida no grau máximo. Depois acrescentou:

– Ora, quanto trabalho teve comigo!

– Nenhum...

– Como nenhum?

– *Era preciso haver alguém que dirigisse a casa. Bem sabe que as mulheres são essencialmente donas de casa* [grifo meu]. Não quero encarecer o que fiz; eu pouco fiz; fi-lo por dever. Mas quero ser leal declarando qual foi o pensamento que me trouxe aqui.

<sup>379</sup> J.J., “A Pianista”, *Jornal das Famílias*, 1866, n. 10, p. 4.

– A senhora tem bom coração.<sup>380</sup>

Em outra passagem, quando Tibério vai à casa do filho, repara que além da simplicidade do lugar, salta à vista como o lar é bem cuidado. E, em cima da mesa, uma pequena roupa de criança faz com que Tibério pergunte se Malvina costura para fora; qual sua surpresa ao descobrir que será avô e que ela mesma está preparando o enxoval.

Não obstante toda a desconfiança da nora, bem como toda a ambição de que seus filhos garantissem um casamento com figuras de famílias ilustres e abastadas, Tibério Valença acaba por se render às virtudes de Malvina: uma jovem responsável, trabalhadora, amorosa, dedicada e honrada. Devemos reparar que, embora Malvina trabalhe durante um longo período da trama, ela só o faz por necessidade; logo, quando se casa com Thomaz, deixa que ele assuma o lugar de provedor, ainda que a música continue a fazer parte de sua vida – fato evidenciado pelo piano que fica na sala do casal e foi dado como presente de casamento por uma de suas antigas alunas.

Como podemos ver ao comparar esses três jornais, existem tendências mais progressistas (*A Família*), moderadas (*Echo das Damas*) e conservadoras (*Jornal das Famílias*) em relação ao que tange os direitos básicos da mulher, como seu acesso à instrução, mas principalmente, no que diz respeito ao que é identificado como feminino. Essa construção cultural do que seria pertinente e “natural” a cada um dos sexos é atravessada por questões sociais, econômicas e políticas, sendo determinantes para compreender os papéis de gênero e suas transformações.

Quanto mais polêmica é a pauta, mais esses papéis e identidades parecem se misturar, o que provocava a sensação de um possível caos social futuro. Numa sociedade de cunho patriarcal, onde a identidade masculina é pautada na ideia de dominação, força, virilidade, razão e ação, enquanto a identidade feminina é associada à passividade, cuidado, fragilidade e emoção, a delimitação das esferas de atuação (pública para os homens e privada para as mulheres) ordenava a dinâmica do exercício de poder e dos papéis exercidos por cada um dos sexos.

Não à toa, conforme avançaram as pautas emancipacionistas, aumentou também a reação de grupos conservadores a esses avanços, pois essas reivindicações eram vistas como perigosas à estruturação da própria sociedade. Ainda assim, vemos fortalecimento de pautas relacionadas à direitos civis e políticos, a fim de conquistar uma posição de equidade entre os sexos.

---

<sup>380</sup> J.J., *Jornal das Famílias*, 1866, n. 10, p. 5.

### 3.2. Emancipação para além da *utilidade*

No que se refere aos direitos, faremos um apanhado das principais demandas acerca da emancipação feminina no final do século XIX, a saber: direitos civis e políticos. Como já tratamos separadamente o caso da instrução e do trabalho, que configurariam direitos civis, vamos nos ater às polémicas do casamento civil e divórcio. Já no que tange aos direitos políticos, falaremos acerca de “clubes de senhoras”, que tem como finalidade o debate político e o sufrágio feminino.

Como já apontado, o jornal *A Família* se destaca pela postura progressista de seu editorial, sendo acompanhado pela opinião de várias leitoras-colaboradoras, mas não se trata de uma unanimidade. Mesmo assim, é possível encontrar o termo “feminismo” duas vezes em suas páginas, o que é um forte indicativo de como ele enxerga a emancipação da mulher, isto é, como um movimento social que começava a ganhar forma no Brasil, visando à conquista de direitos para as mulheres, o que representava diretamente a sua emancipação frente ao homem.

O *Echo das Damas*, por sua vez, aparece de forma mais acanhada nessas pautas, apesar de seu editorial se dizer favorável à emancipação. Ao que parece, esta se limita mais à conquista da instrução feminina e de ares de dignidade dados à mulher, sem que esta abra mão de suas principais funções sociais: mãe e esposa.

Já no *Jornal das Famílias*, embora seja um periódico recreativo e com tom mais conservador, nos deparamos com inúmeras menções ao termo *divórcio*. O que não significa, todavia, que seja uma defesa aos direitos da mulher. Em geral, ele está atrelado a contos moralizantes, que relatam a desunião entre casais e que, ao fim, mostram como esta situação era desagradável para as mulheres.

A palavra *voto* também é citada no *Jornal das Famílias*, possuindo os seguintes sentidos: voto como sinônimo de promessa; de vontade; de votação (relacionado à participação política de homens ou situações sociais, como votação para rainha do baile); voto religioso; voto de clausura; e voto para deferir ou não um requerimento do serviço público. Ademais, não constam termos como *direito político* e *sufrágio* só aparece uma vez, na frase: “Fernanda, vendo que o rapaz era da mesma opinião que o seu espelho; não indagou outras qualidades; deu-lhe o sufrágio... não de seu coração, mas do espírito”<sup>381</sup>.

---

<sup>381</sup> JOB. “Astúcias de Marido”, *Jornal das Famílias*, 1886, n. 11, p. 14.



### 3.2.1. Direitos civis

Dentre os três periódicos analisados, a pauta de casamento civil só aparece no jornal *A Família*, isto se deve ao fato deste impresso estar em circulação durante a Primeira República, o que não ocorre com o *Echo das Damas*, tampouco com o *Jornal das Famílias*, todavia, veremos que temas como o divórcio aparecem em neste último.

Encontramos o primeiro artigo sobre o tema, intitulado “O Casamento Civil”, de Josephina Álvares de Azevedo, na edição 64, de 14 de junho de 1890. Isto é, poucos dias antes de sair o segundo decreto acerca da obrigatoriedade do casamento civil.

Sabemos que a primeira legislação a determinar o casamento civil na República foi o Decreto 181 (24 de janeiro de 1890), aceitando que esta oficialização perante o Estado pudesse ocorrer antes ou depois do casamento religioso, bem como fixando todos os pormenores em relação à comunhão de bens, trâmites, impeditivos, anulação, divórcio e tutela dos filhos. No entanto, como parte do clero e da população não concordavam com sua obrigatoriedade e vinham tentando burlar a lei, foi sancionado um segundo decreto.

No Decreto 521 (26 de junho de 1890), ficava determinado que o casamento civil deveria ocorrer necessariamente antes do religioso. Caso houvesse denúncia que algum eclesiástico havia realizado o matrimônio e esta suspeita se confirmasse, o mesmo seria “punido com seis meses de prisão e multa correspondente à metade do tempo. [...] No caso de reincidência será aplicado o duplo das mesmas penas”<sup>382</sup>.

No artigo da redatora-chefe d’*A Família*, a autora reconhece a perturbação gerada por esta lei numa nação que sempre foi oficialmente católica e cujos atos religiosos sempre tiveram validade perante o Estado. Logo após, passa a explicar:

O casamento civil não exclui o religioso, nem este aquele, e ambos não são incompatíveis. A formalidade legal em nada pode trazer prejuízo à fé católica, como a qualquer outra religião.

[...]

Separando um de outro casamento, não há para os que casam e são religiosos senão uma formalidade a mais. Contraído o matrimônio pela igreja, resta reconhecê-lo perante a lei, e isto é, como eu disse, uma simples formalidade.<sup>383</sup>

<sup>382</sup> BRASIL. Decreto 521, de 26 de junho de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/>>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

<sup>383</sup> AZEVEDO, J. “O Casamento Civil”, *A Família*. 1890, n. 64, p. 1.

Josephina afirma que esta formalidade não é motivo para a perturbação da ordem social, tampouco para abalar as crenças religiosas da população, mas reconhece que se torna um empecilho real para casais pobres que desejam oficializar sua união por aumentar ainda mais os encargos. Além disso, reconhece que as transformações em curso, por serem muito rápidas, precisam de mais atenção no que diz respeito aos seus esclarecimentos à população, a fim de evitar qualquer tipo de equívoco.

O mesmo alvoroço da população é relatado por Ignez Sabino no texto “Crenças e Opiniões”. Ela aponta que, desde a instauração da República, muitas eram as mudanças que vinham ocorrendo na ordem política e social, chega a citar alterações em “códigos, instituições, crenças, magistratura”<sup>384</sup>, ressaltando a separação do Estado e da Igreja Católica (antiga religião oficial) como a que causara mais estranheza na população e, conseqüentemente, fez com que o casamento civil fosse recebido com agitação. Nas palavras de Sabino:

Antes do dia marcado para a execução da lei, os casamentos atropelavam-se, multiplicavam-se, centuplicavam-se com receio de assinar o nome no Livro de Notas, temendo o noivo não querer casar sem benção, não lembrando-se que nos casamentos acatólicos seguia-se a mesma praxe com pequenas exceções.<sup>385</sup>

Neste sentido, Sabino empreende o mesmo esforço que Josephina Álvares de Azevedo, tentando conscientizar que a nova lei de casamento civil em nada prejudicaria os futuros casais, tampouco sua crença religiosa. Ela dedica boa parte de seu artigo a uma espécie de panorama histórico do casamento, passando pelas legislações gregas, romanas e pela Idade Média, mostrando a diversidade de leis e de formas de contrair matrimônio, inclusive, informalmente.

Vemos a continuação e conclusão do mesmo artigo na edição seguinte (número 112), onde Ignez Sabino fala da implantação do casamento civil na França, por Napoleão I, destacando seu ineditismo e como seu exemplo foi seguido até mesmo pela Itália, “a terra santificada pelos papas”. Ademais, utilizando-se do caso francês, a autora afirma que a separação entre Estado e religião não fez mais do que destacar o primeiro do jugo papal, o que também significava abraçar qualquer casal que pretendesse contrair núpcias: “[...] não impondo crença que é pura questão de consciência e de vontade, acobertando assim a fraternidade sincera de comungar na mesma baqueta sem professar o mesmo credo, a todas as nações, e a todos os povos, sem distinção especial”<sup>386</sup>.

<sup>384</sup> SABINO, Ignez. “Crenças e opiniões”, *Ibidem*, 1891, n. 111, p. 2.

<sup>385</sup> *Idem*.

<sup>386</sup> SABINO, Ignez. “Crenças e opiniões” (conclusão), *A Família*, 1891, n. 112, p. 3

No Brasil, a separação entre Igreja e Estado só se deu após a proclamação da República, mais especificamente em 1891, mas desde o período imperial havia uma flexibilização no que se refere às uniões, como é o do casamento entre pessoas de religiões diferentes, autorizado pelo Decreto 1.144, de 11 de setembro de 1861.

Para as emancipacionistas mais progressistas, as expectativas mais altas em relação ao casamento civil no Brasil giravam em torno da legalização do divórcio. Prova disto é o texto “O Divórcio”, de Josephina A. de Azevedo, que tem início da seguinte forma:

Uma das condições implícitas da lei sobre casamento civil é inquestionavelmente o divórcio. Os laços indissolúveis da igreja, que nascem do ato divino do consórcio de duas almas, desaparecem para dar lugar a um contrato bilateral de caráter dissolúvel – quer queira ou não o preconceito da sociedade, a que parece ter obedecido o legislador quando tratou da matéria.

[...]

O divórcio na instituição civil é uma necessidade lógica. Desde que as partes contratantes moralmente se separam, a substância da união pela lei é um absurdo insuportável, como uma sentença de iniquidade sobre uma consciência resgatada de culpa.<sup>387</sup>

Para Josephina, o casamento religioso indissolúvel, apesar de estar baseado numa “crença que é íntima e eterna”<sup>388</sup>, acaba por prolongar relações desrespeitosas e forçar um amor que já não existe ou que nunca existiu. Isso atentava, principalmente, contra a dignidade da mulher, posto que o homem normalmente tendia a desonrá-la com traições e esta se via “[...] obrigada a ser companheira eterna do homem que desprezou o lar e esqueceu o amor da família”<sup>389</sup>. Deste modo, afirma que o divórcio só traria benefícios à sociedade, visto que trazia consigo a “correção das veleidades”.

O tipo de divórcio almejado por Josephina era conhecido como “divórcio absoluto” e tornaria a pessoa novamente solteira. Este chegou a ser defendido frente ao Parlamento, pelo deputado Érico Marinho da Gama Coelho, mas o projeto de lei perdeu por 78 contra 35 votos. A redatora-chefe chega a citar Érico Coelho no artigo “Futuro Congresso”<sup>390</sup>, mostrando que este defensor dos direitos das mulheres não conseguiu se reeleger e como era urgente o debate e aprovação de uma lei divorcista e em prol da emancipação política da mulher.

Embora as pretensões de Josephina Azevedo e Érico Coelho não tenham se concretizado, o governo de Marechal Deodoro da Fonseca regulamentou o casamento civil,

<sup>387</sup> AZEVEDO, J. “O Divórcio”, *Ibidem*, 1890, n. 77, p. 2.

<sup>388</sup> *Idem*.

<sup>389</sup> AZEVEDO, J. “O Divórcio”, *A Família*, 1890, n. 77, p. 2.

<sup>390</sup> AZEVEDO, Josephina. “Futuro Congresso”. *Ibidem*, 1894, n. 170, p. 1.

sua anulação, o divórcio e a guarda dos filhos no Decreto 181/1890. No capítulo IX deste decreto, vemos que o divórcio era abordado como a separação de corpos e de bens, porém os antigos cônjuges não poderiam casar novamente, a não ser quando um dos dois falecesse, ou seja, quando um deles fosse oficialmente viúvo.

Havia também uma grande restrição de motivos aceitos para o divórcio, sendo eles: adultério; sevícia (maus tratos) ou injúria grave; abandono do lar por dois anos contínuos; ou mútuo consentimento dos cônjuges, com a condição de que fossem casados há mais de dois anos. Neste último caso, o processo ficava a cargo do juiz que, munido da documentação necessária, convocaria o casal após alguns dias (entre 15 e 30 dias) para ratificar a vontade de separação. Assinado o acordo de divórcio, eles ainda poderiam reatar, mas não reestabeleceriam a comunhão de bens.

Quando se tratava de algum incidente, como o adultério, partia-se para um processo litigioso. Não há pormenores sobre casos de sevícia ou injúria, mas há especificações acerca dos eventos de adultério, que também eram determinantes na guarda dos filhos<sup>391</sup> e na possibilidade de pensão para a mulher<sup>392</sup>.

Art. 83. O adultério deixará de ser motivo para o divórcio:

§ 1º Se o réu for a mulher e tiver sido violentada pelo adúltero.

§ 2º Se o autor houver concorrido para que o réu o cometesse.

§ 3º Quando tiver sobrevivido perdão da parte do autor.

Art. 84. Presume-se perdoado o adultério quando o cônjuge inocente, depois de ter conhecimento dele, houver coabitado com o culpado.<sup>393</sup>

Apesar de ainda não ser o tipo de divórcio pretendido pelas emancipacionistas, ele já representava algum grau de avanço frente à antiga legislação imperial, o que não impediu uma ampla campanha no jornal *A Família*. Em geral, nos deparamos com artigos que trazem exemplos de outras nações onde a implantação do divórcio absoluto foi um sucesso. O texto “Os forçados do casamento”, de Madame Gagneur, cita que na Inglaterra, Suíça, Alemanha, Bélgica, Rússia e EUA, o divórcio já era uma realidade e “[...] os costumes são, pelo menos, tão respeitados e a família tão solidamente instituída como em França, Espanha e Itália, como em todos os países católicos [...]”.

<sup>391</sup> Quando não havia caso de adultério, a mãe tinha direito à posse das filhas enquanto estas fossem menores de idade e, dos filhos, até completarem 6 anos. Quando havia adultério, a posse caberia a quem não fosse culpado, no entanto, se a culpada pelo adultério fosse a mãe, ela ainda poderia ficar com a criança até os 3 anos, o que reforça a ideia de que a primeira infância é, acima de tudo, uma função materna.

<sup>392</sup> A mulher poderia requerer pensão do antigo marido desde que não tivesse cometido adultério e fosse pobre.

<sup>393</sup> BRASIL. Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890. In: *Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/>>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

O recorrente exemplo de nações protestantes – como Inglaterra e Alemanha – não era coincidência e as colaboradoras do jornal tinham plena consciência disto, como podemos ver em “Carta a Magdalena por Mme. Gagneur”, traduzido e publicado por Anália Franco: “Nos países protestantes é permitido o divórcio, que é para a mulher uma importante garantia de liberdade numa das mais graves instituições sociais [...]”<sup>394</sup>. O mesmo texto ainda afirma que, no caso francês, eram as próprias mulheres que mais condenavam a ideia de uma lei de divórcio.

Esta temática volta a ser debatida na segunda parte da “Carta a Magdalena por Mme. Gagneur”, que pode ser encontrada na edição seguinte do jornal, na qual podemos ler:

O contraste que existe entre as sociedades latina e anglo-saxônica, acha-se muito principalmente na diferença de religião. De um lado vemos o casamento indissolúvel, uma liberdade sempre contestada e costumes pouco edificantes, por outro lado o divórcio, uma grande preocupação dos direitos de cada indivíduo e de sua liberdade, o respeito à família e hábitos mais morigerados.<sup>395</sup>

Além de inúmeros artigos em defesa do divórcio, ainda vemos notas na seção “Novidades” que também nos trazem notícias sobre sua implementação ao redor do mundo. Na edição 79, por exemplo, é dito que no ano de 1889 tinham ocorrido na Suíça 1069 pedidos de divórcio, dos quais 865 foram efetivados – houve 114 recusas e 98 separações temporárias. Na edição 96, por sua vez, mostra que no Japão, em 1890, havia aumentado o número de divórcios, sendo este “[...] um dos países que o divórcio está mais na moda”<sup>396</sup>.

Encontramos ainda duas piadas acerca do divórcio, ambas pertencentes à “Seção Alegre” do jornal *A Família*. A primeira delas mostra um casal perante o juiz, onde a esposa, junto a seu advogado, alega incompatibilidade de gênios do casal, descrevendo o marido como “brutal, colérico e violento”. Eis que o advogado do marido acusa a esposa exatamente do mesmo comportamento e o juiz questiona: “Perdão, mas nesse caso onde é que existe a incompatibilidade de gênios?”<sup>397</sup>.

Já na segunda anedota, nos deparamos com o seguinte diálogo:

Em banquete de núpcias:

A jovem noiva está pensativa. Diz-lhe o noivo a gracejar:

– Aposto, meu anjo, que estás pensando no divórcio?

Ela, ingenuamente:

– Ainda não! <sup>398</sup>

<sup>394</sup> FRANCO, Anália. “Carta a Magdalena por Mme. Gagneur – parte I”. In: *A Família*, 1890, n. 48, p. 3.

<sup>395</sup> FRANCO, Anália. “Carta a Magdalena por Mme. Gagneur - continuação”. In: *Ibidem*, 1890, n. 49, p. 5.

<sup>396</sup> “Novidades”, *A Família*, 1891, n. 96, p. 7.

<sup>397</sup> “Seção alegre”, *Ibidem*, 1891, n. 105, p. 6.

<sup>398</sup> “Seção alegre”, *Ibidem*, 1891, n. 120, p. 7.

Não obstante os gracejos, nem todas as colaboradoras estavam de acordo com a ideia de divórcio. Isso fica explícito no artigo “A Teoria do Vestuário”, da escritora portuguesa Guiomar Torresão, no qual ela se refere ao divórcio como uma *phyloxera*, ou seja, uma praga que vinha se alastrando e condenando os casamentos e as famílias.

Na opinião de Torresão, a culpa pelo fracasso de inúmeras uniões estava no desleixo das esposas, que ela descreve como “[...] velhas mães aposentadas, de abdômen proeminente e colo flácido e nédio”<sup>399</sup>. Essas “matronas”, afirma Torresão, costumam aconselhar suas filhas que o pecado está na beleza e na vaidade da mocidade, portanto, para chegar à virtude é necessário abrir mão da “formosura”, para encontrar a “virtude evangelizada”. Na perspectiva dessa mãe, a virtude “[...] é feia, velha, trôpega, desdentada, mal lavada e mal vestida”<sup>400</sup>, assim como ela.

De acordo com a autora, ao longo dos anos, este desleixo seria responsável o afastamento do marido e, também, despertaria o seu interesse por outras mulheres:

[...] a virtude de sua mulher, mal vestida e mal penteada, afigura-lhe incômoda e repulsiva, asfixia-o como um ambiente viciado onde falta a quantidade de oxigênio indispensável aos órgãos respiratórios; a mãe de seus filhos parece-lhe inferior à cozinheira e superior a ela, no asseio, na elegância, no vestuário e na linguagem, que reflete, como um espelho reproduz uma imagem, as tendências e os hábitos exteriores, todas as mulheres que encontra e que pelo fato de não serem suas, o arrastam a confrontos terríveis e criminosos.<sup>401</sup>

Devemos salientar a abertura de Josephina Álvares de Azevedo como redatora-chefe, permitindo a publicação de textos com opiniões que iam de encontro às suas. Excetuando o artigo de Torresão, os demais argumentos contrários ao divórcio não são de colaboradoras, mas sim de comentaristas masculinos externos que já tinham hábito de criticar o jornal *A Família*.

No *Jornal das Famílias*, por sua vez, o termo *divórcio* também aparece com certa frequência nos contos. Devemos lembrar que, antes da separação entre Estado e Igreja ocorrida na Primeira República, era possível o divórcio em pouquíssimos casos, sendo o principal deles os maus-tratos, seguido de adultério (do marido ou da esposa) e dilapidação de patrimônio. Ainda existiam outras alegações, como: concubinato, amancebado, o abandono da mulher, o alcoolismo do marido, incompatibilidade de credo e homossexualidade<sup>402</sup>. Apesar de haver a possibilidade de divórcio, a análise de cada caso

<sup>399</sup> TORRESÃO, Guiomar. “A Teoria do Vestuário”, *Ibidem*, 1890, n. 52, p. 2.

<sup>400</sup> *Ibidem*, 1890, n. 52, p. 3.

<sup>401</sup> TORRESÃO, *A Família*, 1890, n. 52, p. 3.

<sup>402</sup> SOARES, Ubirathan Rogerio. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade* (Tese de doutorado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 2006, p.128. Disponível em: << <https://tede2.pucrs.br/>>>. Acessada em: 30 de junho de 2021.

passava por um tribunal<sup>403</sup> específico ligado à Igreja Católica e, sendo consentida, dava-se somente com a separação de corpos, não alterando o estado civil, pois o casamento permanecia indissolúvel.

Deste modo, quando nos deparamos com a palavra *divórcio* no *Jornal das Famílias*, não significa uma defesa da prática tal qual encontramos n’*A Família*, estando quase sempre ligados a novelas que abordam o desgaste do casamento – às vezes de forma cômica, outras, trágica. Na maioria dos casos, o divórcio é justificado pela “incompatibilidade de gênios” mesmo que, no fundo, tenha motivações como adultério.

### 3.2.2. Direitos políticos

No que diz respeito à conquista de direitos políticos – ou emancipação política – não conseguimos encontrar referências no *Jornal das Famílias*, o que já era esperado. Todas as referências feitas à política e à possibilidade de votar estão ligadas a personagens masculinos, portanto, não serão exploradas neste último tópico.

No jornal *Echo das Damas*, encontramos algumas poucas referências que, em geral, mostravam um corpo editorial mais progressista e colaboradoras com uma perspectiva mais conservadora sobre a conquista deste tipo de direito, como podemos ver ainda na primeira edição do jornal, numa nota intitulada “Emancipação da Mulher”, trazendo a público a novidade que uma comissão de senhoras entregou uma representação ao presidente dos EUA para tratar de seus direitos políticos. Esta nota parece ter sido escrita pelo próprio editorial do jornal, não constando assinatura e configura um apoio ao sufrágio feminino, ou seja, um posicionamento mais progressista.

Este posicionamento é apoiado por algumas colaboradoras, como podemos ver no artigo “Direitos”, de Francisca de Sant’Anna Pessoa, a qual se refere à emancipação da mulher como a conquista de direitos civis e políticos iguais aos dos homens. Sant’Anna

---

<sup>403</sup> Nas palavras de Ubirathan Soares: “O Tribunal Eclesiástico estava organizado de forma hierarquizada, sendo fonte de autoridade legal e de poder decisório de fato, embora não de direito de última instância. Na sede do Bispado, ocorriam as principais etapas dos processos de divórcio até sua sentença final. Os membros da Igreja, nas localidades do Bispado, agiam como auxiliares, quando solicitados a executar alguma tarefa ordenada por autoridade superior. Nas Vigararias da Vara, podia-se tratar das etapas iniciais dos processos. Durante o período colonial e também em boa parte do Imperial, o Tribunal superior, para onde podiam ser encaminhadas as apelações de Divórcios Perpétuos, situava-se na Bahia, onde se localizava a Relação Metropolitana. Imediatamente acima do Arcebispado, estava o Tribunal Metropolitano. Dadas às dificuldades inerentes às grandes distâncias, a grande maioria dos processos acabava por ficar circunscrito ao âmbito da Diocese”. Para saber mais, consultar: SOARES, *Ibidem*, 2006, p. 60.

Pessoa ainda faz um elogio ao Sr. Exm. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, membro do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, que havia proferido um discurso em favor das mulheres. Nas palavras de Sant'Anna:

O deputado Martim Francisco veio com seu discurso avivar nossas convicções adormecidas, veio germinar a fecunda que mais tarde aparecerá brilhante à classe das senhoras, que desejam fazer parte do grande adiantamento progressivo de nossa sociedade geral sem restrições, e só guiadas pelo merecimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento moral e intelectual.

As senhoras ilustradas da atualidade nos auxiliarão em nossos escritos, levando com seus talentos e recursos a propaganda de nossos direitos e todas formaremos o edifício de nossa liberdade há muito almejada.<sup>404</sup>

Na edição seguinte (n.3), o discurso do deputado Martim Francisco é comentado mais uma vez no artigo “Grande Ideia”<sup>405</sup> (sem autoria), só que agora explicitando o tema: tratava-se da defesa o ingresso das mulheres nos cursos de ensino superior. Segundo consta, os deputados Martim Francisco e Leôncio de Carvalho defenderam na Câmara que não havia leis que proibissem o ingresso feminino às universidades, portanto, este deveria ser facultativo, o que foi considerado pelo jornal como um passo rumo à instrução da mulher e à civilização moderna. Devemos lembrar que a lei que tornou possível o acesso das mulheres às faculdades data deste mesmo ano (1879), mas ainda dependia da autorização do pai ou do marido devido ao fato das mulheres serem tuteladas.

Não obstante o entusiasmo acerca da *emancipação*, o termo só é citado 5 vezes no jornal *Echo das Damas* – sendo uma delas referência à Lei do Ventre Livre e, as demais, à emancipação feminina. Dentre eles, um artigo chama atenção por divergir dos demais sentidos. Refere-se à “Opinião do Diário de Campinas sobre o aparecimento do *Echo das Damas*”, escrito por Josephina Sarmiento, onde a autora elogia com veemência a iniciativa de D. Amélia Carolina, ressaltando a importância de “tirar a mulher das trevas da ignorância” e trabalhar em conjunto por sua emancipação. Contudo, Josephina Sarmiento afirma:

Todavia, não pensem os homens que quando falamos de nossa emancipação, temos a louca e insensata ideia de quereremos invadir o mundo político a ponto de ir votar. Não senhores, não queremos nos barafustar em semelhantes matérias; temos em mira outra ideia muito mais elevada.

Compreendam-nos: quando falamos em emancipação da inteligência, desejamos que nos tirem das terríveis trevas da ignorância em que infelizmente vivemos, pedimos que sejam generosos para conosco, fazendo-nos a devida justiça; isto é concedendo aquilo que vos solicitamos.

<sup>404</sup> PESSOA. Francisca de Sant'Anna. “Direitos”. In: *Echo das Damas*, 1879, n. 2, p. 2.

<sup>405</sup> “Grande Ideia”. In: *Ibidem*, 1879, n. 3, p. 2.



Ninguém pode contestar o quanto a nossa aspiração é justa e nobre! Ninguém pode contestar igualmente que a mulher bem educada será a felicidade do seu marido, o orgulho dos seus filhos e a admiração da sociedade!<sup>406</sup>

Outro artigo interessante reproduzido pelo *Echo das Damas* é uma crítica positiva feita pela *Gazeta Rio-Clarense*. Além dos elogios que acompanham o surgimento do *Echo das Damas*, afirmando que se trata de um periódico com críticas bem assentadas no que se refere à condição da mulher; a *Gazeta* ainda destaca a importância da luta pela emancipação, tal qual o *Echo*. Chega a comparar a mulher ao “Cristo do lar”, que faz sacrifícios para instruir os filhos, enquanto a própria fica “sepultada nas trevas da ignorância”, vivendo “atada ao braço de ferro da tutela”<sup>407</sup>. Para a *Gazeta Rio-Clarense*, o primordial nesta empreitada em busca da emancipação é a instrução feminina, pois segundo eles:

Nem a soberania do povo, nem a civilização moderna será uma verdadeira prática enquanto a mulher estiver jungida e atada ao posto da obscuridade. Vós que lhes dai a excelência do tratamento, doe-lhe também a excelência da instrução, e proclamai a igualdade dos sexos na partilha do pão para o espírito, em que todos têm o direito de ser consorciados.<sup>408</sup>

Quando analisamos o jornal *Echo das Damas* como um todo, percebemos que a emancipação política não é uma das pautas mais defendidas. Independentemente de sua principal redatora defender este ideal, ele não configura um debate mais frequente entre as colaboradoras. A *instrução*, ao contrário, tem lugar de maior destaque entre as demandas femininas, o que fazia com que fosse frequentemente encarada como a própria *emancipação das mulheres*.

No jornal *A Família*, por outro lado, a questão da emancipação da mulher através da conquista de direitos políticos fica clara desde a primeira edição, na qual Josephina Álvares de Azevedo já declarava que os homens mantinham o falso e funesto princípio da inferioridade das mulheres, a fim de mantê-las na condição de subordinação. Para ela, homens e mulheres eram semelhantes – embora de sexos diferentes – o que os tornava aptos a disputar e ocupar qualquer cargo ou função, desde que tivessem as mesmas oportunidades de desenvolver suas faculdades intelectuais. Ao comentar se isso também seria viável na ocupação de cargos políticos, ela esclarece:

As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios cardeais: o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o princípio da ordem é a mulher. Assim pensando, até parece-me que compete-nos de preferência a direção das sociedades. Porque o homem é e foi sempre a negação da ordem, sem a

<sup>406</sup> SARMENTO, Josephina. “Opinião do Diário de Campinas sobre o aparecimento do *Echo das Damas*”. In: *Echo das Damas*, 1879, n. 4, p. 1.

<sup>407</sup> “Opinião da *Gazeta Rio-Clarense* sobre o aparecimento do *Echo das Damas*”. In: *Ibidem*, 1879, n. 3, p. 2.

<sup>408</sup> *Idem*.

qual não há sociedade possível. E em abono desta opinião, eu vos trarei um exemplo muito vulgar – o governo de uma casa. É raro o homem que sabe dirigi-la: pois bem, ele que não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas, como poderá governar um estado, que se compõe de muitas centenas de casa? Entretanto não é nosso o domínio dos povos e das nações.<sup>409</sup>

Josephina Azevedo confessa que não deveria falar assim com tanta franqueza, principalmente porque a realidade brasileira estava muito distante dessas conquistas e, quaisquer comentários ou atitudes das mulheres em defesa delas mesmas costumava gerar comentários cruéis e tentativas de ridicularização.

Até mesmo em artigos onde o foco não era o sufrágio feminino, vemos alguns exemplos positivos. É o caso do texto “Carta a Magdalena por Mme. Gagneur” (continuação), no qual a Gagneur declara nunca ter se preocupado com os direitos políticos das mulheres, porque acreditava que havia conquistas mais importantes a serem feitas a fim de garantir sua dignidade. No entanto, soube que na Áustria, as mulheres nobres já podiam eleger os representantes do Poder Legislativo.

Sobre o caso austríaco, há uma nota na seção “Novidades”<sup>410</sup> explicando que o direito ao voto feminino estava sendo alvo de debates no Congresso, com apelo de representantes liberais em prol de uma reforma eleitoral que pudesse incluir as mulheres nas eleições municipais.

Já no artigo “Direitos Políticos”<sup>411</sup>, Josephina afirma que, em 24 de maio de 1890, foi apresentado ao congresso de Nova York um projeto de lei em favor do sufrágio feminino, o qual seria objeto de deliberação. No texto, Josephina acredita que assim que fosse vencido o preconceito na América do Norte, a propaganda em prol da emancipação feminina deveria recrudescer na América do Sul, a fim de que as mulheres alcançassem seus direitos que ainda eram, em sua opinião, sistematicamente negados pelos homens.

Se durante o período imperial, o sufrágio feminino já aparecia como uma pauta deste jornal, com a proclamação da república, essa demanda fica ainda mais latente, pois se acreditava numa possibilidade da liberdade e igualdade também brilharem no horizonte feminino. A editora-chefe não deixa de fazer menção ao que espera do novo regime político, como podemos ver na edição número 40, de 30 de novembro de 1889:

No fundo escuro e triste do quadro de provações a que votaram a mulher na sociedade, brilhará, com a fulgente aurora da República brasileira, a luz deslumbradora da nossa emancipação?

<sup>409</sup> AZEVEDO, J. “A Família”. In: *A Família*, 1888, n. 1, p. 1.

<sup>410</sup> “Novidades”. In: *A Família*, 1891, n. 96, p. 7

<sup>411</sup> AZEVEDO, J. “Direitos políticos”. In: *Ibidem*, 1890, n. 62, p. 1

Eis, no momento presente, o problema quase vago que perpassa por nossa mente, como uma ideal aspiração.

A pátria é livre, a sociedade brasileira vai reconstituir-se sob as bases de uma prometida política libérrima, de vistas amplas, de princípios vitoriosos. Mas em meio a tudo isso o que ficará sendo a mulher brasileira? Qual o destino que lhe reservam no conflito da vida nacional?

[...]

Eis que convém saber. O país vai, sob a nova fase de existência inaugurada a 15 do corrente, consultar os espíritos emancipadores sobre as leis sociais que hão de preparar o advento de todas as grandezas pátrias.

É necessário que a mulher, também como ser pensante, como parte importantíssima da grande alma nacional, como uma individualidade emancipada, seja admitida ao pleito em que vão ser postos em jogo os destinos da pátria.

A liberdade e a igualdade são sempre umas. À mulher como ao homem deve competir a faculdade de preponderar na representação da sua pátria.

Queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições. Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora isso a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós.<sup>412</sup>

Este tipo de postura assertiva no que concerne à validade da participação política feminina também pode ser visto em artigos replicados de outros jornais, como é o caso do texto “Mulheres Políticas”<sup>413</sup>, de autoria anônima, retirado do *Diário de Sorocaba*, no qual é abordada a participação política das mulheres no Estado do Kansas, nos EUA. Segundo o jornal, a Sra. Diggs era a principal voz na Câmara, enquanto a Sra. Laura Johns, mesmo sem mandato oficial, figurava como a principal voz no Senado.

O texto afirma que “as mulheres do Kansas fazem tanta política como os homens”, explicitando que elas “organizavam toda sorte de reuniões políticas”, não só em suas cidades, mas também percorrendo o Estado e até fazendo propaganda contra políticos que fossem contra os direitos das mulheres. No caso da Sra. Diggs, nota-se que sua legislatura só foi possível por ela ter adquirido o título de sócia da Aliança dos Agricultores, recebendo desta organização o “mandato de agir como conselho de legisladores”<sup>414</sup>.

Além disso, a reportagem ressalta que Sra. Diggs e Sra. Laura Johns eram de grupos políticos opostos, mas se uniram em prol da emancipação política da mulher no Estado do Kansas, colocando em xeque uma suposta propensão natural à rivalidade entre mulheres.

Os filósofos fazem a este respeito uma observação singular. Até aqui o temor da discórdia tem sido o principal argumento invocado contra o sufrágio das mulheres. Parece agora que a política deve tornar-se entre elas um elemento da conciliação e da paz.

<sup>412</sup> AZEVEDO, J. “A Família”, *A Família*, 1889, n. 40, p. 1.

<sup>413</sup> “Mulheres Políticas”, *Ibidem*, 1891, n. 102, p. 3.

<sup>414</sup> *Idem*.

Não seria uma das muitas maravilhas deste tempo?<sup>415</sup>

Exemplos como este mostram como as pretensões do jornal *A Família* estavam para além da atuação doméstica e, mesmo na esfera pública, ultrapassavam as barreiras daqueles cargos considerados “pertinentes” ao sexo feminino. Existia, de fato, uma pressuposição de igualdade total em relação ao homem, desfazendo antigos estereótipos e papéis sociais. Neste sentido, um movimento organizado de mulheres na defesa desses direitos passa a ser essencial. Exatamente por isso, o jornal *A Família* dá destaque para este tipo de ação na Europa e nos EUA, visando fomentar o mesmo tipo de engajamento em terras brasileiras.

Na seção “Novidades” da edição 102, o editorial traz a 33ª Reunião Anual da Associação Nacional do Sufrágio da Mulher, em Washington, realizada no dia 26 de fevereiro de 1891. Sobre esta reunião, a nota destaca que foi lida a carta da presidente da Associação, Mme. Stanton – que estava em viagem – tratando da situação atual das mulheres e apresentando argumentos favoráveis ao sufrágio feminino. A presidente da Associação de Connecticut, Mme. Izabel Beccher Hooker, leu um trabalho intitulado *A mulher na política e na jurisprudência*, Mme. Julia Ward-Howe tratou da utilidade dos clubes políticos femininos, ao passo que Miss Florence Balgarnie abordou a situação das mulheres na Inglaterra.

Outra novidade, agora na edição de número 103<sup>416</sup>, traz a notícia de que estava para ser avaliada uma proposta de sufrágio feminino na Câmara dos Comuns, na Inglaterra, todavia, uma nota na edição 107 revela que a proposta não foi aprovada. Já na edição 105, a seção “Novidades”<sup>417</sup> traz a notícia da aprovação do direito político das mulheres pelo Senado da Califórnia e o aparecimento de uma proposta de lei com a mesma finalidade na Câmara dos Representantes do Estado do Arizona.

No artigo “O Direito de Voto (tradução de Zefa)”<sup>418</sup>, da colaboradora Maria Martin, fica evidente que a própria denominação de república só é justa ao regime que garante direitos iguais a homens e mulheres. O texto defende que o desenvolvimento físico e intelectual seja dado sem distinção de sexo para que ambos possam colaborar com a nação, seja no desenvolvimento econômico, na administração pública ou nos cargos políticos. Maria Martin ainda ressalta a importância da participação feminina na elaboração da

---

<sup>415</sup> *Idem*.

<sup>416</sup> “Novidades”, *A Família*, 1891, n. 103, p. 6.

<sup>417</sup> “Novidades”, *Ibidem*, 1891, n. 105, p. 7.

<sup>418</sup> MARTIN, Maria. “O direito de voto (tradução de Zefa)”, *Ibidem*, 1891, n. 119, p. 3.

Constituição, na composição de tribunais e júris, bem como ampla atuação em Assembleia e a garantia de sufrágio universal.

Outro aspecto interessante a ser destacado é a situação das mulheres brasileiras na política. Em “Partido Feminino”, divulga-se que, no Espírito Santo, despontava um “[...] embrião de um partido feminino que há de em breve de manifestar-se com ode a pujança de uma falange respeitável, comungando das mesmas ideias propagadas pela *Família*”<sup>419</sup>. Outro partido feminino também começava a se organizar na cidade de Santa Maria Madalena (no Rio de Janeiro), tendo à frente a escritora Amélia Feijó, como podemos ver na seção “Novidades” da edição 105.

Esses e outros exemplos demonstram o afastamento de perspectivas da *Família* e do *Echo das Damas*, embora ambos se julgassem a favor da emancipação da mulher. Como observamos ao longo deste capítulo, a noção de emancipação é maleável e depende *de quem fala e para quem se fala*. Ou seja, a existência de uma linha editorial mais progressista, não impedia que as colaboradoras não tivessem opiniões divergentes e, como é o caso do *Echo das Damas*, que o próprio jornal não pudesse adequar seu discurso para ficar mais próximo ao pensamento de suas leitoras.

Já no contexto d’*A Família* existiam outros fatores a serem levados em consideração, como a proclamação da república e o aparecimento de um movimento organizado de mulheres que ganhava força ao redor do mundo. Isso favorecia que os discursos editoriais e das leitoras-colaboradoras fossem mais liberais, requerendo direitos mais amplos e percebendo que eram possíveis de serem alcançados.

Especialmente nas páginas d’*A Família*, conseguimos observar dois pontos centrais na teoria de Jacques Rancière, o *dano* e a verificação de *igualdade*. Para ele, a ação política só se realiza quando se coloca em questão a pretensa igualdade que existe entre os sujeitos que participam de uma comunidade. Em outras palavras, uma parcela desta comunidade concluiria que existem grupos ou indivíduos “[...] que são vistos como incapazes de aportar contribuições significativas para a vida em comum”<sup>420</sup>. Isto resultaria num *dano*, uma espécie de tensão, onde passa a ocorrer o enfrentamento de duas ordens: uma em que o direito a voz é assegurado, conhecido como discurso policial, também chamado de consenso; e uma segunda, na qual os indivíduos são silenciados e que, posteriormente, se tornará o discurso dissensual.

<sup>419</sup> “Partido feminino”, *Ibidem*, 1891, n. 97, p. 7.

<sup>420</sup> MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org.). *Diálogos e Dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Appris, 2018, p. 131.

Em paralelo, se desenrola um processo de subjetivação política, no qual o grupo que se percebe excluído passa a demandar reconhecimento público das desigualdades, “[...] explicando por meio da demonstração argumentativa o dano da organização policial”<sup>421</sup>. O que sucede é uma “[...] desidentificação com as identidades socialmente impostas e que definem lugares, papéis e formas controladas de aparência, existência e enunciação”<sup>422</sup>.

No jornal de Josephina, podemos ver claramente a exposição dos danos, que se apresentam quanto ao respeito, estima e garantia de direitos civis e políticos das mulheres. Vemos igualmente o deslocamento das antigas identidades forjadas para a mulher, mesmo que de forma parcial – já que o lugar do casamento e da maternidade continuam preservados –, apontando para novas formas de subjetivação política, repensando as hierarquias e funções sociais.

Apesar da conquista de direitos não ter sido imediata, essa movimentação representou uma primeira tentativa de organização e debate público acerca do tema da emancipação feminina. Dentre todos os ganhos empreendidos por essas mulheres, o maior deles parece ter sido a perspectiva de que esses direitos só seriam conquistados a partir da luta, colocando em xeque a noção tão enraizada de superioridade masculina. Como pregava Josephina Álvares de Azevedo, era “[...] preciso romper com a estultice e preconceito dos homens”<sup>423</sup> para que as mulheres pudessem conseguir, enfim, igualdade de direitos.

---

<sup>421</sup> MARQUES, *Op. Cit.*, 2018, p. 130.

<sup>422</sup> *Idem.*

<sup>423</sup> AZEVEDO, *A Família.*, 1888, n.1, p. 2

#### 4 SER MULHER EMANCIPADA: DA MONARQUIA À REPÚBLICA

De acordo com Maria Fernanda Bicalho<sup>424</sup>, o século XIX representou uma nova era no que diz respeito às lutas por afirmação de vários grupos enquanto parte da dita “sociedade civilizada”. Desde o século XVIII, com o advento das Luzes, ideais como *liberdade* e *igualdade* passaram a deixar às claras as diferenças de condições e oportunidades entre os sexos, classes e raças, dando origem a movimentos em prol de direitos sociais e políticos que ganharam contornos mais definidos ao longo dos séculos XIX e XX.

Dentro deste contexto, emergiu o movimento pró-emancipação da mulher, que conheceu uma série de contradições internas desde sua formação. Apesar de na Europa mulheres mais humildes aderirem ao movimento, especialmente nos grandes centros como Paris e Londres, no Brasil, as mulheres menos abastadas estavam aquém dos debates em torno de direitos ditos “universais”. Por aqui, eram as mulheres de elite ou aburguesadas que estavam à frente do movimento emancipacionista por um motivo simples, porém crucial: o acesso à educação.

Sendo a escrita o principal meio de circulação de ideias do Oitocentos, principalmente no trânsito entre o Velho e o Novo Mundo, era extremamente difícil ter contato com essas pautas sem que se fosse minimamente instruída. Além de livros trazidos para o Brasil, traduzidos ou não para o português, ainda existia uma imprensa feminina que se ocupava do tema, mais uma vez, fazendo uso das letras.

O fato de uma grande parcela da população ser analfabeta ainda pode ser somado a outros agravantes que contribuía para que um número significativo de mulheres fosse excluído da emancipação. O primeiro deles era a situação de escravidão e o racismo, que fazia com que mesmo após a abolição, mulheres negras continuassem sendo vistas como figuras à margem, que tinham como principal função continuar a servir como mão de obra barata, inclusive para outras mulheres. Ademais, a necessidade de subsistência quase sempre ultrapassava qualquer luta identitária, mesmo para mulheres brancas pobres. Isso traz à luz o recorte social e racial dos grupos de mulheres que se diziam emancipacionistas, que lutaram em prol dos direitos da *mulher* – configurada de forma genérica como uma categoria universal, mas que representava uma parcela muito pequena de mulheres elitizadas.

---

<sup>424</sup> BICALHO, Maria Fernanda B. “O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX”. In: COSTA; BRUSCHINI (Orgs.). *Rebelião e Submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Editora Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989, p. 87.

Não só era preciso a oportunidade para estudar, instruir-se, debater, também era necessário ter condições de vida suficientemente confortáveis para vislumbrar um trabalho qualificado, uma remuneração razoável, certo prestígio social por ser útil à nação, admiração por seu intelecto e, até mesmo, uma futura possibilidade de direitos políticos. Em suma, no Brasil, a busca pelos direitos das mulheres estava atrelada à própria ideia de *privilégio*. Por tal motivo, suas pautas são atravessadas por questões que ora deixam transparecer um forte senso patriarcal e elitista da sociedade, ora tentam mostrar como a Modernidade também devia ser instaurada em solo brasileiro, conectando emancipação à ideia de progresso.

Seja de uma forma ou de outra, o caminho dessas mulheres letradas até a esfera pública não foi simples. Caso julgemos de forma anacrônica, podemos invalidar a importância dessas pequenas brechas que permitiram às mulheres romperem com séculos de silenciamento. Todavia, as fontes nos apontam para a formação de redes que foram construindo novos significados para esse “ser mulher” no *fin de siècle*, que mesclava identidade religiosa e raízes de pensamento patriarcal com as contradições do Iluminismo, do Republicanismo e da Modernidade.

Enquanto no terceiro capítulo, comparamos discursos mais conservadores, moderados e progressistas em relação aos direitos da mulher, neste quarto capítulo vamos atentar às contradições inerentes ao próprio movimento emancipacionista brasileiro, debatendo como as pautas apareciam em jornais diferentes, como se formava uma cultura política nascida desses debates em periódicos, como essas mulheres fizeram dos impressos um palanque democrático de ideias, além de analisar as principais adesões e críticas endereçadas a elas.

#### **4.1. Ser mulher emancipada: a nova velha identidade**

A imprensa foi o primeiro instrumento utilizado pelas mulheres brasileiras para falar de sua condição, fazer suas denúncias e reivindicações. Foi por meio de livros, revistas e jornais que as mulheres passaram a construir – em conjunto – uma nova identidade, que se estruturava entre o modelo tradicional de família patriarcal e os novos valores do individualismo moderno. Essa “nova velha identidade” era forjada com discursos que ainda exaltavam o casamento e a maternidade, mas também traziam à tona pautas como a instrução, o trabalho fora do lar e o direito ao voto.

Além dessas contradições, a mudança de regime político ainda fomentava dúvidas de como ficaria a situação feminina após o fim da monarquia. A República, afinal, traria



consigo a tão esperada emancipação da mulher? Era o que se perguntava Josephina Álvares de Azevedo, no jornal *A Família*. Entretanto, em pouco tempo ficou claro para a redatora que república não era sinônimo de democracia.

José Murilo de Carvalho nos explica que o uso indiferenciado dos conceitos de *república* e *democracia* tinha como função separar os republicanos dos liberais e dos liberais radicais, que conseguiam enxergar aspectos democráticos nas monarquias parlamentares, não sendo incomum a ideia de “repúblicas coroadas”. Ao contrário destes, republicanos defendiam que:

[A democracia] Era o governo do país por si mesmo, era a soberania popular exercida por sua representação. A monarquia era, por definição, não democrática porque nela o governo pertencia a uma família privilegiada, a um chefe não eleito pela nação. O Manifesto [Republicano de 1870] rejeitava radicalmente a legitimidade, consagrada na Constituição do Império, daquilo que na época da independência se chamava sistema misto de governo, uma monarquia constitucional em que se combinavam o princípio da hereditariedade do chefe de Estado e a representação popular. Aceitar que os poderes eram delegados da nação, como dizia a Constituição e, ao mesmo tempo, manter a hereditariedade e a irresponsabilidade do monarca seria, segundo o Manifesto, "ultrapassar as raízes do absurdo". Daí que "a monarquia temperada é uma ficção sem realidade". A soberania só existiria quando o parlamento eleito exercesse a suprema direção política. A delegação da soberania teria que se exercer em funcionários eleitos e demissíveis. A conclusão era simples: "o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático".<sup>425</sup>

Apesar dos republicanos mais radicais trazerem pautas como liberdade “da palavra, do ensino, de reunião, de associação”<sup>426</sup>, a Proclamação da República não significou uma ampliação da cidadania.

[...] a cidadania não incluía os direitos políticos, assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa. Admitia apenas os direitos civis e sociais. Entre os últimos, solicitava a educação primária e a proteção à família e ao trabalhador, ambas obrigações do Estado.<sup>427</sup>

Essa perspectiva acerca da cidadania vetava a ação política, fosse parlamentar ou mesmo revolucionária, portanto, a conquista de direitos só poderia se dar – caso chegasse a se realizar – de forma paternalista, isto é, sendo concedida pelo próprio governo. Obviamente, isso ia de encontro às expectativas de muitas mulheres emancipacionistas, que viam no seu ativismo o único modo de conquistar direitos políticos e civis.

<sup>425</sup>CARVALHO, J. M. “República, democracia e federalismo no Brasil, 1870-1891”. In: *Dossiê: Republicanismo no Brasil do século XIX*, Varia hist. 27 (45), Jun. 2011, p. 146-147. Disponível em: <<  
<https://www.scielo.br/>>>. Acessado em: 2 de dezembro de 2021.

<sup>426</sup>*Idem.*

<sup>427</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 51.

Não tardou para que houvesse uma decepção com o novo regime, que se tornou ainda mais evidente após a promulgação da Constituição de 1891, a qual excluía definitivamente a participação feminina no processo eleitoral. Além disso, José Murilo ressalta que a República fez pouquíssimos avanços em termos de direitos civis e sociais, havendo até alguns retrocessos, como chega a apontar Josephina Álvares de Azevedo, ao citar que a causa emancipacionista ficou “irremediavelmente ameaçada de aniquilamento”<sup>428</sup>, devido ao tom conservador do governo em relação às mulheres e sua atuação fora do lar.

Naquele contexto, a idealização da mulher e sua função social como mãe voltam a ganhar mais força, impulsionadas pelo discurso Positivista, que também encontrava coros numa sociedade católica que via nisto a “missão divina” da mulher. Em paralelo, aquelas que experimentaram a instrução, o debate público nos impressos e o trabalho fora do ambiente doméstico passaram a enxergar novas possibilidades que não poderiam ou, pelo menos, não queriam abrir mão.

Neste jogo complexo de forças e de perspectivas acerca da formação da nação, emergia também uma nova identidade da mulher, questionando qual seria o seu lugar, sua função e suas contribuições para o futuro do país. Pensando nisso, o periódico de viés republicano, *A Pátria Mineira*, será nosso ponto de partida para tentar compreender os contrastes entre a representação da mulher ideal e dos anseios de mulheres reais.

#### 4.1.1. A mulher republicana e virtuosa da *Pátria Mineira*

O jornal *A Pátria Mineira: órgão da idea republicana*, foi fundado por Sebastião Rodrigues Sette Câmara<sup>429</sup>, na cidade de São João del-Rei (MG), em 16 de maio de 1889 e esteve em circulação até abril de 1894. O periódico possuía modelo in-4, com publicação semanal e custava 5\$000 réis (assinatura anual) a serem pagos de forma adiantada. Além do subtítulo que deixa explícito seu viés republicano, a própria ideia de *pátria mineira* nos atenta para um possível apoio ao federalismo e aos interesses regionais, fator que era quase unanimidade entre os republicanos, como aponta José Murilo de Carvalho<sup>430</sup>.

<sup>428</sup> AZEVEDO, J. “Decreto iníquo e absurdo”, *A Família*, 1890, n. 70, p. 1.

<sup>429</sup> Sebastião Sette Câmara nasceu na Comarca de Caeté (MG), em 1844. Quando criança mudou-se com os pais e os oito irmãos para Ponte Nova, onde mais tarde se casou com [Teresa da Fonseca Marinho](#). Anos depois, já viúvo, casou-se com Elisa Souza Lemos, no Rio de Janeiro. A partir de 1886, mudaram para São João del-Rei, onde Sebastião passou a lecionar inglês e francês na Escola Normal da cidade, além de fundar o jornal *A Pátria Mineira*, no qual publicava com sua segunda esposa. Para saber mais acerca da genealogia de Sebastião Sette, consultar: <<<http://www.geneaminas.com.br/>>>. Acessado em: 2 de dezembro de 2021.

<sup>430</sup> CARVALHO, *Op. Cit.*, 2011, s/p.

Segundo Maria Ângela de Araújo Resende, o jornal tinha como objetivo trazer a público “artigos doutrinários e noticiosos”, bem como pautas econômicas, especialmente acerca da província de Minas Gerais. Todavia, em suas páginas também é possível encontrar “artigos de opinião, crônicas, poesias, fábulas, contos históricos e romances presente na seção Folhetim”<sup>431</sup>.

Considerando-se o fato de que o “Folhetim” era tido como um espaço literário voltado para o público feminino, Sebastião Sette, ao publicar discussões a respeito de política nessa seção, convidava as mulheres a aderirem ao imaginário republicano. Mediante enunciados como cartas, as mulheres poderiam se reconhecer em personagens comuns: mulheres que bordavam, criavam seus filhos e também discutiam política.<sup>432</sup>

Embora este jornal não fosse direcionado exclusivamente para o público feminino, também buscou alcançá-lo, especialmente através dos escritos de Elisa Lemos, esposa de Sebastião Sette. Ao todo, constam dezoito artigos<sup>433</sup> de sua autoria, uma carta, cinco artigos para a coluna *Palestrando de S. João del Rey* e doze literários, que mesclam prosa e poesia.

É interessante notar que, apesar de Sebastião Sette sempre ressaltar a importância do papel social de mãe e esposa para a construção da nação republicana, exaltando a maternidade cívica como um ideal a ser seguido, Elisa Lemos – sua esposa e jornalista – chega a nos trazer a pauta de emancipação feminina e mantém relações com o jornal *A Família*, que possui um viés muito mais progressista do que *A Pátria Mineira*.

Por meio de uma série de onze artigos intitulados *Palestrando de São João d’El-Rey*, escritos por Elisa e publicados concomitantemente n’*A Pátria Mineira* e n’*A Família*, podemos ter acesso ao pensamento republicano e sua representação da “mulher ideal” para a nova nação.

O primeiro artigo aparece no jornal de Josephina Azevedo na edição 154, de 20 de janeiro de 1892, e tem como objetivo principal alertar às mulheres sobre os perigos do luxo e da vaidade, bem como a importância da boa educação e da simplicidade.

<sup>431</sup> RESENDE, Maria Ângela de Araújo; SANTOS, Mirian Cristina dos. As mulheres escrevem a pátria: gênero e nação em *A Pátria Mineira*. Disponível em: << <https://silo.tips/download/>>>. Acessado em: 2 de dezembro de 2021.

<sup>432</sup> RESENDE, Maria Ângela de Araújo. *A República em Folhetim: A Pátria Mineira formando almas* (tese de doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005, p.

<sup>433</sup> O jornal *A Pátria Mineira* pode ser acessado através do site do Arquivo Público Mineiro, onde se encontra digitalizado. Contudo, como meu foco são os textos de Elisa Lemos, recorri a transcrição dos mesmos, que se encontram na dissertação de mestrado de Mirian Cristina dos Santos, intitulada *Palestrando de Minas Gerais: a produção periodística de Elisa Lemos e Maria Emília Lemos*. Disponível em: << <https://docplayer.com.br/17583000-Mirian-cristina-dos-santos.html>>>. Acessado em: 2 de dezembro de 2021.

Para Elisa Lemos, o luxo era visto como um “irreconciliável inimigo”, ou ainda, “uma sarna destruidora”<sup>434</sup>. Embora seja encarado como algo quase natural à mulher, isto é, uma espécie de tendência, ele podia ser combatido com o uso da educação. Inclusive, ela defende que o luxo e a vaidade tem um espaço inversamente proporcional à instrução e ao desenvolvimento moral.

A autora d’*A Pátria Mineira* compara países como os Estados Unidos, no qual “as mulheres tratam antes de ilustrar-se do que a procurar adornos”<sup>435</sup>, e a Inglaterra, “também apologista da liberdade da mulher”<sup>436</sup>, com cidades como Paris que era considerada o “reinado da vaidade e da coqueteria”<sup>437</sup> – apesar de ser apontada como centro da civilização europeia – e a Turquia, onde “o barbarismo do harém deprava os costumes, amesquinha a educação e avilta a mulher”<sup>438</sup>.

Elisa exalta a simplicidade como uma forma de bom gosto e conclama as leitoras mães a primar pela singeleza e educação moral das crianças, seguindo uma linha de pensamento muito próxima daquela que encontramos em *Emílio*, de Rousseau. Seu conselho é que as mães permitam o livre desenvolvimento dos pequenos, tanto físico – aproveitando as brincadeiras que a idade permite – quanto da alma, isto é, da moral, para só então cultivar a inteligência. Já às mulheres adultas, recomenda: “Abandonai o luxo... ele é inimigo da nossa felicidade e arruinador de nossas fortunas”<sup>439</sup>.

O discurso de Elisa tinha um relativo destaque no exemplar, ocupando mais de uma página do jornal, todavia, não mantinha relação com nenhum dos outros artigos. O primeiro, de autoria de Josephina Azevedo, falava sobre as condições deploráveis das mulheres em situação de cárcere; logo após o texto de Elisa Lemos, segue um trecho da biografia de Cleópatra, na seção *Mulheres Célebres*. O último artigo deste exemplar não é assinado, mas parece ser da redação do próprio jornal e é uma homenagem a D. Pedro II.

Interessante notar que existe uma imagem do antigo imperador na primeira página do exemplar 154 e, no artigo contido na página 4, podemos ler:

O que foi o homem que se chamou D. Pedro de Alcântara, sabem-no não só todos os brasileiros, mas ainda os povos da culta Europa que nele viam o tipo do rei democrata e patriota.

<sup>434</sup> LEMOS, Elisa. “Palestrando de São João D’El-Rey” (art. I). In: *A Família*. Rio de Janeiro, 1892, n. 154, p. 3.

<sup>435</sup> *Ibidem*, 1892, n. 154, p. 2.

<sup>436</sup> *Idem*.

<sup>437</sup> *Idem*.

<sup>438</sup> *Ibidem*, 1892, n. 154, p. 3.

<sup>439</sup> *Idem*.

A história do Sr. D. Pedro de Alcântara, mais do que nos livros contemporâneos, está gravada no coração de todo este povo brasileiro, que venerava nele o símbolo da caridade, da tolerância e da honra.

Vítima da evolução política que lhe derrocou o trono para plantar na América livre o governo do povo pelo povo, o Sr. D. Pedro, esse verdadeiro republicano, é ainda para os mais esforçados sustentadores da nova ordem das coisas, a imagem do homem honesto e refletido, do sábio modesto e bem facejado.

O artigo termina com o jornal *A Família* declarando sua satisfação em trazer a imagem de D. Pedro II na capa daquele exemplar. Não se pode dizer com segurança que a escolha da redatora-chefe em colocar uma homenagem ao imperador deposto junto ao artigo de uma reconhecida republicana foi algo provocativo em relação à sua colaboradora. Contudo, não são raras as críticas de Josephina ao regime republicano ao longo de muitos números de seu jornal.

Existem dois pontos sensíveis da redatora-chefe: o primeiro era o efetivo apoio da Princesa Isabel, que chegou a patrocinar alguns exemplares d'*A Família*, além do fato de que a maior parte da conquista feminina por direitos civis ter ocorrido sob o governo de D. Pedro II; o segundo ponto, agora referente à proclamação da República, se deve a uma euforia inicial de Josephina que, em pouco tempo, se transformou em decepção, pois ela considerava que houvera um retrocesso em relação aos direitos das mulheres.

Apesar desses pontos de discordância, a abertura de seu jornal para a colaboração de uma mulher militante com uma vertente político-ideológica diferente da sua demonstra como aquele espaço se configurava de forma democrática, possibilitando que opiniões divergentes chegassem a suas leitoras para que, por elas mesmas, julgassem o que seria mais adequado seguir ou apoiar.

O tom mais austero adotado por Elisa Lemos no primeiro artigo da série nem sempre se repete. Isso fica claro já no segundo artigo, no qual se propõe a defender a emancipação da mulher, apontada pela autora como um empreendimento de “elevada sublimidade” por ser sinônimo de liberdade. Em suas palavras:

Embora acarrete odiosidades egoístas, despeitos de todo quilate, sustentarei firme a minha opinião, proclamando a nossa liberdade. Terei de despertar inúmeros dissabores, aos quais me sujeitarei da melhor vontade, desde que assista a ascensão gloriosa da nossa alevantada causa.

Se porém, não for para meus dias tamanho progresso, transporei as barreiras da Eternidade com a alma satisfeita por ter ajudado a assentar os alicerces do grande edifício que tentamos soerguer.<sup>440</sup>

Provavelmente, Elisa percebia que a emancipação feminina não seria efetivada em seu tempo, já que a instauração da República não lhe garantiu ampliação dos direitos.

<sup>440</sup> LEMOS, “Palestrando de São João D’El-Rey” (art. II). In: *A Família*, 1893, n. 155, p. 3.

Contudo, assim como Josephina, ela reconhece a importância de sustentar aquela causa para que futuras gerações pudessem de fato alcançar este objetivo maior.

O terceiro artigo<sup>441</sup> publicado por Elisa no jornal *A Família* parece unir suas duas perspectivas – uma mais progressista e outra mais conservadora – numa só, o que nos mostra sua noção de emancipação feminina e de função social da mulher. Desta vez, a autora traz como tema central o casamento, mas antes de adentrar este assunto, fala novamente da tendência das jovens ao luxo e vaidade, o que faz com que este sacramento seja encarado como uma via para o enriquecimento ou, até mesmo, para o *descanso* das mulheres, visto pela autora como sinônimo de “preguiça encubada”.

Para solucionar essa questão, Elisa Lemos propõe:

Reforme-se a educação, tornando-a mais franca, instrua-se as mães, illustre-se a mulher que, de súbito, clareará uma nova aurora de felicidade e progresso, surgindo uma mocidade forte, pensadora, responsável de si e preparada para casar.<sup>442</sup>

No decorrer do texto, seu argumento vai sendo trabalhado passo a passo e vemos que sua proposta parte da noção de que as falhas das filhas são, necessariamente, culpa da falta de orientação adequada das mães. Pois seriam elas as responsáveis por semear o pedantismo, o gosto pelo luxo, os flertes de salão e a coqueteria, que prejudicam não só as filhas, por criar uma ideia ilusória de casamento e um descaso com suas responsabilidades como esposa; mas, principalmente, prejudicam o futuro marido que irá gemer sob o jugo das dívidas feitas por uma vida de excessos de sua esposa.

A solução, então, estaria no fortalecimento da educação moral e na instrução formal das mulheres. Isso faria com que elas se tornassem centradas e conscientes de suas responsabilidades, tanto de esposas, quanto de futuras mães. Elisa afirma que essa mulher, dotada de amor e energia, será capaz de trabalhar para dividir o “peso doméstico”, sem que sejam esquecidas as tarefas do lar, bem como os cuidados com os pequenos e com o marido. A autora ainda destaca a importância da mulher como “companheira resoluta e forte” do homem, ou seja, aquela que irá guiá-lo pelo caminho da moralidade.

De uma forma geral, Elisa responsabiliza a mãe pelo comportamento das filhas e, estas últimas, pelo sucesso ou fracasso nos casamentos. Mais uma vez, Elisa faz uso da perspectiva de Rousseau, na qual se entendia que a felicidade ou a desgraça da vida a dois e na criação dos filhos dependia única e exclusivamente da mulher e, portanto, ela deve se dedicar toda sua energia à esfera doméstica.

---

<sup>441</sup> LEMOS, “Palestrando de São João D’El-Rey” (art. III). In: *Ibidem*, 1893, n. 157, p. 3.

<sup>442</sup> LEMOS, *Ibidem*, 1893, n. 157, p. 4.

Esses apontamentos encaminham Elisa Lemos para o quarto artigo da série, publicado no exemplar 159, no qual tenta apontar como formar essa mulher virtuosa e idealizada. Neste, ela critica o consumo do que nomeia “romances doentios”, que considera nocivos à mocidade, capazes de despertar o egoísmo e o desprezo por “assuntos sérios”.

Em sua opinião, existiam dois extremos de orientações maternas em relação à leitura. A primeira tendia a proibir todo e qualquer contato da filha com as letras, o que, na opinião de Lemos, fazia com que as moças crescessem imersas numa “ignorância crassa”; a segunda, por sua vez, permitia todas as leituras, mas tampouco orientava na escolha de autores e livros que realmente contribuíssem para o desenvolvimento de suas jovens, o que resultava em leituras superficiais que tinham como serventia serem “citadas ao acaso” para impressionar possíveis pretendentes.

Após essas críticas, a autora segue sugerindo “a espécie de literatura que convém à donzela”:

Achamos, em nossa fraca opinião, indispensável na biblioteca de uma moça, Aimé Martin, Fenelon, Rousseau, mme. de Remussat, M. Landriot, moralistas criteriosos e glorificadores da mulher, os quais, lidos com a devida atenção, desvendam a alma dos tesouros da sublimidade. Dentre os romancistas, citaremos alguns estilistas enérgicos e finos observadores como, por exemplo, Herculano, Garret, Castelo Branco, Maria Amália Vaz de Carvalho, Michelet e mais alguns que a escassez do espaço não nos permite citar. Todos esses escritores ensinam a suportar com altivez e dignidade os revezes da fortuna e, por conseguinte, são bons companheiros para um espírito moço. O próprio Júlio Verne pode ser lido proveitosamente, visto haver em suas fantasias um fundo moral e instrutivo. Lamartine, que todos lembram, nós condenamos, porque, sendo um sentimental delicadíssimo, o seu lirismo pode perturbar a imaginação quimérica da donzela e excitar-lhe o desejo de ver-se ao lado de um Raphael ou de ser uma Graziela [...].<sup>443</sup>

A desconfiança de Elisa Lemos em relação aos romances não era um caso isolado, já que muitos homens e, até mesmo, mulheres escreveram sobre a questão. Como a mulher era normalmente considerava um ser muito sugestível, acreditava-se que alguns romances poderiam atuar como uma potencial ameaça ou, nas palavras de Irene Vaquinhas, um “veneno social”, capaz de causar alienação e desvio moral.

Elevado a inimigo da mulher, ou melhor, da mulher como se pretendia que ela o fosse, atribui-se-lhe capacidades corruptoras, capaz de distorcer as mentes, chegando a ser qualificado de *haxixe ou ópio das mulheres* por suscitar a evasão da realidade e abrir horizontes desconhecidos para além do tradicional mundo doméstico. A possibilidade de identificação que os romances deixam em aberto às suas leitoras era visto como uma ameaça, susceptível de despertar na jovem a recusa dos padrões sociais impostos pela ideologia dominante quanto ao papel e ao lugar da mulher na sociedade.<sup>444</sup>

<sup>443</sup> LEMOS, “Palestrando de São João D’El-Rey” (art. IV). In: *Op. Cit.*, 1893, n. 159, p. 4.

<sup>444</sup> VAQUINHAS, Irene. “Perigos da leitura no feminino: dos livros proibidos aos aconselhados (séculos XIX e XX)”. In: *Ler História*, n. 59, 2010. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/1327>>. Acessado em: 7 de dezembro de 2021.

Como a perspectiva republicana seguida por Elisa pregava o padrão de uma mulher instruída, voltada para a família, zelosa, obediente, casta, contida e “bem comportada”, os romances sentimentais iam de encontro às recomendações feitas para uma boa educação. Quando levamos em consideração que a imprensa de uma forma geral – fosse através de livros, revistas ou jornais – já era percebida enquanto instância educativa, sendo capaz de atuar na formação, na identidade e na definição de papéis sociais dos indivíduos, esse olhar sobre as leituras voltadas para o público feminino se tornam ainda mais restritas. Afinal, se os romances sentimentais que continham paixões proibidas ou até adultérios eram vistos como um perigo iminente, o ócio das moças era uma porta aberta à coqueteria e aos divertimentos dos salões, tornava-se urgente selecionar as *devidas leituras*, que formariam a nova mulher brasileira do *fin de siècle*.

O fato de uma mulher emancipacionista indicar leituras como Aimé, Rousseau e Michelet tem como pano de fundo a ideia de complementaridade entre os sexos, a transformação da mulher numa figura virtuosa, sua influência na formação da família e, conseqüentemente, na regeneração da sociedade. Os autores franceses indicados por Elisa tinham grande reconhecimento entre a elite intelectual brasileira, sendo possível citar a relevância de obras como: *Emílio* (1762), de Rousseau; *Educação das Mães de Família* (1834), de Aimé Martin; e *A Mulher* (1859), de Michelet. Os três tinham em comum um programa pedagógico que abrangia o corpo, a educação moral e intelectual para a atuação da mulher em sociedade, particularmente por meio da maternidade.

Elisa também enumera autores como Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Alexandre Magno de Castilho, todos ligados ao Romantismo português. Tais romancistas perpassavam a questão feminina, fosse ressaltando a importância da educação moral e formal, fosse reforçando sua domesticidade e submissão.

Por fim, Maria Amália Vaz de Carvalho – a única a constar nome completo, provavelmente por não ser tão conhecida quanto os demais – foi autora de livros de viés mais conservador, como: *Contos para os nossos filhos* (1876) e *Cartas a Luiza: moral, educação e costumes* (1886). Carvalho se colocava como “mentora da regeneração da condição feminina”, defendendo “[...] uma educação para as mulheres que as tornariam companheiras úteis e encantadoras”<sup>445</sup>, ao mesmo tempo em que rejeitava os discursos de emancipação, principalmente no que se referia ao trabalho fora do lar e no direito ao voto.

---

<sup>445</sup> SANTOS, Miriam.; RESENDE, Maria A. “Moralistas criteriosos e glorificadores da mulher: conselhos literários de Elisa Lemos”. In: Revista Eletrônica Darandina, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p.



Elisa Lemos não adota uma postura tão conservadora quanto esses autores, posto que desconsiderava a ideia de inferioridade intelectual da mulher bastante presente nessas obras, bem como defendia a possibilidade de trabalho fora de casa. A escritora da *Pátria Mineira* demonstra seu *modelo ideal* de mulher no artigo “Um convertido”, no qual conta a história de um jovem escritor chamado Alfredo Dias.

Neste escrito, Elisa conta que Dias era um escritor talentoso, porém vivia a tecer comentários maldosos a respeito da falta de inteligência e virtude das mulheres, decretando sempre a inferioridade feminina se comparada aos homens. A postura do jovem mudou ao conhecer Laura Bastos, com quem Dias não apenas casou e teve filhos, mas também dividiu a redação do jornal *União Social*.

A descrição de Laura nos dá uma noção mais próxima de um modelo ideal de mulher, capaz de converter qualquer homem à causa da emancipação feminina:

Laura, que possui verdadeira instrução artística e primoroso cultivo do espírito, mesmo tendo a seu cargo a educação dos pequerruchos, tornou-se uma escritora célebre, o que não lhe impede de ter o dom de revestir de uma certa graça tudo que lhe cerca. É uma esposa dedicada, mãe exemplar e um vulto notável nas letras. E digam lá que não há felicidades!...<sup>446</sup>

O discurso moderado de Lemos nos faz lembrar que muitas mulheres apoiavam a emancipação exatamente da mesma forma. A maioria das colaboradoras do jornal *A Família* não se desvincula da instituição do casamento, tampouco renegam a ideia de maternidade – vista como missão divina e/ou como dom natural – ao contrário, elas quase sempre reforçavam essas funções sociais, porque entendiam que a própria formação de sua identidade enquanto *mulher* passara por esses papéis.

Para essas mulheres, o objetivo de sua empreitada emancipacionista estava mais voltado para a modificação da forma negativa como a mulher era vista em sociedade – tendendo à vaidade, intrigas, malícia e futilidade – e conquista de alguns direitos básicos que lhe garantissem certa autonomia, a exemplo da instrução e do trabalho remunerado; do que questionar ou romper com a estrutura patriarcal na qual estavam inseridas.

Elisa Lemos deixa essa questão às claras quando, no artigo do exemplar 159, se questiona qual o dever da mulher, respondendo que é “formar almas boas e enérgicas, sempre prontas para lutar”<sup>447</sup>. Ou seja, a mulher republicana tinha um dever para com sua família, mas também para com a sociedade, pois ela é responsável por formar os futuros cidadãos.

---

9. Disponível em: << <https://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/Mirian-Cristina-dos-Santos.pdf>>>. Acessada em: 7 de dezembro de 2021.

<sup>446</sup> LEMOS. “Um convertido”, *A Família*, 1893, n. 159, p. 5.

<sup>447</sup> LEMOS, *Op. Cit.*, 1893, n. 159, p. 3.

Miriam Santos e Maria Ângela Resende apontam que “[...] essa perspectiva, de colocar nas mãos da mulher todo o peso da educação dos filhos, não é apenas uma característica dos editoriais de Lemos, mas um aspecto bastante enfatizado pelas escritoras na sociedade brasileira do final do século XIX”<sup>448</sup>, que estava em consonância com o viés republicano e positivista.

Entretanto, isso não significa dizer que mulheres com a perspectiva de Elisa Lemos não pudessem ser consideradas emancipacionistas. A própria escritora ressalta ser defensora do ideal da emancipação diversas vezes ao longo dos artigos. Embora possa parecer contraditório, pequenas conquistas como o acesso à instrução, o reconhecimento da virtude moral e da importância da mulher na formação da família e da sociedade são pontos que devem ser levados em conta enquanto fatores simbólicos de relevância naquele momento.

Em geral, tendemos a minimizar os efeitos que essas pequenas mudanças têm no cotidiano, na identidade e na construção da autoestima dessas mulheres. Todavia, o que Morin classificou de *maternidade cívica*, isto é, a atuação da mulher em sociedade através do exercício da maternidade, não pode ser menosprezada. Obviamente isso garantia que a estrutura patriarcal se mantivesse e que formas mais sutis de dominação surgissem, mas, por outro lado, experimentava-se um sentimento de estima e respeito inéditos, o que fazia com que essas mulheres tentassem preservá-lo, mesmo que à custa de alguns direitos, como o voto.

Enxergava-se uma maior maleabilidade nas relações entre os sexos, com a voz feminina tendo algum espaço dentro do lar e a mulher sendo reconhecida efetivamente como *companheira* de seu marido, apesar de permanecer tutelada pelo mesmo. As responsabilidades com as tarefas domésticas e com a criação dos filhos, ainda que continuassem atribuídas exclusivamente à figura feminina, também não eram absolutamente restritivas para algum grau de atuação na esfera pública, a exemplo da própria Elisa Lemos, que era casada, mãe, possuía uma coluna fixa no jornal *Pátria Mineira* e ainda era capaz de colaborar com artigos em outros jornais.

Também é necessário pontuar que esse tipo de profissão poderia ser realizado de dentro de casa, não sendo um inconveniente ao dia a dia da família, tampouco inapropriado a uma dama instruída, como aborda June Hahner:

As atividades literárias, que podiam ser realizadas em casa, eram um escape aceitável para as energias femininas, e um escape cada vez mais usados pelas mulheres de classe superior. As escritoras menos controversas, que elogiavam o lar

---

<sup>448</sup> SANTOS & RESENDE, *Op. Cit.*, 2010, p. 5.

e a família, podiam ser vistas como uma prova das aptidões intelectuais femininas por homens simpáticos a uma emancipação feminina moderada. Além do mais, nem sua pessoa nem suas ideias deixaram os homens muito constrangidos. Ao contrário das mulheres de classe inferior, elas ainda podiam ser vistas como criaturas delicadas e gentis. Suas manifestações literárias benignas não causavam grandes preocupações.<sup>449</sup>

Embora um olhar anacrônico diante da questão possa fazer parecer que a postura dessas mulheres não era emancipacionista, seria um equívoco afirmar isso. O fato de não terem uma postura mais revolucionária, assumindo um tom moderado diante da abertura da mulher para o espaço público e para a conquista de direitos, não é sinônimo de falta de apoio à causa da emancipação.

#### 4.1.2. A Palavra: emancipacionismo contido

Exemplos de posicionamentos moderados como este podem ser encontrados em outros jornais e revistas da época, tal qual o periódico *A Palavra: revista litterária dedicada à instrução e recreio da mulher*. Criada na cidade de Pão de Açúcar (Alagoas), em 1889, a revista chegou a ser transferida para Penedo e circulou até 1898. De modelo in-4, ela também estava sob direção de um homem, Achilles de Melo, tal qual o jornal *Pátria Mineira*. E, assim como este, contava com a participação de mulheres em sua equipe, além de aceitar colaboração de ambos os sexos. De acordo com a edição número 15 (de 1889), o periódico era publicado todos os sábados, tendo assinatura mensal de 500 réis ou anual de 6000 réis, embora pudesse ser vendido de forma avulsa por 200 réis.

Como deixa claro seu subtítulo, era uma revista voltada para o público feminino e tinha como epígrafe das edições a mesma frase de Victor Hugo encontrada no jornal *A Família*: “Veneremos a mulher! Santifiquemo-la! Glorifiquemo-la!”. Contudo, ao contrário do jornal dirigido por Josephina, a revista possuía poucas referências no que diz respeito à emancipação feminina mais progressista.

Quando consultamos o termo *emancipação*, ao longo de anos de publicação, só encontramos 6 citações, das quais duas se referem à independência do Brasil, enquanto as demais se voltam à pauta da emancipação feminina. As primeiras citações aparecem no artigo “A mulher”, de Francisco Barroso, publicado em 9 de fevereiro de 1898. Neste, podemos ler já no primeiro parágrafo:

---

<sup>449</sup>HÄHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, pp. 89-90.

É de grandioso alcance a fim de obter-se a grandeza da pátria e mesmo a felicidade do gênero humano, trabalhar-se a favor da educação da mulher, assim como da sua emancipação, conferindo-se-lhe as mesmas prerrogativas que ao homem são concedidas.<sup>450</sup>

No decorrer do texto, Francisco Barroso deixa claro seu amplo apoio à emancipação, afirmando que embora até aquele momento a adesão e os avanços fossem poucos, a convicção e a sinceridade da causa animavam a empreitada. Seu discurso entusiasta faz comparações com tempos passados ditos “sombrios” que já eram vistos como superados – a exemplo do período da Santa Inquisição. Além disso, traça um paralelo entre o Brasil e outras nações, consideradas “mais adiantadas”, como podemos ver em suas palavras em relação à instrução da mulher:

Em outros países, como dissemo-lo, já se sente o afã em promover-se, a par das outras medidas de interesse geral, o profuso derramamento da instrutiva e fecunda semente por todas as camadas sociais. Aqui, é do que menos se cuida!<sup>451</sup>

Apesar disso, a seu ver, a emancipação feminina era apenas uma questão de tempo, pois tinha tudo para contribuir com o progresso da nação, já que seu maior objetivo era a “reforma dos costumes e o levantamento moral” da sociedade, que só seriam possíveis através do papel de mãe e educadora exercido pela mulher. Francisco Barroso enfatiza que, mesmo que a emancipação não viesse a se concretizar naquele momento, isto certamente se daria futuramente, declarando que “[...] os vencidos de hoje, serão os vencedores de amanhã”<sup>452</sup>.

Ao contrário de Barroso, que defendia uma emancipação ampla para a mulher, garantindo-lhe os mesmos direitos que os homens, existem argumentos em prol de uma perspectiva mais moderada na mesma revista. No artigo “A Emancipação da Mulher”, de Hygino Bello, nos deparamos com uma posição que defende, ao mesmo tempo, a instrução formal e a atuação da mulher dentro do lar – como esposa, mãe/educadora dos filhos e dona de casa.

Eis um problema muito discutido pela escola moderna, que tem constituído dois partidos: um que sustenta a teoria da emancipação da mulher, apresentando exemplos de mulheres que salientaram nas revoluções e movimentos literários da pátria, o outro que nega esse direito à mulher, provando com os fatos que testemunhamos frequentemente no lar que a mulher tem a esfera de suas ações traçadas no lar doméstico, tornando-se mais útil ao progresso social a sua atividade na educação dos filhos, desenvolvendo neles as noções da moral e do bem, do que tomando parte ativa nos destinos políticos do país, bitolando o caráter, que na mulher

<sup>450</sup> BARROSO, Francisco. “A Mulher”. In: *A Palavra: revista litterária dedicada à instrução e recreio da mulher*. Penedo (AL), 1898, n. 6, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>. Acessado em: 10 de dezembro de 2021.

<sup>451</sup> *Idem*.

<sup>452</sup> BARROSO, *Op. Cit.*, 1898, n. 6, p. 1.

deve ser compreendido na mais elevada pureza, nas baixeiras que surgem muitas vezes da política de aldeia.<sup>453</sup>

O anúncio do assunto a ser tratado no artigo já nos dá indicações valiosas no que diz respeito ao posicionamento de Hygino. Trechos como “provando com fatos” a utilidade da mulher dentro do lar nos indicam de antemão a desconsideração acerca de quaisquer outros *fatos* que apontem no sentido contrário. Além disso, a possibilidade de macular o caráter da mulher com a atividade política e a chance de que os filhos não sejam devidamente educados – no sentido moral – faz com que sua emancipação seja mais um problema do que uma solução.

Hygino Bello continua sua argumentação, pontuando a importância do papel de esposa e mãe para o equilíbrio no seio da família e para os avanços da sociedade. Segundo ele, o aperfeiçoamento ou a desmoralização dos indivíduos que compõem o corpo social tem influência direta da educação dada pela mãe. É ela que cuida dos deveres domésticos, zela pelas roupas do marido, tempera a comida, amamenta e cuida dos filhos, inculcando-lhes valores morais conforme se desenvolvem. Contudo, se essas mesmas mulheres tomassem parte na esfera pública, “[...] exercendo todas as funções que um homem pode desempenhar [...]”, o que restaria a esses maridos? O próprio Hygino responde:

[...] seu marido, no lugar de preocupar-se com suas obrigações de empregado, adquirindo meios para sustentar sua família, ficará em casa para tratar dos filhos, limpar os móveis, fazer todo o serviço da casa, preparar a comida para quando a mulher voltar dos seus negócios políticos achar tudo preparado. Não queremos que a mulher logo que se case torne-se uma escrava, vivendo sob um jugo de um absolutismo demasiado, mas entendemos que a emancipação da mulher brasileira não passará de uma visão.<sup>454</sup>

A fala de Hygino Bello define bem os papéis referentes a cada sexo até aquele momento: ao homem era reservada a função de provedor da família e o mundo da política, portanto, sua esfera de atuação seria a esfera pública; a mulher, por sua vez, era responsável pelos afazeres domésticos e criação dos filhos, o que tornava a esfera privada o seu local de atuação.

Qualquer atividade desempenhada na esfera competente ao sexo oposto era encarada como inversão de papéis, pois se entendia que para que a emancipação feminina ocorresse era necessário que o homem ocupasse as antigas funções femininas. Esse sentimento de se colocar numa posição considerada inapropriada ao sexo masculino, visto como viril,

<sup>453</sup> BELLO, Hygino. “A Emancipação da Mulher”, *A Palavra*, 1898, n. 20, p. 2.

<sup>454</sup> BELLO, *A Palavra*, 1898, n. 20, p. 3.

racional, potente e provedor, também implicava abalos na própria noção de identidade de gênero.

Desde o século XVIII, autores como Condorcet e Mary Wollstonecraft argumentavam que a entrada da mulher na vida pública não representava qualquer tipo de “ameaça” aos homens – como o descuido com o lar e a família –, tampouco uma tentativa de inversão de papéis. Mesmo assim, esses *temores* seguiram sendo amplamente difundidos e configuravam um dos principais argumentos dos opositores da emancipação.

Naquele contexto, as responsabilidades ligadas à maternidade ganharam destaque, não somente devido ao fato da identidade feminina à época passar diretamente pela transição de menina à mulher por meio da geração de filhos, mas também por ser possível encontrar no exercício da maternidade cívica um modo de falsear a entrada feminina na esfera pública, convencendo-a que a educação e o desenvolvimento sadio dos futuros cidadãos eram suas maiores contribuições ao progresso da nação.

Podemos encontrar em emancipacionistas famosas, como Júlia Lopes de Almeida, um grande apelo emocional e exaltação da maternidade. Essa escritora, que se destacou pela publicação de contos, romances, livros infantis e artigos para diversos jornais e revistas – a exemplos d’*A Família*, *A Mensageira* e *A Palavra* – foi uma figura-chave na articulação entre a identidade da mulher como esposa/mãe e sua emancipação.

De acordo com Peggy Sharpe, o objetivo de Júlia Lopes de Almeida “[...] era incentivar a mulher de classe média incipiente a encontrar um verdadeiro poder espiritual em sua função dentro da família e, ao mesmo tempo, profissionalizar seu papel no lar”<sup>455</sup>. Em outras palavras, Almeida defendia a forte educação moral, a instrução da mulher, seu desenvolvimento profissional, inclusive com trabalho remunerado, mas sempre destacou a primazia do papel de mãe. Em seu artigo “Ser mãe”, publicado no número 20 (de 1898) da revista *A Palavra*, fica claro esse sentimento de exaltação da maternidade:

Ser mãe é renunciar a todos prazeres mundanos, aos requintes do luxo e da elegância; é deixar de aparecer nos bailes em que a vigília se prolonga, o espírito se excita e o corpo se cansa no gosto das valsas; é não sair sem temer o sol, o vento, a chuva, na desgraçada dependência do terror imenso de que sua saúde sofra e reflita o mal na criança; é passar as noites num cuidado incessante, em sonos curtos, leves, com o pensamento sempre preso a mesma criaturinha rósea, pequena, macia, que lhe suga o sangue, lhe magoa os braços, que a enfraquece, a enche de sustos, de trabalhos e

---

<sup>455</sup> SHARPE, P. “A Maternidade: uma visão política de Júlia Lopes de Almeida”. In: AUAD, Sylvia (Org.). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional das Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999, p. 348.

de prevenções – mas que a faz abençoar a ignota Providência de a ter feito mulher, para poder ser mãe!<sup>456</sup>

A publicação de Júlia Lopes de Almeida conta com uma especificidade que não pode passar despercebida: o afastamento da mulher do mundo do divertimento e do luxo para a sua entrada na vida de mãe dedicada, que vem a reboque de muitas teorias de que ligavam maternidade ao despertar das virtudes, desde uma perspectiva religiosa, passando pela filosófica, até alguns discursos médicos.

É igualmente interessante notar que ela fala para camadas médias e abastadas que, por bastante tempo, faziam uso de amas escravizadas, tanto para a amamentação, quanto para a criação dos filhos da elite, o que demonstra como o “mito do amor materno” acompanhou a Modernidade e os discursos em torno da família burguesa que, inclusive, representando o abandono um formato amplo de família para a adoção do modelo nuclear (com pai, mãe e filhos).

A modernidade brasileira, com todas as suas contradições, apresentava várias opções às mães de alta classe, a exemplo de amas-de-leite negras escravizadas ou brancas livres; amas-secas; governantas e preceptoras. Ou seja, o aparecimento de discursos sobre a necessidade da atuação direta da mãe na formação física e moral dos seus filhos, não impedia que as classes mais altas fizessem uso de meios que terceirizavam a criação de bebês e crianças. Até porque, tradicionalmente, o ócio figurava como um elemento de prestígio entre a aristocracia, sendo incomum que mulheres de elite se incumbissem de tais funções.

Entretanto, no decorrer do século XIX, ficou cada vez mais comum encontrar a difusão de discursos que pregavam a ideia de *cuidado com os seus*, sendo esta uma peça-chave para compreender esse novo modelo ideal de mulher virtuosa. Exemplo disso é o artigo “Papel da mulher na criação”<sup>457</sup>, sem autoria, no qual é apontado o que caberia a cada um dos papéis sociais da mulher: mãe, esposa, filha, irmã e enfermeira.

O texto inicia-se com a maternidade sendo saudada como a forma de amor mais puro e sagrado que há. Ela representa, ao mesmo tempo, uma missão divina e um modo de elevar a mulher ao Supremo Criador. O amor de mãe é apontado como inigualável, “[...] mesmo aos mais elevados afetos de que é suscetível o coração humano”<sup>458</sup>.

Após esta pequena explanação sobre a *mãe*, o texto se atém ao papel da *esposa*, apontada como a “companheira natural do homem”. O artigo deixa implícita a perspectiva

<sup>456</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. “Ser mãe”, *A Palavra*, 1898, n. 20, p. 3.

<sup>457</sup> “Papel da mulher na criação”, *A Palavra*, 1898, n. 13, p. 1.

<sup>458</sup> *Idem*.

de que a união entre homem e mulher tem esse fundo natural/biológico, quando fala que ela auxilia seu marido na luta pela existência, enquanto reconhece nele o melhor protetor para seus filhos. Todavia, vai acrescentando componentes morais a essa relação:

Em uma palavra, a mulher constitui a parte complementar do homem – a quem uniu-a o destino para seu aperfeiçoamento moral. Só poderá mais facilmente atingi-lo, se sua parte integrante – o esposo amado – auxiliá-la eficazmente por seu bom comportamento, isto é, por seus bons exemplos e dedicação à família, que tem ele por imperioso e restrito dever de manter, educar e proteger, não descerrando jamais do cotidiano para esse tríplice *desideratum* [desejo].<sup>459</sup>

Vemos, neste trecho, uma relação de dependência da mulher com o marido em alguns âmbitos. Primeiramente, seu desenvolvimento moral, o que nos aponta a noção de eterna menoridade feminina, a qual justificava que o marido tivesse sua tutela. Em segundo lugar, uma dependência de ordem prática, no que diz respeito à manutenção da família, seu provimento, educação e proteção. A esposa é retratada como complementar, mas não se encontra em posição de igualdade ao homem, já que ele também é responsável por ela, o que pode soar contraditório, pois a *mãe* é o pilar moral da casa, inclusive, a primeira educadora dos filhos.

Essas pequenas contradições, na verdade, revelam que por detrás de discursos que, teoricamente, exaltavam a mulher e sua função social de mãe e esposa, ainda existiam fortes traços de patriarcalismo ou mesmo de teorias pautadas na inferioridade feminina. Isso confirma a perspectiva de Rancière<sup>460</sup> de que o discurso policial é capaz de se reorganizar, utilizar novos argumentos a fim de mascarar de modo eficaz a antiga forma de dominação.

O artigo segue com o papel da *filha*, apontada como “[...] o mais doce encanto do lar paterno onde representam o delicado papel de viçosas e belas flores nativas que desabrocham nos prados e campinas [...]”<sup>461</sup>. No texto, observamos uma comparação entre o amor de pai e o de mãe, como também entre o papel do filho e da filha. Busca-se demonstrar que o amor materno é muito mais intenso do que o paterno, o que se justifica pelas horas dedicadas aos pequenos, apesar das responsabilidades com as tarefas domésticas. Ademais, ressalta que as mães, em geral, costumam ter mais proximidade dos filhos, enquanto o pai tem mais proximidade das filhas, sem citar nada que vise comprovar esta alegação.

Aos filhos homens, cabe o papel das travessuras que, segundo o texto, coincidem com o desenvolvimento intelectual da criança, provocando divertimento aos pais. A filha,

<sup>459</sup> “Papel da mulher na criação”, *A Palavra*, 1898, n. 13, p. 1.

<sup>460</sup> RANCIÈRE, J. *O Desentendimento: Política e Filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2018, p. 43.

<sup>461</sup> “Papel da mulher na criação”, *A Palavra*., 1898, n. 13, p. 1.



por sua vez, é “[...] destinada a prestar seus serviços com meiga dedicação aos seus velhos pais – principalmente quando presos ao leito do sofrimento – que coincide às vezes com a tortura da miséria”<sup>462</sup>.

No texto, podemos notar uma ligação da função de cuidar com figuras femininas em geral: a esposa em relação ao marido; a mãe no que se refere aos filhos; a filha em relação aos pais e a irmã no trato com os irmãos mais jovens; todos os papéis da mulher parecem encarnar uma espécie de “dom natural” ao cuidado.

Diferente dos conceitos de *prover* ou *proteger*, vistos como atribuições masculinas, a noção de *cuidar* envolve as tarefas domésticas, a higiene da família, o zelo com a saúde (especialmente das crianças e idosos) e o amparo nos momentos de doença. Não à toa, logo após falar da função da *irmã*, o texto traz o papel de *enfermeira* e conclui que:

Enfim, a mulher encarada de qualquer destes modos, como mãe, como esposa, como filha, como irmã, numa palavra como enfermeira, tem por elevada e complexa missão suavizar a dura sorte dos mortais, afastando destarte as urzes do caminho que a conduzirá após a realização de seu progresso moral à eterna mansão dos justos.<sup>463</sup>

Essa representação da mulher como *anjo do lar* incentivava sua permanência na esfera privada e sua domesticidade, configurando uma dominação não tão violenta quanto outrora, agora possuidora de uma roupagem moderna e civilizada, que reconhecia nas múltiplas e divinas missões da mulher – o casamento e a maternidade – a sua grande atuação na sociedade.

É interessante notar que, apesar da maioria dos autores que fazem uso desse modelo de representação considerarem a mulher (mãe-esposa) como estandarte da moralidade no lar, eles não se afastam da ideia de que ela é frágil, indefesa e influenciável. Aliás, esta contradição costuma ser um argumento de reforço à autoridade masculina e à permanência feminina no lar.

Ademais, este discurso moralizante também atua como um marcador, indicando que *mulher* é essa; afinal, a questão social e racial influía diretamente na vida de milhares de brasileiras que, muitas vezes, eram obrigadas a trabalhar para sustentarem a si mesmas e suas famílias, não assumindo esse papel idealizado de mãe-esposa. Portanto, devemos ter em mente que se desejava o “retorno ao lar” justamente do pequeno e privilegiado grupo de mulheres que poderia requerer igualdade de direitos: as mulheres de elite e aburguesadas.

---

<sup>462</sup> *Idem*.

<sup>463</sup> “Papel da mulher na criação”, *Op. Cit.*, 1898, n. 13, p. 2.

Apesar desse recorte social e racial, a questão da maternidade aparecia como uma pauta geral para as mulheres abastadas fossem elas conservadoras, moderadas ou progressistas no que tange à emancipação. Isto se dá porque se entendia que a função biológica e divina da mulher era justamente ser mãe. Conseqüentemente, quando pensamos na formação de uma identidade feminina no século XIX, precisamos levar em consideração que ela é quase que indissociável do casamento e da maternidade, visto que ter filhos fora do casamento ainda era considerado um grave desvio moral para as mulheres.

No que concerne à emancipação, devemos levar em consideração a estruturação da vida familiar estava diretamente ligada à reprodução das desigualdades de gênero, impondo sempre às mulheres os ônus dessa relação. Isso ocorria em função de dois aspectos principais: primeiramente, pelo fato da mulher ser encarada como a única responsável pela gestão da vida doméstica e da criação dos filhos, o que, por sua vez, interferia diretamente na organização da rotina da família, inclusive para atividades do marido. O segundo aspecto é a vulnerabilidade das mulheres dentro do casamento, pois mesmo já existindo leis que permitiam sua instrução e seu trabalho remunerado – ocupando cargos de trabalho que fossem *compatíveis com o seu sexo* –, essa maleabilidade também dependia da permissão do seu marido, o que justifica a preocupação de muitas emancipacionistas em angariar apoio masculino.

Flávia Biroli afirma que a “[...] vulnerabilidade das mulheres no casamento é um exemplo importante da interconexão entre as esferas e dos efeitos dos arranjos familiares”<sup>464</sup>, ou seja, as formas de definir e/ou restringir o papel das mulheres em cada uma dessas esferas, também interfere na organização dos papéis de outros integrantes da mesma família. Se a mulher é a única responsável por cuidar da casa e dos filhos, falta-lhe tempo e recursos para investir em uma carreira, por exemplo, ao passo de que garante essa atividade ao seu parceiro – que tem como função ser provedor da família. Isso produz uma assimetria entre o casal a partir de uma dependência mútua que normalmente colocava a mulher numa situação de vulnerabilidade.

As desigualdades encontradas na esfera privada também eram refletidas na esfera pública, pois se a manutenção dessas hierarquias e disparidades era encarada como necessária para o bom funcionamento da sociedade, nada mais natural do que elas serem reproduzidas em maior escala através de leis e mecanismos socioculturais que restringissem a atuação das mulheres.

---

<sup>464</sup> BIROLI, Flávia. “Justiça e Família”. In: BIROLI & MIGUEL (Orgs.). *Feminismo e Política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 49.

Desta forma, vemos que a valorização da domesticidade feminina, a divisão sexual do trabalho encarada como definidora do arranjo familiar, aliada às desigualdades materiais e simbólicas, faziam com que a noção de *complementaridade dos sexos* disfarçasse as assimetrias de direitos e de poder, dando continuidade à estrutura patriarcal com uma roupagem de modernidade, na qual, teoricamente, a função da esposa e da mãe era supervalorizada.

Vejamos o caso dos periódicos criados e dirigidos por Francisca Senhorinha da Motta Diniz<sup>465</sup> – *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* – para pensar essas nuances entre um projeto de emancipação feminina mais progressista, a tentativa de conquistar o apoio masculino e as contradições entre a percepção da dominação, bem como sua parcial aceitação.

#### 4.1.3 Francisca Senhorinha: entre Monarquia e República

*O Sexo Feminino: semanário dedicado aos interesses da mulher*<sup>466</sup> foi lançado na cidade de Campanha, Minas Gerais, em 7 de setembro de 1873<sup>467</sup>, com possibilidade de assinatura anual de 5\$000 réis ou semestral, 2\$500 réis. O jornal era impresso na Tipografia Monarchista, que pertencia ao marido de Francisca Senhorinha, o que já demonstra o seu apoio à empreitada da esposa. De modelo in-4, o semanário tinha como objetivo tratar de questões acerca da emancipação feminina, algumas vezes chamada “emancipação racional da mulher”.

Importante levar em consideração que o impresso tinha uma tiragem razoável – alcançando uma média de 800 exemplares<sup>468</sup>, segundo consta na edição de 7 de setembro de

<sup>465</sup> Francisca Diniz era natural de São João Del-Rei (MG), filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e Gertrudes Alves de Mello Ramos. Casou-se com o jornalista José Joaquim da Silva Diniz, com quem teve três filhas: Amélia, Albertina e Elisa Diniz. Atuou como professora e jornalista, sendo fundadora dos periódicos *O Sexo Feminino* (1873), que depois se transformou em *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1890), mas também *A Primavera* (1880). Além disso, foi fundadora do Colégio Santa Isabel e da Escola Doméstica. Para saber mais, consultar: SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Senhoras do seu destino: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873-1894)* (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013, p. 29.

<sup>466</sup> O subtítulo sofreu variações como “semanário literário, recreativo e noticioso” e ainda, “revista quinzenal, literária, recreativa, noticiosa e política especialmente dedicada aos interesses da mulher”.

<sup>467</sup> Sabemos que a data não foi escolhida ao acaso, pois neste primeiro número Francisca Senhorinha declara ser uma homenagem à Independência do Brasil.

<sup>468</sup> De acordo com os autores, dos “20.071 habitantes à época, apenas 1.458 mulheres sabiam ler e escrever em 1872, ou seja, cerca de 7% da população total (número um pouco superior à diminuta média nacional – 5,5% do total da população, segundo dados do Recenseamento daquele ano). *O Sexo Feminino* atingia,

1874 –, principalmente se levarmos em consideração que o local de publicação é uma cidade de interior, o que também nos chama atenção para o seu público: mulheres abastadas e letradas.

Em seu primeiro número, o jornal adota um tom mais progressista quanto à causa da emancipação:

Zombem muito embora os *pessimistas* do aparecimento de um novo órgão de imprensa; tapem os olhos os *indiferentes* para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; riam os *curiosos* seu riso sardônico de reprovação à ideia que ora surge brilhante no horizonte da cidade de Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigam os *retrógrados* com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de *utopistas*: O *Sexo Feminino* aparece. Há de lutar e lutar até morrer; morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.<sup>469</sup> [grifos originais]

Quando seguimos com a leitura, percebemos que o ponto de partida para a busca por emancipação é o mesmo das demais emancipacionistas: a educação da mulher. No seu jornal, o termo *educação*<sup>470</sup> aparece com um significado duplo de educação moral e instrução formal. Para Francisca Senhorinha, a falta de instrução era um mal que afetava a sociedade como um todo, mas particularmente as mulheres, visto a total dependência que tinham de figuras masculinas, especialmente financeira, o que fazia com que a morte prematura destes representasse um total desamparo às mulheres da família. Deste modo, era preciso buscar um espaço de autonomia feminina e o primeiro passo para tal era uma instrução sólida.

Ela defende que ao invés de desenvolver habilidades domésticas – coser, cozinhar, varrer, lavar e passar – as jovens precisavam aprender a ler, escrever e contar. Senhorinha chega a ser explícita em algumas matérias consideradas essenciais: gramática, economia, medicina doméstica, puericultura, mas também literatura, química, física, filosofia, história, geografia, história natural. Desta forma, formaria moças cultas, capazes de administrar a casa e prezar pelo bem estar da família.

---

provavelmente, uma razoável porcentagem da população feminina local alfabetizada, assim como um público fora dos limites da cidade”. Para saber mais, consultar: NASCIMENTO, Cecília V. do; OLIVEIRA, Bernardo J. “O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher”. In: *Cadernos Pagu*, n. 29, julho-dezembro de 2007, p. 432. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/>>>. Acessado em: 15 de dezembro de 2021.

<sup>469</sup> DINIZ, Francisca Senhorinha M. “A Educação da Mulher”. In: *O Sexo Feminino*, Campanha, ano I, n. I, 7 de setembro de 1873, p. 1. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/>>>. Acessado em: 15 de dezembro de 2021.

<sup>470</sup> As diferenças sobre educação (como algo de cunho moral e religioso) e instrução (como sinônimo de educação formal) ficam explícitas no segundo exemplar do jornal, num artigo intitulado “A educação é o mesmo que instrução”, traduzido do francês por Amélia Diniz (filha de Francisca Senhorinha). Além disso, no exemplar número 5, podemos ver que a redatora-chefe divide a educação em física, moral e intelectual. A primeira, visa formar pessoas sadias; a segunda, se refere ao encaminhamento para o “amor do bem”; enquanto a terceira diz respeito ao conhecimento formal adquirido ao longo da vida.

Além disso, essas jovens estariam habilitadas a ingressar no mercado de trabalho e ajudar na renda familiar. Sobre a questão de como equilibrar o trabalho dentro e fora de casa, a redatora-chefe responde: “Não sirva de cuidado aos pais que suas filhas, assim educadas e instruídas, não saibam coser, lavar, engomar, cortar uma camisa etc, etc. A riqueza intelectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades”.<sup>471</sup> Ou seja, ela propõe que a renda conquistada com o trabalho feminino também seja empregada para pagar criados(as) que executarão os serviços domésticos.

Precisamos levar em consideração que a autora escreve em 1873, período em que a escravidão ainda era vigente. Mesmo que fosse o caso de ser abolicionista e não possuir escravos, a mulher a quem a autora<sup>472</sup> se dirige ainda poderia optar por contratar o serviço de mulheres livres pobres que exercessem as funções da casa, já que teria dinheiro a mais para arcar com esses gastos. Nota-se, portanto, um discurso voltado exclusivamente para mulheres bem-nascidas, não considerando mulheres escravizadas ou pobres livres como inclusas nesse discurso de emancipação.

No segundo número do jornal, nos deparamos com um artigo intitulado “Emancipação da mulher” que, mais uma vez, volta a falar sobre a questão da educação feminina. A redatora ressalta o descaso e, até mesmo, o receio do governo em garantir uma boa educação às mulheres, pois isto poderia ocasionar uma revolução, mas argumenta que se trata de um equívoco, já que “[...] a revolução da sabedoria sufoca-se facilmente com a mesma ciência”, isto é, o próprio conhecimento que poderia causar revolta às mulheres por tomarem ciência de sua condição de *traste da casa* – termo utilizado pela autora –, faria com que elas tivessem bom senso para mudar sua situação de forma pacífica.

Para a autora, essa mudança beneficiaria toda a sociedade, posto que a mulher seria capaz de instruir e educar as futuras gerações, tanto em casa, quanto nas escolas. Em sua escrita, a ideia de que a mãe é a principal responsável por essa tarefa aparecia de forma clara, no entanto, num primeiro momento ainda era necessário formar essas futuras mães-educadoras. Para tal, os pais precisavam escolher os melhores colégios para educar suas filhas, visando seu comprometimento posterior com a família e a sociedade.

Mães de família assim formadas prepararão a mocidade que *futuramente* possa ornar as diversas carreiras a que pode aspirar *um moço* ou *uma moça* desde a mais alta escala social até o mais modesto *emprego oficial*.

<sup>471</sup> DINIZ, F. *O Sexo Feminino*, 1873, n. 1, p. 1.

<sup>472</sup> É importante ressaltar que Francisca Senhorinha se dizia abolicionista. Neste jornal, a partir do terceiro exemplar, existe uma crítica dela à escravidão que, juntamente à pena de morte, poderiam ser considerados “os dois maiores crimes do *mundo bárbaro*, ainda conservados no *mundo civilizado*”. Para consultar: DINIZ, *Ibidem*, 1873, n.3, pp. 1-2.

Só há um meio de regenerar a sociedade, de mudar moralmente a face da terra, de *emancipar a mulher, de salvar-lhe um futuro – é pela educação e instrução no colégio, ou no lar doméstico por pedagogos da escolha paterna, e isso enquanto não se preparam as mães de família.*<sup>473</sup> [grifos originais]

No trecho acima, dois pontos merecem atenção: o primeiro é o fato de, novamente, haver um recorte de classe para a composição dessa sociedade civilizada, que vai desde as camadas sociais mais elevadas até o baixo escalão do funcionalismo público. Isso significa que, embora não esteja explícito, pessoas pobres livres ou escravizados encontram-se fora desse projeto civilizatório. O segundo ponto é o fato de que, num primeiro momento, o pai deve ser responsável pela escolha de quem irá instruir e educar os filhos, pois as *mães de família* ainda não foram formadas e, apesar de esta ser a sua principal função, ainda não são totalmente capazes de exercê-la.

Isso aproxima a perspectiva de Francisca Senhorinha daquela encontrada no *Opúsculo Humanitário*<sup>474</sup>, de Nísia Floresta, demonstrando que o ideal é que essa função seja exclusivamente materna, mas para tal, é preciso formar essa mãe. Ao mesmo tempo, Senhorinha se afasta de Nísia ao pregar que a mulher deve sim exercer funções para além da esfera doméstica, pregando sua capacidade de contribuir com a família e com a sociedade por meio do trabalho qualificado, principalmente com a função de professora.

Isso demonstra uma visão um pouco mais progressista que a maioria dos impressos que se diziam pró-emancipação, mas que a compreendiam somente como uma forma de instruir a mulher para que ela atuasse da melhor maneira possível dentro do lar e na criação dos filhos, colaborando com a regeneração dos costumes e com o avanço da civilização aos moldes europeus.

Ademais, Francisca Senhorinha, tal qual Mary Wollstonecraft, discursa sobre a culpa do estado de inferioridade moral e intelectual no qual a mulher se encontrava, atribuindo essa responsabilidade ao homem. Ela retoma esse assunto em diferentes artigos, de modo geral, apontando que “Os homens zombam da ignorância das mulheres sem se lembrarem que as educam com as escravas, que só necessitam saber obedecer”<sup>475</sup>. Combate também os estereótipos negativos ligados às mulheres, pontuando que não são tendências naturais, mas

<sup>473</sup> DINIZ, F. “A emancipação da mulher”, *O Sexo Feminino*, 1873, n. 2, pp. 1-2.

<sup>474</sup> Como vimos no capítulo II desta tese, Nísia Floresta destaca na obra *Opúsculo Humanitário* que a maioria das mulheres (já mães) não recebia qualquer tipo de instrução ou, se recebiam, era de forma precária. Além disso, ressaltava que o comportamento moral e o polimento das mesmas também eram questionáveis. Tendo isso em vista, acreditava que apesar do ideal ser o “cultivo” das moças dentro do lar e para o lar, com uma instrução e educação primorosas, entendia que levaria algumas gerações para que isso fosse possível. Logo, a melhor solução era a permissão para o estudo em escolas ou com preceptoras qualificadas. FLORESTA, *Opúsculo Humanitário*, 2019, pp. 91- 92.

<sup>475</sup> “Máximas sentenças de uma brasileira”, *O Sexo Feminino*, 1875, n. 4, p. 2.

sim fruto de um misto de precária instrução, uma educação religiosa deficitária e dos estímulos masculinos que têm, como objetivo final, seduzir as inocentes moças. Em suas palavras: “[...] esses maus conselheiros [homens] que na sociedade estudam todos os ardis para mentirem à mulher, lisonjeando-lhe seu orgulho, alimentando seus caprichos, louvando sua vaidade [...]”.<sup>476</sup>

Em sua opinião, esse tipo de comportamento gerava um ciclo vicioso de corrupção dos costumes, pois despertava, concomitantemente, a feminina e as iludia quanto às intenções de um possível pretendente, prejudicando sua moral. O homem, por sua vez, embora enganasse as moças e usufruísse de sua inocência, também acabava sendo afetado de outras formas, já que isso minava o bom comportamento em sociedade que, posteriormente, podia se refletir no seu casamento e na criação dos filhos.

No exemplar de 25 de outubro de 1873, nos deparamos com um pequeno manifesto intitulado “O Que Queremos”, que visa demonstrar como a emancipação da mulher poderia contribuir decisivamente para transformar este quadro.

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;  
Queremos reaver nossos direitos perdidos;  
Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;  
Queremos a instrução pura para conhecer nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna;  
Queremos conhecer os negócios do nosso casal, para bem administrá-los para quando a isso formos obrigadas;  
Queremos enfim saber o que fazemos, porquê e pelo quê das coisas;  
Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;  
Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa;  
Só o que não queremos é continuar a viver enganadas.<sup>477</sup>

Para além desses objetivos gerais enumerados por Francisca Senhorinha, o artigo ainda traz justificativas para apoiar a emancipação. A autora defende que a pouca instrução feminina e o fato de muitos maridos disporem do patrimônio do casal como querem, fazia com que várias mulheres acabassem na penúria e, até mesmo, abandonadas à própria sorte com os filhos. Ela chega a citar que a maioria das mulheres desconhecia seus direitos como meeira e acabavam assinando documentos confiando na palavra de seus companheiros.

Para Senhorinha, apesar de o casamento ser considerado sagrado, estava desvirtuado por uma sociedade corrupta, a qual via no dote uma forma de enriquecer sem trabalhar, pouco importando a esposa ou os filhos. Para findar esse mal, a autora propõe uma base

<sup>476</sup> DINIZ, F. “O Sexo Feminino”, *Ibidem*, 1873, n. 3, p. 1.

<sup>477</sup> DINIZ, F. “O Que Queremos”, *Ibidem*, 1873, n. 8, p. 1.

sólida de educação e instrução para as moças, a fim de que elas percebam as reais intenções de seus pretendentes, além de serem capazes de fazer valer os seus direitos.

Importante ressaltar que ao longo dos editoriais feitos pela redatora-chefe sempre nos deparamos com um recurso argumentativo que mescla estratégias racionais e emocionais. Ou seja, por um lado há o uso de questões práticas como a garantia de direitos, enquanto por outro, apela-se para o lado sentimental, falando sobre o pai que economizou para o dote da filha, das trapaças realizadas pelo marido, culminando em dívidas ou no abandono marital. Para Gerlice Teixeira Rosa:

[...] a inclusão do público feminino nos enunciados constitui-se um uso estratégico no discurso, pois visa, convoca e dialoga diretamente com as mulheres (e um pouco mais indiretamente com os homens) sobre a situação das mães, esposas e filhas e sobre as razões de uma necessária emancipação. A partir do pronome em 1ª pessoa do plural, nós, o universo de sentidos evocado no discurso parece corresponder ao saber partilhado por esse grupo, ou seja, ao se referir ao *nós, mulheres*, Senhorinha antecipa a concordância das demais mulheres ao seu discurso.<sup>478</sup>

Em paralelo a este recurso, nos deparamos com perspectivas de cunho religioso, que também ganhavam a confiança do público, especialmente o feminino que, de uma forma geral, a finalidade era apontar os papéis de homem e mulher dentro do casamento, como é o caso dos “Conselhos do Bispo do Pará, D. Antônio”, publicado na seção de *Variedades* do jornal, no dia 12 de setembro de 1875, onde podemos ler:

**Obrigações do marido:**

- 1º Amar a esposa como Jesus Cristo ama a Igreja
- 2º Respeitá-la como sua companheira
- 3º Dirigi-la como lhe sendo sujeita
- 4º Guardar-lhe todo amor e fidelidade
- 5º Sustentá-la com decência
- 6º Sofrê-la com paciência
- 7º Ajudá-la com caridade
- 8º Repreendê-la com benignidade
- 9º Exortá-la ao bem com palavras e ainda mais com o exemplo
- 10º Não ofendê-la, nem desonra-la por fatos ou palavras
- 11º Não fazer, nem dizer coisas na presença dos filhos, ainda que pequenos, que possa servir de escândalo.

**Obrigações da mulher casada:**

- 1º Amar o marido
- 2º Respeitá-lo como seu chefe
- 3º Obedecer-lhe com afetuosa prontidão
- 4º Adverti-lo com descrição e prudência
- 5º Responder-lhe com toda a mansidão
- 6º Servi-lo com desvelo
- 7º Calar quando o vir irritado
- 8º Tolerar com paciência seus defeitos

<sup>478</sup> ROSA, Gerlice T. *Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino* (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 58. Disponível em: <<<https://repositorio.ufmg.br/>>>. Acessado em: 15 de dezembro de 2021.



- 9º Não ter olhos, nem coração para outro
- 10º Educar catolicamente os filhos
- 11º Ser muito atenciosa e obediente para o sogro e a sogra
- 12º Benévola com os cunhados
- 13º Prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família<sup>479</sup>

Neste pequeno artigo, podemos ver prescrições presentes na *Carta de Paulo aos Efésios*, tal qual o amor entre os cônjuges sempre com a submissão da esposa perante o marido. Isso não significava, porém, que este poderia desrespeitar sua companheira, sendo desaprovada a ofensa e a desonra fosse por ações ou palavras. Vemos ainda que as obrigações da mulher aparecem diretamente relacionadas ao ato de subalternidade, não só ao marido, mas à família como um todo, além do fato de suas obrigações serem mais numerosas do que a de seu parceiro.

Pode parecer contraditório um periódico com um viés mais progressista fazer uso de prescrições religiosas, mas precisamos considerar que a fé católica era um dos pilares inerentes à própria emancipação, pois teria como função afastar as mulheres do luxo e da vaidade, aproximando-as da virtude, da moralidade e, até mesmo, das suas missões divinas de mãe e esposa.

Quando buscamos pelos termos “emancipação” e “Deus”, notamos que a primeira palavra aparece quarenta e sete vezes, sendo apenas duas dessas citações referentes à emancipação dos escravos, enquanto as demais se referem à emancipação da mulher ou *racional emancipação da mulher*. A palavra “Deus”, por outro lado, aparece cento e oito vezes, demonstrando a importância dessa religiosidade, que pode ser resumida no seguinte trecho:

E de tudo quanto havemos dito, resulta que a educação deve ter por base a religião e a moral. De Deus viemos nós e para Ele vamos e a escada mística por onde temos que subir é a ciência e a virtude; a religião dá-nos a primeira, pois que o temor de Deus é o princípio da sabedoria; a moral dá-nos a segunda; compreendam pois os pais de família, compreenda o governo que é da escola que virá o remédio ao descalabro da sociedade.

Em suma, o que Senhorinha colocava como ideal a ser perseguido era uma emancipação pautada “[...] na virtude, na educação, na instrução, no amor e no trabalho [...]”<sup>480</sup>, visando não só a felicidade das mulheres, mas “de toda a humanidade”<sup>481</sup>, como bem ressalta a redatora. Pois é por meio de sua atuação como mãe que ela *molda* os filhos e, conseqüentemente, interfere nos rumos da sociedade:

<sup>479</sup> “Conselhos do Bispo do Pará, D. Antônio”, *O Sexo Feminino*, 1875, n. 7, p. 3.

<sup>480</sup> DINIZ, F. “Como devem trabalhar as mães de família para fortificar o caráter de suas filhas”, *O Sexo Feminino*, 1873, n. 9, p. 1.

<sup>481</sup> *Idem*.

**O futuro de um menino** [grifo meu] na sociedade quando se tornar homem será tal qual houver sido a educação que sua mãe lhe tiver implantado no coração.

Diz Lerminier:

*Nas nossas sociedades modernas, as mães formam-nos os primeiros sentimentos e as primeiras ideias: é a mãe que reconhece o caráter e o gênio do filho, que aplaude a sua vocação, que a sustenta contra o descontentamento paternal, que o consola, fortifica e, enfim, que o entrega à sociedade.*<sup>482</sup> [grifos originais]

Essas colocações nos chamam atenção para alguns pontos que merecem o devido destaque. Primeiramente, a perspectiva editorial do jornal em relação à emancipação se apresenta de forma dúbia: por um lado, Senhorinha enfatizava a importância da maternidade na vida das mulheres e para as futuras gerações, colocando a *mãe* como uma figura central no que se refere à interferência – para o bem ou para o mal – na sociedade; por outro, não descarta sua atuação fora do lar, embora o trabalho remunerado devesse estar de acordo com o que era considerado devido ao sexo feminino e ao decoro. Ademais, apesar de utilizar o termo *mulher* de forma ampla e generalizante, fica claro que há um recorte social e racial de que mulher teria acesso à conquista de alguns direitos, não levando em consideração mulheres pobres livres ou escravizadas.

Esta perspectiva moderada ganha um tom ligeiramente mais progressista em outro periódico dirigido por Francisca Senhorinha, intitulado *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Lançado em 16 de novembro de 1889, na cidade do Rio de Janeiro, o impresso se apresentava como um “periódico quinzenal, literário, recreativo e noticioso especialmente dedicado aos interesses da mulher”, contando igualmente com a participação das filhas da redatora-chefe, bem como com a colaboração de diversas senhoras. Tratava-se, na verdade, de uma continuação d’*O Sexo Feminino*, que desde 1875 havia se mudado para a Corte Imperial e que, um dia após a proclamação da República, mudara de nome em homenagem ao novo regime.

Com redação situada na Rua do Lavradio, n. 24, *O Quinze de Novembro* contava com assinaturas de 10 mil réis (anual), 5 mil réis (semestral), 3 mil réis (trimestral), 1000 réis (mensal) ou 100 réis (avulso) para a capital da Corte. No caso de envio para outras províncias, somava-se 2 mil réis. Constância Duarte<sup>483</sup> afirma que desde a primeira edição, o novo jornal já possuía uma tiragem expressiva de 2.400 exemplares.

Semelhante ao jornal *A Família*, Francisca Senhorinha demonstra esperança de que com a república a emancipação da mulher deixaria de ser um sonho para tornar-se realidade, como podemos notar em suas palavras: “Hoje dizemos: a mulher quer igualdade, esta será

<sup>482</sup> DINIZ, F. “O Mundo Marcha – Diz Pelletan”, *Ibidem*, 1873, n. 11, p. 2.

<sup>483</sup> DUARTE, *Op. Cit.*, 2016, p. 336.

alcançada!”<sup>484</sup>. Não obstante seu otimismo inicial parecer maior do que o de Josephina Álvares de Azevedo, ele também vinha atrelado à consciência que apenas a mudança de regime não era garantia de direitos.

Teremos nosso 15 de novembro?

Talvez!

O juramento prestado pelo governo provisório na câmara municipal, despido da forma religiosa e afirmado sob a palavra assentou que o primeiro governo republicano, aquele que simboliza a aspiração democrática nesta venturosa nação, aceita o princípio fecundo da liberdade e da igualdade.

O verdadeiro ideal do nosso século presente é a democracia, a santa igualdade.<sup>485</sup>

Ou seja, a liberdade e a igualdade eram uma esperança, mas não necessariamente se concretizariam sem luta. Por tal motivo, a redatora-chefe d’*O Quinze de Novembro* anunciava que além das seções vistas anteriormente n’*O Sexo Feminino* (notícias, críticas, anúncios, folhetim e medicina doméstica), o novo impresso trataria de política, “[...] assunto este alheio ao nosso sexo, porém bem necessário para o fim que desejamos atingir”<sup>486</sup>.

Ao longo das publicações, o tema principal continuou a ser a *racional emancipação da mulher*, como enunciava Francisca Senhorinha. Ela conclama suas leitoras a unirem forças e entrarem na “[...] arena do combate travado para a restauração dos direitos de igualdade”<sup>487</sup>, sempre ressaltando que para atingi-la seria necessária uma instrução de qualidade oferecida às moças.

Desde *O Sexo Feminino*, era possível encontrar discursos de Senhorinha em prol da organização de associações de famílias aburguesadas, nas quais pais mais abastados garantiriam a instrução de qualidade a seus filhos e filhas, sem deixar de oferecer um suporte para crianças que não pudesse custear a escola. No artigo “Associação para a Educação”<sup>488</sup>, fica implícito que apesar da presença de escolas públicas, essas não eram garantia de uma boa instrução, tampouco “moralizavam corretamente” os jovens. Neste sentido, as associações poderiam preencher essa lacuna para aqueles que buscavam uma educação de qualidade, mas não podiam arcar com os preços vultosos de um bom ensino.

Segundo a redatora, essas associações funcionariam da seguinte forma: um grupo de famílias de determinada localidade devia se organizar e fundar o seu próprio colégio, contratar os professores, comprar os materiais necessários e, como o custo total era obrigatoriamente dividido entre as famílias, a tendência era que fosse sempre baixo. Isso deixaria uma margem

<sup>484</sup> “O Sexo Feminino”. In: *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, Rio de Janeiro: 1889, n. 12, p. 1.

<sup>485</sup> “A Racional Emancipação da Mulher”, *Ibidem*, 1889, n. 12, p. 2.

<sup>486</sup> *Ibidem*, 1889, n. 12, p. 3.

<sup>487</sup> *Ibidem*, 1889, n. 12, p. 1.

<sup>488</sup> DINIZ. “Associação para educação”. *O Sexo Feminino*, 1874, n. 20, p.1.

para que crianças carentes fossem apadrinhadas pela escola. Senhorinha chega a oferecer seu estabelecimento à época, o Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, para “[...] um convênio com associação ou núcleo de pessoas, que se convencer da utilidade desta ideia, que sem temor de erro poderia se dizer patriótica”<sup>489</sup>.

A ideia começara a ganhar forma ainda 1874, como podemos observar na nota “Associação promotora da instrução de meninas desvalidas da Corte”<sup>490</sup>, em que é declarado que um grupo de mulheres já se reunira três vezes, compunha uma mesa diretora e tinha como objetivo requerer ao governo a aprovação de estatutos em prol da fundação da associação. No entanto, a proposta só começou a tomar contornos mais definidos no ano da proclamação da República.

No exemplar d’*O Sexo Feminino* de 14 de setembro 1889, vemos o texto “A Racional Emancipação da Mulher”, no qual surge, pela primeira vez, a proposta de criação do Colégio Santa Isabel e da Escola Doméstica – em conjunto – como parte de um programa social intitulado *Associação para Educação*. Neste artigo, a redatora pede a proteção (pecuniária, moral e intelectual) do governo e das famílias para a fundação da obra de caridade.

O Colégio Santa Isabel foi fundado por Francisca Senhorinha e suas filhas e, apesar de não sabermos a data precisa de sua inauguração, temos notícias de seu funcionamento desde 2 de junho de 1889, através de propagandas nas páginas d’*O Sexo Feminino*. Sabemos também que, inicialmente, localizava-se na Rua do Lavradio, n. 101 e, posteriormente, mudou-se para o n. 24 da mesma rua. Era um colégio misto somente até o primário, aceitando meninas a partir dos 5 anos e meninos somente até os 9 anos, prezando pela moralidade.

A instituição oferecia curso primário e secundário para meninas externas, meio-pensionistas ou internas, variando o valor da mensalidade de acordo com a categoria escolhida e aulas extras somadas ao currículo da criança. Segundo uma propaganda<sup>491</sup> presente no jornal *O Sexo Feminino*, o curso primário contava com as disciplinas: instrução moral e religiosa; leitura, escrita e caligrafia; aritmética até frações decimais; elementos da história da pátria; noções de geometria plana; gramática portuguesa; noções de geografia; sistema métrico legal; história sagrada; princípios de moral e civilidade; música vocal; economia doméstica; corte e feitiço de roupa; bordado; crochê e ponto de marca.

<sup>489</sup> DINIZ, *Ibidem*, 1874, n. 20, p.2.

<sup>490</sup> A diretoria era composta por: D. Isabel F. Duque Estrada Teixeira (diretora), Júlia Moller d’Oliveira Lisboa (1ª secretária), D. Magdalena da Costa Ferreira (2ª secretária). Para saber mais, consultar: DINIZ, “Associação promotora da instrução de meninas desvalidas da Corte”, *Ibidem*, 1874, n. 25, p. 4.

<sup>491</sup> Propaganda do Colégio Santa Isabel, *O SexoFeminino*, 1889, n. 9, p. 3.

Já no ensino secundário, acrescentavam-se as seguintes matérias: história antiga, moderna e contemporânea; leitura de clássicos em prova e verso; redação e estilo epistolar; pedagogia; aritmética completa e sistema métrico; geografia geral; corte e confecção de toilettes, bordados, flores de cera, pano, papel etc; além disso, havia possibilidade de aulas extras de línguas (francês, inglês, alemão e italiano); ciências (naturais, físicas e médicas); matemática (geometria e cálculo); filosofia; e belas artes (piano, canto, dança, desenho e pintura).

Tratava-se de um ensino de excelência, que visava dar instrução primorosa às jovens, mas que também tinha como objetivo criar uma escola para atender à população carente da região: a Escola Doméstica. Ainda em dezembro de 1889, no jornal *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, nos deparamos com o artigo “Escola Doméstica”, no qual Senhorinha retoma sua ideia do projeto social voltado para a educação. Segundo a autora, sua pretensão era criar um prédio anexo ao Colégio Santa Isabel, a fim de atender “[...] meninas menores, pobres e desamparadas, sem distinção de cor, nem condição, quer nos venham dos pais, tutores ou protetores, quer por ordem dos juizes de órfãos”<sup>492</sup>.

Para manter a obra filantrópica, cerca de um terço do valor arrecadado com as vendas do jornal *Quinze de Novembro*, somados às doações de colaboradoras e ao pagamento da mensalidade de meninas abastadas custeariam as jovens sem condições para pagar total ou parcialmente os estudos. Importante destacar que a Escola Doméstica ainda contou “[...] com a proteção de Marianna Cecilia Meirelles da Fonseca, esposa do Marechal Deodoro da Fonseca”<sup>493</sup>, chegando a adotar o nome desta colaboradora para a escola<sup>494</sup>, o que lhe rendia apoio do governo.

Francisca Senhorinha afirma que, apesar de estarem sob a mesma direção, as escolas nada tinham em comum:

Aquele [Colégio Santa Isabel] é um estabelecimento de instrução com estatutos rigorosamente observados, etc., etc., donde uma menina poderá sair uma literata, mãe de família ou preceptora.

Esta [Escola Doméstica] é propriamente casa de educação doméstica, onde as meninas são consideradas aprendizes, as quais suas diretoras se propõem a fazer esposas, mães e cidadãs dignas e moralizadas na classe operária. Para cada estabelecimento, há um regimento.<sup>495</sup>

<sup>492</sup> DINIZ, “Escola Doméstica”, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 1889, n. 12, p. 3.

<sup>493</sup> SOUTO, *Op. Cit.*, 2013, p. 65.

<sup>494</sup> O nome oficial era *Escola Domestica D. Marianna da Fonseca: Associação para Educação das meninas*. Para saber mais, consultar: SOUTO, *Ibidem*, 2013, p. 65.

<sup>495</sup> DINIZ, “Escola Doméstica”, *O Quinze de Novembro.*, 1889, n. 12, p. 3.

Neste trecho, devemos atentar para alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, a Escola Doméstica tem sentido filantrópico, mas não deixa de marcar nitidamente as diferenças de classe, expressas por meio da formação das jovens (no currículo propriamente dito) e na separação dos espaços físicos. Enquanto no Colégio Santa Isabel existe um leque muito mais amplo de opções de matérias que formariam uma jovem burguesa letrada, a Escola Doméstica oferecia o ensino elementar, o ensino doméstico em geral e a possibilidade de aperfeiçoamento de algum ramo que as alunas mostrassem vocação e pudessem se profissionalizar.

Interessante notar que Senhorinha enfatiza diversas vezes o sentido de caridade da Escola Doméstica, exemplificado no trecho a seguir:

As Exmas. e caridosas senhoras que nos quiserem auxiliar em benefício de tantas inocentes meninas lançadas à miséria, e que por nós socorridas nos bendirão um dia, poderão fazê-lo já assinando o jornal *O Sexo Feminino*, cuja terça parte de rendimentos de lhe é destinada, já angariando entre as suas amigas donativos quaisquer; que estes sejam: roupas, víveres, calçados, remédios, livros, etc. [...].<sup>496</sup>

Para Senhorinha, a filantropia era uma das formas de atuação cívico-patriótica, agindo ativamente na luta contra a miséria, falta de acesso à educação e a desordem social, colaborando com o progresso e a civilidade. Ela cita a negligência em que grande parte da população se encontrava, defende a “promoção de socorros públicos dados a filhos de pais desfavorecidos de fortuna”<sup>497</sup>, apontando os resultados fecundos alcançados por estabelecimentos filantrópicos, que combatiam a *ociosidade da população*, ao mesmo tempo em que lhes ofereciam *auxílio em momento de desgraça*.

A distinção social adotada em seu discurso também nos revela outros pontos de tensão, como a crença de que as famílias mais humildes não seriam capazes de oferecer às crianças o mesmo nível de moralidade e civilidade e que, portanto, instituições como a Escola Doméstica eram de grande valia para a regeneração moral da sociedade. As moças deveriam sair de lá alfabetizadas, prontas para o trabalho, mas principalmente, igualmente capazes de atuar como boas esposas e mães.

Ainda é relevante destacar como a Primeira República fez uso da filantropia como uma forma de *tutela* daqueles considerados desvalidos, unindo um caráter moralizador (no sentido de reformar os costumes), modernizador (trazendo ordem e progresso) e, concomitantemente, religioso por pregar a ideia cristã de caridade, mas não de igualdade social. Para Rosangela Faria Rangel:

---

<sup>496</sup> *Idem.*

<sup>497</sup> *O Quinze de Novembro*, 1889, n. 12, p. 2.

[...] as noções de tutela e proteção são fundadoras de um plano de governabilidade que vai desenvolver-se em múltiplos domínios sociais, fundamentando uma nova autoridade social: o benfeitor. Logo, a filantropia organizou-se através da mobilização das elites sociais para desenvolver um poder tutelar em relação aos “desafortunados”.

Com a instauração do trabalho livre e o início do processo de industrialização no Brasil, as estratégias de dominação voltaram-se para a disciplinarização de uma classe operária em formação, a regulação dos comportamentos da população pobre em geral e a reorganização dos espaços urbanos.<sup>498</sup>

Tudo isso nos leva ao terceiro ponto que é a relação deste discurso – aparentemente com um tom mais conservador, devido à distinção social – e a emancipação da mulher. Como era esperado, Francisca Senhorinha possuía contradições próprias ao seu tempo. Por um lado, pregava que a instrução era um requisito essencial para que as jovens tivessem condições de se tornarem independentes (financeiramente e, até mesmo, em relação à autotutela); por outro, corroborava com a perspectiva que a função social e missão divina de toda mulher era a maternidade que passava, obrigatoriamente, pelo casamento, sendo os papéis de mãe e esposa indissociáveis.

Quando acrescentamos o marcador social a tais questões, percebemos que esses pontos se mantêm. Ou seja, é fundamental que moças pobres tenham o mínimo de instrução formal, pois isto faria com que se tornassem uma mão de obra minimamente qualificada para o mercado, porém isso não significava dizer que a preparação oferecida pela Escola Doméstica deveria ser estabelecida em pé de igualdade com aquela ofertada pelo Colégio Santa Isabel. Os postos de trabalho das moças de elite visavam, acima de tudo, certo prestígio social, enquanto que para as meninas “desvalidas”, o objetivo era a sobrevivência com o mínimo de independência do marido.

Não fica explícita na fala de Francisca Senhorinha a justificativa de autonomia dessa mulher livre pobre. Entendemos que essa independência devia ter algumas motivações centrais, sendo elas: a falta de dote e de um bom casamento. Provavelmente, a redatora compreendia que a realidade dessas mulheres era precária e instável, sendo necessário trabalhar desde cedo para contribuir com a renda familiar. Em caso de morte do marido ou viuvez, por exemplo, elas estariam à própria sorte, sem poder contar com qualquer apoio financeiro da família. Por este motivo, deveriam ter alguma fonte de renda que lhes garantisse uma vida digna e o mínimo de estabilidade.

---

<sup>498</sup> RANGEL, R. F. *Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013, p. 72. Disponível em: <<<https://www2.dbd.puc-rio.br/>>>. Acessado em: 23 de dezembro de 2021.

Dito isto, há de se considerar que a educação e instrução de meninas pobres – mesmo enquanto projeto social, como era o caso da Escola Doméstica – tinha muito mais como finalidade um controle moral e social dessas camadas mais pobres, se distanciando de um compromisso com a emancipação que era pretendida para as mulheres abastadas. A perspectiva de subalternidade das mulheres “desvalidas” pelas bem nascidas reproduz as estruturas de dominação herdadas da sociedade escravagista, portanto, mesmo quando propõe uma *ajuda* a essas meninas pobres, continua a enxerga-las como figuras que sempre permanecerão subordinadas às mulheres de alta classe.

É possível e, até mesmo provável, que essas contradições não fossem percebidas por essas mulheres que se diziam emancipacionistas e progressistas, envolvidas em causas filantrópicas como a da Escola Doméstica. A própria “feminização” da filantropia, como algo próprio ao espírito caridoso das senhoras, era algo comumente exercitado pela Igreja e muito frequente entre as elites – na Europa, nos EUA e no Brasil. Como bem coloca Senhorinha, tratava-se de um ato de ajuda aos desvalidos, mas principalmente, de um *ato cívico-patriótico*. Vemos, então, que a ideia de compaixão e caridade advindas de uma visão cristã sendo somadas ao ativismo pró-emancipação e à atuação cívica, visando construir uma nação civilizada.

Apesar dessas contradições, a postura de Senhorinha – tanto n’*O Sexo Feminino*, quanto n’*O Quinze de Novembro* – sempre nos aponta uma perspectiva que varia de moderada para progressista em termos de emancipação, acusando grupos “retrógrados”, vistos por ela como “[...] culpados pelo grau de atraso em que tem estado até agora as mulheres, que no seu modo de ver só serviam para lavar, cozinhar, costurar, fiar, varrer a casa e cuidar dos arranjos domésticos”<sup>499</sup>. Em paralelo, defendia a instrução e a profissionalização como possibilidade para alcançar a emancipação que, para ela, era sinônimo de autotutela e independência financeira, sem deixar de lado as funções primordiais de mãe e esposa.

#### 4.2. A Mulher emancipada e a opinião pública

De acordo com Marco Morel, a expressão *opinião pública* é polissêmica e polêmica: “Muitos a tratam como se fosse coisa, sujeito ou entidade, com vontade e movimentos

---

<sup>499</sup> “Noticiário”, *O Sexo Feminino*, 1874, n. 25, p. 4.



próprios. Mas trata-se, antes de tudo, de palavras – poderosos instrumentos de combate”<sup>500</sup>. De uma forma geral, considera-se opinião pública como um processo de desenvolvimento de consciência política no âmbito da esfera pública. Devemos levar em consideração que quando a imprensa surgiu no Brasil – no início do século XIX, logo após a chegada da Família Real – ainda existia um controle rígido do que poderia ser publicado. Mesmo após o decreto de 2 de março de 1821, que suspendia a censura prévia em terras brasileiras, a liberdade de imprensa não seguiu uma linha progressiva e ascendente.

Houve um crescimento da imprensa, sim, mas a questão do controle dessa atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões, em que os dilemas vividos pelos redatores de diversas correntes políticas cruzar-se-iam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares.<sup>501</sup>

Ademais, precisamos levar em consideração que para fazer uso público da razão por meio da imprensa, participando de debates referentes a alguma questão que estava sendo pautada publicamente, era necessário ter instrução. Como no século XIX grande parte da população era analfabeta, temos um grupo relativamente pequeno para formar a opinião pública.

No caso das mulheres, o letramento tardio e o fato da maioria dos impressos voltados para este público ser da segunda metade do Oitocentos, fez com que o tema da emancipação demorasse para ser amplamente discutido, apesar de ter relativa visibilidade na Europa desde o século anterior. Isto porque o público masculino não se interessava por este tipo de pauta, tampouco pretendia que a realidade feminina fosse debatida e/ou alterada. Foi necessário, então, que primeiro se criasse um público feminino letrado para que essas ideias tivessem circulação e recepção no Brasil, o que muitas vezes foi feito pelas penas das próprias mulheres, que tentavam reivindicar direitos como igualdade e liberdade.

Neste sentido, buscamos compreender como a opinião pública do *fin de siècle* reagia aos escritos emancipacionistas da grande imprensa. Já abordamos nesta tese algumas divergências entre as leitoras-colaboradoras de diferentes jornais acerca do próprio sentido de emancipação, no entanto, nosso enfoque agora volta-se para as cartas enviadas às redações e comentadas pelas redatoras, a fim de tentar entender a recepção de suas ideias tanto pelo público leitor, quanto por outros impressos.

---

<sup>500</sup> MOREL, M. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21.

<sup>501</sup> MOREL, *Ibidem*, 2003, p. 24.

Ressaltamos que este levantamento foi realizado em apenas dois dos periódicos trabalhados, a saber: *A Família* (1888-1898) e a *O Sexo Feminino* (1873-1889). Não encontramos registros de críticas, positivas ou negativas, nos demais jornais utilizados como fonte em nossa pesquisa, no entanto, essa pequena amostragem pode nos servir como termômetro da opinião pública em diversas partes do Brasil.

#### 4.2.1. *A Família*: “Como nos tratam”

Desde o segundo exemplar, o jornal *A Família* traz a seção “Como nos tratam”, local reservado às críticas e elogios recebidos pela redação. Tendo em vista que Josephina Álvares de Azevedo tinha como política enviar exemplares d’*A Família* para outras redações, chegando a fazer viagens para a divulgação de seu periódico, o retorno é majoritariamente de outros impressos e não exatamente de leitores isolados.

Pontualmente, vemos críticas negativas mais acirradas, com direito a réplica e até tréplica, mas, de forma geral, a folha costumava ser bem recebida por seus pares. É o que podemos observar ainda no exemplar nº 2, de 8 de dezembro de 1888. Nele, constam as impressões de outros jornais que receberam o número programa d’*A Família*, são eles: *Diário Mercantil*, *Correio Paulistano*, *Diário Popular*, *Gazeta do Povo*, *Diário de Notícias*, *Província de São Paulo* e *Federalista*.

Das sete redações, apenas uma deu retorno negativo à folha de Josephina – o jornal *Província de São Paulo* – afirmando que para que a mulher fosse “venerada, glorificada e santificada”, tal qual dizia a epígrafe do jornal de Josephina, que contava com a frase de Victor Hugo, ela não devia “[...] competir com o homem na direção do estado e em muitas coisas mais, como V. Exma. sustenta e quer”<sup>502</sup>.

O restante dos comentários é receptivo à empreitada do novo impresso, como podemos perceber nos exemplos do *Diário Mercantil*, o qual afirma que *A Família* foi “redigido com muito critério e ilustração”, ou do *Correio Paulistano*, “desejamos compensadoras prosperidades na sua árdua, mas brilhante empresa”. Existem ainda alguns que apoiam abertamente a causa da emancipação, a exemplo da *Gazeta do Povo*:

Estilo fluente e correto, conceitos sisudos e preceitos benéficos, franqueza e verdade, ausência de pretensões do sexo rude, uma reivindicação sensata de direitos incontestáveis, uma propaganda verdadeira de bons princípios de educação, eis o

<sup>502</sup> “Como nos tratam”, *A Família*, 1888, n. 2, p. 8

que resulta da preciosa revista, cuja prosperidade e aceitação sinceramente desejamos.<sup>503</sup>

Devemos também destacar o comentário do *Federalista*, que se inicia afirmando que Josephina levou pessoalmente o número-programa à redação do jornal. Apesar do tom elogioso que confere à *Família*, existe uma forte indicação de que não leram o jornal. Isto porque o caracterizam como “[...] elegante e mimoso jornal literário, dedicada à sagrada missão da educação da mãe de família [...]” ou ainda, “leitura útil e amena”, o que nos sugere um desconhecimento da escrita combativa, crítica e polêmica do primeiro exemplar.

Em 5 de janeiro de 1889, quase um mês depois, no sexto exemplar d’A *Família*, notamos que as visitas a outras redações e os envios frequentes de amostras do jornal de Josephina finalmente fizeram com que ela conseguisse um respaldo robusto na imprensa, particularmente na província de São Paulo. Ela lista os periódicos que apoiam sua empreitada e fazem permuta de exemplares, são eles:

*Província de São Paulo, Diário Mercantil, Correio Paulistano, Federalista, Gazeta do Povo, Diário Popular, Diário de Notícias, Plateia, Imprensa Evangélica, Grito do Povo, Diário do Comércio, Mequetrefe, Gazeta de Campinas, Correio de Santos, Diário da Tarde, Gazeta da Tarde, da Bahia, Correio Portuguez, Monitor Campista, Gazeta Lusitana, Noticiarista, Las Noticias Ilustradas, de Buenos Aires, Diário de Sorocaba, Gazeta de Botucatú, Século, Gazetinha, Norte de São Paulo, Gazeta da Bocaina, Echo Municipal, Tymburibá, Rezendense, Gazeta de Rezende, Leopoldinense, Irradiação, A Verdade, Tribuna do Norte, Jahuense, Gazeta de Valença, Gazeta de Mogy-Mirim, Correio Amparense, Gazeta do Amparo, Descalvadense, Campos Elysios, Treze de Maio, Diário de Belém e Tribuna Liberal.*<sup>504</sup>

No decorrer de 1889, A *Família* permanece enviando vários de seus exemplares e recebendo números dos jornais supracitados, assim como publicando os comentários dos mesmos a respeito de sua folha. Eles comumente seguem o mesmo padrão: citam o número do último exemplar recebido, agradecem o envio, ressaltam a importância do jornal para a educação feminina e elogiam a escrita primorosa de Josephina e suas colaboradoras. Alguns poucos enumeram artigos ou trechos que merecem destaque, outros ainda saem discretamente em defesa do sexo masculino – como o *Descalvadense*, que afirma que Josephina é “[...] severa demais com o sexo feio [...]”<sup>505</sup> – sem deixar de elogiar a empreitada emancipacionista.

Geralmente, a seção “Como nos tratam” revela certo apoio ou, ao menos, neutralidade em relação à folha de Josephina. É igualmente interessante notar que temos

<sup>503</sup> *Idem*.

<sup>504</sup> “Novidades”, A *Família*, 1889, n. 6, p. 8.

<sup>505</sup> “Como nos tratam”, *Ibidem*, 1889, n. 22, p. 8.

indícios de aceitação das ideias emancipacionistas em artigos sobre as viagens que a redatora-chefe realizou com o intuito de divulgar seu jornal e sua missão.

Existe, por exemplo, um relato de seu encontro com o Imperador D. Pedro II e, sua filha, a Princesa Isabel, durante sua passagem por Petrópolis. No décimo terceiro exemplar<sup>506</sup>, Josephina conta a suas leitoras uma pequena parte da conversa com o Imperador, bem como comprometimento da Princesa em manter um número fixo de assinaturas d’*A Família*, visando a contribuir financeiramente com a empreitada. Em suas palavras:

No fim de uma demora de três dias, segui [da Corte] para Petrópolis. No dia imediato ao de minha chegada tive a honra de ser recebida pelo S. M. o Imperador, o qual depois de conversar comigo a respeito do meu falecido primo o poeta Álvares de Azevedo, declarou-se protetor da minha revista e louvou-me pela missão que tomei em meus ombros.

Dali dirigi-me ao palácio de S. A. Princesa Imperial a qual tomou um regular número de assinaturas, com que protegeria a minha publicação.<sup>507</sup>

Além da ida à capital da Corte e Petrópolis, o jornal indica que Josephina fez viagens a Santos, Salvador, Recife e tantas outras cidades, que eram publicadas em formato de um caderno de viagem. Em Santos, por exemplo, a redatora conta que o acolhimento recebido por ela e sua folha foram lisonjeiros, mostrando que a “[...] sociedade santista é uma sociedade escolhida, composta de cavalheiros distintíssimos e amantes do progresso da terra em que nasceram ou em que vivem”<sup>508</sup>.

Em Salvador, os jornais *O Libertador* e a *Gazeta da Bahia* recomendam *A Família* às suas leitoras, comentando quão primoroso era o jornal de Josephina. No caso d’*O Libertador*, vemos um extenso comentário a respeito da importância de periódicos voltados para a instrução feminina:

Oxalá que nós possuíssemos uma dessas que trabalham, missionárias santas que trabalham, para a obra grandiosa da ilustração da mulher!

Infelizmente nossas comprovincianas entendem que a sua educação limita-se única e simplesmente às prendas domésticas e esta compreensão má que possuem, privas de se imiscuírem no estudo.<sup>509</sup>

Apesar de se tratar de um jornalista homem, vemos a defesa pela instrução das mulheres e uma crítica ao comportamento das mesmas, apontando que as jovens baianas preferiam ocupar-se com bailes e namoros, entregando-se a uma “condenável indolência”<sup>510</sup>, a colher os frutos de uma instrução sólida, que contribuiria para sua emancipação.

<sup>506</sup> AZEVEDO, J. “De S. Paulo a Petrópolis”. *Ibidem*, 1889 n. 13, p. 2.

<sup>507</sup> *Idem*.

<sup>508</sup> AZEVEDO, J. “De S. Paulo a Santos”. *A Família*, 1889, n. 13, p. 2. .

<sup>509</sup> “Como nos tratam”, *Ibidem*, 1889, n. 31, p. 3.

<sup>510</sup> *Idem*.

Interessante notar que uma crítica a essa não-adesão de mulheres à causa emancipacionista faz com que fique mais clara a delimitação desses lugares sociais e comportamentos que atuavam como marcadores de gênero, definindo o que era próprio do *masculino* (ao homem, cabe a razão, o trabalho, a atuação na esfera pública) e do *feminino* (o casamento, a maternidade, a esfera privada, mas também a ideia de futilidade). O enraizamento histórico, cultural e social de que mulheres de elite tinham como objetivo final um bom partido para casar e constituir família fazia com que elas mesmas não procurassem romper com esse ciclo, naturalizando-o e reproduzindo essa estrutura de dominação.

Vemos esta opinião ser repetida em alguns artigos d'A *Família*, como é o exemplo do texto “A Emancipação Feminina”, da colaboradora, jornalista e professora Luiza Thienpont:

Apesar do século essencialmente evolucionista em que vivemos, a emancipação feminina é encarada por alguns com sarcasmo e geralmente com despeito pelo sexo forte.

É triste dizê-lo e incrível mesmo da parte das próprias senhoras tenha sofrido também as mais amargas censuras! Aqui, quando a mulher esforça-se para estender seu voo até as esferas estéticas e sublimes do mundo intelectual e atingir enfim o que somente foi dado aos homens atingir, ela torna-se alvo de censura, da inveja, da preocupação de todos e o que é mais triste ainda, vítima das mais torpes calúnias da parte de outras senhoras.<sup>511</sup>

Tal qual *O Libertador*, o *Jornal do Comércio* da província do Pará, também, saudou a empreitada da viagem de Josephina e a nobre missão de seu periódico, recomendando-o às leitoras e afirmando: “Emancipe-se mulher da escravidão das trevas, que é a pior de todas as escravidões e eduquemo-las nos mais puros e santos princípios, que teremos cumprido nosso dever”<sup>512</sup>.

Prestemos atenção aos termos usados pelo jornalista: primeiramente, “emancipe-se mulher”, como um ato no qual a mulher é agente, capaz de atuar para alterar a sua situação de “escravidão das trevas”, isto é, da falta de luzes, de instrução; em segundo lugar, nos deparamos com “eduquemo-las”, que toma para o homem o “dever” de educar a mulher como é devido – dentro dos “puros e santos princípios”. Nesta construção discursiva vemos que o homem não é quem escraviza, esta é, pois, a ignorância; ao contrário, o homem é aquele que liberta, já que é detentor da ilustração, mas cabe à mulher buscar essa libertação. Isso faz com que as noções de dominação e emancipação defendidas por Josephina apareçam de forma deturpada pelo jornalista do *Jornal do Comércio* – não sabemos se de forma ingênua, por não ter feito uma leitura e interpretação mais coerente do jornal *A Família* ou se proposital, culpabilizando as mulheres pela sua própria condição.

<sup>511</sup> THIENPONT, L. “A Emancipação Feminina”, *A Família*, 1890, n. 68, p. 1.

<sup>512</sup> “Como nos tratam”, *Ibidem*, 1889, n. 31, p. 4.

Vemos também o bom acolhimento de Josephina e seu periódico em Pernambuco e no Ceará, com inúmeros jornais agradecendo a visita da redatora e elogiando os exemplares ofertados por ela. É igualmente importante salientar que a própria Josephina escreveu em seu “Carnet de Voyage”<sup>513</sup> sobre como foi recebida nessas cidades e, em especial, nas redações de outros jornais, sempre parecendo lisonjeada com o modo que fora tratada e sentindo que o tema da emancipação da mulher ganhava simpatizantes, pelo menos entre os ditos “amigos de imprensa”.

Esse tipo de recepção não muda com a passagem da Monarquia para a República. Josephina continua enviando exemplares e publicando as críticas – majoritariamente positivas – de outros jornais a respeito d’*A Família* ao longo de todos os anos de atividade do periódico.

Não obstante esta aparente cordialidade em relação ao seu jornal e à sua causa, outros indícios nos apontam que isso era, em parte, uma estratégia de autopropaganda do jornal e que Josephina chegou a enfrentar algumas dificuldades. Por exemplo, vemos que no início de 1889, o jornal ainda não havia atingido a marca de 200 assinaturas, dificultando sua permanência em São Paulo, cidade na qual havia sido criado. A redatora, então, decide mudar-se para a capital da Corte<sup>514</sup>, onde acreditava que alcançaria maior êxito e um público mais aberto as suas ideias. Todavia, algumas dificuldades permaneceram mesmo no Rio de Janeiro, embora não tenham feito Josephina desistir de sua atividade. Nas palavras da redatora-chefe:

No largo do período de pouco mais de um ano, tenho conseguido, porém, firmar uma publicação exclusivamente dedicada à emancipação da mulher, vencendo embora os maiores obstáculos, tendo de bater constantemente com o indiferentismo atroz com que se olha para publicação semelhante. Outras publicações há por aí, também consagradas às senhoras brasileiras; essas, porém, não se preocupam de coisas úteis; consagram-se às vaidades mundanas, à literatura amena, a assuntos de mero passatempo. No terreno de alevantamento do espírito da mulher, não tenho visto senão algumas publicações raras, e essas mesmas devido a penas masculinas.<sup>515</sup>

A indiferença apontada por Josephina se refere ao fato de suas reivindicações serem, muitas vezes, consideradas absurdas e ridicularizadas publicamente. Além disso, criticava abertamente o fato dos periódicos voltados para o público feminino não tratarem de assuntos

<sup>513</sup> O Carnet de Voyage aparece temporariamente em 1889, durante uma viagem que durou alguns meses e na qual percorreu muitas províncias. Nele, a redatora contava os lugares por onde passara, suas impressões da cidade, da população e falava sobre a recepção de suas ideias. Em todas as cidades percorridas, Josephina não deixava de visitar prédios públicos e redações de jornais.

<sup>514</sup> O primeiro exemplar na Corte é o de número 24, publicado em 18 de maio de 1889, no qual Josephina expõe as motivações de sua transferência. A partir de então, sua redação é estabelecida na Rua do Rezende, 146, enquanto sua impressão passa a ser na Rua da Alfândega, 215 (não consta o nome da tipografia). Para mais informações, consultar: AZEVEDO, Josephina. “A Família”, *A Família*, n. 24, 1889, pp. 1-2.

<sup>515</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, 1890, n. 50, p. 1.

realmente “sérios” e pertinentes à situação da mulher em sociedade, como a instrução e seus direitos. Segundo ela, era urgente atentar para a posição de inferioridade e submissão em que a mulher era mantida, o que legou olhares desconfiados para seu discurso, principalmente por homens.

Podemos nos deparar com críticas como a do cronista Thiers Minor, do *Diário de Santos* – já apresentada no terceiro capítulo – que acusava as emancipacionistas de desejarem uma inversão de papéis, projetando uma falsa ideia de que os homens passariam a cuidar dos filhos e da casa, enquanto as mulheres tratariam dos assuntos públicos e do sustento do lar; ou ainda, do jornalista José Severiano Rezende<sup>516</sup>, do jornal paulista *O Mercantil: órgão do comércio e da indústria*<sup>517</sup>, atacando Josephina e seu livro recém-lançado.

Encontramos o artigo de Severiano, “Mulher-Homem”, no exemplar n. 1940 d’*O Mercantil*, de 27 de fevereiro de 1891. Neste, o autor declara não conhecer pessoalmente Josephina, somente saber que se trata da redatora-chefe d’*A Família* e afirmar que nunca leu até o fim nenhum de seus artigos por tédio. Pouco depois, vemos que a motivação da crítica foi o envio do livro *A Mulher Moderna* à redação d’*O Mercantil*. Sobre o livro em si, Severiano discorre pouco: em linhas gerais, afirma que “[...] o livro não interessa por si só e não apresenta vantagem nenhuma ao leitor ou à leitora, por menos sono que ele ou ela tenham”<sup>518</sup>.

Após esse comentário, começa a traçar a ideia que passou a fazer de Josephina devido a seu livro: “Uma escritora que não chega a ser uma Georges Sand quanto ao talento, e uma propagandista que nem ao menos atinge as diminutas proporções do Sr. Silva Jardim, conquanto saiba a língua portuguesa tanto quanto ele, ou talvez menos um pouquinho”<sup>519</sup>.

Ainda em tom de sarcasmo, ele segue dizendo também concordar que não é civilizado criticar uma senhora honesta e respeitável, entretanto “[...] uma mulher que escreve para o público pode dizer o que muito bem quiser, mas fatalmente há de ouvir o que nós, seus colegas, seus confrades, lhe quisermos da mesma forma dizer [...]”<sup>520</sup>, pois, em sua

<sup>516</sup> AZEVEDO, J. “Contingência d’Ofício”, *A Família*, 1891, n. 97, pp. 5-6.

<sup>517</sup> O jornal paulista tinha como proprietário e redator-chefe o Dr. Phelippe Gonsalves, além de contar com José Severiano como redator literário; Afonso Guimarães como redator; Américo Barreto, repórter noticiário e Sr. Isaac Alkaim como gerente. Era de modelo in-4, publicada às sextas-feiras, com assinatura de 14\$000/ano e 7\$000/ semestre para a capital e 18\$000/ano e 10\$000/semestre para o interior da província. Quando da publicação da crítica do sr. José Severiano, a folha já estava em seu sétimo ano de funcionamento, o que nos indica que começou a ser publicada em 1884.

<sup>518</sup> REZENDE, J. Severiano. “Mulher-Homem”. In: *O Mercantil: órgão do comércio e da indústria*. São Paulo, 1891, n. 1940, p. 1.

<sup>519</sup> *Idem*.

<sup>520</sup> *Idem*.

opinião, a mulher que escreve é uma “mulher-homem”, devendo suportar as mesmas críticas que seriam feitas a um homem. E continua:

Uma pessoa que se arroja nos vastos campos da propaganda sociológica deve ter o ânimo estoico para sofrer o embate das controvérsias e o entre choque das opiniões. Eu declaro-me em pleno desacordo com a sra. Josephina. Talvez porque não li o seu livro. Ora, eu não o li já com receio de me convencer; os artigos da sra. Josephina tem um mérito: convencem e reduzem a pó o adversário. Somente reprovo que a sra. Josephina, cujos dotes morais muito prezo, mesmo sem os conhecer, tenha atirado à luz da publicidade tão grosso folheto, improficuamente, sem necessidade nenhuma, sem nenhum resultado.<sup>521</sup>

Por fim, propõe que ela também escreva “A mulher antiga” e “A mulher pré-histórica”, a fim de ganhar algum dinheiro e reputação. Escrita a trilogia, eles (homens) poderiam cogitar se votariam a emancipação da mulher no Congresso Nacional. Chega a afirmar que esperava ser deputado para isso, dando-lhe o voto, mas também fazendo lavrar um decreto mandando enforcar as escritoras. E finaliza o artigo ironizando: “Claro está que elas não põem isso em dúvida. É doce e nobre e justo e grande morrer por uma ideia e sacrificar-se pelo direito”<sup>522</sup>.

Josephina, por sua vez, faz questão de rebater a crítica em seu jornal, dizendo-se forçada a tal pela situação em que se encontrava, sabendo que não devia se calar “em face de um atrevido qualquer”<sup>523</sup>. Conta que o Sr. Severiano estivera há pouco tempo no Rio de Janeiro, tendo sido recebido com cortesia pelos colegas de imprensa, a qual não soube retribuir.

Daqui se foi sem conseguir sucesso, caindo talvez em justo esquecimento. Zangado sem dúvida com isso, está se fazendo lembrar pela maneira mais esturdia possível, esvurmendo irascibilidade contra Os Novos, e banalizando palavreado contra mim e o meu livro *A Mulher Moderna*. Ora, isto chega a ser detestável. O Sr. Severiano não escreveu contra mim nem um artigo sério, nem uma notícia, nem uma crítica literária: amontoou necedades [absurdos], em meio de uma tola invocação às fúrias tremendas do Érebo e a todos os instrumentos de guerra de um regimento completo. Que tem que ver todo esse mistifório com os meus artigos, com a minha propaganda ou com o pior dos escritos literários desse mundo? Quanta tolice!<sup>524</sup>

Para a redatora, o intuito de Severiano era ridicularizar não só ela, como as demais senhoras escritoras que propagandeavam a emancipação da mulher, nada mais. Ela encerra sua réplica afirmando estar gastando um tempo precioso com “escrito de tão baixa crítica” e

<sup>521</sup> REZENDE, *O Mercantil*, 1891, n. 1940, p. 1.

<sup>522</sup> *Idem*.

<sup>523</sup> JOSEPHINA, *A Família*, 1891, n. 97, p. 5

<sup>524</sup> JOSEPHINA, *Ibidem*, 1891, n. 97, pp. 5-6.



deseja que Deus dê ao jornalista mais talento, senso comum e prudência, “[...] para não exibir tão detestavelmente a sua tão detestável literatura”<sup>525</sup>.

Além desta, vemos outra crítica recebida por Josephina, desta vez protagonizada pelo escritor paraense Paulino de Almeida Brito. N’A *Família* de número 31, publicado em 3 de outubro de 1889, Josephina cita Paulino de Brito pela primeira vez, enunciando que a partir do exemplar seguinte começará a responder suas críticas publicadas no jornal *Comércio do Pará*<sup>526</sup>, no entanto, a Proclamação da República faz com que o artigo da redatora-chefe no exemplar 32 seja referente ao governo provisório recém instaurado.

Muito provavelmente, a réplica de Josephina teve início no exemplar de número 35, pois a segunda parte de sua resposta já se encontra no número 36. Entretanto, como ele não se encontra disponível para consulta, recorreremos ao auxílio do livro *A Mulher Moderna*, escrito e publicado pela redatora-chefe d’A *Família*, que trazia uma seleção de importantes artigos de seu jornal, contemplando temas como o voto feminino e a emancipação da mulher, mas também réplicas às críticas recebidas.

No capítulo “Respostas” encontra-se o subtópico “Ao Dr. Paulino de Brito”, subdividida em quatro partes. Na primeira delas, pontua uma crítica literária feita pelo paraense, onde aponta o desdém com que literatos da Corte enxergam os escritores provincianos. Josephina comenta que a crítica soava mais como um desabafo, apesar de considerá-la um equívoco grosseiro, “[...] indicando intuítos de agressão veemente e não de polêmica leal [...]”<sup>527</sup>, provavelmente para experimentar um prazer que o próprio Paulino de Brito cita nunca ter experimentado: *discutir com uma senhora*. Nem mesmo isto impediu a redatora de responder os questionamentos enviados.

Na segunda parte da resposta, Josephina enumera as principais críticas de Paulino:

1º Que as ideias de V. Exa. sobre educação, sobre a mulher, sobre a família, ou não são bem definidas, ou não foram bem compreendidas entre nós.

2º Que os meios por V. Exa. empregados na sua propaganda atestam incoerência, e são a contradição mais cabal das suas teorias.

3º Que as proposições de V. Exa., exaradas no artigo que li no Diário de Belém, não são todas exatas.

4º Que se com efeito as mulheres, conforme V. Exa. diz, são nossas escravas, será necessário concluir que nós, os homens, somos os mais parvos ou os mais complacentes dos senhores; casos em que a escravidão torna-se uma delícia.

5º Finalmente, que as minhas patricias são julgadas com muita severidade e injustiça, senão por V. Exa., ao menos por alguns dos seus ilustres apologistas.<sup>528</sup>

<sup>525</sup> JOSEPHINA, *Ibidem*, 1891, n. 97, p. 6.

<sup>526</sup> Buscamos pela crítica publicada no *Comércio do Pará*, todavia, dos poucos exemplares disponíveis, nenhum deles possui escritos do Sr. Paulino de Brito.

<sup>527</sup> AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, 2018, p. 124.

<sup>528</sup> *Idem*.

Sua resposta tem início na terceira parte, estendendo-se até a quarta, destrinchando cada uma das questões. Primeiramente, afirma que não é por falta de explicação ou definição da questão, mas sim por falta de vontade de compreender, já que se tratando do tema “mulher”, particularmente da emancipação, os homens são de uma “incompreensibilidade pasmosa”<sup>529</sup>.

Para ela, isso se deve ao fato de que o homem é sempre um déspota e seu maior prazer “[...] é ter sob o seu domínio os outros indivíduos da sua espécie. Aos seus olhos, isso o engrandece, lisonjeia a sua vaidade proverbial inata [...]”<sup>530</sup>. Ainda que o homem não tivesse a possibilidade de exercer esse domínio na esfera pública, ainda era possível exercê-lo no lar, em especial, sob as mulheres.

Ora, muito bem: é contra essa servidão que nos é imposta no lar, que nos insurgimos. Mas isso é contra toda a ideia de preeminência do ser masculino, portanto uma coisa monstruosa, incompreensível.

Eis aqui o caso do Sr. Paulino.

O nosso absurdo não vai certamente tão longe como esse que S. S. preconiza.<sup>531</sup>

Josephina segue argumentando que autoridade de uma casa é única e exclusivamente do homem, apesar da base familiar ser composta por dois indivíduos – esposa e marido – e mesmo que a mulher recebesse uma educação esmerada, uma boa instrução e possuísse retidão moral, esta autoridade permaneceria masculina pelo simples fato das leis assim ordenarem. Eis que ela questiona a Paulino de Brito:

Mas diga-me, com franqueza, o ilustre polemista: – não será isso um absurdo? Se nas qualidades da mulher reside a superioridade do casal, porque é que a simples seleção do sexo se há de conceder os atributos da autoridade?

Assim como no lar, nas funções cívicas, a mulher deve preponderar pelos atributos do seu valor espiritual. Será isso compreensível?

Eu creio que só não me compreendem os egoístas, os orgulhosos, os inconscientes. O Sr. Paulino de Brito há de concordar comigo, que não vai nisso muito absurdo nem obscuridade, como a princípio lhe pareceu.<sup>532</sup>

Na última parte da resposta, ela reitera alguns argumentos, contudo, o trecho mais relevante é aquele no qual tenta definir quais são os seus objetivos de sua empreitada emancipacionista. Nas palavras de Josephina:

Disse o ilustre escritor que eu não tinha estabelecido claramente qual a missão que eu pretendo para a mulher na sociedade. Não sei se me fiz compreender; mas a questão é – pugnar contra a limitação da sua esfera da ação – acanhada, nulificante,

<sup>529</sup> AZEVEDO, *A Mulher Moderna*, 2018, p. 125.

<sup>530</sup> *Ibidem*, 2018, pp. 125-126.

<sup>531</sup> *Ibidem*, 2018, p. 126.

<sup>532</sup> *Idem*.

opressa, em que tem vivido, pugnando pelo respeito que lhe é devido nas sociedades, pela dilatação do âmbito em que age.<sup>533</sup>

A redatora-chefe finaliza a resposta afirmando que apesar de tudo, a luta em prol da emancipação da mulher avançava conquistando vitórias e, tal qual em outras partes da América, haveria de chegar ao Brasil, tornando-se uma “conquista da civilização americana”<sup>534</sup>.

Importante ressaltar que, excetuando essa longa resposta dada ao Sr. Paulino de Brito, não constam mais respostas endereçadas ao escritor, tampouco novas discussões com o mesmo. A última citação de seu nome no jornal *A Família* (exemplar n. 99, de 19 de março de 1891) diz respeito a uma propaganda do livro *A Mulher Moderna*, anunciando que constará a polêmica entre os dois.

Além do escritor paraense, o livro e o jornal também trazem a resposta da redatora-chefe ao Dr. Silva Nunes<sup>535</sup>, em função da peça teatral *A Doutora*, escrita por ele e levada aos palcos da Corte pela companhia da Sra. D. Emiliana Adelaide. Diferente da resposta dada a Paulino de Brito, esta começa como uma crítica d’*A Família* que, depois de ser respondida por Silva Nunes, ganha novos contornos.

Embora afirme não ser afeita a críticas de arte, Josephina se diz na obrigação em fazê-la porque a comédia lhe pareceu um tanto “imperfeita em matéria artística” e uma “monstruosidade” enquanto abordagem temática. Ela confirma que já existia o “[...] mau costume de atirar ao ridículo a mulher nas suas aspirações sociais, no aproveitamento das suas aptidões em concorrência com o homem”<sup>536</sup> e que essa imagem caricata já era explorada anteriormente, “[...] mas de um modo menos desastrado por que o foi nesta comédia”<sup>537</sup>.

Na opinião da redatora, a comédia defendia a tese de que a profissão de médica era incompatível com a honra de uma dama, tal qual a instrução o era em relação à virtude feminina. Sobre esta questão, Josephina refuta:

Ora, isto é simplesmente uma ofensa grave às médicas que temos, as contemporâneas ilustradas, além de um grande, de um inqualificável disparate. Nem a profissão médica é incompatível com a honra nem a instrução com a virtude;

<sup>533</sup> *Ibidem*, 2018, p. 127.

<sup>534</sup> AZEVEDO, *Op. Cit.*, 2018, p.127.

<sup>535</sup> Trata-se de Luís Tosta da Silva Nunes, que era advogado, escritor e jornalista. Segundo Valéria Andrade Souto-Maior, ele era redator-chefe do jornal *As Novidades* e escreveu as peças teatrais *A Doutora* e *Questão de divórcio*. Para saber mais, consultar: SOUTO-MAIOR, V. O Florete e a Máscara: Josephina Álvares de Azevedo dramaturga do século XIX (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1995, p. 106. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acessado em: 27 de dezembro de 2021.

<sup>536</sup> AZEVEDO, *Op. Cit.*, 2018, p. 128.

<sup>537</sup> *Idem*.

porque esta não é apanágio da ignorância, como aquela não é da abstenção de profissões científicas.<sup>538</sup>

Estes apontamentos de Josephina fizeram com que Silva Nunes enviasse uma carta à redação, que foi comentada em seguida pela redatora. O dramaturgo julgava a crítica injusta e desafiava a redatora a assistir novamente à peça, para dar uma nova opinião.

Não o acusei como autor da comédia *A Doutora* simplesmente pelo prazer de dizer mal do seu trabalho; tentei expressar a minha opinião sincera, desprevenida, leal. O Sr. Dr. Silva Nunes julgou-me injusta em meu juízo sobre essa comédia, emprazando-me para depois de assistir, outra vez, à representação da mesma peça dar nova opinião, mais circunstanciada, mostrando os seus defeitos como obra d'arte, e como discussão de uma tese, o que aceito desde já.

Nada será mais fácil que provar que a comédia merece o juízo que exarei a seu respeito. Na própria carta defesa do autor está o atestado flagrante dos seus absurdos.<sup>539</sup>

Nesta, Silva Nunes retomava um comentário feito por Josephina sobre uma cena específica, na qual a personagem principal da trama – a doutora – recebe um bilhete sem assinatura requisitando seus cuidados com urgência e sai de casa sem saber exatamente ao encontro de quem. Para a redatora, aquilo não fazia nenhum sentido, pois qualquer pessoa – homem ou mulher – tentaria saber quem chamava e do quê se tratava. Em suas palavras: “Não se vai assim a um lugar desconhecido. Quando se recebe um bilhete sem assinatura, pergunta-se logo de onde vem, de quem é. E uma donzela, principalmente, não deixaria de fazer tais indagações”<sup>540</sup>.

Por fim, na quarta e última parte da resposta referente ao Sr. Silva Nunes, Josephina traz um artigo chamado “As Novidades”, apresentando o desfecho da polêmica. Ela reitera sua opinião sobre Silva Nunes, desta vez sem citar seu nome, traçando um comparativo entre o jornal *A Família* e as ideias do dramaturgo.

Tão feliz como o colega não fui eu em escolher o título para o meu jornal *A Família*; na opinião desse colega, parece não poder ser senão o órgão das mulheres ignorantes até em matéria de cozinha e de costura; no entanto, eu a tenho elevado até servir de órgão àquelas que se dedicam a funções mais altas na sociedade! Ao que parece, a mulher brasileira, na opinião do colega, só deve ser a quituteira, a costureira, a varredora da casa, e, o que é mais, a mestra do homem; pois o colega quer que lhe ensinemos a fazer quitutes e a manejar o dedal também.

Ora, para tal fim não é que eu criaria um jornal destinado a guiar as senhoras na adoção de ideais mais nobres do que aquele que o colega julga unicamente digno da mulher. *A Família*, como representação ideal da família moderna, é o que o colega, apesar de jornalista ilustrado, não compreendeu ainda; e isto é triste para quem milita na imprensa e precisa da solidariedade de colegas inteligentes e instruídos.<sup>541</sup>

<sup>538</sup> *Ibidem*, 2018, p. 129.

<sup>539</sup> AZEVEDO, *Op. Cit.*, 2018, p. 130

<sup>540</sup> *Idem*.

<sup>541</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, 2018, p. 131.

Ela ainda afirma que as ideias defendidas por ele são um pesado gracejo, falta de educação ou de critério, sendo inadmissível que “ideias de civilizações carcomidas do velho Oriente”<sup>542</sup> – frequentemente apontado pelos jornais emancipacionistas como local de violência e despotismo contra a mulher – viessem à tona “no último período do século das luzes”<sup>543</sup>.

Interessante notar que Josephina sempre constrói seus argumentos pautados em dualidades como: progresso x atraso, educação x ignorância. Isto faz com que, em sua perspectiva, o próprio projeto emancipacionista seja uma linha reta progressiva rumo à liberdade da mulher e igualdade entre os sexos, adquiridos através da instrução feminina, mas, principalmente, da conquista de direitos políticos, que trariam mais garantias quanto às conquistas, não só por levarem definitivamente a pauta emancipacionista para o Parlamento, mas também por terem a possibilidade de elegerem políticos que defendessem a causa.

Sabemos, pelo próprio jornal, que essa ideia da redatora de linearidade das conquistas caiu por terra ainda nos primeiros anos de República, quando decretos educacionais do período imperial foram revogados – é o caso, por exemplo, do acesso ao ensino superior – o que não impediu Josephina e muitas de suas colaboradoras de seguirem acreditando em sua “nobre causa”.

#### 4.2.2. O Sexo Feminino: “Noticiário”

Tal qual o jornal *A Família*, o *Sexo Feminino* também dispunha de uma seção para comentar o que era dito a seu respeito. Muito antes de Josephina, Francisca Senhorinha enviava seu impresso às redações espalhadas por todo o Brasil, o que quase sempre resultou em elogios e permuta entre as folhas.

Esses envios começaram de forma tímida, com periódicos dentro da própria cidade de Campanha e de regiões vizinhas, ainda na província de Minas Gerais. No terceiro exemplar<sup>544</sup>, ela cita as saudações recebidas do *Monitor Sul Mineiro* (de Campanha), *Monarchista* (publicado pela mesma tipografia que *O Sexo Feminino*) e o *Colombo*, afirmando que são todos “[...] guerreiros da inteligência e muitas vezes se encontram na mesma peregrinação – a imprensa”<sup>545</sup>.

---

<sup>542</sup> AZEVEDO, *Ibidem*, 2018, p. 131.

<sup>543</sup> *Idem*.

<sup>544</sup> DINIZ, “Noticiário”, *O Sexo Feminino*, 1873, n. 3, p. 4.

<sup>545</sup> *Idem*.

Essa lista aumenta consideravelmente a partir do sétimo exemplar e passam a ser constantes as listas enumerando impressos que elogiaram a empreitada de Senhorinha e estão realizando permuta com seu jornal, sendo alguns deles: *Diário de Minas*, *Echo de Minas*, *O Mosquito* (de Areias), *Município* (de Vassouras), *Echo do Povo* (de Rio Claro), *Echo Bananalense* (de SP), *Gazeta de Campinas*, *Constitucional* (capital de SP), *Lorenense* (de SP), *A Luz* (da Corte), *O Bom Ladrão* (de Mariana), *O Paulista* (de Taubaté), *O Pharol* (de Juiz de Fora), *A Imprensa* (de Santos), *A Sensitiva* (de Campinhas), *O Jequitinhonha* e *O Estudante* (de Diamantina), *O Progresso* (de Mogi Mirim, SP), *O Povo* (da Corte), *O Século* e *O Progresso* (ambos de Cachoeira, Bahia), *A União Escolástica* (da Corte), *Monitor Campista* (de Campos) e *A Família* (da Corte) – a data de publicação (1873) demonstra que não se trata do periódico de Josephina Álvares de Azevedo.

No artigo “Dívida de reconhecimento e gratidão”<sup>546</sup>, a redatora d’*O Sexo Feminino* chega a fazer uma tabela com os títulos e cidades das folhas que a apoiavam. O objetivo, segundo ela, era demonstrar a gratidão aos impressos que reservaram “[...] um cantinho de suas folhas para noticiar-se esta que por esse modo ficou conhecida nos diferentes municípios de tantas províncias”<sup>547</sup>. Ela faz uma citação especial do *Independente* (de Campos, RJ), do *Lorenense* (SP) e *Aurora* (SP):

Estes periódicos não se limitaram a anunciar simplesmente o *Sexo Feminino*, como lhe foi rogado, foram além, escreveram palavras de recomendação tão cordiais, tão amáveis, tão delicadas e tão gostosas que não se pode acabar de saboreá-las. O coração muitas vezes quer exprimir certos sentimentos de gratidão, e o não pode fazer; neste caso basta dizer que sente, e este enunciado sintético com o *pouco* exprime o *muito*.<sup>548</sup>

Gradualmente, o jornal de Francisca Senhorinha ganhava visibilidade na imprensa e passava a circular em mais e mais cidades. Após a mudança do periódico para a Corte, conseguiu a atenção da Família Imperial. Na nota “Assinatura honrosa”, no quarto exemplar do ano de 1875, vemos que D. Pedro II assinou sua folha. Na publicação seguinte, no artigo “Subida honra”, a redatora ressalta que a Princesa Isabel também se tornou assinante, tal qual ocorreu anos depois com *A Família*.

Sua Alteza, a nossa Princesa Imperial acaba de dar uma prova de que é digna protetora das letras. Quando as senhoras em geral talvez nem tenham ouvido falar na existência do *Sexo Feminino*, periódico editado nesta Corte, que se faz cheio de esperanças entra no seu 2º ano, a Princesa Imperial se digna dispensar alguns minutos a ler uma folha dedicada aos interesses das senhoras.

<sup>546</sup> DINIZ, *O Sexo Feminino*, 1874, n. 45, p. 4.

<sup>547</sup> *Idem*.

<sup>548</sup> *Idem*.

Contata, pois, é mais uma assinante que vem honrar esse semanário, que muito tem que dizer aos retrógrados, estacionários, pessimistas e utopistas.<sup>549</sup>

Essa boa relação com a monarquia chegou a incomodar o jornal *O Colombo*, tendo em vista que contraditoriamente a página de Francisca Senhorinha também aderiu à defesa de algumas ideias positivistas, defendidas majoritariamente por republicanos. A redatora recebeu uma crítica negativa em função de um soneto publicado em comemoração ao aniversário de D. Pedro II, que o aclama como “o melhor dos monarcas do universo”<sup>550</sup>.

No exemplar número 15 (de 1873), vemos uma resposta da redação d’*O Sexo Feminino* à carta enviada pelo *Colombo*. Primeiramente, Senhorinha se atenta ao questionamento acerca da relação da poesia ofertada a D. Pedro II e à pauta principal do periódico – a emancipação da mulher. Ela, então, afirma que sua folha não é política e, portanto, não tem que decidir qual seria a melhor forma de governo, mesmo assim, assegura que saudaria de bom grado qualquer que fosse o regime. Além disso, ressalta que o monarca sempre foi um protetor das letras e propagador da instrução pública, apesar desta última enfrentar uma série de problemas.

Senhorinha também destaca o valor artístico da publicação enquanto poesia, tendo em vista que a folha era voltada para a ilustração, e do jornal enquanto espaço democrático para a opinião de suas colaboradoras, como percebemos na frase: “Um periódico que tem diversas colaboradoras pode apresentar gostos diferentes em seus escritos e que podem parecer contraditórios até certo ponto”<sup>551</sup>.

*O Colombo* ainda julga que no regime monárquico a mulher é vista como uma “escrava” ou “cortesã”, porém Senhorinha rebate a crítica afirmando não saber em que “[...] grande república ou republiqueta a mulher deixou de ser escrava e goze de seus direitos políticos, como o de votar e ser votada”<sup>552</sup>, evidenciando as diferenças entre república e democracia. Ela ainda coloca uma questão ao redator d’*O Colombo*: sendo ela uma professora de escola pública, seria cabível propagar ideias que atentassem contra a forma de governo vigente? Ela deveria ensinar na cadeira uma coisa e, na imprensa, outra?

Não encontramos nenhuma tréplica sobre as pontuações de Francisca Senhorinha, tampouco novas críticas negativas feitas pelo *Colombo*, isto nos leva a crer que a redação deste jornal compreendeu as colocações feitas pela redatora d’*O Sexo Feminino*, vindo que não se

<sup>549</sup> DINIZ, “Subida honra”, *O Sexo Feminino*, 1875, n. 5, p. 3.

<sup>550</sup> “Soneto” *Ibidem*, 1873, n. 14, p. 4.

<sup>551</sup> DINIZ, “O Sexo Feminino ao Colombo”, *Ibidem*, 1873, n. 15., p. 2.

<sup>552</sup> *Idem*.

tratava de um embate de monarquistas versus republicanos, mas sim de uma luta contra todos aqueles que se opunham à emancipação feminina.

No jornal *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* – apontado pela própria Senhorinha como continuação d’*O Sexo Feminino* – observamos que ela efetivamente cumpre com sua palavra, saudando a República nascente. Inclusive, demonstra grande entusiasmo para com o novo regime, crendo numa efetiva mudança da condição feminina, especialmente no que diz respeito aos direitos políticos.

Excetuando a crítica do *Colombo*, não nos deparamos com outras que fossem negativas. Não sabemos se isso de fato era o real retorno que a redação do *Sexo Feminino* tinha dos outros jornais ou se publicava somente críticas positivas, a fim de realizar uma autopropaganda.

\*\*\*

No decorrer deste capítulo vimos que, a partir da segunda metade do século XIX, começou a se consolidar uma imprensa voltada para o público feminino e para os seus *interesses*. Dependendo do impresso, de seu editorial e viés ideológico, o entendimento desses “interesses” poderia variar de prendas domésticas, leituras amenas, romances de folhetim à defesa de direitos civis e políticos. Havia um amplo espectro de temas abordados, porém, os periódicos assumidamente emancipacionistas traziam alguns traços em comum, a começar pela defesa da educação feminina, ainda incipiente no Brasil.

Além disso, durante a pesquisa, percebemos que alguns nomes de colaboradoras se repetiam em diversos jornais. No caso d’*A Família* e do *Echo das Damas*, por exemplo, podemos encontrar artigos de Emiliana de Moraes, Adélia de Barros, Anália Franco e Maria Zalina Rolim nos dois periódicos. Outras folhas do mesmo período, como a revista literária *A Mensageira* (São Paulo, 1897-1898), também contavam com nomes semelhantes: Julia Lopes, Zalina Rolim, Julia Cortines, Josephina Álvares de Azevedo, Narciza Amália, Anália Franco, entre outros nomes muito presentes no jornal *A Família*. Tendo isso em vista, seria natural nos questionarmos se este grupo de mulheres que se uniu para contestar a dominação masculina compunha uma nova *cultura política*.

De acordo com Serge Berstein<sup>553</sup>, o conceito de cultura política é complexo e diz respeito a uma leitura comum de passado, positiva ou negativa; uma projeção no futuro vivida em conjunto; e uma concepção de sociedade ideal de acordo com as perspectivas dos detentores daquela cultura. Ele aponta que tais grupos criam um tipo de discurso codificado,

---

<sup>553</sup> BERSTEIN, S. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 351.



com uso de palavras-chave e fórmulas repetitivas que são portadoras de significação. Desta forma, gradualmente, cria-se uma nova representação do que poderia vir a se tornar aquela sociedade, com novos ritos e símbolos.

O autor afirma que não podemos falar de *cultura política* como uma coisa una, trata-se de uma gama de *culturas políticas* que são atravessadas por heranças históricas, pelas políticas institucionais, por múltiplas doutrinas e bases ideológicas, bem como pelas próprias demandas e anseios de diferentes grupos, num determinado período histórico.

Tendo este conceito em vista, podemos concluir que ainda não existia uma cultura política feminista em solo brasileiro, pois o pequeno e seletivo grupo que se propunha a debater a emancipação feminina era disperso geograficamente, com muitas divergências do que seria essa emancipação e de como ela se daria na prática; contudo, este mesmo grupo parecia dar seus primeiros passos rumo a um movimento mais consistente e organizado.

Embora dispersa e incipiente, com periódicos que geralmente tinham curta duração, a imprensa emancipacionista começou a ganhar cada vez mais adeptas a sua causa. Quando nos debruçamos sobre seus artigos, vemos que compartilham de uma concepção comum de passado, no qual a mulher é vista como dominada (quase sempre o termo utilizado é “escrava” do homem). A projeção de futuro também parece ser a mesma, uma sociedade ideal pautada nas concepções de liberdade e igualdade, objetivando um futuro no qual a mulher alcançasse a mesma estima social que um homem. Por outro lado, há divergências entre as emancipacionistas de até onde esta liberdade feminina poderia ir.

Apesar de todas almejavam o mesmo respeito para homens e mulheres, os marcadores sociais de gênero – como os papéis de mãe e esposa, por exemplo – ainda eram extremamente presentes no imaginário daquelas mulheres. Isso significa que nem sempre buscavam o mesmo tipo de direitos, a exemplo do sufrágio feminino. Resulta disso, uma série de divergências até mesmo em relação ao conceito de emancipação, que podia ganhar contornos mais simples, abrangendo apenas o direito à instrução ou mais complexos e progressista, visando autotutela, independência financeira e direito ao voto.

O termo *feminismo*, que a partir do século XX foi mais amplamente utilizado, também não ganhara muitas adeptas no Oitocentos. Como já mostramos anteriormente, embora o significado original do termo feminismo significasse apenas “doutrina visando a extensão do papel da mulher”<sup>554</sup>, ainda era um termo encarado de forma negativa, quase

---

<sup>554</sup> Ao buscar a etimologia do termo no Centre National de Ressources Textuelles e Lexicales, me deparei com a definição de Fourier (1837): “doctrine visant à l’extension du rôle des femmes”. Disponível em: <[www.cnrtl.fr](http://www.cnrtl.fr)>. Acessado em: 5 de janeiro de 2022.

sempre, associado à inversão de papéis masculinos e femininos, o que dificultava a organização de um movimento em prol dos direitos das mulheres.

Josephina Álvares de Azevedo utiliza o termo “feminista” duas vezes em seu jornal, de forma positiva, efetivamente relacionada ao movimento feminista, apontado pela redatora como “igualdade política dos sexos”<sup>555</sup>. Todavia, entre os periódicos pesquisados, esse é o único a usar o conceito. De modo geral, o que se via surgir naquele momento era o embrião do que, posteriormente, se tornaria o movimento feminista no Brasil, também nomeado (a posteriori) de *feminismo liberal*.

Inicialmente, foi necessário que as mulheres rompessem com as restrições da vida privada e ingressassem na esfera pública através da imprensa, tentando encontrar outras vozes que fizessem coro àquelas pautas. Esta nem sempre foi uma tarefa simples, como vimos nos editoriais d’*A Família* e d’*O Sexo Feminino*. A própria efemeridade da maior parte dos jornais e revistas emancipacionistas nos indica a pouca adesão da sociedade à causa dos direitos das mulheres.

Mesmo assim, devemos atentar para a importância desses primeiros passos em busca da emancipação, pois foram essas primeiras vozes que abriram espaço para que outras também surgissem, dando visibilidade às denúncias e demandas que, até então, ficavam encerradas no silêncio da alcova.

---

<sup>555</sup> AZEVEDO, “A conquista do Voto”, *A Família*, 1894, n.167, p. 3.

## CONCLUSÃO

O ponto de partida para esta tese, mais especificamente, para pensar a emancipação da mulher e o que posteriormente ficou conhecido como a *primeira onda feminista* foi a seguinte pergunta: contra o quê se lutava?

Ao longo dos capítulos, vimos que muitas eram as vertentes que colaboravam para a difusão da ideia de inferioridade da mulher, desde o Cristianismo e a culpabilidade de Eva pela queda da humanidade; passando pelo Iluminismo, com a abordagem acerca da natureza perigosa da mulher; até as justificativas científicas que, apoiadas num suposto empirismo, colocavam sua inferioridade como imutável, dando o debate como encerrado.

Apesar desta pergunta inicial ser importante e suas respostas muito esclarecedoras no que concerne à legitimação das estruturas de dominação masculina, tão ou mais essencial do que saber contra o que se lutava, é descobrir até onde se pretendia chegar, compreender os contornos e encaminhamentos que esta luta ganhou e, mais do que isso, entender porque mesmo com a conquista de alguns direitos, a situação feminina não sofreu alterações significativas até a segunda metade do século XX.

A explicação para isso encontra-se na própria base do que se reivindicava: *igualdade*. Quando perpassamos a luta das mulheres, vemos que esse ideal atravessa as inúmeras pautas, afinal, seres humanos criados à imagem e semelhança de Deus, iguais em humanidade, capazes do mesmo desenvolvimento intelectual – quando lhe são dadas as devidas oportunidades –, teoricamente, deveriam gozar dos mesmos direitos.

Isso nos faz atentar para alguns pontos que merecem atenção. Primeiramente, há de se levar em consideração que os debates empreendidos sobre igualdade desde a virada do século XVIII para o XIX, a reboque das contestações políticas que surgiram com as revoluções liberais, tiveram seu valor de luta, mas estavam longe de se aprofundar na questão da desigualdade. As reivindicações surgidas no seio da Revolução Francesa faziam com que os homens pretendessem para si um ideal de liberdade, igualdade e fraternidade sem que, para isso, incluíssem as mulheres, mesmo aquelas que participaram ativamente da revolução, o que já demonstrava uma naturalização das assimetrias de poder entre os sexos. A justificativa para tal estava o fato da percepção de igualdade tomar contornos diferenciados para homens e mulheres, isto é, enquanto para elas igualdade soava como mesmos direitos e deveres, para a maioria dos homens, era encarada como contestação de seu lugar de poder e uma espécie de competição para saber quem teria essa nova hegemonia.

Foi naquele mesmo contexto revolucionário que as mulheres começaram a verificar o *dano*, ou seja, passaram a perceber que aquela pressuposição de igualdade não era extensível a elas, dando início a novas contestações que representaram um primeiro passo no debate sobre a dominação masculina, colocando em xeque os princípios de universalidade do liberalismo, como as noções de humanidade e de cidadania.

Como pontua Luis Felipe Miguel, o *feminismo liberal* – com autoras como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges – foi o filho indesejado que a Revolução Francesa jamais pretendeu criar, tendo em vista que a maioria dos revolucionários “[...] manifestava desinteresse, quando não hostilidade, pelos direitos da mulher”.<sup>556</sup> Na Europa, especialmente na França e na Inglaterra, a inserção de mulheres pobres, muitas das quais ligadas ao movimento socialista ou anarquista, fez com que as estruturas de classe também fossem questionadas no decorrer do século XIX, dando a este tipo de luta não só a crítica à suposta universalidade de direitos, mas também jogando luz sob as condições reais de existência, começando a reconhecer estruturas de classe e gênero.

Evidentemente, as justificativas para continuar impedindo o acesso aos direitos civis e políticos das mulheres eram muitas. Afirmava-se que elas não tinham o mesmo intelecto, tampouco a mesma força física, salientavam sua instabilidade emocional, sua malícia e dissimulação, em suma, sua incapacidade para a autotutela e participação na esfera pública. Por muitos séculos, esses discursos de inferioridade garantiram a contenção das mulheres na esfera privada, apartando-as do conhecimento, das instâncias de poder, da representatividade política, da elaboração de leis, dos debates públicos e do mundo do trabalho – muito embora, mulheres pobres sempre tenham pertencido a este último.

Percebemos, assim, que essa assimetria de poder nunca foi camuflada, ao contrário, era encarada como um reflexo da própria natureza, que legava aos dois sexos papéis sociais diferentes, hierarquizados e vistos como complementares, os quais deveriam se manter imutáveis, sob o risco de caos social a ser causado por uma suposta “inversão de papéis”.

O exercício na esfera pública – exclusividade masculina – dependia que a administração do lar e de tudo que coubesse ao âmbito doméstico estivesse a cargo da mulher. Neste sentido, quando as emancipacionistas falavam em igualdade, isto já era visto com desconfiança, pois “[...] a sua inserção no espaço público presumia que os problemas da esfera doméstica estivessem resolvidos de antemão”<sup>557</sup>.

---

<sup>556</sup> MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL & BIROLI (Orgs.) *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 20.

<sup>557</sup> MIGUEL, *Op. Cit.*, 2014, p. 64.

Essa questão foi, pouco a pouco, aparecendo entre as próprias emancipacionistas, que passaram a questionar até que ponto deveria chegar à emancipação: seria ela apenas a garantia de acesso à instrução? A mulher deveria entrar para o mercado de trabalho? Elas conseguiriam dar conta das funções de mãe, esposa e ainda exercer uma profissão? Como vimos no decorrer da tese, não foram poucas as vezes que nos deparamos com mulheres debatendo se era válida ou não a atuação fora de casa.

Ainda devemos lembrar que essa busca por igualdade surge no mesmo momento em que se prega um *retorno ao lar*, com a maternidade cívica sendo encarada como a grande contribuição feminina não só em relação à sua família, mas também ao progresso da nação. Para muitos teóricos, a exemplo de Rousseau, o novo papel da mulher deveria ser o de reformar os costumes, para tal, era necessário que atuasse como o pilar de moralidade dentro do lar, sendo a primeira educadora dos filhos. O que tornava a atuação fora de casa um empecilho para que cumprisse com maestria sua principal função: ser mãe.

No Brasil, país de herança patriarcal e escravocrata, vemos que as questões emancipacionistas importadas da Europa tomaram contornos específicos. Primeiramente, precisamos atentar ao fato de que a contenção na esfera privada era uma realidade desde o período colonial, mas estava mais restrita à vida de mulheres de elite, pois mulheres pobres e escravizadas sempre estiveram inseridas no mundo do trabalho.

Quando vemos surgir em terras brasileiras a possibilidade de acesso à instrução, isso também abarca majoritariamente mulheres “bem-nascidas”, pois a condição de escravizada impedia o ingresso nas escolas e a necessidade de trabalhar para manter a própria subsistência afastava mulheres livres pobres da alfabetização.

Considerando essas dificuldades para a alfabetização, percebe-se que o alcance das ideias emancipacionistas vindas do além-mar tinham um público leitor muito restrito, além disso, inúmeras mulheres abastadas recusavam esse tipo de discurso, já que ia contra os costumes e contra a perspectiva cristã de mulher recatada, obediente, voltada para a família, casamento e maternidade.

Dentre aquelas que aderiram ao emancipacionismo, notamos que há um grupo já recém-inserido no mercado de trabalho, atuando como profissionais liberais, especialmente como professoras e jornalistas. E outro grupo composto por mulheres elitizadas que, muitas vezes, não exercem nenhum tipo de trabalho remunerado, mas são leitoras assíduas e colaboradoras desses jornais, o que lhes confere uma pequena participação no debate público.

Imprescindível ressaltar que nenhuma das mulheres que compunha o corpo editorial dos jornais ou que era colaboradora se opõe à importância do papel de mãe e esposa, inclusive, isso é visto não só como função social, mas como missão divina, o que demonstra a relevância destes papéis em sociedade. Como já vimos no decorrer da tese, a única que chega a argumentar que talvez a mulher não viesse a casar ou ter filhos é Josephina Álvares de Azevedo, defendendo no número-programa d'A *Família*<sup>558</sup> que a educação devia ter outro fim para além da formação da mãe de família e da esposa: o desenvolvimento das faculdades intelectuais visando à emancipação.

Em terras brasileiras também surgiram questionamentos sobre qual devia ser o alcance dessa emancipação. Muitas defendiam que o próprio acesso à instrução já configurava seu objetivo máximo. Outras, mais progressistas, voltavam-se para o ingresso no ensino superior, o trabalho qualificado, a independência financeira e, até mesmo, o sufrágio feminino – como é o caso da redatora-chefe d'A *Família*. Mas, se por um lado, temos estes questionamentos como uma espécie de aproximação entre o movimento emancipacionista no Brasil e na Europa, por outro, as contestações de classe estavam longe de ser uma realidade brasileira.

Como era esperado, os debates em torno das novas funções que seriam cabíveis às mulheres de alta classe começaram a surgir, fazendo com que houvesse um choque entre as novas possibilidades de atuação na esfera pública e o discurso de exaltação da domesticidade feminina. Mas no caso brasileiro, isto tomou contornos ainda mais delicados, afinal, desde o período colonial, famílias abastadas faziam uso de amas-de-leite e amas-secas escravizadas na criação de seus filhos, em detrimento dos cuidados com recém-nascidos escravizados. Essa prática era amplamente utilizada e aceita, porém, como a elite brasileira oitocentista buscava romper com a imagem de *atraso* ligada às tradições coloniais, houve um gradual afastamento dessas práticas, o que significava uma participação mais ativa das mulheres abastadas na criação dos filhos, embora ainda pudessem contar com escravas, governantas e preceptoras.

Vários discursos higienistas desaconselhavam a convivência entre crianças brancas e escravizados, ressaltando a possibilidade de corrupção pela ingestão de leite degenerado, o aprendizado de costumes e hábitos “incivilizados”, o desenvolvimento da malandragem, da violência e da sexualidade precoce. Neste sentido, muitas famílias endinheiradas

---

<sup>558</sup> AZEVEDO, J. “A Família”. In: *A Família: jornal dedicado à educação da mãe de família*. São Paulo, número programa, 18 de novembro de 1888, p. 1.

chegavam a preferir contratar estrangeiras recém-chegadas como amas e cuidadoras, a fim de evitar esse contato direto com os escravizados.

Fosse com a utilização de mão de obra escrava ou livre, é necessário lembrar que o ingresso de mulheres de elite e aburguesadas na esfera pública se deu com o apoio do trabalho doméstico e cuidado com os filhos por outras mulheres, ou seja, existia uma terceirização dessas funções a outras mulheres, vistas como subordinadas e que, por isso, foram convenientemente deixadas de fora do discurso emancipacionista.

Durante o período imperial, essa subordinação se dava majoritariamente devido ao processo de escravização. Mesmo entre as abolicionistas, dificilmente se via um projeto de inserção social dessas mulheres, hiato que se torna ainda mais latente quando falamos da garantia de direitos básicos como acesso à escolaridade de qualidade e trabalho bem remunerado. As poucas que se propõem a falar sobre o tema acabam apenas condenando a escravidão, sem propor nada que fosse capaz de gerar uma mudança efetiva no pós-abolição ou, quando muito, sugerem estratégias que perpetuam a hierarquização de raça e classe. Por tal motivo, mesmo quando a abolição se tornou realidade, mulheres anteriormente escravizadas continuaram a suprir os serviços domésticos para que as mulheres de elite pudessem ter seu lugar minimamente assegurado na esfera pública.

Isso nos leva ao segundo ponto: novos silenciamentos e a manutenção das engrenagens da desigualdade, desta vez alimentados pelas próprias mulheres emancipacionistas. Isto é, embora a luta feminista levantasse um estandarte de uma sociedade mais justa, livre e igualitária; na prática, havia uma reprodução dos silêncios das antigas relações de âmbito doméstico, que mesmo após a abolição, se estenderam à mão de obra livre.

Essas continuidades da herança escravocrata atravessaram o século XX e ainda podem ser vistas nos dias de hoje, mostrando quão naturalizados são esses silêncios que imperam sobre as relações de poder que conectam o âmbito doméstico, o mundo do trabalho e a esfera pública. Foi somente com um novo direcionamento das teorias políticas, não mais pautadas na ideia de *igualdade*, mas sim na *diferença* – levando em consideração preconceitos e exclusões ligadas à raça e classe –, que as reflexões em torno das desigualdades de gênero ganharam profundidade, muito em função das pautas levantadas pelo feminismo negro e interseccional do final do século XX.

Já no que se refere à realidade de mulheres brancas, particularmente as de alta classe e de camadas médias, vemos que a gradual dissolução entre as barreiras que separavam a

esfera privada e a esfera pública proporcionou algumas conquistas desde o século XIX, muito embora isso não tenha ocorrido de forma linear e progressiva.

Flávia Biroli destaca que durante todo o século XIX e a maior parte do século XX, a esfera doméstica foi utilizada para conter a atuação das mulheres na esfera pública, mas também para reproduzir situações de vulnerabilidade, especialmente dentro do casamento. A dependência financeira, a violência doméstica, os sucessivos casos de adultério eram assuntos tabus e vistos como restritos à família. Para ela:

A crítica às desigualdades de gênero está geneticamente ligada à crítica às fronteiras convencionais entre o público e o privado nas abordagens teóricas, na prática política, nas normas e nas instituições. A garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização dos aspectos relevantes da esfera privada [...].<sup>559</sup>

Essa dissolução do que era estritamente privado foi um primeiro passo para o reconhecimento dessas vulnerabilidades e para tentar conter os excessos do poder pátrio. No caso do adultério, por exemplo, sabemos que período colonial esteve regido pelas Ordenações Filipinas, que enxergavam como legítimo o homicídio de uma mulher por trair o seu marido – mesmo que isso não se desse no sentido contrário, isto é, quando o marido era adúltero. No Império, por sua vez, notamos uma mudança de postura em relação ao tema. No Código Criminal do Império (1830), existe uma seção exclusiva à questão do adultério, no qual o Estado é o único responsável por punir (com prisão e trabalho) o homem ou a mulher que tiver cometido adultério, deslegitimando o ato de violência doméstica.

Obviamente, devemos levar em consideração que os costumes e as mentalidades não se alteraram na mesma velocidade que as leis, fazendo com que não fosse incomum a continuidade de violências há muito enraizadas. Contudo, esse tipo de limitação legal indicava mudanças em relação ao poder exercido pelo homem dentro da esfera privada, passando a interferir em assuntos que, anteriormente, eram vistos como “pessoais”, o que diminuía a vulnerabilidade feminina.

Outro ponto de avanço se refere à pauta da educação, principal bandeira das emancipacionistas. Vimos que a Lei de Instrução Pública que garantiu o acesso feminino às primeiras letras data de 1827, pouco tempo depois, na década de 1830, surgem os primeiros escritos emancipacionistas brasileiros que reivindicavam, principalmente, o acesso à instrução em pé de igualdade com os homens. Anteriormente, era a família que decidia sobre a necessidade de alfabetização da menina que, quase sempre, permanecia analfabeta por toda sua vida.

---

<sup>559</sup> BIROLI, *Op. Cit.*, 2014, p. 34.



O ingresso ao ensino superior só foi conquistado em 1879, porém ainda dependia do consentimento do pai, marido ou tutor legal da mulher. Esse decreto, no entanto, foi revogado nos primeiros anos de República, pelo então Ministro Benjamin Constant, o que demonstrava que, nem quando um direito era conquistado, estava completamente assegurado. Isso porque ainda existia um forte debate público sobre qual deveria ser a atuação da mulher em sociedade, que se unia a uma mentalidade mais conservadora de domesticidade feminina.

A abertura de alguns postos de trabalho qualificado, particularmente no magistério e na imprensa, também representou vitórias de lutas das mulheres na esfera pública e no âmbito privado, ainda que o pai ou o marido precisassem concordar com esse tipo de atuação fora do lar. A prática de profissões que precisavam de ensino superior, como a medicina e a advocacia, enfrentava mais dificuldades, visto que a clientela ainda encarava com grande desconfiança mulheres em cargos que eram “tradicionalmente masculinos”.

Todos esses exemplos nos mostram que a luta das primeiras emancipacionistas foi importante para o avanço do debate sobre a condição feminina, para a reflexão sobre hierarquias e funções sociais ligadas a cada um dos sexos, bem como para a exigência de direitos que já faziam parte da realidade masculina. No entanto, conforme a luta seguia e alguns direitos eram adquiridos – fazendo com que as mulheres fossem gradualmente incorporadas à esfera pública – ficava mais evidente que era necessária uma transformação profunda da ordem existente.

No fim do século XX, tornou-se mais claro que não se tratava apenas de buscar uma isonomia legal, mas reconhecer as engrenagens que continuavam a fazer da esfera pública um local de hegemonia masculina, no qual a mulher tentava “se encaixar”, mas sempre parecia destinada a posições inferiores, que eram agravadas por questões raciais e de classe. Para mudar essa realidade, era preciso debruçar-se sobre o funcionamento de leis e instituições, concentração de recursos, influência política, além de especificidades femininas que também refletem no ambiente de trabalho (como a maternidade, por exemplo); aspectos esses que ajudavam a aprofundar as desigualdades entre homens e mulheres. Contudo, pautas como essas só passaram a ser vistas no final do século XX, seguindo em aberto até os dias de hoje.

No século XIX, no entanto, as questões levantadas pelas emancipacionistas ainda estavam muito restritas a um grupo privilegiado de mulheres, trazendo à luz questões ligadas exclusivamente às suas realidades de vida que, ainda assim, representavam novas formas de questionar o que era ser mulher e quais suas limitações naquele momento.

O processo que se iniciou com a modernização das cidades, com a implementação de novas formas de entretenimento – como teatros, cafés e bailes –, também acabou demandando que essas mulheres acompanhassem o “progresso”, adotando modelos de civilidade até então desconhecidos pela antiga colônia. Isso fez com que o século XIX fosse um período de relativas mudanças para as mulheres abastadas, dando acesso ao letramento, ao refinamento, mas também o contato com ideias vindas da Europa que ganharam novas adeptas em solo brasileiro.

A instrução formal, que se pretendia mais uma forma de controle de comportamentos, também foi um instrumento da emancipação, principalmente com a entrada dessas mulheres no debate público via imprensa, favorecendo que os problemas enfrentados por essas mulheres deixassem de ser encarados como fatos pessoais e isolados e fossem enxergados como fruto do preconceito masculino.

Neste processo, os jornais femininos garantiram um espaço social e público para a atualização dos valores sociais, propiciando uma representação e uma afirmação das mulheres enquanto sujeitos sociais. Apenas o fato de ser mulher permitiu uma reflexão da singularidade das representações culturais da identidade feminina na sociedade brasileira daquela época. Em outros termos, aquilo que até então era vivenciado individualmente, devido ao seu próprio enclausuramento na esfera privada, ganhou universalidade ao ser discutido publicamente, através dos jornais, pois instaurou a condição feminina como um discurso político.<sup>560</sup>

Desta forma, observamos que a imprensa atuou como um facilitador do debate emancipacionista. Em primeiro lugar, porque rompia grandes barreiras físicas, fazendo com que mulheres de pontos distantes do Brasil conhecessem as realidades e ideias umas das outras; como consequência direta disto, houve a formação gradual de rede uma de mulheres que buscavam impressos voltados para esta temática e que estavam dispostas a participar ativamente deste debate.

A partir de alguns periódicos mais famosos, quase sempre publicados na capital da Corte, vemos surgir um número considerável de impressos em todo o país, escritos por mulheres e voltados para este público, muitos dos quais trazendo a emancipação como tema. Este incentivo à circulação de ideias, em locais onde até então nunca se escutara falar deste assunto, colaborou para que o feminismo começasse a florescer no Brasil.

---

<sup>560</sup> NASCIMENTO, Carla Verônica do. *Mulheres de letras, com suas penas, conquistaram o direito de pensarem: um estudo sobre a sociabilidade das escritoras brasileiras, na Segunda metade do século XIX*. Anais do X Encontro Regional de História, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<<https://www.rj.anpuh.org/>>>.

Naquele momento, o termo “feminismo” ou “feminista” ainda era encarado com desconfiança, favorecendo a recusa de seu uso pela maioria das mulheres emancipacionistas, ainda assim, este momento entrou para a História como a *primeira onda feminista brasileira* e teve como mérito romper o silêncio da alcova, abrir caminho para que uma cultura política feminista se consolidasse e levasse adiante pautas que seriam essenciais para o reconhecimento das mulheres para muito além do “belo sexo”. Através da imprensa, elas encontraram brechas para fazerem ouvir suas vozes, suas denúncias, seus anseios; foram capazes de transformar os periódicos em palcos democráticos de debates e, pouco a pouco, romperam as duras barreiras da opinião pública. Fora dado o primeiro passo rumo à emancipação.

## REFERÊNCIAS

AUAD, Sylvia Maria von Atzingen Venturoli (Org.). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América*. Belo Horizonte: Federação Internacional das Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999.

AULETE, C. *Diccionário contemporâneo da língua portuguesa*, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, 2018.

BADINTER, Elizabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública* (fac-simili). Obras Completas de Rui Barbosa, vol. X, tomo II. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

*Bíblia Sagrada: As Origens*. Disponível no site: <<https://www.bibliacatolica.com.br>>.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*, v. 5, Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1716.

BUITONI, Dulcília H. S. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

*Carta de Paulo aos Efésios*, 5:22-33. Disponível em: <<https://www.bible.com/pt/bible/200/EPH.5.22-33.VFL>>.

CARULA. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca 1873-1880* (Dissertação de mestrado) Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2007, p. 74. Disponível em: << <http://www.fiocruz.br/brasiliانا/>>>.

CARVALHO, J. M. “República, democracia e federalismo no Brasil, 1870-1891”. In: *Dossiê: Republicanismo no Brasil do século XIX*, Varia hist. 27 (45), Jun. 2011. Disponível em: << <https://www.scielo.br/>>>.

CARVALHO, José M. de. (Coord.). *História do Brasil Nação vol. 2 – A Construção Nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Neuza Guerreiro de. “Preços de antigamente em São Paulo”. Disponível em: <[www.saopaulominhacidade.com.br](http://www.saopaulominhacidade.com.br)>.

COLLING, Ana Maria. “A construção histórica do corpo feminino”. In: *Caderno Espaço Feminino*, v. 28, n. 2. Uberlândia: Jul./Dez. 2015.

COMTE, A. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

COSTA; BRUSCHINI (Orgs.). *Rebeldia e Submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Editora Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989.

CRESTANI, Jaison Luís. “A colaboração de Machado de Assis no Jornal das Famílias: subordinações e subversões”. In: *Revista Patrimônio e Memória*. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.1, 2006. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/109/580>>.

DEL PRIORE (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira – Império*. São Paulo: LeYa, 2016.

DELAMARQUE, Elizabete Vianna. *Junta de Higiene Pública: vigilância e polícia sanitária* (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2011. Disponível em: <<<https://www.arca.fiocruz.br/>>>.

DIDEROT & D’ALEMBERT. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. 8, Paris, 1765. Disponível no site: <<<https://quod.lib.umich.edu/d/did/>>>

DIDEROT, Denis. “Sobre as Mulheres”. In: *Revista USP*, dez./jan. 1990. Disponível em: <<<http://www.revistas.usp.br/>>>.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (Org.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p. 100.

DOMINGUES, SÁ, & GLICK (Orgs.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DUBY, Georges. *Eva e os padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FARIA, Thaís D. “A mulher e a criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e história da mulher no Brasil”. In: *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*, Fortaleza, 2010.

FERREIRA, Leticia S. *Entre Eva e Maria: a construção do feminino e as representações do pecado e luxúria no Livro das Confissões de Martin Perez* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br>>

FLORESTA, Nísia. *Ensaio: Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens (1832); A Mulher (1859)*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2020.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <<<https://www2.senado.leg.br/>>>.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FREIRE & PAULA. “A Institucionalização do Método Lancasteriano durante o Império Brasileiro”. In: *Anais do XVII Encontro Cearense de História da Educação*. Sobral, CE: Universidade Federal do Ceará, 2018. Disponível em: <<<http://repositorio.ufc.br/>>>.

GUIMARÃES, M. R. C.: “Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império”. In: *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, maio-ago. 2005.

GUIMARÃES, M.R.C. “Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do Chernoviz”. In: *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, dezembro 2008.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HIRATA & LABORIE (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo* São Paulo: Editora UNESP, 2009

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

KRAMER, H. & SPRENGER, J. *O Martelo das Feiticeiras: Malleus Maleficarum*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LIMA, Admilson Marinho de. “Feminização do trabalho docente”. In: *Anais do XXVIII Simpósio de Nacional de História*. Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/>>.

LIMA, Raquel dos Santos Sousa. “A Igreja Católica e o discurso sobre a mulher no século XIX: questões de gênero na santidade de Rita de Cássia”. In: *Anais do II Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões*, Recife, 2015. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/>>.

LOMBROSO & FERRERO. *A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal*. Curitiba: Antonio Fontoura, 2017.

LUCA & MARTINS (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org.). *Diálogos e Dissidências: Michel Foucault e Jacques Rancière*. Curitiba: Appris, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Espelhos da Alma: Fisiognomia, emoções e sensibilidade”. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano V, n. 14, Setembro 2012.

MIGUEL & BIROLI (Orgs.) *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MONTELEONE, Joana de Moraes. “Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)”. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 27, núm. 1. Santa Catarina: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/381/38159160008/html/index.html>>.

MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013.

MOTTA, Manoel Barros da. (Org.) *Ditos e Escritos IV, Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

NASCIMENTO & OLIVEIRA. “O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher”. In: *Cadernos Pagu*, n. 29, julho-dezembro de 2007. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/>>>.

NICOLINI, Livia. WAIZBORT, Ricardo. “Plumas, cantos e mentes: Darwin, a seleção sexual e o ensino da teoria da evolução”. In: *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*. Vol. 13, N. 2, 2013. Disponível em: <<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4267>>>.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. “Entre o público e o privado: as relações de gênero no pensamento Positivista e Católico (1870-1889)”. In: *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis/UFSC, ago. 2010. Disponível em: <<<http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/>>>.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. “Gênero, história e medicalização do parto: a exposição *Mulheres e práticas de saúde*”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, out.-dez. 2018.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *Nisia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

PASSOS, Carla Christina. “A Primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal”. In: *Fazendo Gênero: diáspora, diversidade e deslocamento* (anais eletrônicos), vol. 9, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<<http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/>>>.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Verbete Positivismo*. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/>>>.

PEREIRA, Mabel Salgado. “O papel da mulher no positivismo ortodoxo brasileiro: um projeto conservador”. *CES REVISTA*, Juiz de Fora, v. 30, n. 1. p. 235-246, jan./jul. 2016. Disponível em: <<<https://seer.cesjf.br/>>>.

RANCIÈRE, J. *Nas Margens do Político*. Lisboa: KKYM, 2014.

RANCIÈRE, J. *O Desentendimento: Política e Filosofia*, 1996.

RANGEL, R. F. *Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República* (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013. Disponível em: <<<https://www2.dbd.puc-rio.br/>>>.



RESENDE, Maria Ângela de Araújo. *A República em Folhetim: A Pátria Mineira formando almas* (tese de doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

RESENDE, Maria Ângela de Araújo; SANTOS, Mirian Cristina dos. As mulheres escrevem a pátria: gênero e nação em *A Pátria Mineira*. Disponível em: << <https://silo.tips/download/>>>.

RIOUX & SIRINELLI. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHA, Erica Colares. *A Beleza e a Seleção Sexual*. Disponível em: <<http://www.hcte.ufrj.br/index.html>>.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira – Tomo I / Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1949.

ROSA, Gerlice T. *Ethos e argumentação de Senhorinha Diniz em O Sexo Feminino* (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<<https://repositorio.ufmg.br/>>>.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Edipro, 2017.

ROVERE, Maxime (org.). *Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas, séculos XVII-XVIII*. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

SANTI & CASTANHA. “O método Lancaster no Brasil: Da apologia à crítica”. In: *Anais da XI Jornada do HISTEDBR*. Cascavel-PR: UNIOESTE, 2013. Disponível em: << <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>>>.

SANTOS, Miriam.; RESENDE, Maria A. “Moralistas criteriosos e glorificadores da mulher: conselhos literários de Elisa Lemos”. In: *Revista Eletrônica Darandina*, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em: << <https://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/Mirian-Cristina-dos-Santos.pdf>>>.

SANTOS, Mirian Cristina dos Santos. intitulada *Palestrando de Minas Gerais: a produção periodística de Elisa Lemos e Maria Emília Lemos* (Dissertação de Mestrado). São João Del-Rei: Universidade Federal de São João Del-Rei, 2010. Disponível em: << <https://docplayer.com.br/17583000-Mirian-cristina-dos-santos.html>>>.

SANTOS, Shirley Romera dos. *A educação sexual no Brasil Colônia prescrita nos Regimentos do Santo Ofício da Inquisição Portuguesa 1552-1774* (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *História do Brasil Nação vol. 3 – A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Alberto da Costa e (coord.). *História do Brasil Nação vol. 1 – Crise Colonial e Independência: 1808- 1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*, v. I. Rio de Janeiro: Empreza Litterária Fluminense, 1890.

SILVA, Edlene Oliveira. “As filhas de Eva: religião e relações de gênero na justiça medieval portuguesa”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

SOARES, Ubirathan Rogerio. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade* (Tese de doutorado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: << <https://tede2.pucrs.br/>>>.

SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI (Org.), *Ibidem*,

SOUTO-MAIOR, V. O Florete e a Máscara: Josephina Álvares de Azevedo dramaturga do século XIX (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1995. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>.

SPENCER, H. *Social Statics: Or the conditions essencial to human hapinesse specified, and first of them developed (1851)*. Londres: Liberty Fund, 2004, p. 90. Disponível em: << <http://www.dominiopublico.gov.br/>>>.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *Um olhar na história: a mulher na escola*. Disponível em: <<<http://portaltj.tjrj.jus.br/>>>.

TALAMONTI, Leo. *Fisiognomia: guia do caráter*. Trad.: Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus-Livraria Editora, 1978.

TAMIZARI, Fabiana. *A mulher na concepção materialista de Diderot* (Dissertação de mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<<https://teses.usp.br/>>>. Acessada em: 22 de dezembro de 2019.

VAQUINHAS, Irene. “Perigos da leitura no feminino: dos livros proibidos aos aconselhados (séculos XIX e XX)”. In: *Ler História*, n. 59, 2010. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/1327>>.

VERGARA, Moema de Rezende. “Cartas a uma senhora: questões de gênero e a divulgação do darwinismo no Brasil”. In: *Revista Estudos Feministas* vol.15, n.2, Florianópolis, maio-agosto/2007. Disponível em: <<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>>.

VIANA, Fabiana da Silva. “A escola, a infância e o processo civilizador no Brasil do século XIX”. In: *Percurso Acadêmico*, v. 6, n. 12, Belo Horizonte : jun./dez. 2016.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Rio Científico: inovação e memória*. Rio de Janeiro: EdUERJ: FAPERJ, 2010.

VILLELA, Heloisa. “As Contradições do Iluminismo Rousseauiano”. In: *Revista Encontros com a Filosofia*. Ano I, N. 2, Set. 2013. Disponível em: <[www.periodicos.uff.br](http://www.periodicos.uff.br)>.

VOLTAIRE. “Dicionário Filosófico”. In: *Os Pensadores: Voltaire e Diderot*. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

WEBER, Max. “Os tipos de dominação”. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UNB, 1999. Disponível em: << <http://www.bresserpereira.org.br/>>>.

WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

### **Fontes Primárias:**

*A Família*: jornal literário dedicado à educação da mãe de família. São Paulo/Rio de Janeiro: Typ. União/Typ. d’A *Família*, 1888-1897. Disponível em: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>.

*A Palavra*: revista literária dedicada à instrução e recreio da mulher. Pão d’Açúcar/Penedo (AL): Typografia d’A *Palavra*, 1889-1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>.

BRASIL. Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/>>.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/>>>.

BRASIL. Lei de Instrução Pública, de 15 de outubro de 1827. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/>>>.

*Echo das Damas*. Rio de Janeiro: Typ. Cosmopolita/ Typ. Echo das Damas, 1879-1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>.

*Jornal das Famílias*, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1863-1878. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>.

*O Mercantil*: órgão do comércio e da indústria. São Paulo: Typographia e redação d'O Mercantil, 1883-1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>.

*O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*: revista quinzenal, literária, recreativa, noticiosa e política especialmente dedicada aos interesses da mulher. Rio de Janeiro: 1889-1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/>>.

*O Sexo Feminino*, Campanha (MG)/Rio de Janeiro: Typographia do Monarquista/Typ. e Livraria Lombaerts e Comp., 1873-1889. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/>>>.

*O Vulgarizador*: jornal de conhecimentos úteis. Rio de Janeiro: Typographia Lombaerts e Comp., 1877-1880.

*Ordenações Filipinas*: ordenações e leis do Reino de Portugal recompiladas por mandato d'El Rei Filipe. Disponível em: <<<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>>> .

*Revista Médica Fluminense*. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito & Co., 1833-1841. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/>>>.